UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Gabriel Guimarães Alexandre

Desinformação sobre covid-19:

concepções de texto em práticas letradas de agências de *fact-checking* da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos

São José do Rio Preto
2024

Gabriel Guimarães Alexandre

Desinformação sobre covid-19:

concepções de texto em práticas letradas de agências de *fact-checking* da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES – Proc. 88887.488601/2020-00

Orientadora: Profª. Drª. Fabiana Komesu

São José do Rio Preto
2024

A381d

Alexandre, Gabriel Guimarães

Desinformação sobre covid-19 : concepções de texto em práticas letradas de agências de fact-checking da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos / Gabriel Guimarães Alexandre. -- São José do Rio Preto, 2024

190 p. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Fabiana Komesu

1. Linguística aplicada. 2. Desinformação. 3. Argentina. 4. Brasil. 5. Estados Unidos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

Esta tese busca contribuir para estudos voltados ao fenômeno da desinformação sobre covid-19 em agências de *fact-checking*, a fim de fornecer subsídios teórico-metodológicos para desenvolvimento de competências letradas digitais de cidadãos de diferentes países, cujo acesso à informação de qualidade é um direito, assim como recomenda o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da ONU.

Potencial impact of this research

This thesis aims to contribute to studies on the phenomenon of disinformation about covid-19 in fact-checking agencies, in order to provide theoretical and methodological support for developing the digital literacy skills of citizens from different countries, whose access to quality information is a right, as recommended by the UN's Sustainable Development Goal (SDG) 4.

Gabriel Guimarães Alexandre

Desinformação sobre covid-19:

concepções de texto em práticas letradas de agências de *fact-checking* da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES – Proc. 88887.488601/2020-00.

Orientadora: Profª. Drª. Fabiana Komesu.

Comissão Examinadora

Membros titulares

Profª. Drª. Fabiana Komesu
UNESP – São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Profª. Drª. Juliana Alves Assis
PUC Minas – Belo Horizonte, Brasil

Prof. Dr. Johannes Angermuller
Open University – Milton Keynes, Reino Unido

Prof. Dr. Lourenço Chacon
UNESP – Marília, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
USP – São Paulo, Brasil

Membros suplentes

Profª. Drª. Adriana Fischer
FURB – Blumenau, Brasil

Profª. Drª. Fernanda Correa Silveira Galli
UFPE – Pernambuco, Brasil

Profª. Drª. Luciana Salazar Salgado
UFSCar – São Paulo, Brasil

São José do Rio Preto
22 de março de 2024

AGRADECIMENTOS

Pelas diferentes formas de participação neste trabalho, agradeço:

à minha grande família, pela paciência e pelo apoio incondicional;

aos meus queridos amigos, pela parceria, pelo afeto e pelo cuidado;

aos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP de São José do Rio Preto, por todo aprendizado oferecido durante minha trajetória acadêmica;

aos professores e colegas da Linha de Pesquisa "Oralidade e Letramento", pela oportunidade de debates de alta qualidade sobre diferentes temas científicos;

aos colegas do Grupo de Pesquisa "Práticas de escrita e leitura em contexto digital" (CNPq/UNESP), pelo companheirismo e pelas trocas, profissionais e pessoais, importantes para minha formação;

aos professores e colegas do Grupo de Pesquisa Théodile-CIREL (*Centre Interinstitutionelle de Recherches en Éducation de Lille*), na ocasião do estágio no exterior realizado no período de agosto/2022 a julho/2023, pelas contribuições ao trabalho;

ao Prof. Dr. Cédric Fluckiger, Université de Lille, pela supervisão do estágio realizado no âmbito do programa CAPES-PrInt-UNESP de 2022 a 2023;

ao Prof. Dr. Bertrand Daunay e à Profª. Drª. Juliana Alves Assis, pelas importantes contribuições realizadas no Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP (SELin), respectivamente, no painel e no debate, sem as quais este trabalho não seria possível;

à Profª. Drª. Juliana Alves Assis e ao Prof. Dr. Johannes Angermuller, pelas importantes contribuições realizadas no exame de qualificação geral;

à Profª. Drª. Juliana Alves Assis, ao Prof. Dr. Johannes Angermuller, ao Prof. Dr. Lourenço Chacon e ao Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, por aceitarem participar do exame de defesa da tese, na qualidade de membros titulares;

à Profª. Drª. Adriana Fischer, à Profª. Drª. Fernanda Correa Silveira Galli, à Profª. Drª. Luciana Salazar Salgado, por aceitarem participar do exame de defesa da tese, na qualidade de membros suplentes;

aos servidores técnico-administrativos da Seção Técnica de Pós-graduação da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, pela eficiência e pela gentileza;

em especial, à orientadora deste trabalho, Profª. Drª. Fabiana Komesu, pela excelência profissional, pela dedicação e pela presença sempre amiga.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Menti, menti, menti terminantemente a vida inteira, todo santo dia e a cada hora. Na verdade, sou a mentira e o pai da mentira! Pensando bem, parece que o pai da mentira não sou, estou sempre me atrapalhando com os textos, mas sou ao menos o filho, e isso já basta. Só que... anjo meu... sobre Diderot às vezes se pode dizer isso! Diderot não é nocivo; já uma palavrinha ou outra, é. Grande *stárietz*, a propósito, eu ia esquecendo; é que desde o ano retrasado eu tinha resolvido vir até aqui e me pôr a assuntar e perguntar insistentemente: peço que não permita a Piotr Alieksándrovitch interromper. Eis minha pergunta: será verdade, grande padre, o que se conta nas *Tcheti-Minei* sobre um certo santo milagreiro que não sei onde foi martirizado por causa da fé e que, quando enfim o decapitaram, ele se levantou, apanhou sua cabeça e, ‘beijando-a amavelmente’, caminhou por longo tempo com ela nas mãos, sempre ‘a beijá-la amavelmente’. Isso será verdade, meus íntegros padres?
– Não, não é verdade – disse o *stárietz*”.

Trecho de *Os Irmãos Karamázov*, de Fiódor Dostoiévski, 2008 [1880], p. 73.

RESUMO

Esta Tese de Doutorado investiga notícias publicadas por agências de *fact-checking* de três países diferentes: Argentina, Brasil e Estados Unidos. De uma perspectiva etnográfico-discursiva, que conjuga pressupostos teórico-metodológicos dos estudos de letramentos e da análise do discurso de orientação francesa, o objetivo geral da pesquisa é investigar concepções de texto que emergem do trabalho de checagem das agências dos países mencionados: respectivamente, Chequeado, Lupa e Politifact. Esse objetivo geral desdobra-se em três objetivos específicos: (1) investigar quais aspectos desse processo de textualização são priorizados na análise do objeto de checagem, quando as agências definem o que é verdadeiro ou falso no texto publicado; (2) investigar a relação entre o que as agências explicitam, metodologicamente, na análise do objeto de checagem, e o que efetivamente apresentam no texto publicado e (3) investigar, do ponto de vista do processo de checagem da informação, como a "fonte" pelas agências eleita contribui para o estabelecimento de critérios para chegar ao verdadeiro ou falso no texto publicado. Considerando-se que, no combate às *fake news* em mídias sociais, as agências buscam analisar se uma informação é falsa a partir de um texto outro – objeto de checagem –, a hipótese norteadora do trabalho é a de que, embora tais agências explicitem e publiquem em seus sites certos critérios metodológicos adotados e reconhecidos internacionalmente, há critérios outros – "não explícitos" – que podem ser assumidos e que orientam essas práticas de investigação. Orientam, portanto, um modo de definir (o conceito de) verdadeiro ou falso na notícia publicada. O *corpus* da pesquisa totaliza 710 produções textuais escritas de base multissemiótica que circularam em mídias sociais (290 notícias publicadas e 420 objetos de checagem) no período de 27/02/2020 a 30/4/2020. A escolha foi realizada com base no cruzamento do início de checagem sobre covid-19 nessas agências. As categorias de análise foram construídas segundo observação de três procedimentos discursivos para cada um dos objetivos propostos: (1) oscilações; (2) flutuações e (3) mobilizações. Os resultados alcançados permitem comprovar a hipótese de partida a partir dos três eixos de reflexão propostos: (1) a observação de oscilações de modos semióticos priorizados na análise do objeto checado em direção ao estabelecimento da verdade do texto pôde ser vinculada à construção de um discurso virtuoso das agências; (2) a apreensão de flutuações metodológicas na seleção de "conteúdo" e de "fonte" original pôde ser vinculada à construção de uma imagem de agente virtuoso feita pelas agências e (3) o estudo de modalidades enunciativas, na mobilização das fontes, nas notícias, entendidas como formas de discurso relatado, pôde ser vinculado à construção de uma virtude discursiva. Portanto, a pesquisa contribui com estudos voltados ao fenômeno da desinformação sobre covid-19 em agências de *fact-checking* a fim de fornecer subsídios teórico-metodológicos para desenvolvimento de competências letradas digitais de cidadãos de diferentes países.

Palavras–chave: Práticas letradas digitais; *Fact-checking*; Argentina; Brasil; Estados Unidos.

ABSTRACT

This Doctoral research investigates news articles published by fact-checking agencies in three different countries: Argentina, Brazil, and the United States. From an ethnographic-discursive perspective that combines theoretical and methodological assumptions from literacy studies and French discourse analysis, the main objective of the research was to investigate conceptions of text that emerge from the fact-checking work of agencies of the mentioned countries, namely Chequeado, Lupa, and Politifact, respectively. This main objective unfolded into three specific objectives: (1) to investigate which aspects of the textualization process are prioritized in the analysis of the checked object when agencies determine what is true or false in the published text; (2) to investigate the relationship between what agencies methodologically explain in the analysis of the checked object and what they actually present in the published text; and (3) to investigate, from the perspective of the information fact-checking process, how the "source" chosen by the agencies contributes to establishing criteria for determining the true or false in the published text. Given that, in the fight against fake news on social media, agencies seek to determine if information is false based on another text—the checked object—, the guiding hypothesis of this project was that, although such agencies explain and publish certain methodological criteria adopted and internationally recognized on their websites, there are others, like "hidden" criteria that can be assumed and guide these investigative practices. Therefore, they guide a certain way to define (the concept of) true or false in the published news. The research corpus comprises 710 multisemiotic-based written texts that circulated on social media (290 published news articles and 420 checked objects) from 02/27/2020 to 04/30/2020, chosen based on the onset of fact-checking of covid-19 by these agencies. The analysis categories were constructed based on the observation of three discursive procedures for each of the proposed objetives: (1) oscillations, (2) fluctuations, and (3) mobilizations. The results obtained confirm the initial hypothesis through three proposed axes for reflection: (1) the observation of fluctuations in semiotic modes prioritized in the analysis of the checked object towards establishing the truth of the text could be linked to the construction of a virtuous discourse by the agencies; (2) the apprehension of methodological fluctuations in the selection of "content" and the original "source" could be linked to the construction of a virtuous image of the agency, and (3) the study of enunciative modalities in the use of sources in the news, understood as forms of reported discourse, could be linked to the construction of a discursive virtue. Therefore, the research contributes to studies on the phenomenon of disinformation about covid-19 in fact-checking agencies in order to provide theoretical and methodological support for the development of digital literacy skills of citizens from different countries.

Keywords: Digital literacy practices; Fact-checking; Argentina; Brazil; United States.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Notícia publicada pela agência de *fact-checking* Lupa ---------- 12
Figura 2 – Desordem informacional e seus tipos de informação ---------- 25
Figura 3 – Conceitos pilares do quadro teórico-metodológico construído ---------- 98
Figura 4 – Fluxograma da coleta de dados ---------- 105
Figura 5 – *Screenshot* da interface do MAXQDA ---------- 106
Figura 6 – Valores espaciais do significado composicional ---------- 110
Figura 7 – Produção textual escrita da agência Lupa ---------- 112
Figura 8 – Objeto de checagem enquanto objeto de discurso da agência Lupa ---------- 114
Figura 9 – Objeto de checagem analisado pela agência Lupa ---------- 115
Figura 10 – Produção textual escrita da agência Chequeado ---------- 118
Figura 11 – Objeto de checagem analisado pela agência Chequeado ---------- 119
Figura 12 – Oscilações de modos observadas na agência Chequeado ---------- 129
Figura 13 – Objeto de checagem do dado C-T04-mar ---------- 130
Figura 14 – Oscilações de modos observadas na agência Lupa ---------- 131
Figura 15 – Objeto de checagem do dado L-T06-mar ---------- 132
Figura 16 – Oscilações de modos observadas na agência Politifact ---------- 133
Figura 17 – Objeto de checagem do dado P-T14-mar ---------- 134
Figura 18 – Construção de um discurso virtuoso na Lupa ---------- 137
Figura 19 – Etiquetas de qualificação sobre o objeto de checagem na Chequeado ---------- 142
Figura 20 – Etiquetas de qualificação do objeto de checagem na Lupa ---------- 143
Figura 21 – Etiquetas de qualificação sobre o objeto de checagem na Politifact ---------- 145
Figura 22 – Flutuações na agência Chequeado ---------- 149
Figura 23 – Flutuações na agência Lupa ---------- 151
Figura 24 – Flutuações na agência Politifact ---------- 153

QUADROS

Quadro 1 – Passagens de referência a um discurso alheio com mobilização de fontes ---------- 121
Quadro 2 – Formas de inserção do discurso alheio com exemplos ---------- 122
Quadro 3 – *Continuum* entre paráfrase e metáfrase, com excertos do corpus ---------- 124
Quadro 4 – Referentes de fonte mobilizados com exemplos ---------- 125

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa das formas em relação às apropriações totais ---------- 157
Gráfico 2 – Taxa das formas entre as agências de *fact-checking* ---------- 158
Gráfico 3 – Taxa das modalidades em relação às apropriações totais ---------- 161
Gráfico 4 – Taxa das modalidades entre as agências de *fact-checking* ---------- 161
Gráfico 5 – Taxa de referentes mobilizados pelas agências de *fact-checking* ---------- 164
Gráfico 6 – Taxa de referentes mobilizados entre as agências de *fact-checking* ---------- 165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oscilação de modos semióticos nas notícias publicadas----------128
Tabela 2 – Recorrência temática das notícias analisadas ----------136
Tabela 3 – Frequência da etiquetagem na Chequeado----------147
Tabela 4 – Frequência da etiquetagem na Lupa----------147
Tabela 5 – Frequência da etiquetagem na Politifact ----------148

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ---------- 12

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ---------- 20
2.1 Desinformação no contexto da pandemia de covid-19 ---------- 20
2.1.1 Práticas letradas digitais: informação, mídia, ciência de dados ---------- 36
2.1.2 Perspectiva etnográfico-discursiva dos letramentos ---------- 40
2.1.3 Dimensões "escondidas" dos letramentos (digitais) ---------- 45
2.1.4 Práticas de textualização em perspectiva discursiva ---------- 49
2.1.5 Usuário (das tecnologias) *vs* sujeito (da linguagem)? ---------- 59
2.1.6 Notas sobre gênero notícia no processo de textualização discursiva ---------- 63
2.2 Verdade e mentira em linguagem ---------- 65
2.2.1 As (pós-)verdades e suas formas falseáveis ---------- 66
2.2.2 Checagem sobre covid-19 como acontecimento discursivo moral ---------- 77
2.2.3 O parâmetro ético nas produções linguístico-discursivas ---------- 79
2.3 *Fact-checking* como resposta à desordem dos fatos ---------- 88
2.3.1 Cenário epistemológico da prática de *fact-checking* no mundo ---------- 88
2.3.2 Checagem de notícias na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos ---------- 94
2.4 Síntese do quadro mobilizado ---------- 97

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ---------- 99
3.1 Apreensão do objeto: como lidar com três planos do texto? ---------- 99
3.2 Coleta dos dados ---------- 101
3.2.1 Processamento das produções textuais escritas no software MAXQDA ---------- 105
3.3 Os três eixos de observação em direção às concepções de texto ---------- 107
3.3.1 Categorias do aspecto do processamento multissemiótico ---------- 107
3.3.2 Categorias do aspecto da metodologia herdada ---------- 116
3.3.3 Categorias do aspecto de menção à palavra alheia ---------- 120

4 OSCILAÇÕES EM DIREÇÃO À VERDADE DO TEXTO ---------- 128
4.1 Modos semióticos em disputa no processo de checagem sobre covid-19 ---------- 128
4.2 Relevância temática e relações multimodais ---------- 136
4.3 São esses discursos virtuosos? ---------- 139

5 FLUTUAÇÕES METODOLÓGICAS DO *FACT-CHECKING* ---------- 141
5.1 O que as agências asseguram ---------- 141
5.2 O que as agências efetivamente praticam ---------- 146
5.3 Fidedignidade e ajuste às condições sócio-históricas de produção ---------- 154

6 CONSTRUÇÃO DA VERDADE POR MEIO DE FONTES ---------- 156
6.1 Formas e modalidades de apropriação do discurso do outro ---------- 156
6.2 Fontes e construção da verdade ---------- 167

7 CONCEPÇÕES DE TEXTO DAS AGÊNCIAS DE *FACT-CHECKING* ---------- 171

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 173

REFERÊNCIAS ---------- 179

1 INTRODUÇÃO

Há uma dinâmica comunicacional particular em voga que busca enfrentar a desinformação em contexto digital, sobretudo, em mídias sociais. Trata-se do pedido que usuários da internet fazem às agências de *fact-checking*[1] para que estas digam se dada notícia veiculada em mídia social é verdadeira ou falsa. Nessa dinâmica, o usuário, durante sua navegação na web em mídia social[2], depara-se com uma notícia (sob formas textuais diversas) e dela tem dúvida sobre a verdade das afirmações. Assim, esse usuário envia um pedido de checagem a uma agência, cuja resposta não é somente dirigida ao usuário, mas também publicada sob forma de outra notícia. A Figura 1 ilustra essa notícia com o objeto de checagem.

Figura 1 – Notícia publicada pela agência de *fact-checking* Lupa



Fonte: Lupa (2020)

[1]Opto por não traduzir o termo *fact-checking* (checagem de fatos), utilizando-o como um empréstimo linguístico para seguir os trabalhos publicados em língua portuguesa a respeito dessa prática (cf., entre outros, Santos; Maurer, 2020; Alencar; Aquino, 2022), além de observar que a especificidade dessa prática já é atestada em agências de língua portuguesa (ver, por exemplo, de que forma a agência brasileira Lupa refere-se a si mesma em seu site).
[2]Entende-se mídia social como "conjunto de dispositivos e aplicativos, mormente baseados em tecnologias móveis, por meio dos quais se compartilha conteúdo de toda natureza, de maneira ininterrupta e em situação de conexão permanente" (Gomes e Dourado, 2019, p. 36).

A notícia traz a seguinte manchete: "É falso que OMS mudou de posição sobre restrições de movimento durante epidemia de covid-19". Nela, é possível obter a informação de que o objeto de checagem da agência – neste caso, a imagem da publicação que um usuário fez na rede social Facebook – tinha sido compartilhado, até às 17h do dia 31 de março de 2020, por mais de 200 pessoas. Não se trata, então, de uma dinâmica espontânea: a empresa Meta[3] (anteriormente, Facebook), em seu programa de verificação de fatos por terceiros (*Third-Party Fact-checking Program*), promoveu-a em busca de enfrentar a desinformação em diferentes países. Embora a solicitação de serviços pela população a jornalistas não seja nova, a novidade deste serviço reside na transferência temporária da crença do usuário à agência, em função do que deveria acreditar ou não diante de um fato noticioso em mídia social.

Dessa forma, as agências, ao permitirem que um leitor acompanhe a notícia a respeito de uma verificação que fizeram, possibilitam também que esse mesmo leitor possa avaliar a checagem realizada segundo diferentes entradas de reflexão (sejam elas linguísticas, metodológicas, comunicacionais ou até mesmo filosóficas) para pesquisadores de diferentes áreas do saber. Por haver formas distintas de direcionar o olhar em torno do problema da desinformação, explicito que é a notícia da agência – e o objeto checado que permitiu e que, portanto, constitui sua existência – que será enfocada neste trabalho em nível de doutoramento.

O trabalho a ser apresentado não pretende, contudo, dar conta especificamente da desinformação, ao menos não enquanto objeto de estudo. Este estudo tem como objetivo principal investigar concepções de texto que podem emergir de notícias que são publicadas por agências de *fact-checking* em resposta a pedidos de "usuários" de mídias sociais com relação à veracidade (ou falsidade) de uma determinada informação que circulou na web – neste caso, de temas a respeito da covid-19[4]. Considerando que, no combate às *fake news* em mídias sociais, as agências buscam analisar se uma informação é falsa a partir de um texto outro – objeto de

[3]Meta Platforms Inc. (ou somente Meta) é uma empresa de tecnologia e mídia social com sede na Califórnia, Estados Unidos. Criada por Mark Zuckerberg, a marca substituiu a Facebook Inc., deixando-a exclusivamente para a rede social lançada em 2004. Atualmente, a empresa gerencia também outras redes sociais, como Messenger, WhatsApp e Instagram. Mais informações: https://about.fb.com/news/2018/06/hard-questions-fact-checking/. Acesso em: 10 jan. 2024.

[4]A covid-19 é o acrônimo inglês para *coronavirus disease* (doença por coronavírus). Trata-se do nome oficial da doença provocada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O número "19" é uma referência ao ano de 2019, quando os primeiros casos do novo coronavírus foram notificados em Wuhan, província de Hubei, China. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) utilize o termo com maiúsculas (COVID) seguindo as diretrizas da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) recomenda seu uso na minúscula, uma vez que se trata de um nome comum de uma doença. Mais informações: https://www.volp-acl.pt/index.php/item/covid-19. Acesso em: 10 jan. 2024.

checagem[5] –, busco defender a tese de que, *embora tais agências explicitem e publiquem em seus sites certos critérios metodológicos adotados e reconhecidos internacionalmente, há critérios outros – "não explícitos" – que podem ser assumidos e que orientam essas práticas de investigação. Orientam, portanto, um modo de definir (o conceito de) verdadeiro ou falso na notícia publicada.* Parte desses critérios teria, pois, relação com o "extralinguístico", entendido, na realidade, como um "centro exterior constitutivo" – a expressão é de Authier-Revuz (1990) – dos textos, que facultaria aos sujeitos da linguagem uma visão do que é tomado como falso (na relação constitutiva com um verdadeiro). O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

(1) investigar quais aspectos desse processo de textualização são priorizados na análise do objeto de checagem, quando as agências definem o que é verdadeiro ou falso no texto publicado;

(2) investigar a relação entre o que as agências explicitam, metodologicamente, na análise do objeto de checagem, e o que efetivamente apresentam no texto publicado e

(3) investigar, do ponto de vista do processo de checagem da informação, como a "fonte" pelas agências eleita contribui para o estabelecimento de critérios para chegar ao verdadeiro ou falso no texto publicado.

Essa dinâmica será estudada a partir de três agências de *fact-checking*, cada qual advinda de um país, disposto em ordem geográfica, do sul em direção ao norte das Américas: Argentina, Brasil e Estados Unidos[6]. Discuto, a seguir, o contexto em que a problemática emerge.

A investigação de práticas sociais de leitura e de escrita, em contexto mundializado, tem sua importância atestada nas crescentes transformações dos modos de comunicação. A interação potencializada pela internet promoveu o aparecimento de uma cultura entendida, por muitos, como "participativa" (Jenkins, 1992), na qual distribuição e circulação de mídias (de textos, de discursos) colocam, em disputa, encontros – não sem conflitos – entre perspectivas culturais, sociais e históricas. Nessa cultura mais "conectada", em que decisões sobre o que passar ou não adiante na internet reconfiguram o cenário midiático (Jenkins; Green; Ford, 2014, p. 24), a responsabilidade de propagação de conteúdos suscita reflexão pertinente sobre produção e disseminação de informações na contemporaneidade. Com a circulação crescente e decentralizada de conteúdo na web, gerada tanto por empresas especializadas, quanto por

[5]Antecipo que compreendo como "objeto de checagem" todas as produções textuais faladas e escritas, de base multissemiótica, via diferentes gêneros do discurso (como memes, notícias, entrevistas, etc.), que são enviadas por "usuários comuns" às agências, dada sua natureza ambígua inicial sobre a veracidade desse objeto.
[6]O critério de escolha dessas agências será comentado nesta seção.

usuários tomados como independentes, é fato que a quantidade e a variedade de produção de informação em contexto digital aumentaram (Koltay, 2011). Observa-se um contexto "saturado" de informação, em que a concepção de qualidade é objeto de disputa.

A disseminação de *fake news* (notícias falsas ou enganosas) cresce e não se trata de fenômeno atual. Manipulação de fatos na informação existe desde o desenvolvimento dos mais antigos sistemas de escrita (Marcus, 1991 *apud* Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2018) – e, provalmente, em distintas práticas sociais de oralidade. Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) mencionam que a transmissão em 1938 de uma adaptação do romance de H. G. Well, "A Guerra dos Mundos", por rádio, impôs um problema para a ordem pública, uma vez que a narração de uma invasão alienígena assumiu estatuto de notícia *real*, sendo assim noticiada pela mídia tradicional. Aquecida pela corrida presidencial nos Estados Unidos em 2016, como discutido por Bovet e Makse (2019) na investigação do assunto no antigo Twitter (atual X),[7] a desinformação tornou-se destaque em diferentes esferas de atividade humana. Não foi diferente com a vinda da pandemia de covid-19: na Conferência de Segurança de Munique de 2020, na Alemanha, o então diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou que não se estaria lidando somente com uma epidemia, mas também com uma "infodemia".

O fenômeno batizado como "infodemia" pelo diretor-geral da OMS enfocaria o comportamento "viral" – bastante questionado na literatura a respeito do fenômeno – pelo qual a disseminação de *fake news* estaria sendo reconhecida numa era marcada, conforme comentado, por saturação de informação. Outros autores argumentam em favor de uma luta contra o que denominam "desinfodemia" (Unesco, 2020). Ainda que existam críticas em relação aos termos "infodemia" e "desinfodemia", é inegável que a desinformação sobre covid-19 já causou graves problemas em diferentes setores, como relações diplomáticas, turismo e eventos em geral, além de impactos sobre a economia, como atestado pelo chanceler italiano, Luigi Di Maio, em 2020, para quem a "infodemia" estaria prejudicando também a reputação do país[8]. Trata-se de um aumento significativo de disseminação de notícias que tem consequências sérias para a convivência entre os cidadãos.

Como "resposta" a essa disseminação de *fake news* e à insatisfação profissional de jornalistas diante da abordagem dessa temática – não apenas sobre covid-19, mas também de

[7]Atualmente, com a aquisição das ações da empresa pelo empresário bilionário estadunidense Elon Musk, a plataforma social passou a ser chamada de "X", ainda que o endereço web (URL) "twitter.com" permaneça ativo e redirecione o usuário para o novo, "x.com".
[8]Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51666948. Acesso em: 10 jan. 2024.

outras –, surgem as agências de *fact-checking* (Graves; Nyhan; Reifler, 2015; Graves, 2016; Monnerat, 2017; Pangrazio, 2018). Estas têm o objetivo de verificar fatos noticiados em busca de elaborarem avaliação do que seria "falso" ou "verdadeiro" (e suas gradações) a respeito da informação propagada. Concebida como "missão de trabalho" por diferentes jornalistas, há forte demanda dessa prática em contexto de pós-verdade no qual os sujeitos estão inscritos e do qual se é (e)feito. Pós-verdade pode ser compreendida como "circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal" (McIntyre, 2018, p. 5, tradução própria)[9]. Essa discussão será retomada adiante.

De acordo com Monnerat (2017), a prática de *fact-checking* aumentou, a partir dos anos 2000, com o cenário de corridas eleitorais em diferentes países, conquistando reconhecimento e audiência internacionais por meio de premiações. Além disso, o reconhecimento da prática levou à criação de uma rede internacional – International Fact-Checking Network[10] (IFCN, do Poynter Institute) –, a qual oferece código de princípios éticos e conferências globais anuais, com o objetivo de fomentar discussões a respeito da checagem de notícias no mundo todo.

É sabido que essa prática, a ser detalhada neste trabalho, iniciou-se nos Estados Unidos, incentivando outros países no combate à disseminação de *fake news*. Chequeado, da Argentina e Lupa, do Brasil, são outros exemplos, além do Politifact, que primeiro introduziram práticas de *fact-checking* em seus países. O interesse por esses três países – e não em outros – é justificado por diferentes razões, discutidas na seção 2. Adianto que, do ponto de vista histórico e político, observa-se uma relação triangular (Russel; Tokatlian, 2004), que consiste na influência não só dos Estados Unidos no Brasil e na Argentina, mas também do Brasil na própria Argentina. Pericás (2003), citando estudo de Moniz Bandeira (2003), expõe que o acelerado desenvolvimento da Argentina e sua hegemonia econômica no final do século XIX e no começo do século XX, além da ascensão econômica do Brasil na década de 1940 até os anos da ditadura militar – período caracterizado por grande ingresso de capitais estrangeiros e investimentos estatais –, possibilitou conflitos entre esses países numa dimensão continental e internacional.

A percepção de influência de alguns países, dentre os quais Inglaterra e Estados Unidos, na política das relações econômicas e internacionais do Brasil e da Argentina, é relevante para a compreensão *particular* de um processo histórico marcado, ao mesmo tempo, "pela decadência da Argentina e aumento do poder relativo dos Estados Unidos em escala mundial e

[9]Do original: "circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief" (McIntyre, 2018, p.5).
[10]Em português: "Rede Internacional de Verificação de Fatos", cuja sigla seria RIVF. Para seguir os trabalhos publicados na área da comunicação, faço referência à rede com a sigla do inglês, a saber, IFCN, tendo em vista o peso institucional que essa rede tem no cenário do combate à desinformação *on-line*.

do Brasil no âmbito sul-americano" (Russel; Tokatlian, 2004, p. 108). Segundo os estudiosos, o modo de vinculação da Argentina, nesse contexto, com cada um desses dois países, teve impacto crescente e essencialmente negativo nas relações com o outro. Destacam que, até hoje, a Argentina não conseguiu resolver esse dilema e articular uma relação simultânea com o Brasil e os Estados Unidos, a qual seja funcional para os interesses econômicos daquele país.

A relação é complexa e deve ser verificada de modo a assumir que essa triangulação particular, considerando o cenário sócio-histórico no qual esses países estão inscritos, pode influenciar ou condicionar certos modos de acesso ao que é verdadeiro ou falso na prática de checar notícias no contexto da desinformação sobre covid-19. Essa relação se torna ainda mais interessante quando consideramos que, no relatório feito em 2020 pela agência de marketing digital WeAreSocial, na região das Américas (América do Norte, América Central e América do Sul), 81% do total de 1,4 bilhão de habitantes do continente estavam em processo de urbanização; 76% dessa população tinham acesso à internet; desse grupo, 67% eram usuários ativos em mídias sociais[11]. Em comparação com o restante do planeta, a região das Américas era, no período investigado, a mais engajada nas mídias sociais.

Trata-se de três países inscritos num cenário (1) de relação triangular particular, em meio a problemas de cunho sócio-histórico, político e econômico; (2) de pioneirismo na prática de *fact-checking*, segundo parâmetros internacionais de checagem – os da IFCN, International Fact-Checking Network, rede de verificação de notícias – e (3) de intensa participação em mídias sociais, possibilitando maior contato da população das Américas com conteúdos produzidos nas três línguas em questão. Basta mencionar o fato de que, além de o inglês ser considerado uma língua "universal" (Crystal, 2003; Rajagopalan, 2010), o português e o espanhol são falados, ambos, em mais de dez países, com influência linguística no globo[12].

É importante pontuar que cada agência de *fact-checking* tem missões e metodologias de checagem alinhadas aos princípios éticos estabelecidos na IFCN. Com relação aos objetivos, a agência argentina Chequeado, por exemplo, pretende melhorar o debate público, bem como "defender o direito à informação e abrir e colocar em circulação dados fidedignos"[13]. A agência brasileira Lupa, por sua vez, pretende "estimular o debate público", utilizando-se de "dados e informações precisas [...] baseados em fontes oficiais que precisam ser checadas"[14]. A agência

[11]Esses dados são do relatório WeAreSocial 2020. No relatório de 2023, algumas variáveis deixaram de ser consideradas. De todo modo, é relevante tentar mapear de que forma a acessibilidade e o uso de internet poderiam ser delineados à época em que as notícias em estudo foram publicadas. Disponível em: https://wearesocial.com/uk/. Acesso em: 10 jan. 2024.
[12]Disponível em: https://www.vistawide.com/languages/top_30_languages.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
[13]Disponível em: https://chequeado.com/conocenos/. Acesso em: 10 jan. 2024.
[14]Disponível em: https://lupa.uol.com.br/institucional. Acesso em: 10 jan. 2024.

estadunidente Politifact, uma das pioneiras no ramo ao lado da FactCheck.org, justifica suas publicações com o objetivo de "dar aos cidadãos a informação que eles precisam para se governarem em uma democracia"[15].

Conforme exposto, as agências mencionadas têm em comum o fato de que buscam maior *transparência* para um convívio democrático de cidadãos. Por essa razão, explicitam objetivos e metodologias frente a solicitações de checagem de informações, seja por editoriais oficiais, seja pelos chamados "usuários comuns", a partir da recente parceria do então Facebook com essas agências. Logo, não deixam de mencionar que, além de "apartidárias", não são financiadas por nenhum tipo de fonte única – recebem doações de institutos, de editoras, de revistas e do grande público em geral. A missão principal e explícita dessas agências é qualificar o debate público e defender o direito dos cidadãos à informação "verdadeira". É uma tentativa de chegar, portanto, ao que é "verdadeiro" ou "falso" no/do objeto de checagem a ser verificado.

Com relação às metodologias adotadas, as três agências mencionadas utilizam *unidades de análise*[16] com base nas quais decidem analisar ou não dada informação, segundo um conjunto de etiquetas[17], cujos polos vão do "falso" ao "verdadeiro", com gradações, como resposta à solicitação de uma checagem. A agência Chequeado atenta-se para a seleção de uma "frase do âmbito público", avaliando a relevância dessa frase (ou "tema") em contexto, confrontando-a com dados oficiais e legitimados[18]. A Lupa, por sua vez, seleciona dada "frase" em que pretende trabalhar, adotando critérios de relevância, nomeadamente "quem fala", "o que fala" e "que barulho faz"[19]. Por fim, a Politifact parte da análise de "declarações", verificando, dentre outros aspectos, se estas "soam errado" ou se "parecem ser enganosas", confrontando informações com dados oficiais[20]. De modo geral, as três agências mencionadas têm pressuposta uma certa concepção de texto, que as permite selecionar, entre "declarações" e "frases", quais elementos estariam sob checagem por causa de sua validade duvidosa.

---

[15]Disponível em: https://www.politifact.com/article/2018/feb/12/principles-truth-o-meter-politifacts-methodology-i/. Acesso em: 10 jan. 2024.

[16]Neste momento, concebo unidade de análise a partir de uma visão conteudista do trabalho científico. Problematizo a noção na seção 2. Segundo Moraes (1999), do ponto de vista da análise de conteúdo, unidade de análise é "o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação. Toda categorização ou classificação [...] necessita definir o elemento ou indivíduo unitário a ser classificado" (Moraes, 1999, p. 5). Opero com essa definição de partida, pois é compatível com o que é assumido pelas agências em seus sites.

[17]O estudo das etiquetas será desenvolvido neste trabalho na seção 5.2, igualmente importante para a investigação de concepções de texto nessas práticas letradas digitais.

[18]Disponível em: https://chequeado.com/transparencia/. Acesso em: 10 jan. 2024.

[19]Disponível em: https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens. Acesso em: 10 jan. 2024.

[20]Disponível em: https://www.politifact.com/article/2018/feb/12/principles-truth-o-meter-politifacts-methodology-i/. Acesso em 10 jan. 2024.

Tendo em vista o cenário da desinformação, na relação com a prática de *fact-checking*, este trabalho tem interesse na exploração de uma conceitualização de texto que emerge dessas agências, uma vez que a maioria dos critérios por elas selecionados trata de uma relação com o "extralinguístico", na evocação de uma percepção do que seria "falso" por parte daqueles que pedem a checagem de informação.

Esta tese tenciona contribuir com estudos sobre o fenômeno da desinformação em práticas letradas de agências de *fact-checking*. Tenciona contribuir, também, com os estudos da linguagem no contexto da desordem informacional. Busca também compreender como tais práticas permitem refletir sobre critérios metodológicos que levem em conta a problematização de procedimentos discursivos no reconhecimento do que é "verdadeiro" ou "falso" no/do texto e como, na recuperação desses procedimentos, é possível identificar aspectos "não explícitos" nos movimentos analíticos do *fact-checking*.

A organização da tese é a seguinte: na seção 2, "Pressupostos teóricos", apresento as bases para uma perspectiva que conjuga contribuições dos estudos de letramentos (*New Literacy Studies*) e da análise do discurso francesa (com as contribuições de Authier-Revuz e Maingueneau, por um lado, e de Paveau, por outro), visando à análise das notícias publicadas pelas agências e dos objetos de checagem por elas avaliados. A seção 3, "Procedimentos metodológicos", é dedicada à apresentação das categorias de análise, trabalhadas no âmbito do quadro proposto, segundo uma sistematização do que foi possível operacionalizar a partir da perspectiva eleita. Os capítulos seguintes são dedicados aos três eixos de reflexão propostos neste trabalho: a seção 4, "Oscilações em direção à verdade do texto", discute o processo de textualização multissemiótica da prática de *fact-checking*; a seção 5, "Flutuações metodológicas na prática de *fact-checking*", busca problematizar a efetividade das análises empreendidas pelas agências quando do trabalho de *debunking* (desmascaramento); a seção 6, "Construção da verdade por meio de fontes", por sua vez, discute como a escolha de fontes contribui para compreender o papel dos "ajustes discursivos" – a expressão é de Paveau (2015 [2013])[21] – realizados pelas agências quando o assunto é enquadrar determinado objeto de checagem na sua "não-veracidade". Por fim, a seção 7, "Concepções de texto das agências de *fact-checking*", propõe, a partir da conjugação dos três eixos de reflexão, concepções de texto assumidas pelas agências. Finalizo com considerações sobre esta pesquisa realizada.

[21]A indicação da data original de publicação das obras será feita somente na primeira vez em que o trabalho for citado. As citações subsequentes farão referência à edição utilizada pelo autor da tese.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este trabalho opera com um quadro teórico de interface. Baseio-me em pressupostos teórico-metodológicos dos estudos de letramentos (*New Literacy Studies*) e da análise do discurso francesa. Mais especificamente, situo-me numa perspectiva etnográfico-discursiva (Corrêa, 2011; 2022), com o objetivo de oferecer interpretação discursiva aos dados obtidos conforme contribuições da pesquisa etnográfica. Além disso, no caso desta pesquisa, assumo uma investigação empírico-indutiva de natureza transversal. Apresento, nesta seção, as escolhas teóricas que possibilitaram a promoção de um quadro de interface no tratamento da desinformação sobre covid-19 no contexto das práticas letradas das agências de *fact-checking*.

2.1 Desinformação no contexto da pandemia de covid-19

No âmbito dos estudos da comunicação no Brasil, alguns pesquisadores afirmam que tratar da desinformação é tratar da passagem da informação à desinformação. De acordo com Salgado e Mattos (2021), na revisão de uma etimologia de informação – da Teoria Matemática da Informação, à Cibernética, à Escola de Palo Alto, à Pesquisa da Comunicação em Massa –, o estabelecimento do conceito de informação tem ganhos na área comunicacional a partir do momento em que integra, em seu paradigma, "um estatuto técnico, transmissivo, informacional e midiático" (Salgado; Mattos, 2021, p. 40).

Haveria uma transição que ocorre na filosofia essencialista do século XVII, do sentido medieval da informação ("dar forma à matéria") para o sentido moderno, que seria "comunicar alguma coisa a alguém". Somente no século XX a informação deixaria de ser abstrata para ser materializada, manipulada e transmitida como um objeto. Mais do que uma transmissão de mensagens por meio de informações, os autores observam que informar, segundo a etimologia, é "dar forma, por meio da moldagem, da formatação de incertezas por um sistema, seja este humano ou maquínico" (Salgado; Mattos, 2021, p. 45). Desinformar seria, portanto, "ato de desformatar, de ampliar as incertezas" (Salgado; Mattos, 2021, p. 46).

Na passagem da informação para a desinformação, Salgado e Mattos (2021) esclarecem que é preciso ter uma concepção consistente de informação. Após uma extensa revisão teórica na área comunicacional, mapeando, como dito, o entendimento linear-matemático, as dinâmicas comunicacionais até o sistema de incertezas intrínseco a toda essa dinâmica, os autores recorrem ao estudioso McKay, para quem a qualidade da "diferença" seria a chave para compreensão da informação. Segundo os autores, "se os dados, os conteúdos, as mensagens

não são interpretados e a tais elementos não são atribuídos significados por quem as interpreta, não há informação" (Salgado; Mattos, 2021, p. 48); dito de outra forma, é a variância informacional, isto é, a possibilidade de uma informação deslizar para outros sentidos, no processo comunicacional, que faz com que esta não seja invariante ou fixa – reduzindo-a a um objeto tecnológico de transmissão, de um lado a outro – conforme previam as teorias lineares.

> A desinformação, nesse sentido, não prevista ou sequer discutida conceitual e teoricamente pela Mass Communication Research, implica, a nosso ver, *a promoção de incertezas que culminam em desentendimentos, em dissensos, em controvérsias ou mesmo em conspirações* [...] A desinformação seria, então, na esteira de um pensamento funcionalista, que preferimos tratar como sistêmico, uma *disfunção* (Salgado; Mattos, 2021, p. 50, grifos próprios)[22].

Para retomar os autores, a desinformação não seria invariante, mas variante (como a informação), porque também opera em (e é validada por) dinâmicas comunicacionais. Assim, para além de estabelecer "diferenças" nas sinalizações das expressões linguísticas, conforme conceito de informação, a desinformação seria responsável pela promoção de "diferenças controversas", o que confere ao fenômeno um caráter de "disfunção". Se, de acordo com Tarde (2005 *apud* Salgado; Mattos, 2021), toda sociedade humana seria um sistema complexo de crenças e desejos, não escolheríamos, de fato, opiniões, uma vez que crenças e desejos seriam introduzidos na/pela vida social, na/pela invenção, sendo propagados por imitação. Logo, segundo Salgado e Mattos (2021), uma opinião configura-se como verificável quanto mais circular, quanto mais se propagar e quanto mais adquirir engajamento em rede, uma vez que tenderia a ser validada pela percepção da maioria. Por conseguinte, definem desinformação como "pluralidade de dinâmicas que articulam processos de imitação, contágio, silenciamento e propagação intensa de fluxos dispersos de opiniões nas redes sociais on-line" (Salgado; Mattos, 2021, p. 59).

Distancio-me dessa definição pelas seguintes razões: a primeira é a de que, da perspectiva assumida neste trabalho, não há, em linguagem, a possibilidade de haver uma "diferença" – definidora da informação – que não cause dissenso ou controvérsia, qualidades restritas, segundo os autores, à desinformação, segundo a expressão "diferenças controversas". Esse traço da diferença refere-se a uma característica constitutiva da linguagem, observável no conceito de *interincompreensão* (Maingueneau, 2008 [1995]), segundo o qual o dissenso seria

[22]A atualização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em 2023, recomenda que destaques em itálico ou negrito, feitos por aquele que cita/utiliza determinado texto base, devem ser marcados como tendo "grifos próprios", daquele que faz a citação alheia. Quando houver destaques sem essa menção, deve-se entender que o realce foi feito pelo próprio autor do texto citado.

constitutivo das produções discursivas[23]. As consequências de concepções discursivas no tratamento da desinformação serão desenvolvidas adiante (cf. seção 2.1.2). Adianto que somente uma concepção ampla de desinformação permitiria problematizar a prevalência de certa concepção de linguagem, deslocando a ideia de uma desordem informacional

> para o eixo de uma ordem segundo a qual haveria inteligibilidade, clareza ou nitidez em relação ao que cada sujeito diria ao outro. Essa condição de transparência da linguagem é tomada por muitos como ideal, uma vez que produziria tranquilidade e bem-estar resultantes da obediência a leis, como as de convivência ética entre os cidadãos (Assis; Komesu; Pollet, 2021, p. 15).

Como busco demonstrar nesta tese, a transparência almejada pela objetividade jornalística só pode ser considerada num modelo idealista da linguagem. A segunda razão para me distanciar do conceito de desinformação apresentado por Salgado e Mattos (2021) é que propriedades definidoras do conceito poderiam ser aplicadas também ao conceito de informação, uma vez que os processos sinalizados – "imitação", "contágio", "silenciamento" e "propagação de opiniões" – também aparecem em dinâmicas informacionais, atestada na definição de variância informacional, discutida anteriormente, e reforçada pela concepção discursiva apresentada. Por último, seria preciso reavaliar a restrição de que a propagação intensa de fluxos dispersos de opiniões nas redes sociais *on-line* seria exclusiva à desinformação: trata-se de um ponto de vista questionável, visto que essa propagação é uma característica fundamental do processo comunicativo.

Martens *et al.* (2018) oferecem um mapeamento dos trabalhos a respeito de *fake news* ("notícias falsas") que podem fornecer a esta investigação um ponto de partida. De um ponto de vista da economia, o relatório foi elaborado para o Parlamento Europeu com o objetivo de reunir o que chamam de evidências científicas na elaboração de políticas na Europa. Por essa razão, os pesquisadores discutiram o problema da desinformação e de *fake news* – sinalizando que se trata de fenômenos distintos, mas relacionados – de uma perspectiva, ao mesmo tempo, restrita e ampla.

Numa concepção *restrita*, *fake news* fariam referência (e seriam limitadas) a informações falsas verificáveis, sobretudo, no contexto do *fact-checking*, que precisa lidar com

[23]No quadro dos estudos do discurso de linha francesa, Maingueneau desenvolve a hipótese de que a relação interdiscursiva faz a interação semântica entre os discursos parecer um processo tradutório regulado. De acordo com o analista, "Cada um introduz o Outro [não-lacaniano] em seu fechamento, traduzindo seus enuciados nas categorias do Mesmo [identificação provisória do discurso consigo] e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma de simulacro que dele constrói" (Maingueneau, 2008, p. 21, inserções próprias). Em outras palavras, trata-se de um processo em que a incompreensão entre discursos de formações discursivas dadas é um traço constitutivo da relação entre esses discursos.

a tarefa de desmentir informações (Tandoc Jr; Lim; Ling, 2018; Allcott; Gentzkow, 2017). Como comentado, o termo popularizou-se na corrida presencial de 2016 nos Estados Unidos, centrada na figura do então candidato à presidência Donald Trump (Partido Republicano), cuja retórica se estruturou em produzir relatos alterados ou inventados, com propósitos políticos. Há, de acordo com Gomes e Dourado (2019), uma ressalva epistemológica, segundo a qual o termo *fake news*

> acrescenta outra característica, advinda da noção de 'news' (notícia), à ideia já conhecida de relatos que se reivindicam factuais, mas que praticam a contrafação de inventar ou alterar os fatos a que pretensamente se referem. Com esta expressão se põe, ademais, ênfase considerável no fato de que *não se trata de quaisquer narrativas factuais, mas de relatos jornalísticos, de histórias do noticiário*. Com isso, se implica, aqui, *a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo* e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade. Não são quaisquer relatos falsos, mas contrafações do próprio jornalismo (Gomes e Dourado, 2019, p. 36, grifos próprios).

Os autores ressaltam, assim, o fato de que o fenômeno das *fake news* tem existência numa dinâmica entre credibilidade jornalística e interesse político, presente no contexto digital via mídias sociais. Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) revisam a literatura a respeito do termo e estabelecem uma tipologia dessas notícias, a saber, (1) sátira de notícias, (2) paródia de notícias, (3) fabricação, (4) manipulação, (5) publicidade e (6) propaganda. O problema levantado pelos autores, no que se refere ao papel do público na percepção dessas notícias falsas, é de grande interesse para este trabalho, pois ressalta a importância do outro no estabelecimento das *fake news* – segundo Tandoc Jr., Lim e Ling (2018), notícias seriam construídas por jornalistas, mas notícias falsas seriam co-construídas pelo público, uma vez que a compreensão de que a notícia seja falsa dependeria de como certo público perceberia essa falsificação ou a reduziria a uma obra fictícia. Seria necessário que o processo de engano fosse completo, pois "é quando o público as confunde com notícias reais que as notícias falsas são capazes de jogar com a legitimidade do jornalismo" (Tandoc Jr., Lim e Ling, 2018, p. 148, tradução própria)[24]; "jogo", portanto, que complexifica a emergência de *fake news*.

Numa concepção *ampla*, essas "notícias" seriam concebidas no âmbito de um problema de desordem e de distorção, com destaque para fabricação de versões de informações que promoveriam, segundo Martens *et al.* (2018), "ideologias" perturbadoras do debate público de qualidade. Ainda que esses autores trabalhem com uma abordagem "mista" na discussão do fenômeno – considerando, assim, concepções restrita e ampla na elaboração do relatório –, opto

[24]Do original: "It is when audiences mistake it as real news that fake news is able to play with journalism's legitimacy" (Tandoc Jr., Lim e Ling, 2018, p. 148).

por enfocar a concepção ampla a fim de tratar da desinformação no contexto da pandemia de covid-19 em toda sua complexidade, para além do "explícito" e verificável, ou, como veremos a seguir, de uma centralidade no aspecto dos produtores da desinformação.

Com o objetivo de promover um quadro interdisciplinar para políticos e pesquisadores do Parlamento Europeu (mas não se restringindo a ele), Wardle e Derakhshan (2017) também elaboram relatório para enfrentarem, em escala global, o que chamam de "poluição da informação", referente a problemas de circulação e recepção de notícias na contemporaneidade. Inspirados nos estudos da comunicação, em específico, nos trabalhos de James Carey, cuja contribuição principal é a concepção de comunicação como função ritualística[25], Wardle e Derakhshan (2017) examinam a desordem informacional e seus desafios impostos aos cidadãos, a exemplo de "filtros bolha" e de "câmaras de eco", num processo de poluição informacional[26] que dificulta as relações sociais. Há duas razões para evitarem o termo *fake news*: a primeira é a de que o termo é inaquado para a descrição do fenômeno da desordem informacional por não recuperar a complexidade do processo de sua produção; a segunda é a de que reelaborar o termo é também um exercício de dele se distanciar, tendo em vista sua apropriação por políticos de diferentes países ao redor do globo, que objetivavam atacar organizações jornalísticas com as quais estão em desacordo. Assim, a cautela deve-se a um contexto informacional em que maior acessibilidade de tecnologias de edição e de publicação, além da passagem do consumo privado de informação para o consumo público via mídias sociais, contribuiria para disseminação acelerada de informações falsas – intencionais ou não – na web.

Nesse contexto, de acordo com Wardle e Derakhshan (2017), a desordem informacional seria delineada a partir de tipos, elementos e fases. Os tipos de informação foram elaborados segundo um esquema em que perpassam, em dois polos opostos, as noções de "dano" e de "falsidade" – não definidas no referido relatório. A informação falsa[27] (*mis-information*) ocorre

[25]Segundo Subtil (2014), na leitura que faz da proposta de Carey (1975), uma visão ritualística da comunicação reside no fato de que esta é entendida dentro de um "cerimonial" participatório, "no qual e através do qual geramos, preservamos e transformamos a cultura", distanciando-se de uma concepção segundo a qual a comunicação seria reduzida a transmissão de informações ou mensagens; a visão ritualística trata a comunicação como "co-criação e partilha de atividades culturais que definem a realidade" (Subtil, 2014, p. 41).

[26]Filtros bolha e câmaras de eco são conceitos bastante trabalhados no campo da comunicação social. Filtro bolha é um mecanismo presente na web, discutido, entre outros, por Pariser (2012), para quem algoritmos filtrariam informações, numa tentativa de trazer ao usuário da internet aquilo que procura, com mapeamento de padrões de comportamento digital. Câmaras de eco, por sua vez, segundo Jasyn, Waggle e Fisher (2015), referem-se às formações, em redes sociais, que transformariam o modo no qual a informação é transmitida e interpretada por atores – a informação produziria "eco" em termos de uma repetição daquilo que a pessoa já acredita. Esse eco agiria como um viés de confirmação por parte de quem o recebe, em câmaras fechadas, propícias ao reforço da eficácia dessa dinâmica.

[27]Sigo a versão em português do documento, publicada em 2023, apresentada pelos tradutores Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues, com revisão de Lucas Andrade e Isabela Carneiro. Por se tratar de tradução recente, mantenho o termo original em parênteses.

quando a informação é falsa e é compartilhada sem intenção de causar dano; em seguida, a desinformação (*dis-information*) ocorre quando a informação é falsa e compartilhada, mas com intenção de causar dano por variadas razões; por último, a informação maliciosa (*mal-information*) ocorre quando a informação é verdadeira – genuína ou fidedigna – e é compartilhada com intenção de causar dano, promovendo confusões ou movendo informações, antes destinadas a serem privadas, para o âmbito público. Constato, dessa forma, que há a diluição de uma concepção restrita de *fake news*, no enquadramento de notícias falsas e desinformação.

Os elementos, por sua vez, dizem respeito ao *agente*, à *mensagem* e ao *intérprete* – em outras palavras, referem-se a, respectivamente, quem produziu, como produziu e quem recebeu a informação. No que se refere, por sua vez, às fases, os pesquisadores ressaltam a *criação* de uma determinada *mensagem*, que seria produzida ou reproduzida (fase de *produção*) para, em seguida, ser distribuída (fase de *distribuição*). Trata-se de elementos objetivos, baseados em estudos da comunicação, que visam à entrada de outras teorias para lidarem com um problema interdisciplinar, dada sua natureza multidimensional. A Figura 1, extraída de Wardle e Derakhshan (2023), ilustra a arquitetura da desordem informacional.

Figura 2 – Desordem informacional e seus tipos de informação



Fonte: Wardle e Derakhshan (versão traduzida e publicada em 2023)

É possível observar, no esquema proposto, que a desinformação se constitui pelo encontro entre *informações falsas* e *informações maliciosas*, que, além de ocorrer em um contexto falso, pode ter "conteúdo" fraudulento, manipulado e fabricado. Assim, uma informação falsa ou uma informação maliciosa não deixam de ser desinformação – sua redefinição dependerá de um critério que é centrado no agente: com ou sem "intenção" de prejudicar alguém. Neste trabalho, problematizo esse enfoque na definição dos conceitos, em busca de oferecer outras interpretações para a análise da desordem informacional, ligadas às relações entre sujeito e linguagem, caras às pesquisas linguísticas das últimas décadas (cf. seção 2.1.2 a respeito de uma perspectiva etnográfico-discursiva de sujeito).

Há, ainda, segundo Wardle e Derakhshan (2017), aspectos que especificam o enfrentamento à desordem informacional como problema de investigação: por ter implicações para democracia, mídia local ou tradicional, além da amplificação computacional (como o chamado *astroturfing*[28]) e das dinâmicas comunicacionais descritas por filtros bolha e câmaras de eco, o cenário informacional está marcado pela diminuição na confiança da evidência científica. Os pesquisadores demonstram, a partir da publicação de Pariser (2012), de que modo empresas de tecnologia social engenharam experiências personalizadas a partir dos padrões de comportamento de usuários de tecnologias[29]. Desse modo, utilizando algoritmos baseados em comportamento digital, "estas plataformas reforçam as nossas visões de mundo e permitem-nos permanecer fechados nas nossas câmaras de eco seguras e confortáveis" (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 49)[30]. As câmaras de eco ofereceriam espaços confortáveis para compartilhamento de crenças e visões de mundo com outros, quase sem medo da confrontação. Não se trata de um comportamento novo, mas as plataformas têm capitalizado-o financeiramente, de acordo com os autores, com base nessas tendências, sabendo que essas disposições encorajariam usuários a se dedicarem por mais tempo nas interações sociais em seus sites. É possível perceber, portanto, que o conceito de câmaras de eco é tratado como consequência da dinâmica de filtros bolha[31].

É possível afirmar que, quando os sujeitos consumem e compartilham essas mensagens, o farão de modo "acirrado" em câmaras de eco, como se não houvesse desafio de confronto de ideias com o outro. Como destacam os pesquisadores:

---

[28]*Astroturfing*, de acordo com Lyon e Maxwell (2004), refere-se à prática de propaganda em que determinada empresa (ou grupo) subsidia secretamente um grupo com pontos de vista semelhantes para fazer *lobby* quando normalmente não o faria, com objetivo de simular auditórios, com consequências para o debate público.

[29]Neste trabalho, opero com uma distinção metodológica entre *usuários de tecnologias* e *sujeitos da linguagem*, inspirado nos trabalhos de Komesu e Galli (2014; 2016) no contexto da escrita acadêmica.

[30]Do original: "these platforms reinforce our worldviews and allow us to stay encased in our safe, comfortable echo chambers" (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 49).

[31]Do ponto de vista da linguagem, é possível problematizar ambos os conceitos. Faço essa discussão adiante (cf. seção 2.1.2).

> Os agentes que estão criando a desinformação compreendem que, quando as pessoas consomem e partilham estas mensagens, o fazem cada vez mais a partir do interior destas câmaras de eco, *sem ninguém para contestar as ideias*. Isto significa que as pessoas que interpretarão as suas mensagens têm menor probabilidade de realizar uma leitura 'oposicionista' (rejeitando a forma como a mensagem foi codificada) ou 'negociada' (aceitando apenas alguns aspectos da mensagem). Como tal, os agentes dirigem-se *a grupos que sabem que têm mais probabilidade de serem receptivos à mensagem*. Se o fizerem com sucesso, é muito provável que a mensagem seja partilhada pelo destinatário inicial. E, como mostram os estudos, é muito mais provável que confiemos numa mensagem vinda de alguém que conhecemos, *mesmo que suspeitemos que seja falsa*. É por isso que a desinformação pode ser disseminada tão rapidamente. A desinformação viaja entre redes de pessoa para pessoa nas quais a confiança tende a ser elevada (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 50, grifos próprios)[32].

Assim, a câmara de eco reproduziria um "fechamento", do ponto de vista comunicacional, de perspectivas em desacordo quando da propagação de mensagens. Há um enfoque, por conseguinte, na propagação de informações, destacando a figura do leitor como sendo de importância na dinâmica da desordem informacional[33]. Além dos filtros bolha e das câmaras de eco, Wardle e Derakhshan (2017) reafirmam o fato de que há outras questões em jogo nesse processo, a saber, utilizadores das redes sociais ("usuários" de tecnologia) e agregadores dos motores de busca, que experimentam mais diversidade do que os não utilizadores, isto é, pessoas não tão engajadas em plataformas tecnológicas. Abordagem similar a respeito da desinformação pode ser encontrada no relatório do High Level Expert Group, coordenado por De Cock Buning (2018), que adota concepção ampla sobre *fake news* no tratamento do problema da desordem informacional. Trata-se de um documento preparado para o Parlamento Europeu, que reuniu acadêmicos e jornalistas, bem como representantes da sociedade civil e de organizações de *fact-checking*, com o objetivo de alertar a comissão para o problema das informações falsas nas mídias sociais e tradicionais. Na tipologia proposta, trabalham somente com a desinformação, deixando de lado as informações reconhecidamente

[32]Do original: "Agents who are creating dis-information understand that, when people consume and share these messages, they will be doing so increasingly from inside these echo chambers, with no one to challenge the ideas. This means the people who will interpret their messages are much less likely to have an 'oppositional' (rejecting the way the message was encoded) or 'negotiated' (accepting only some aspects of the message) reading. As such, agents target groups that they know are more likely to be receptive to the message. If they are successful in doing that, it is very likely the message will then be shared by the initial recipient. And, as research shows, we are much more likely to trust a message coming from someone we know, even if we suspect it to be false. This is why dis-information can be disseminated so quickly. It is travelling between peer-to-peer networks where trust tends to be high" (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 50).

[33]No campo dos estudos de letramentos, Komesu, Alexandre e Silva (2020) discutem como uma concepção ampla de desinformação – desenvolvida adiante – permitiria problematizar a desordem informacional. Segundo os autores, trata-se de se distanciar de uma suposta "ordem" informacional, inteligível, clara e nítida na comunicação entre sujeitos, numa espécie de transparência condicionante da linguagem, conforme argumentado neste trabalho no que se refere aos limites de uma concepção comunicacional estrita da desinformação como disfunção.

falsas (*mis-informations*), mas igualmente propondo descrições de dinâmicas que não se restringem aos filtros bolha e câmaras de eco.

No relatório sobre uso da ciência e do letramento científico no enfrentamento da desinformação, Siarova, Sternadel e Szőnyi (2019) também operam com a distinção entre informação falsa (*mis-information*) e desinformação. Segundo os pesquisadores, o letramento científico pode ser a prática esperada para combater informações falsas. Ressaltam o papel dos *trolls* e dos *bots*[34] na disseminação de desinformação, considerando-se principalmente a já mencionada campanha presidencial de 2016 nos Estados Unidos. O relatório destaca o importante papel do *fact-checking*, mesmo que *too little, too late* (do inglês, "muito pouco, muito tarde") – a expressão é de Weiss (2017) –, numa alusão ao fato de que esse trabalho tem sua eficácia comprometida no combate à informação manipulada, tendo em vista a sua duração de circulação em esferas nas quais deveriam aparecer. Por esse motivo, reforçam que promover o pensamento crítico, aliado ao letramento científico entre a população em geral, deve ser uma ação feita junto aos movimentos de *fact-checking*, para garantir sua eficiência. Destacam, no enfrentamento à desinformação, resultados promissores da utilização da teoria da inoculação (Cook; Lewandowsky; Ecker, 2017), segundo a qual o uso de informações falsas em certas notícias, a fim de reduzir suas influências no processo comunicacional, pode ser útil para estimular o pensamento crítico entre os cidadãos, ideia inspirada na metodologia de inoculação viral desenvolvida em vacinas[35].

No caso do Brasil, é possível destacar o relatório da Unesco a respeito do que chamam de "desinfodemia" (Posetti; Bontcheva, 2020), que seria uma "nova desinformação sobre a COVID-19 [pois] cria[ria] confusão referente *à ciência médica*, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta e em sociedades inteiras. *Ela é mais tóxica e mais letal que a desinformação sobre outros assuntos*" (Posetti; Bontcheva, 2020, p. 2, grifos próprios). É possível constatar, contudo, dois pré-construídos[36] que nos levariam a conceber como "já

[34]Harris (2023), de um ponto de vista filosófico e tecnológico, argumenta que esses conceitos são tratados de uma perspectiva de entidades que perfomam indivíduos falsos no contexto das mídias sociais. Assim, *trolls* seriam contas que apresentam comportamento provocativo *on-line*, buscando promover conflitos em grupos para sua própria diversão; *bots* por sua vez, são contas automatizadas por algoritmos computacionais que podem emular um comportamento *on-line* de seres humanos. Os bots de redes sociais – *social bots* – podem criar, replicar, compartilhar ou seguir outras contas como contas de seres humanos tipicamente fariam.

[35]Uma extensão da teoria da inoculação chegou a estudos em que a desinformação é tratada na relação com a gamificação: jogos estão sendo propostos com o objetivo de desenvolver a habilidade de criar notícias falsas para, inversamente, promover uma formação mais refinada a respeito dessas retóricas de pós-verdade, no reconhecimento dessas "notícias". Exemplo de um estudo dessa natureza pode ser encontrado em Costa e Silva e Presser (2023).

[36]Trata-se do efeito discursivo ligado, segundo Pêcheux (1995), ao encaixe sintático (mas não somente, conforme demonstra Dumoulin, 2022). Numa perspectiva discursiva, o pré-construído é um conceito que designaria o que

assimiliadas" as duas estruturas que destaquei. Em primeiro lugar, não é possível afirmar categoricamente que a desinformação sobre covid-19 criaria confusão referente exclusivamente à ciência médica: o relatório Midiars (Recuero *et al.*, 2021) constatou, pelo menos no contexto brasileiro, que a questão da saúde, nas frequentes discussões sobre notícias falsas a respeito da covid-19, acaba sendo, num cenário marcado pela polarização política em ascendência, uma questão secundária. Em segundo lugar, não há pesquisas que sustentam a afirmação de que desinformação sobre covid-19 seria mais letal do que desinformação sobre outros "assuntos", não somente porque a desinformação não configura um fenômeno necessariamente novo, como também porque há, na desinformação sobre covid-19, outros "assuntos" que constituem esse complexo cenário, como educação, política, teorias da conspiração, entre outros. De um ponto de vista da linguagem, seria ainda preciso definir o que se entende por "assunto", uma vez que o processo de desinformação não é um fenômeno que se encerra segundo "o que se diz".

De todo modo, os pesquisadores contribuem significativamente para o estabelecimento de temas comuns da desinformação no contexto da pandemia de covid-19, como origens e propagação do vírus e da doença; estatísticas falsas equivocadas; impactos econômicos; descrédito de jornalistas e de veículos de notícia fidedignos; questões da ciência médica; avaliação de impactos na sociedade e no meio ambiente; politização e, por fim, conteúdos impulsionados para ganho financeiro fraudulento – os conhecidos *clickbaits*[37]. Por fim, explicitam a necessidade de uma "vigilância moderada" pelas agências de checagem (Posetti; Bontcheva, 2020, p. 8), uma vez que, na verificação de argumentos mais complexos, a afirmação, por exemplo, de que máscaras faciais não são eficientes na prevenção e proteção contra a covid-19 ainda causa controvérsia a partir de estudos existentes, como os desenvolvidos na China. Conforme tento demonstrar, essa redução do problema a uma disputa de narrativas pode enfrequecer o discurso científico e a crença das pessoas nas instituições.

O referido relatório brasileiro Midiars (Recuero *et al.*, 2021) sistematiza os principais resultados sobre desinformação, mídia social e covid-19 no Brasil, no período de março a dezembro de 2020. Os resultados são surpreendentes e o relatório torna-se um dos mais importantes no contexto brasileiro, no que se refere à análise de elementos de desinformação sobre covid-19 em mídias sociais. Segundo os pesquisadores, foi possível identificar que, no Brasil, (1) a desinformação sobre covid-19 é enquadrada principalmente como um assunto

remete a uma construção anterior (sintagmas dentro de nominalizações, relativizações ou subordinações), exterior e independente (um "já-dito"), em relação ao que é construído pelo enunciado.

[37]De acordo com Chakraborty *et al.* (2016), no campo do jornalismo, *clickbait* ("isca de cliques") tem sido usado para descrever manchetes de notícias específicas, elaboradas para serem atrativas, na "captura" de usuários da internet, aumentando visitas a um site, objevitando engajamento social e financeiro, por fluxo de pessoal.

político-partidiário, deixando a questão da saúde pública em segundo plano; (2) o conteúdo verificado e as checagens das agências de *fact-checking* não conseguem penetrar a "bolha" da desinformação – algo já constatado, na Europa, por Weiss (2017) –; (3) os usuários que compartilham desinformação são geralmente mais engajados e publicam mais; (4) nos casos em que conteúdos de checagem jornalística circulam nesses grupos, eles são enquadrados como desinformação – condizente, portanto, com uma disputa de narrativas características de um contexto marcado por pós-verdades (McIntyre, 2018) –; (5) as autoridades políticas e de saúde têm um papel fundamental na legitimação e na propagação da desinformação sobre covid-19 nas mídias sociais – no período em questão –; (6) os veículos apócrifos hiperpartidários têm um papel importante na criação e no espalhamento de desinformação; (7) há maior desconfiança em relação a vacinas como consequências da desinformação no país; (8) os discursos relacionados à desinformação sobre o vírus também apontam para um forte conteúdo xenófobo e violento contra pessoas chinesas e asiáticas de modo geral – algo a ser observado em diferentes objetos de checagem, como buscarei demonstrar durante a tese. Observam, por fim, que são necessárias ações de letramento digital e fomento ao debate público com apoio de autoridades científicas, além de cobrança de ações de combate à desinformação nas plataformas e nos veículos jornalísticos.

De acordo com esses pesquisadores, a gravidade da situação no país é apontada como o resultado não somente da circulação de novas variantes da covid-19, mas também da posição negacionista de autoridades governamentais quanto ao vírus (Hallal, 2021). Há também o problema do espalhamento generalizado de desinformação sobre pandemia por mídias sociais (Ricard; Medeiros, 2020), o que atesta a necessidade de pesquisas nesse cenário. Numa reflexão sobre a formação do leitor no contexto da desinformação e das *fake news*, no campo dos letramentos, Assis, Komesu e Pollet (2021) evidenciam que o processo de leitura nesse espaço é constituído de uma discussão pública "sobre tomar ou não vacina, criticar ou não chineses, crer ou duvidar dos propósitos das instituições e da eficácia de métodos científicos" (Assis; Komesu; Pollet, 2021, p. 26). Trata-se de compreender que o tema da pandemia é e será revelante porque atua transversalmente em temas mais amplos na sociedade. Ressalto, enfim, a importante constatação de que, no Brasil, os pesquisadores do referido relatório observaram com frequência uma espécie de competição pela "verdade" nas várias conversações analisadas na mídia social. Há, frequentemente, uma "disputa discursiva" associada a uma leitura desinformativa de um fato, o que coloca em destaque a importância da leitura no contexto da

desordem informacional; essa disputa toma a forma de uma luta por *hashtags*[38], por exemplo, em ferramentas públicas, como o então Twitter (Soares; Recuero, 2021a), ou de disputa de sentidos em outros espaços mais privados, como o WhatsApp (Soares *et al.*, 2021). Reconhecem, portanto, que a investigação a respeito de processos comunicacionais no contexto da desinformação – neste caso, sobre covid-19 – não pode ignorar as plataformas de mídias sociais.

Como o foco de investigação deste trabalho é a desinformação no contexto da pandemia de covid-19 – ainda em curso[39] –, é importante mencionar o trabalho de Simon e Camargo (2021) sobre a reelaboração epistemológica do termo "infodemia". Os autores criticam essa metáfora de contágio utilizada para compreensão da desinformação (ampla ou restrita). Examino os principais argumentos, buscando relacioná-los, quando possível, a uma reflexão discursiva.

No âmbito das ciências cognitivas e dos estudos da comunicação, Simon e Camargo (2021) expõem por que a informação não se espalha como vírus e como o termo "infodemia" pode ser "enganador". A partir da fala, em 2020, do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, a infodemia teria relação com notícias falsas e desinformação, a qual seria propagada de modo mais rápido, mais fácil e mais perigosa do que o vírus. O caráter "viral" pelo qual a infodemia é reconhecida é objeto de crítica por esses estudiosos, uma vez que há inconvenientes teórico-metodológicos do uso indiscriminado desse termo, os quais não podem ser ignorados pela literatura científica no campo da comunicação.

Há pelo menos dois problemas relacionados ao seu uso: o primeiro, relacionado aos *objetos de que tratam* e o segundo, à *superabundância de informações*. Com relação aos objetos, Simon e Camargo (2021) argumentam que o conceito de infodemia é falho porque, embora a metáfora epidemiológica possa ser intuitiva, pode também ser enganosa, uma vez que os objetos que "espalham" – ou disseminam – são diferentes. Uma falha fundamental dessa comparação epistemológica está no fato de que

[38]Omena, Rabello e Mintz (2020) argumentam que é possível compreender as *hashtags* como um movimento de adicionar o símbolo de cerquilha ("#") antes de uma palavra (de uma sequência de caracteres ou mesmo de um emoji), tendo se tornado prática social dentro e fora de plataformas da web.

[39]Posiciono-me em favor da ideia de que a pandemia ainda está em curso, porque o que a OMS aprovou em maio de 2023 foi o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à covid-19, decisão motivada pela queda das hospitalizações e dos óbitos causados pela doença em escala mundial, desobrigando uma atualização diária feita pelos países do número de contaminados. Essa decisão não quer dizer, contudo, que o vírus parou de circular ou de ser mortal (graças à vacina). Mais informações: https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente. Acesso em: 10 jan. 2024.

> do ponto de vista biológico, as epidemias reais têm uma causa única e bem definida – um vírus cujas cepas podem ser sequenciadas, identificadas e rastreadas até suas origens. A disseminação de informações, ao contrário, geralmente envolve fontes independentes, origens pouco claras de ideias e de informações, qualidade de conteúdo variada, limites imprecisos e muita interpretação que é dependente do contexto (Simon; Camargo, 2021, p. 2225, tradução própria)[40].

É sabido que a própria sequenciação de causas de vírus pode não ser tão explícita como alguns estudos fazem parecer ser. Jefrey (2019), citado pelos autores, explica, por exemplo, que, embora essas causas sejam identificáveis, há sempre, na gama das possibilidades, uma causa que pode ser diferente da que se espera. Entretanto, estamos de acordo com os estudiosos no que se refere a um traço de equívoco da origem das informações e de suas mudanças semânticas no curso da circulação dos discursos. Do ponto de vista assumido neste trabalho, trata-se do reconhecimento de uma dinâmica *opaca* no processo de produção de sentidos.

Outro argumento levantado por Simon e Camargo (2021), ainda sobre os objetos, é o de que o conceito é falho sobre a própria ideia de a informação ser contagiosa. De acordo com os estudiosos, "[d]oenças geralmente não são compartilhadas intencionalmente, enquanto o compartilhamento de informações (em outras palavras, a comunicação) geralmente é intencional" (Simon, Camargo, 2021, p. 2225, tradução própria)[41]. De um ponto de vista da linguagem, não se trata de constatar que, na desinformação, o compartilhamento de informações em geral é ou não intencional, mas de reconhecer que não é possível controlar essa intenção como se pudéssemos deixar de compartilhar informações com alguém. A metáfora do contágio, ao conceber a troca de mensagens entre sujeitos como acontecimento por "influência", deixa pressuposta a ideia de que haveria uma condição em que os textos não sofreriam influências de outros – um lugar, portanto, em que o texto estaria livre de contágio, "higienizado". Em linguagem, contudo, não existe texto que não esteja em diálogo com outro (e com outro sujeito) por processo de constituição[42]. Se, do ponto de vista comunicacional, a "intenção" seria uma propriedade que diferenciaria o vírus de uma informação, do ponto de vista linguístico, a questão dessa diferença pode ser concebida no diálogo – constatação de que compartilhar

---

[40]Do original: "from a biological point of view real epidemics have a single, well-defined cause – a virus whose strains can be sequenced, identified and traced back to their origins. The spread of information, on the contrary, often involves independent sources, unclear origins of ideas and information, varied content quality, fuzzy boundaries and plenty of context-dependent interpretation" (Simon; Camargo, 2021, p. 2225).

[41]Do original: "Diseases are usually not shared intentionally whereas information sharing (in other words, communicating) is usually intentional" (Simon, Camargo, 2021, p. 2225).

[42]Benveniste (1976) mesmo reconhece o diálogo como condição da linguagem humana ao descrever a mensagem das abelhas. De acordo com o linguista, "a mensagem das abelhas [neste caso, do vírus] não provoca nenhuma resposta do ambiente, mas apenas uma certa conduta [disseminação de doença], que não é uma resposta (Benveniste, 1976, p. 65, inserções próprias). Assim, elas não reconheceriam o diálogo, pois "o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto de experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição linguística" (Benveniste, 1976, p. 65).

informações não é algo da ordem do "controlável", mas do constitutivo da língua e da linguagem.

O último argumento, a respeito dos objetos, refere-se ao fato de que infodemia acaba por ser um conceito falseador da dinâmica de distribuição de conteúdo digital em redes sociais *on-line*. Citando trabalho de Goel *et al.* (2015), Simon e Camargo (2021) argumentam que, embora seja útil utilizar o termo "viral", graças às ferramentas de rastreio de usuários, existem partes do conteúdo que se espalham, na forma de transmissão, enquanto outras partes se difundem lentamente sobre vários usuários, que postam e reproduzem *posts*. Num ambiente *on-line*, trata-se de observar que há regras sociais que afetam como partes de uma informação podem ser propagadas (Cheng *et al.*, 2018 *apud* Simon, Camargo, 2021).

Quanto ao problema da superabundância de informações, é preciso ler a crítica com cautela. Segundo Simon e Camargo (2021), estudos comprovam que, embora se tenha de lidar com mais informação na web, também há desenvolvimento de estratégias para o confronto com esse excesso informacional. Recordam que outras pesquisas mostraram que

> a crise do coronavírus aumentou substancialmente o consumo de notícias da grande mídia durante o primeiro pico da crise (Fletcher *et al.*, 2020; Mitchell *et al.*, 2020; Newman *et al.*, 2020; Shearer, 2020), o que contradiz as alegações de que a maioria das pessoas achava difícil identificar fontes confiáveis durante a primeira onda da pandemia na primavera e no verão de 2020 (Simon; Camargo, 2021, p. 2227, tradução própria)[43].

Em outras palavras, o problema estaria menos no acesso à informação de qualidade e mais na recepção dessa informação pelas pessoas. Não é comum encontrar pesquisas que enfocam o problema do leitor no contexto de práticas letradas digitais (cf. Assis; Komesu; Pollet, 2021), evidenciando que a questão da recepção também deve ser levada em conta. Além disso, deve-se estar atento ao senso comum de que a mídia tradicional estaria para sempre distante dos usuários em tempos de crise. Os estudiosos citam um extenso trabalho no contexto estadunidense (Nielsen *et al.*, 2021), cuja demonstração enfoca não apenas o fato de que as organizações jornalísticas eram fontes centrais de informação sobre a pandemia, como também o fato de que a confiança em especialistas independentes, cientistas e organizações de saúde permaneceram em alta, com a crença na desinformação da covid-19, em baixa. Em resumo, haveria, de acordo com Simon e Camargo (2021), excesso de oferta de informações na crise

[43]Do original: "the coronavirus crisis had substantially increased news consumption for mainstream media during the first peak of the crisis (Fletcher et al., 2020; Mitchell et al., 2020; Newman et al., 2020; Shearer, 2020), which contradicts claims that a majority of people found it hard to identify trustworthy sources during the first wave of the pandemic in the spring and summer of 2020" (Simon, Camargo, 2021, p. 2227).

pandêmica. É preciso ressaltar, contudo, a dificuldade encontrada pelos sujeitos na eleição de critérios de consumo de notícias, em meio a uma saturação de informação.

Quais seriam, por conseguinte, as consequências de adotar o termo infodemia no processo de desinformação? Os autores mencionam dois aspectos. O primeiro diz respeito ao esvaziamento dos conceitos de forma geral, prejudicando o rigor no trabalho com o fenômeno. O segundo, que considero o mais importante, tem a ver com o fato de que a metáfora ofuscaria sua natureza:

> Como Brennen *et al.* (2020) escrevem, 'ao contrário da pandemia em si, não há uma causa raíz única por trás da disseminação de [mis] informação' – uma observação que ecoa e reconhece que o comportamento das pessoas, especialmente *on-line*, é diverso e ambivalente (Phillips e Milner, 2017) e que a informação é produzida, distribuída e consumida por uma variedade de motivos (Jenkins *et al.*, 2013: 13) – propriedades não capturadas pelo termo 'infodemia' (Simon, Camargo, 2021, p. 2229, tradução própria)[44].

Estaríamos, dessa forma, numa situação em que a metáfora pode pressupor que há um conjunto de soluções práticas para evitar seu "contágio" ou promover a "cura" – algo bastante distinto em termos de informação e de linguagem, como visto. Seria o equivalente a dizer que a desordem informacional poderia ser resumida a *fake news* – o que, conforme exposto, ofuscaria as especificidades de perspectivas (restrita e ampla) sobre o fenômeno. Finalizam atestando que, embora se reconheça as qualidades do termo (jornalisticamente forte, intuitivamente satisfatório e em consonância com a experiência e intuição), seu uso acrítico pode resultar em soluções que ignoram o problema e as origens estruturais. No caso da desinformação na pandemia, trata-se de criar políticas com danos permanentes. Estou de acordo com essas possíveis consequências teóricas e práticas na vida social e, por essa razão, adoto a solução dos autores, em consonância com a perspectiva comunicacional apresentada por relatórios europeus e brasileiros: investigar notícias falsas no contexto da pandemia de covid-19 como informações falsas e desinformação.

Com base no exposto até o momento, percebe-se que não é possível exaurir a literatura a respeito do assunto, porque o problema da desinformação é multidimensional e interdisciplinar: qualquer ponto de vista teórico que reinvindique para si o "completo" aparato conceitual para compreender essa dinâmica pode cair num reducionismo teórico ou numa

[44]Do original: "As Brennen et al. (2020) write, 'unlike the pandemic itself, there is no single root cause behind the spread of [mis] information' – an observation that echoes and acknowledges that people's behaviour, especially online, is diverse and ambivalent (Phillips and Milner, 2017) and that informa- tion is produced, distributed and consumed for a variety of reasons (Jenkins et *al.*, 2013: 13) – properties not captured by the term 'infodemic'" (Simon; Camargo, 2021, p. 2229).

generalidade das conclusões de pesquisa, prejudiciais para as investigações no campo das ciências humanas.

Os argumentos apresentados buscam evitar não somente a restrição de uma concepção de desinformação focada no que é deliberadamente falso ou enganoso (caso do termo *fake news*), como também evitar a ampliação de dinâmicas comunicacionais que causariam uma indistinção entre informar e desinformar (caso da definição da área da comunicação). Com base na leitura dos relatórios e de outros pesquisadores a respeito da desinformação – principalmente no que se refere ao ecossistema da desinformação de Wardle e Derakhshan (2017), além da tipologia apresentada por Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) –, no campo da linguagem, Assis, Komesu, Pollet (2021) afirmam que uma concepção ampla de desinformação pode ser de interesse aos estudos linguísticos e que caraterísticas do fenômeno estariam sendo descritas para fazerem referência a (1) informações verificáveis, (2) estratégias de fabricação e manipulação de notícias, (3) estratégias de produção de verossímil em certas atividades de publicidade e propaganda que exploram os limites do verossímil para constituírem o valor de troca, por exemplo, de uma mercadoria ou (4) estratégias de linguagem como a sátira e a paródia. Trata-se, dessa forma, de "recursos que se definem pela exploração dos limites da verossimilhança na linguagem" (Assis; Komesu; Pollet, 2021, p. 15). A passagem da informação à desinformação seria somente uma ficção discursiva e, por essa razão, opto por grafar (des)informação, para, ao mesmo tempo, destacar a diferença empírica entre as duas dinâmicas e reforçar que ambas fazem parte de processo mais amplo – o discursivo. Ademais, proponho que essa "exploração dos limites da verossimilhança" seja compreendida na dinâmica de ajustes discursivos entre sujeitos da linguagem inscritos sócio-historicamente num conjunto de morais vigentes a respeito do que é real ou fictício, ou do que é mentira ou verdade (cf. seção 2.2.3).

Portanto, para compreender o trabalho das agências de *fact-checking*, é preciso ter uma noção consolidada sobre (des)informação (*[dis]information*) no contexto da pandemia de covid-19, considerando-se uma dinâmica complexa (informações falsas [*mis-information*] ou maliciosas [*mal-information*]), que, por sua vez, constitui a desordem informacional. Proponho, considerando os propósitos deste trabalho, um deslocamento teórico-epistemológico desses conceitos, centrados no agente, em direção a uma visada discursiva, que leve em conta a heterogeneidade dos discursos e dos sujeitos (escreventes e leitores), em práticas de leitura e escrita no contexto digital.

2.1.1 Práticas letradas digitais: informação, mídia, ciência de dados

Inscritos na tradição da pesquisa etnográfica, *New Literacy Studies* ("Novos Estudos do Letramento") é uma continuidade dos estudos sobre práticas de leitura e escrita em contextos situados. Scribner e Cole (1981), cuja pesquisa sobre o povo Vai, da Libéria, na África Ocidental, objetivou descobrir diferenças entre papéis do aprendizado formal e aquisição de conhecimento cultural em relação à capacidade cognitiva, chegaram à conclusão de que letramento está associado (e é realizado) por meio de "práticas sociais". Essa importante constatação redirecionou o olhar sobre letramento, da qualidade de uma circunstância empírica de uso de escrita integrada a processos interprativos dos participantes, conforme propõe Heath (1982) – com base na noção de "evento de letramento" –, para a assunção de que existem letramento<u>s</u> (no plural), imbricados em práticas sociais de modo amplo, relacionadas, segundo Street (1984; 2014 [1995]), aos modos de construir/agir no mundo, por meio de leitura e escrita.

Incorporando eventos de letramento – enquanto circunstâncias empíricas –, práticas sociais letradas incorporam, também, "'modelos populares' desses eventos e preconcepções ideológicas que os sustentam" (Street, 2014, p. 174). Pesquisas subsequentes concentraram-se na construção social dos letramentos, na observação de relações de poder e na consideração de histórias socioculturais constitutivas dessas práticas. Decorre dessa reflexão a distinção, proposta por Street (1984), entre uma visão ideológica (modelo *ideológico* do letramento) e uma visão tradicional de letramento, como conjunto restrito a habilidades técnicas de aquisição da escrita e da leitura, diretamente aplicável a determinados contextos (modelo *autônomo* do letramento).

Essa distinção pretende garantir que letramento não seja confundido com alfabetização. Rojo e Moura (2019), em revisão da recepção desse conceito no Brasil, afirmam que Street (1985) e Kleiman (1995) definiram práticas letradas como os "modos culturais de utilizar a linguagem escrita com que as pessoas lidam em suas vidas cotidianas, sejam elas alfabetizadas ou não, com os mais diferentes níveis ou graus de (an)alfabetismo" (Rojo; Moura, 2019, p. 17). Por serem plurais, práticas letradas refletem transformações sociais a partir do crescente desenvolvimento de meios/máquinas de produção e de distribuição da escrita, combinando, conforme Rojo e Moura (2019), "múltiplas linguagens que não somente a oral e a escrita, mas também imagens estáticas e em movimento, músicas e sons variados" (Rojo; Moura, 2019, p. 19). É a integração entre essas diferentes práticas de letramento que leva à reflexão sobre multiletramentos, cuja base pode ser vista no final do século XX, em 1996, quando um grupo de pesquisadores se reuniu em Nova Londres (Estados Unidos) para discutir as mudanças na

composição dos textos/letramentos[45]. Tratar de multiletramentos não é somente levar em consideração letramentos múltiplos, mas, sim, a multimodalidade e as diferenças culturais dessas práticas situadas.

Bhatt (2017) remonta que, após essa mudança epistemológica no campo da etnografia, a respeito da compreensão dos letramentos como uma questão, ao mesmo tempo, social, institucional e histórica em contextos situados, outro campo emergiu na discussão sobre letramentos no contexto digital, propondo que haveria, ao lado desses letramentos, outros – ditos "novos" – cuja reflexão se justificaria por novas formas de construir/agir no mundo (digital) por meio da leitura e da escrita. Na formulação de uma visão sociocultural de letramentos em contexto digital, Lankshear e Knobel (2007) argumentam que *bloggar*, escrever *fanfics*, produzir mangás e memes, editar imagens, produzir AMV (*Anime Music Videos*), produzir *podcasts*, *vodcasts* e jogos são igualmente letramentos, como a escrita de cartas e diários ou a leitura de livros e horários de ônibus, entre outros. Essas "novas" práticas de leitura e escrita se relacionam a um novo *ethos*[46] correspondente à ideia de uma comunidade mais "participativa", "colaborativa" e "distribuída", que surge de um "rompimento do espaço" – a expressão é também dos autores – associado, por sua vez, a mudanças significativas. Epistemologicamente, essa ideia de rompimento tem a ver com a emergência do ciberespaço, que seria coexistente àquele que já se conhece (Lankshear, Bigum, 1999). Trata-se de um um paradigma mais "distribuído" e "colaborativo", sem apagamento da diferença entre sujeitos do mundo contemporâneo, de igual interesse para uma perspectiva discursiva.

Para Lankshear e Knobel (2017), letramentos são "formas socialmente reconhecidas pelas quais as pessoas geram, comunicam e negociam significados, como participantes (com papéis e identidades) em práticas sociais mais amplas, por meio de textos codificados"

[45]Rojo e Moura (2019) consideraram os multiletramentos como desenvolvimento da compreensão de que os textos já não eram essencialmente escritos, mas compostos de outras "linguagens" ou "modos semióticos" (multimodais). Discutirei essa concepção de língua enquanto modalidade na seção 2.1.2.

[46]O conceito de *ethos*, nos trabalhos de Lankshear e Knobel (2007; 2011), é trazido da retórica aristotélica e reelaborado segundo uma orientação interacionista e praxeológica de James Paul Gee. O *ethos* aristotélico refere-se à disposição de uma pessoa para construir credibilidade em seu discurso. Trata-se da elaboração do problema daquele que está engendrado pela palavra. No caso de Lankshear e Knobel (2007), *ethos* refere-se à disposição que os sujeitos têm em relação a práticas letradas digitais, segundo valores, crenças e atitudes quanto à cultura digital e a tecnologias – tanto o "novo *ethos*", quanto as "novas *tecnologias*" fazem parte do que entendem como "novos letramentos" em contexto digital. Não se confunde, portanto, com a apropriação que Maingueneau (2008) faz desse conceito no quadro da análise do discurso francesa; o *ethos discursivo* refere-se à construção da imagem do enunciador em seu discurso, a partir de dimensões verbais e não-verbais, associadas, constitutivamente, a fiadores, garantidores de credibilidade.

(Lankshear; Knobel, 2017, p. 6, tradução própria)[47]. Da perspectiva dos autores, o advento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) fez com que houvesse mudanças nos significados e na natureza da "codificação" de textos, com implicações para criação, comunicação, negociação e distribuição de significados em práticas sociais diversas. Assim, em práticas letradas mediadas por tecnologias digitais, como é o caso das práticas de *fact-checking*, os "novos letramentos" se diferenciam dos letramentos ditos "impressos", pois

> suas inscrições são feitas em pixels nas telas em vez de impressões no papel, por meio de código digital em vez de meios materiais analógicos (impressos e ilustrados/imaginados/diagramados à mão, por máquina de escrever ou imprensa). Ou seja, os novos letramentos envolvem uma mudança da inscrição material para a codificação digital, das representações analógicas para as digitais. Consequentemente, os 'novos' tipos de textos são inevitavelmente multimodais, em vez de envolverem processos distintos para diferentes modos (texto, imagem, som). Basicamente, você clica em tudo, pois, sob os cliques, está o código digital que processa vários modos (Lankshear; Knobel, 2017, p. 6, tradução própria)[48].

Concordo com os autores sobre a afirmação de os textos, em contexto digital, serem multimodais e que seriam "codificados" em práticas sociais situadas. Há, entretanto, uma perspectiva que não considera a codificação dos textos enquanto produtos, mas intrínsecos a um processo mesmo de sua constituição (cf. seção 2.1.2). Por ora, é prudente ressaltar que, quando se lida com textos que são produzidos e que circulam nas mídias sociais, está se lidando com práticas sociais de leitura e escrita cujos significados são construídos numa conjuntura em que se considera a *diferença* no modo como as pessoas se comunicam (dentro e fora da internet). As agências de *fact-checking* lidam com textos desde a recepção de trabalhos até à publicação das suas análises: as suas produções textuais não são, portanto, desvinculadas de (suas) práticas letradas digitais. No que concerne à mudança de significados, seria preciso uma investigação mais aprofundada nos estudos da linguagem, para além da mudança de suporte material e de modos de circulação, considerando-se que, de um ponto de vista discursivo, há mais permanência de sentidos do que mudanças radicais.

[47]Do original: "literacies are socially recognized ways in which people generate, communicate, and negotiate meanings, as participants (with roles and identities) in larger social practices, through the medium of encoded texts" (Lankshear; Knobel, 2017, p. 6).

[48]Do original: "their inscriptions are rendered in pixels on screens rather than by impressions on paper, by means of digital code rather than material analogue means (whether printed and illustrated/imaged/diagrammed by hand, typewriter, or press). That is, new literacies involve a shift from material inscription to digital coding, from analogue to digital representations. Consequently, 'new' kinds of texts are seamlessly multimodal rather than involving distinct processes for different modes (text, image, sound). You basically click for everything, since beneath the clicks lies the digital code that renders multiple modes" (Lankshear; Knobel, 2017, p. 6).

Há, no cenário informacional digital – conhecido, muitas vezes, como *infoesfera* (Bawden; Robinson, 2022) – múltiplos letramentos em jogo[49]. Trata-se, pois, da natureza sociocultural dos letramentos, cuja especificação "por qualidade" se dá porque operam "de forma particular a depender dos espaços sociais em que as práticas sociais letradas se situem" (Corrêa, 2022, p. 7). Assim, essa complexidade abrange "um aspecto sociocultural, já que recorta regiões da sociedade e da cultura, e um aspecto linguístico, relativo ao texto e ao discurso pela combinação entre diferentes semioses" (Corrêa, 2022, p. 7).

Considera-se, por exemplo, o letramento informacional, entendido como "habilidade de acessar, avaliar e usar informação a partir de uma variedade de fontes" (Doyle, 1994). O letramento midiático, por sua vez, emergiria dessas mesmas relações, mas agora com o uso de mídias em geral; o sujeito seria concebido como letrado em mídia se puder "decodificar, avaliar, analisar e produzir tanto mídia impressa quanto eletrônica" (Aufderheide, 1992; Koltay, 2011). Há, ainda, numa outra literatura distinta das reflexões de Lankshear e Knobel (2011; 2017), que considera o letramento digital – no singular – como "habilidade de entender e usar informação em múltiplos formatos a partir de uma grande variedade de fontes quando são apresentadas via computadores" (Gilster, 1997). Discute-se, mais recentemente, o letramento de dados, que, segundo Pangrazio e Selwyn (2019), diz respeito à maneira como indivíduos "melhor engajam com e fazem uso de 'dados pessoais' gerados pelas próprias práticas digitais" (Pangrazio; Selwyn, 2019, p. 420). Não se trata de exaurir a literatura a respeito dessas diferentes práticas letradas que emergem em contexto digital, mas de reafirmar que a escolha que fiz do conceito de "letramentos digitais" vincula-se à concepção ontológica e sociocultural proposta por Lankshear e Knobel (2011), segundo a qual o sentido de "novo" em "novos letramentos" se refere à ideia de que mudanças em tecnologias, instituições, mídias e globalização impactaram/impactam práticas sociais em diferentes aspectos da vida cotidiana, resultando na transformação de práticas sociais estabelecidas e no surgimento de novas, especialmente na produção e na distribuição de textos digitais multimodais. Dito de outra forma, os autores, com esse conceito, consideram que essas práticas mantêm relações contíguas com práticas ditas tradicionais, evitando um enfoque intrínseco e restrito – autônomo – a tecnologias digitais.

Neste trabalho, opto por entender as práticas letradas de *fact-checking* como práticas letradas digitais – no sentido apresentado anteriormente – em que a questão da informação, da

[49]A ideia de que múltiplos letramentos estão em jogo num dado processo comunicacional é elevada à importância teórica fundadora, por exemplo, pelo conhecido Grupo de Nova Londres (The New London Group, 1996), já citado, para quem uma pedadogia dos multiletramentos consideraria a crescente variedade de formas de (composição de) textos, associadas a tecnologias da informação e de multimídia, com enfoque em outros modos de representação. Volto a essa abordagem múltipla na seção 2.1.2.

mídia, da ciência de dados se conformam na construção de sentidos numa conjuntura do digital – não tomada numa relação de subordinação, mas de coexistência (não sem conflito) com o espaço físico, seguindo a reflexão sobre existências simétricas (não sem confronto), inspiradas, dentre outros, em Paveau (2015), que, baseada nas reflexões de Latour (2006), propõe um modo de compreender as produções linguageiras no contexto digital. Dado o caráter heterogêneo da própria constituição de práticas letradas e sua relação inevitável com outras, busco fundamentos numa reflexão que conjuga a perspectiva etnográfica e a discursiva para tratar do problema da heterogeneidade dessas práticas letradas, segundo uma concepção de escrita (em sua constituição indissociável com a leitura), evitanto separação – inclusive no nível linguístico – entre práticas letradas e práticas orais. É considerando, portanto, uma perspectiva que concebe a heterogeneidade de letramentos e de escrita que compreendo, neste estudo, as práticas letradas de *fact-checking* como práticas letradas digitais.

2.1.2 Perspectiva etnográfico-discursiva dos letramentos

As ressalvas do ponto de vista discursivo que apresentei, ao demonstrar os limites das perspectivas comunicacionais a respeito do fenômeno em estudo – o tratamento da desinformação pelas agências de *fact-checking* –, advêm da mobilização de um quadro de interfaces. Não é arbitrário. No contexto da pesquisa sobre escrita acadêmica, Lillis (2008) discute como a etnografia contribuiu e ainda pode contribuir com outras áreas de pesquisa no que se refere ao método, à metodologia ou mesmo à teoria – o que chama, junto a Blommaert (2007), de etnografia enquanto possibilidade de "teorização profunda".

De acordo com Lillis (2008), numa reflexão em que a separação de texto e contexto deveria ser superada pela etnografia, considerar a área enquanto método – numa espécie de "nível primeiro", em suas palavras – seria reconhecer sua eficácia, no sentido de ajudar pesquisadores a considerarem mais elementos da perspectiva dos escreventes no processo de produção dos textos. A etnografia enquanto metodologia, por sua vez, ofereceria uma estratégia segundo a qual o pesquisador acionaria múltiplas fontes na constituição dos próprios dados, além de garantir o próprio envolvimento no contexto de produção desses textos em análise. No que se refere à teorização profunda, a pesquisadora argumenta que esse modo de compreensão da pesquisa etnográfica visaria à superação da lacuna entre texto e contexto, contribuindo para melhorar os relatos da prática social da escrita acadêmica por meio de noções específicas de *indexicalidade* e *orientação*.

Lillis (2008) define indexicalidade como maneiras específicas pelas quais certos "fragmentos" de linguagem (da fala ou da escrita) "indexam" ou apontam para aspectos do contexto social. Trata-se, do ponto de vista deste trabalho, de uma primeira assunção de que os enunciados em análise apontariam para questões mais amplas, por meio da observação da forma como foram estruturados. Em seguida, *orientação* diz respeito a como falantes e ouvintes se orientam em relação ao que é dito e escrito, aspectos incorporados sócio-historicamente. Construído com base numa concepção bakhtiniana de diálogo, esse conceito e o de indexicalidade seriam úteis para superar a lacuna entre texto e contexto nas pesquisas etnográficas no âmbito da escrita acadêmica. Segundo Lillis (2008), a utilidade dessas noções reside no fato de que

> (a) elas não são categorias denotacionais ou referenciais – ou seja, não se referem a categorias fixas de texto (como, por exemplo, na descrição linguística) –, mas são categorias meditativas e relacionais – e, como tais, podem ajudar o pesquisador a navegar entre entendimentos e discursos êmicos e éticos e (b) são fluidas o suficiente para capturar conexões entre o contexto e o texto (Lillis, 2008, p. 376, tradução própria)[50].

Há, como levantado pela pesquisadora, um interesse crescente na maneira pela qual essa lacuna pode ser retrabalhada. As duas noções são desenvolvidas num quadro de etnografia como teorização profunda, e a autora cita trabalhos de etnógrafos e linguistas que fazem avançar essa reflexão. Faço, por conseguinte, um destaque, nesta tese, das contribuições de Corrêa (1997, 2011, 2022) para pensar uma conjunção entre as perspectivas etnográfica e discursiva no contexto de pesquisas linguísticas voltadas à preocupação com os estudos do discurso – estudos, portanto, que se dedicam à relação entre texto e contexto desde sua constituição, em diferentes orientações teóricas. Não se trata somente de dizer que seria uma proposta outra que visaria à completude da lacuna entre texto e contexto apontada por Lillis (2008), mas de afirmar, junto à pesquisadora, que um trabalho dessa natureza pode ser entendido como uma tentativa de utilizar a etnografia enquanto teorização profunda, na proposição de categorias analíticas que considerem a natureza heterogênea dos letramentos.

No trabalho com a etnografia do ponto de vista de uma teorização profunda, explicito um arranjo teórico-metodológico produtivo – evidentemente não é o único – para lidar com produções textuais que circulam em práticas letradas de agências de *fact-checking*. Corrêa

[50]Do original: "(a) they are not denotational or referential categories—that is, refer to fixed categories of text (as in, e.g., linguistic description)—but are rather meditational and relational categories—and as such they can help the researcher navigate between emic and etic understandings and discourses, and (b) are fluid enough to capture connections between context and text" (Lillis, 2008, p. 376).

(1997), ao teorizar a respeito de um modo heterogêneo de constituição da escrita, explicita que é preciso, na redefinição desse conceito, refletir sobre como a escrita integra, ao mesmo tempo, práticas sociais de oralidade e de letramento.

Na revisão da noção de letramento, Corrêa (1997) vincula-se à perspectiva sociocultural dos letramentos, já comentada, distanciando-se da ideia de que (1) letramento seria equivalente à alfabetização, no que se refere à apropriação de dois fatos linguísticos – o da fala e da escrita –; (2) fala e escrita seriam fatos linguísticos opostos; (3) fala e escrita, como fatos linguísticos, seriam independentes de práticas sociais de oralidade e letramento.Antes de avançar em relação à ideia de que não haveria distinção entre fatos linguísticos e práticas sociais, faz-se um breve retorno à pesquisa linguística que facultou a Corrêa a tese do modo heterogêneo de constituição da escrita.

É Corrêa (1997) quem retoma, entre outros autores, o trabalho de Marcuschi (2010 [1995]). Como é sabido, Marcuschi (2010) revisita tendências de estudos sobre letramento, segundo diferentes perspectivas: (1) a das dicotomias estritas, em que fala e escrita são concebidas como opostas no processo de alfabetização e letramento; (2) a culturalista, em que fala e escrita dão lugar a reflexões sobre dinâmicas sociais; (3) a variacionista, em que a afinidade com a linguística permitiu que se propusesse contextos de variação linguística da fala e da escrita; (4) a sociointeracionista, na qual o linguista concebe a interpretação dos fatos linguísticos da fala e da escrita na interação social entre os participantes. Compreendendo letramentos como processos sócio-históricos de aprendizagem da leitura e da escrita em contextos formais ou informais e para usos utilitários, Marcuschi (2010) define fala e escrita como duas modalidades de uma mesma língua, que integram práticas sociais, respectivamente, de oralidade e de letramento. Para o autor, é o gênero textual que permitiria a observação da relação entre modalidades da língua e práticas sociais, num *continuum* tipológico que colocariam em evidência a ação desses gêneros como práticas.

É possível observar, com Marcuschi (2010), uma distinção em relação a uma concepção que opõe fala e escrita, na reafirmação de mitos segundo os quais fala seria "não elaborada", "simples" ou "instável", enquanto escrita seria "elaborada", "complexa" e "estável". Ainda de acordo com o autor, "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos" (Marcuschi, 2010, p. 37). O linguista reconhece que são as formas linguísticas que devem se adequar aos usos e não o contrário; há, por conseguinte, um conjunto de variações que busca aproximar texto e contexto. Essa aproximação entre texto e contexto pode ser relacionada à discussão proposta por Lillis (2008), com outros objetivos, no campo da etnografia.

Embora o autor assuma, com base numa concepção de *continuum*, que haveria gêneros da fala e da escrita, essa prototipicidade se daria apenas em termos de uma simetria sistêmica. Nas palavras do linguista, "temos uma série de textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios discursivos das duas modalidades. Os textos se entrecruzam sob muitos aspectos e por vezes constituem domínios mistos" (Marcuschi, 2010, p. 18). Ainda que reconheça esses domínios mistos, há, como discutido com Corrêa (1997) a seguir, a manutenção de polos que opõem fala e escrita e, consequentemente, práticas sociais letradas.

Corrêa (1997), a partir das considerações de Marcuschi (2010), busca rediscutir essa contribuição, na proposição dos fatos linguísticos como integrados aos contextos de sua produção, na compreensão de fala e escrita não somente como modalidades de uma mesma língua, mas como *modos de enunciação* de uma mesma língua, que emergem em práticas sociais de oralidade e letramento. Não haveria, portanto, língua falada ou escrita, ou modalidades falada ou escrita, mas modos de enunciação oral/falado e letrado/escrito. Em artigo publicado em 2013, Corrêa tornou mais precisa essa concepção, argumentando que compreender a realização da fala e da escrita como modos de enunciação significa compreendê-las como

> um dos modos de atualização da língua, ou, ainda, como uma das maneiras de realização discursiva por meio das quais sujeito e sentido ganham forma. Assim entendida, não há relação dicotômica possível entre escrita e fala, pois sentido e sujeito se concebem, se conformam e se expressam por meio da mobilização de variadas práticas (orais, escritas etc.), mesmo quando apenas um único modo de enunciação (escrito ou falado) é utilizado (Corrêa, 2013, p. 490).

A compreensão dos modos de enunciação da língua surge em contraposição à ideia de que o "discurso" seria somente "determinado conteúdo associado a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário" (Maingueneau, 2008, p. 90); considerar a "maneira de dizer" – a expressão é de Maingueneau – é também constitutiva dessa atividade de realização discursiva que Corrêa menciona. Esse modo heterogêneo de constituição da escrita é, pois, "uma particularização, para o domínio da escrita, do encontro das práticas orais/faladas e letradas/escritas, considerada, ao mesmo tempo, a dialogia com o já falado/ouvido e com já escrito/lido" (Corrêa, 1997, p. 87). Essa dialogia, que marcaria encontro dos discursos com outros – em relações presentes/ausentes –, é inspirada pela perspectiva bakhtiniana de diálogo, que encontra também em Authier-Revuz (1990) uma articulação com o inconsciente.

Para Authier-Revuz (1990), o discurso seria fundamentalmente heterogêneo quando de sua relação (1) consigo próprio, (2) com um sujeito que o diz e (3) com um exterior que lhe

constitui. Propõe, assim, na relação entre texto e contexto, reflexão sobre a compreensão de processos reais (heterogeneidade constitutiva) e representacionais (heterogeneidade mostrada), articulados no processo mesmo do dizer. Dito de outra forma, a articulação entre o que está "de fora" do dizer e o que a ele pertence seria feita a partir de dois planos (reais e representacionais), numa dinâmica de negociação do sujeito (do inconsciente) com a "ameaça" que lhe escapa. Mas não se trata de uma correspondência direta, "tanto porque ela faria supor uma transparência do dizer em suas condições reais de existência quanto pela irredutibilidade manifesta das duas heterogeneidades" (Authier-Revuz, 1990, p. 32).

Como propõe a respeito desses dois planos, Authier-Revuz (1990) argumenta:

> A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, **não localisável** e **não representável** no discurso que constitui, aquela do **Outro do discurso** – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente –, se opõe à **representação**, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o **um** – sujeito, discurso – **se delimita na pluralidade dos outros**, e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciador exterior ao seu discurso (Authier-Revuz, 1990, p. 32).

Trata-se da constante negociação do sujeito que fala com aquilo que, de fora (o que é articulado anteriormente; o "já-dito" bakhtiniano) o constitui. Por essa razão, Authier-Revuz (1990) alerta para o fato de que, se toda articulação entre os dois planos comporta uma assimilação redutora de um ao outro, não se deve "na base de sua irredutiblidade, admitir o fechamento na descrição de um dos dois planos, havendo risco permanente de fazê-lo como a realidade enunciativa" (Authier-Revuz, 1990, p. 32). Acredito, portanto, que a proposta de Corrêa (1997, 2011, 2013) vai ao encontro de uma concepção segundo a qual interior e exterior do discurso são faces de uma mesma realidade. Assim, os conceitos de oral/falado e letrado/escrito lança o desafio de entender práticas sociais e fatos linguísticos em sua constituição radicalmente indissociável. Trabalhar, portanto, numa perspectiva etnográfica e discursiva (Corrêa, 2011) seria considerar, nessas práticas orais/faladas e letradas/escritas, contradições "que definem, em termos de linguagem, as pessoas, as instituições e as próprias identidades sociais" (Corrêa, 2011, p. 340), na consideração das relações entre texto e contexto.

No caso do estudo a ser desenvolvido, a compreensão de práticas letradas digitais de uma perspectiva etnográfico-discursiva permite refletir sobre escrita (e fala) como modos de enunciação em práticas sociais orais/faladas e letradas/escritas, na proposta de uma perspectiva outra, etnográfica e semiótica, segundo a qual fala e escrita seriam "modos semióticos" (Kress,

2009)[51]. Exploraremos melhor essa perspectiva etnográfico-discursiva no contexto de sua elaboração, o de práticas letradas em contexto acadêmico, para avançar em relação ao nosso objeto de estudo. As consequências teórico-metodológicas serão produtivas para refletir sobre o parâmetro ético que integra produções discursivas na relação com múltiplas semioses em jogo na constituição do texto em práticas letradas de *fact-checking*.

2.1.3 Dimensões "escondidas" dos letramentos (digitais)

O olhar para o processo de textualização, na perspectiva discursiva, requer não apenas uma discussão sobre como as agências de *fact-checking* dispensam particular atenção para os modos semióticos em jogo na constituição do texto publicado, mas também uma consideração do diálogo explícito com condições sócio-históricas – considerando-se a relação histórico-econômica entre Brasil, Argentina e Estados Unidos – que possibilitam a (re)produção de sentidos. Essas condições podem deixar aparecer, nas concepções de texto que delas podem emergir, aspectos "não ditos" ou "dimensões 'escondidas'" (Street, 2009, com "escondidas" entre aspas, como propõe o próprio autor) que orientam (direta ou indiretamente) certa prática de investigação do que é verdadeiro/falso no/do objeto de checagem.

A fim de compreender esse aspecto lacunar de uma perspectiva etnográfico-discursiva, Corrêa (2011) propõe uma investigação da escrita acadêmica no âmbito da etnografia. Nesse campo, como observa Corrêa (2011), Lea e Street (2014)[52] defenderam nova abordagem para a compreensão da escrita e do letramento em ambientes acadêmicos. Sustentaram que abordagens da escrita e do letramento nesses contextos (que podem ir da pré-escola à pós-graduação) poderiam ser concebidas por meio de três modelos: (1) modelo de *habilidades de estudos*, que concebe escrita e letramento como habilidade individual e cognitiva, concentrando-se nos aspectos da superfície da língua, (2) modelo de *socialização acadêmica*, em que o destaque é o processo de aculturação de estudantes quanto a discursos e gêneros baseados em temas e em disciplinas mais amplas e (3) modelo de *letramentos acadêmicos* – propriamente dito –, que iria além do modelo de socialização, ao enfocar a produção de sentido, identidade, poder e autoridade, no ensino da escrita, colocando em primeiro plano a natureza institucional do que "conta" como conhecimento em quaisquer contextos acadêmicos (Lea; Street, 2014). O terceiro modelo é aquele que mais se aproxima de uma concepção, conforme mencionado, *ideológica*

[51]Exploro esse deslocamento teórico-metodológico na seção 2.1.4 deste trabalho, em que discuto uma concepção de texto e de discurso para a pesquisa.
[52]O trabalho, publicado originalmente em 2006, é o utilizado por Corrêa (2011). Faço referência à publicação da tradução, em 2014, feita pelas professoras doutoras Fabiana Komesu e Adriana Fischer.

do letramento, desenvolvida por Street (1984), que reconhece questões sócio-históricas mais amplas em práticas sociais letradas.

Retomando a ideia das "práticas do mistério" (Lillis, 2006) ou dos "espaços vazios" (Street, 2009) que surgiriam da diferença de expectativas entre o que alunos conseguem executar e o que as instituições deles esperam – numa espécie de confronto "imaginário" (no sentido de Pêcheux, 1990) –, Corrêa (2011) apresenta, de uma perspectiva discursiva, uma reflexão sobre aspectos que estariam "ocultos" (Street, 2009) nessas práticas letradas.

Para Corrêa (2011), haveria, em cada modelo proposto por Lea e Street (2014), determinado aspecto oculto que poderia ser descrito na compreensão de práticas sociais letradas como práticas discursivas, colocando-se a linguagem como ponto central dessas reflexões. Ainda segundo Corrêa (2011), um aspecto "oculto" a ser considerado no primeiro modelo – o de habilidades de estudos – é o da presunção de que as habilidades cognitivas relacionadas à escrita são o resultado da percepção do funcionamento da escrita e do letramento em contexto. Com base nessa concepção, seria possível transferir, de maneira automática, um modo de escrever de um contexto a outro, sem qualquer dificuldade. É como se o conhecimento da superfície da língua fosse aspecto suficiente para se ter competências letradas.

Corrêa (2011) apresenta outro aspecto "oculto", agora no que se refere ao segundo modelo – o de socialização acadêmica –, referindo-se à presunção de que o estudante estaria apto, automaticamente, a adaptar sua escrita às mudanças de discursos e gêneros de certo domínio, se tiver sido "aculturado" a esse domínio de especialidade. Trata-se de uma apropriação "sem problemas" da ideia de transferência de contextos, segundo a qual a produção discursiva não seria afetada. Por fim, o linguista indica outro aspecto "oculto" no terceiro modelo, o de letramentos acadêmicos. Corrêa (2011) afirma que, embora seja esperado que um modelo que envolva questões epistemológicas e processos sociais se preocupe, epistemologicamente, com a natureza (as variedades), as bases e a validade do conhecimento,

> afirmar que os processos sociais incluem as relações entre pessoas, instituições e identidades sociais pode deixar margem a *imprecisões no que se refere à linguagem.* Em outras palavras, pode-se constatar, também aí, um aspecto 'oculto' do letramento acadêmico, a saber, o de que as *contradições* que definem, em termos de linguagem, as pessoas, as instituições e as próprias identidades sociais, põem uma fronteira à visada empírica da pesquisa etnográfica. E essa fronteira é a do discurso (Corrêa, 2011, p. 340, grifos próprios).

Como os *New Literacy Studies* consideram a linguagem no uso real dos participantes em práticas sociais letradas, é a definição de "linguagem em uso", segundo Corrêa (2011), que permitirá a consideração da perspectiva discursiva junto à perspectiva etnográfica. Nas palavras

do autor, a sutileza dessa consideração de linguagem é marcada por semelhanças e diferenças entre uma perspectiva interacional – "restrita ao encontro presencial dos interlocutores (onde falam os sujeitos empíricos)" (Corrêa, 2011, p. 340), em que se considera o estabelecimento da comunicação verbal a partir da constatação da linguagem como instrumento de interação social –, e uma perspectiva dialógica – "marcada *também* pelos encontros em ausência (onde falam os sujeitos do discurso)" (Corrêa, 2011, p. 340, grifo próprio), em que se considera o papel fundamental das "réplicas ao já-enunciado, que, situado no processo discursivo, historiciza a ocupação do lugar do sujeito" (Corrêa, 2011, p. 340).

Proponho, com base em Street (2009) e em Corrêa (2011), uma expansão dessa reflexão para o campo dos letramentos digitais, assumindo esses critérios como constitutivos de uma relação indissociável entre produção textual e produção de sentidos no contexto digital informacional – ou, como vem sendo denominado, no contexto da *infoesfera*. Compreendo que o fenômeno da (des)informação sobre covid-19 em agências de *fact-checking* requer a investigação de dimensões sócio-históricas que condicionam a (sua) emergência e a (sua) disseminação. A investigação de "não ditos", nessas práticas, implica a observação do processo de monetização de dados, a partir do qual, sob uma aparente gratuidade de redes sociais como o então Facebook e de plataformas digitais como Google, há extração de dados e informações de usuários para venda a empresas (Pangrazio, 2018). Aspectos "não tão explícitos"[53] podem assim ser problematizados no estudo de concepções de texto, objetivo geral deste trabalho.

Conforme exposto, Corrêa (2011) elaborou, no campo dos estudos discursivos, uma reapropriação desses aspectos lacunares para indicar outros, nos modelos de letramentos acadêmicos propostos por Lea e Street (2014); essa reapropriação, de acordo com Corrêa (2011), tornou possível a ideia de que todo aspecto lacunar acompanharia a produção dos textos de maneira constitutiva, por meio do conceito de *presumidos sociais*. Retomando a noção de "contexto extraverbal", a fim de contribuir para a explicação da construção de sentido em linguagem, o autor argumenta que esse conceito de Volóchinov (1926 *apud* Corrêa, 2011, na tradução que Faraco e Tezza fizeram de texto da língua inglesa [1976] para a língua portuguesa) toca em aspectos "ocultos" dos letramentos acadêmicos. O contexto extraverbal seria aquele necessário para descobrir o sentido e o significado de um termo produzido, como um enunciado, que tornaria a palavra uma locução plena de significado para o ouvinte. Segundo Corrêa (2011), na leitura que faz de Volóchinov, o contexto extraverbal do enunciado compreenderia (1) o

[53]A consideração de aspectos "não explícitos" já é assumida por alguns pesquisadores brasileiros. Mencionamos, como exemplo, o trabalho de Machado, Capristano e Jung (2019), para quem as dimensões "escondidas" exercem um papel fundamental nas rasuras em contexto digital (mas não somente nele).

horizonte espacial comum dos interlocutores, no que refere ao plano do "visível"; (2) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte os interlocutores e (3) a avaliação comum dos interlocutores na situação de comunicação.

Nas palavras de Corrêa (2011), há um conjunto de "presumidos" que acompanhariam o uso da palavra. A relação entre os interlocutores passa a ser mais complexa, pois se considera a presença desse terceiro elemento (o presumido), sem o qual a língua não se realiza em sentido. No que respeita à alteridade, o autor explica que, enquanto em Benveniste acontece a conjunção do plano semiótico (o do sistema da língua) com o plano semântico da linguagem, numa relação a dois, nomeados o "eu" e o "tu", em Volóchinov há esse terceiro elemento (o presumido), que pode ser exemplificado pelo papel que o "julgamento de valor" assume em relação à linguagem.

Para que se entenda esse "julgamento de valor", Corrêa (2011) recorre a uma reflexão do autor russo sobre os "entimemas", para propor que há sempre, no enunciado, uma "premissa presumida", demonstrando a relação com a noção de enunciado concreto[54], com a ressalva, do próprio autor russo, de que o entimema – traduzido do grego como "alguma coisa localizada no coração ou na mente" – pode soar como definição subjetiva. Entretanto, Volóchinov defende que o individual e o subjetivo têm, por trás, o social e o objetivo, pois "[o] que eu conheço, vejo, quero, amo, etc. não pode ser presumido. Apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado" (Volóchinov, 1926, p. 6 *apud* Corrêa, 2011, p. 343). É com essas noções que Corrêa (2011) estabelece bases para a associação entre os aspectos "ocultos" do letramento acadêmico e o presumido social que acompanharia toda produção de sentido. Acrescenta que estar atento "à voz", ao "ponto de vista" e ao "propósito de um texto" – categorias propostas por Street (2009) –, para evitar que se tornem novamente "espaços vazios" do letramento acadêmico, não garante que outros aspectos "ocultos" não apareçam e não componham o sentido do texto. Se se assume que o presumido social acompanha toda produção de sentido, é de se esperar que haja o que ele define como "presumido dos gêneros do discurso", já que a "temática em que o gênero se inclui, o quadro institucional em que é produzido e as perspectivas que, de fora do texto, orientam são fatores que podem, em parte, estar presumidos no gênero" (Corrêa, 2011, p. 344). Esses aspectos, de acordo com o

[54]Na perspectiva bakhtiniana, o enunciado concreto é "um elo na cadeia da comunicação discursiva" (Bakhtin, 2016). O conceito é proposto para diferenciar "enunciado" (unidade da comunicação discursiva) de "oração" (unidade da língua). A oração seria um modo "abstrato" de compreensão da linguagem, pois não consideraria aspectos da vida social em sua constituição como unidade de análise.

autor, explicariam a omissão de determinadas características do gênero no ensino, de modo nem sempre consciente.

Corrêa (2011) argumenta que os elementos constitutivos dos gêneros podem ser afetados pelos presumidos sociais, uma vez que o caráter social do presumido adviria do fato de que os gêneros do discurso se constituem em esferas de atividade humana. Logo, o presumido não só se caracteriza como social, mas também como histórico, pois ultrapassa a institucionalização dessas esferas por esse último aspecto "que, por sua vez, advém do fato de que o acabamento do sentido dos enunciados está sempre no outro, entendido tanto como aquele a quem nos dirigimos em presença quanto como aquele com quem dialogamos em ausência (ao lhe atribuirmos diferentes graus de presença)" (Corrêa, 2011, p. 345).

Do que precede, não é forçosa a expansão desse conceito, elaborado no contexto acadêmico, para outros, em que relações de sentido, poder, autoridade e identidade também estariam presentes em instituições consolidadas em nossa sociedade. Não somente as agências de *fact-checking* têm sua institucionalização atestada pela crescente adesão a princípios metodológicos de checagem da IFCN, elaborados pela Poynter Institute, como também as próprias mídias jornalísticas – tradicionais ou ditas independentes –, que desempenham papel essencial – como outras instituições – no debate público contemporâneo em diversos temas, nas mais diferentes esferas de atividade humana.

Logo, a proposição, nesta tese, de que haveria em práticas de letramento digital aspectos "não ditos" do letramento, advindos do não-controlável, mas ainda constituintes do domínio do sentido, conforme visto com o conceito de *presumidos sociais*,[55] é possível e será importante para o estudo de práticas letradas das agências de *fact-checking*. Essa expansão só pode ser realizada se entendermos, com Corrêa (2011), que esses aspectos que "faltam", "integram", em verdade, o sentido das produções linguísticas – o conceito de presumidos sociais pode ser um caminho para compreensão desse modo de constituição.

2.1.4 Práticas de textualização em perspectiva discursiva

Notícias são veiculadas por meio de textos, não apenas escritos. A definição do conceito de texto nunca foi, contudo, tarefa fácil para as ciências da linguagem. Os estudos do texto e do discurso, ao lado das pesquisas etnográficas, consideram o trabalho teórico de conceituar texto

[55]Utilizarei a expressão "não dito" e "presumido" para me referir aos critérios atuantes, mas não tão "explícitos" em práticas letradas digitais, considerando-se a tensão entre a "falta no" e o "integrante do" processo de produção de sentidos. Essa aproximação não é frequente nos estudos etnográficos e linguísticos que tratam dos letramentos.

como um dos mais importantes do campo disciplinar. Para o que interessa a este trabalho, que busca investigar concepções de texto em notícias publicadas por agências de *fact-checking*, o conceito é fundamental na investigação de fenômeno marcadamente interdisciplinar.

A partir da revisão crítica feita por Koch (1997) a respeito de conceitos de texto, comento brevemente três momentos decisivos do estudo de texto, importantes para superar a visão textual transfrástica. Esses momentos serão relacionados à revisão de perspectivas sobre leitura, apresentada por Coracini (1995), uma vez que há o interesse de conceber escrita/leitura como indissociáveis de práticas sociais orais/faladas e letradas/escritas. Do ponto de vista assumido neste trabalho, o conceito de texto encontra-se em meio a essas práticas.

Contrapondo-se a uma linguística estrutural, Koch (1997) apresenta uma retrospectiva de como o conceito de texto foi assumido por pesquisadores nas últimas décadas do século XX. A preocupação, segundo a linguista, era a de oferecer bases epistemológicas que lidassem com a exploração de fenômenos linguísticos – dentre os quais, co-referenciação, concordância de tempos verbais, seleção do artigo, dentre outros – para além dos limites da frase, buscando reintroduzir, nessa discussão, falantes e situação de comunicação. Segundo Koch (1997), de "sequência pronominal initerrupta" à "sequência coerente de enunciados" – na menção aos trabalhos de Harweg (1968) e Isenberg (1970), respectivamente –, a linguística textual, num primeiro momento, concebia o texto como circunscrito a uma teoria de frase ampliada, que logo entrou em desuso, tendo em vista o peso dos participantes do ato da escrita (da leitura, por extensão) e da situação de comunicação (contexto de modo amplo).

Considerando-se esse desuso, houve, de acordo com Koch (1997), uma espécie de abandono de uma concepção "ascendente" – da frase para o texto – nos estudos do texto, o que contribuiu para a elaboração de gramáticas textuais, cuja inspiração se deu em gramáticas gerativas, com destaque para os trabalhos de Weinnch (1966) e Van Dijk (1972). O texto passou a ser concebido como unidade linguística mais elevada na hierarquia, para além da soma de frases num encadeamento, na postulação de que sua produção dependeria de "uma capacidade específica dos falantes – a competência textual – que lhes permite, por exemplo, distinguir um texto coerente de um aglomerado aleatório de palavras e/ou sentenças" (Koch, 1997, p. 69). A ênfase na capacidade – ou competência textual – incluía o parâmetro do sujeito, na diferenciação entre texto coerente e texto como aglomerado de palavras. Conforme pontua Kock (1997), este segundo momento, marcado pela ambição de um projeto voltado à elaboração de gramáticas textuais – portanto, abrindo-se à generalização dos fenômenos no pólo da produção do falante em todas as línguas –, tornou-se pouco produtivo, uma vez que estabeleceu que essas regras seriam capazes de descrever todos os textos possíveis de uma língua natural.

De acordo com a linguista, o problema é que existiria a possibilidade de surgirem textos que não se encaixassem nessas regras ou, ainda, que as desafiassem.

O terceiro momento, segundo Koch (1997), teria a ver com passagem dessas gramáticas textuais à consideração de teorias do texto – que tomam o objeto texto para além de considerações estritas à estrutura ou produção. Os textos passam, desse modo, a serem estudados em contextos pragmáticos; nas palavras de Koch (1997), a investigação se estende do texto ao contexto, este entendido como "o conjunto de condições – externas ao texto – da produção, recepção e interpretação dos textos" (Koch, 1997, p. 70).

A teoria do texto, ou linguística textual, objetivava ao aprofundamento do conceito em sua propriedade mais cara: a coerência, que se constrói "em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, sociocognitiva e interacional" (Koch, 1997, p. 74). Há autores que se dedicaram a conceber a coerência segundo aspectos mais fundamentais do texto. É o caso de Beaugrande e Dressler (1981), citados por Koch (1997), cujo estudo trata de critérios e padrões que visam a esclarecer o que confere coerência e coesão (centrados na estruturação interna do texto) a um texto. Haveria, ainda, segundo os autores mencionados por Koch (1997), aspectos pragmáticos envolvidos no processo de produção dos textos (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade). É o traço de *textualidade*, resultante do conjunto desses fatores, que constituiria o texto como objeto de estudo. Koch (1997) observa, à época, que muitos estudos subsequentes, no campo da linguística textual, incorporaram ou expandiram esses fatores. Podemos citar Costa Val (1991), cujo trabalho é comentado a seguir.

De uma perspectiva sociointeracionista, Costa Val (1991), retomando Beaugrande e Dressler (1981), confirma que a unidade textual se constrói a partir de três aspectos de textualidade: (1) aspecto sociocomunicativo, fundado em fatores pragmáticos da intencionalidade e aceitabilidade – centrados nos protagonistas do ato de produção de texto, falante e ouvinte, respectivamente –; na situacionalidade, informatividade e intertextualidade – centrados na situação de comunicação desse ato de produção –; (2) aspecto semântico, fundado no fator da coerência e (3) aspecto formal, fundado no fator da coesão. Costa Val (1991) considera, entretanto, que a informatividade e a intertextualidade dizem respeito, também, à matéria conceitual do discurso, "na medida em que lidam com conhecimentos partilhados pelos interlocutores", colocando-os como constitutivos "da unidade lógico-semântico-cognitiva do discurso, ao lado da coerência" (Costa Val, 1991, p. 5); é parte do aspecto sociocomunicativo e parte do semântico. Para o que interessa a este trabalho, é como se a autora reconhecesse a

necessidade de esforços teórico-metodológicos que superariam a distância (ilusória) entre texto e contexto, discutida em outros campos de conhecimento (cf. Lillis, 2008).

Nos estudos sobre leitura, segundo diferentes perspectivas, Coracini (1995) elege inicialmente a investigação de Kato (1985), para quem, partindo de pesquisadores das áreas de ciências da cognição e da inteligência artificial, haveria duas posições teóricas opostas que corresponderiam a dois tipos básicos de processamento de informação: hipótese ascendente *top-down* – o sentido do texto dependente do leitor – e a hipótese descendente *bottom-up* – o sentido do texto dependente do texto em si. Diante dessas duas posições, Kato (1985) posiciona-se em favor de uma terceira, entendida como interacionista, por acreditar que "a leitura se processa na interação texto-leitor ou, numa vertente mais recente, autor-texto-leitor" (Coracini, 1995, p. 13). Coracini (1995), então, elenca quatro posições teóricas sobre leitura: (1) como decodificação do texto; (2) como conjunto de inferências no texto; (3) como contruída na interação e (4) como processo discursivo – posição à qual a linguista adere. Apresento brevemente essas concepções, uma vez que contribuem para a discussão de concepções de texto, de interesse desta pesquisa.

Por um lado, a leitura como decodificação está fundamentada numa concepção de texto como "fonte única do sentido" que provém de visão "estruturalista e mecanicista da linguagem, segundo a qual o sentido estaria arraigado às palavras e às frases" (Coracini, 1995, p. 13). A interpretação do texto estaria ligada à sua representação formal, cabendo ao leitor a tarefa de decodificar itens lexicais, ou seja, "de *reconhecer* os itens linguísticos já conhecidos e *descobrir* (tirar as cobertas) o significado dos itens desconhecidos" (Coracini, 1995, p. 14). O texto seria independente do sujeito, nas palavras de Coracini (1995), um mero receptor de saber já contido no texto. Há diálogo dessa concepção de leitura com aquela presente no primeiro momento de revisão de estudos realizado por Koch (1997) – conforme mecionado – no que se refere à consideração do texto em seu aspecto transfrástico enquanto produto a ser decifrado.

Por outro lado, a leitura como conjunto de inferências no texto refere-se a uma concepção defendida no campo da psicologia cognitivista. Citando estudos de Smith (1978) e de Goodman (1970), Coracini (1995) afirma que o "bom" leitor seria aquele que, diante dos textos, seria "capaz de acionar [...] esquemas, verdadeiros *pacotes de conhecimentos estruturados, acompanhados de instruções para seu uso*" (Coracini, 1995, p. 14). Nessa concepção, a que Coracini (1995) se refere como "intermediária", a construção de sentido do texto dependeria de relação entre o leitor – portador de esquemas mentais socialmente adquiridos, acionando conhecimentos prévios – e o texto, a ser confrontado pelo leitor com base em (seus) conhecimentos cognitivos. Percebe-se que o texto é de fundamental importância, pois

"é na sua leitura literal que o leitor encontrará os indícios para signicados não literais. [...] [O texto] vem parcialmente sanar o impasse criado pela abordagem estritamente descendente que enfatiza o papel do texto na leitura" (Kato, 1985 *apud* Coracini, 1995, p. 14). O sujeito seria um leitor ativo, pois "inferiria" (seus próprios) conhecimentos na leitura do texto, com pouca atenção, contudo, dispensada ao contexto, já que a existência de um "núcleo de sentido", "conteúdo comum" – expressões de Coracini (1995) – afastaria os "componentes situacionais".

Uma terceira concepção de leitura é apresentada por Coracini (1995). Trata-se de uma concepção dita "interacionista", que consideraria a possibilidade de "se recuperar o verdadeiro sentido do texto, as intenções do autor pelas marcas que o sujeito enunciador imprimiu no momento da escrita" (Coracini, 1995, p. 15). Citando Kato (1985), "o texto-produto é visto como um conjunto de pegadas a serem utilizadas para recapitular as estratégias do autor e, através delas, chegar aos seus objetivos" (Coracini, 1995, p. 15). Na crítica de Coracini, o texto ainda é a autoridade com base na qual o sentido será, enfim, descoberto, uma vez que, "se é o texto que predetermina, ou seja, autoriza um certo número de leituras [...] e impede ou impossibilita outras [...], o texto teria, assim, primazia sobre o leitor, que precisa, com competência, apreender o(s) sentido(s) nele inscrito(s)" (Coracini, 1995, p. 15).

É possível relacionar essa "primazia sobre o leitor", na leitura de textos, ao segundo momento de estudos de texto, conforme revisão proposta por Koch (1997), uma vez que a elaboração de gramáticas textuais visava a, sobretudo, enfatizar a importância dos conhecimentos prévios do sujeito como únicos – ou os mais salientes – aspectos da leitura "coerente" de um texto.

Por fim, na leitura enquanto processo discursivo, Coracini (1995) argumenta que há possibilidade de entender o ato de ler de forma a, nele, considerar "sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor –, ambos sócio-historicamente determinados e ideologicamente construídos" (Coracini, 1995, p. 15). Compreende, nessa perspectiva, que as condições de exercício da função enunciativa da linguagem – retomando Foucault (1997 [1969]) – ao mesmo tempo em que por elas são determinados, serão importantes para entender que

> não pode ser o texto o receptáculo fiel do sentido, que este não pode ser controlado a não ser pelos sujeitos submersos num determinado contexto sócio-histórico (ideológico), responsável pelas condições de produção. Estas nada mais são do que o imaginário discursivo que habita o sujeito e que determina o seu dizer (Coracini, 1995, p. 16).

Percebe-se que essa concepção discursiva é "atravessada" por estudos de Pêcheux (1990) – principalmente, sobre os conceitos de discurso e de formação discursiva –, levando a

autora a afirmar que, nessa perspectiva, não seria o texto que determinaria as leituras, mas o sujeito – entendido como subordinado a determinada formação discursiva – "sujeito clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, no qual se inscreve o discurso" (Coracini, 1995, p. 17-18). Explicitaremos essa noção de sujeito da linguagem na seção seguinte. Antes, é preciso comentar como estudiosos do letramento compreendem o texto. Essa decisão de revisão teórica tem relação com o fato de que concepções de leitura e de texto não consideraram, à época, outras características composicionais – multissemióticas e multimodais – importantes na constituição do que é texto na contemporaneidade.

Conforme discutido na seção anterior, Lankshear e Knobel (2017) reconhecem que o conceito de texto no campo dos letramentos deve ser compreendido para além de seu aspecto verbal escrito. Em trabalho publicado em 2011, os autores afirmaram que o modo como as pessoas mobilizam diferentes valores, prioridades e sensibilidades em práticas com uso de tecnologias digitais – nos ditos Novos Letramentos – diz respeito à produção de "significados". As práticas sociais são entendidas como "modos socialmente reconhecidos nos quais pessoas geram, comunicam e negociam significados, enquanto membros de Discursos, por meio de textos codificados" (Lankshear; Knobel, 2011, p. 33)[56]. Por "textos codificados", os autores fazem referência ao caráter "congelado" de sua apreensão, sendo "transportáveis" para outros contextos. Além disso, os textos seriam "codificados" em práticas sociais situadas – a metáfora da "codificação" refere-se ao fato de que, resultante de práticas, haveria um produto (o texto) com base no qual posições culturais, ideologias e discursos mais amplos seriam apreensíveis (cf. Luke; Freebody, 1997). Lankshear e Knobel (2011) argumentam, ainda, que *bloggar*, escrever *fanfics*, produzir mangás e memes, editar imagens, *podcasts*, *vodcasts* e jogos também fazem parte das práticas de letramento. Conforme exposto, essas práticas relacionam-se a um novo *ethos* correspondente a uma comunidade tomada como mais participativa, colaborativa e distribuída, emergente de um "rompimento do espaço", associado a mudanças significativas. Um paradigma mais "distribuído" e "colaborativo" surgiria, no modo como pessoas concebem o processo comunicacional no mundo contemporâneo. Por influência de tecnologias, o texto

[56]Lankshear e Knobel (2011) compartilham a visão interacionista e praxeológica de James Paul Gee, para quem haveria distinção entre "Discurso" e "discurso": enquanto a grafia minúscula seria restrita à língua saussuriana, a grafia maiúscula tentaria incluir "formas distintas de agir, interagir, valorizar, sentir, vestir, pensar, crer, com outras pessoas e com vários objetos, ferramentas e tecnologias, de modo a representar identidades socialmente reconhecíveis" (Gee, 2011, p. 37, tradução própria). Do original: "ways of speaking/listening and often, too, writing/reading coupled with distinctive ways of acting, interacting, valuing, feeling, dressing, thinking, believing, with other people and with various objects, tools, and technologies, so as to enact specific socially recognizable identities" (Gee, 2011, p. 37).

deixaria de englobar apenas uma parte verbal escrita enquanto modo representacional único (Kress, 2009), passando a outros modos de representação (Kress; van Leeuwen, 2001).

A integração entre diferentes modos semióticos – em termos de relações multimodais – na constituição do texto pode explicar fenômenos ligados à convivência dos diferentes processos de ação do signo (visual, verbal, sonoro). Da perspectiva da semiótica social, um *modo semiótico* é entendido como "recurso socialmente formado e culturalmente dado para produção de sentido" (Kress, 2009, p. 54). Utilizado para representar "algo" no plano do simbólico, o modo deve ser entendido na dependência da configuração convencional de dadas sociedades – neste caso, países inscritos no Ocidente. Dessa forma, em busca de se dedicar à discussão do que chamam de "modos específicos" (língua [fala e escrita], imagem, som, gesto, dentre outros), Kress e van Leeuwen (2001) interessam-se pelo fenômeno da *multimodalidade*, compreendida como o uso de vários modos semióticos no design de um evento ou produto semiótico. Na investigação do problema do significado dos diferentes usos desses modos, os autores desenvolvem a multimodalidade como resposta ao que consideram uma concepção tradicional da linguística na maneira de compreender o signo como composto de forma e de conteúdo, isto é, segundo uma dupla articulação. Portanto, os autores compreendem a produção de textos "multimodais" em "múltiplas articulações" (Kress; van Leeuwen, 2001, p. 4). Essa é a natureza das notícias das agências de *fact-checking*.

Ainda segundo Kress e van Leeuwen (2001), discursos seriam conhecimentos socialmente como construídos com base em algum aspecto da realidade. Colocam em questão a "inter-relação do discurso com seus modos de aparecimento", insistindo na afirmação de que "discursos aparecem em muitos outros modos" (Kress; van Leeuwen, 2001, p. 25). Logo, pensar o texto multimodal é fazê-lo de forma a integrar os diferentes modos semióticos como constitutivos dos textos. Aproximo, então, a abordagem social, histórica e cultural de linguagem apresentada por Kress e van Leeuwuen (2006 [1996], 2001), do ponto de vista defendido pela análise do discurso de linha francesa, no que se refere a compreender os textos como indissociáveis das relações discursivas a que são sujeitos e sem as quais não teriam existência material. A concepção de discurso, comum entre as duas perspectivas, é a de que "discursos constroem aspectos da realidade" (Kress; van Leeuwen, 2001), uma vez que não é possível inscrever-se como sujeito na linguagem, sem a linguagem[57].

[57]Desenvolvo o conceito de discurso segundo a Análise do Discurso de orientação francesa na seção seguinte, em que trato de uma operação de distinção, em nível metodológico, do "usuário das tecnologias" e do "sujeito da linguagem".

Como pensar a multimodalidade no/do texto, considerando-se a complexidade da fala e da escrita nos modos de enunciação da língua, de uma perspectiva distinta daquela dos modos representacionais da semiótica? De um ponto de vista etnográfico-discursivo, trata-se do desafio de distanciar-se de uma ideia de língua como modo semiótico – reduzida, portanto, à fala e à escrita enquanto recursos –, para compreender a língua no processo discursivo. Trata-se de despossar o estatuto de modo semiótico da língua e de assumir a complexidade de sua emergência na existência mesma dos sujeitos, heterogeneamente constituídos na língua e no discurso.

Corrêa (1997), ao refletir sobre a heterogeneidade na base semiótica do falado e do escrito, argumenta que os materiais significantes desses modos de enunciação – no caso da fala, fônico-acústico e, no caso da escrita, gráfico-visual – não servem para marcar diferença entre fala e escrita, já que "a base semiótica do letrado pode variar muito quanto à espécie de grafismo" (Corrêa, 1997, p. 54). O linguista exemplifica que a economia de palavras e o predomínio de ícones em sinais de trânsito indicam que existem diferentes formas de utilização da matéria gráfico-visual. Retomando a observação de Street (1984) de que letramento é mais do que apenas a tecnologia na qual é manifesto e a defesa de que o letramento extravasa os limites do material que dá base à tecnologia, Corrêa (1997) revisita uma série de estudiosos que vão se debruçar sobre as bases semióticas.

Desse modo, Corrêa (1997) chega à conclusão de que uma base semiótica, em si, não significa nada em linguagem, a menos que haja uma espécie de "investimento semiótico da matéria gráfica". Citando Véron, "a matéria em si não é um dado pertinente à semiologia, mas sua pertinência se dá quando ela está sujeita a um investimento semiótico, tornando-se uma 'matéria significante'" (Corrêa, 1997, p. 56-57). Afirma Corrêa (1997) que os sistemas "gráficos" seriam constitutivamente "substantivos, não-arbitrários, teriam o traço da similaridade e poderiam se apresentar ora sob o traço da continuidade (típico dos sitemas gráficos figurativos), ora sob o traço da descontinuidade (típico dos sistemas gráficos não figurativos)" (Corrêa, 1997, p. 57). Dito de outra forma, aquilo que seria tomado como exclusivo de sistemas gráficos poderia, a depender do investimento semiótico oferecido, transformar-se em características de sistemas não gráficos. O autor oferece exemplos dessa transformação no campo da aquisição da escrita infantil.

Quero destacar, ainda, o reconhecimento de que importa, além do investimento semiótico, o meio a partir do qual um texto será estruturado no processo de produção de efeitos de sentido. Citando Maingueneau (1993), Corrêa (1997) concorda com o fato de que "a transmissão do texto não vem depois de sua produção, *a maneira pela qual ele se institui*

materialmente faz parte integrante de seu sentido" (Maingueneau, 1993, p. 84) e que "as mediações materiais não se vêm acrescentar ao texto como uma 'circunstância' contingente, elas intervêm na própria constituição de sua 'mensagem'" (Maingueneau, 1993, p. 85). Corrêa (1997) destaca que "o material significante que dá base às comunicações verbais é ele próprio uma das '*mensagens de outro tipo*' que compõem a comunicação verbal e que se emitem sem que sejam percebidas" (Corrêa, 1997, p. 61), pois, citando Rossi-Landi (1985), "a corporeidade das mensagens verbais está em seus veículos sígnicos – ainda que indispensáveis, só serão relevantes na medida em que veiculam algo" (Corrêa, 1997, p. 61-62). Trata-se do reconhecimento do investimento semiótico que só se realiza em sentido quando tem *valor*.

Propondo uma leitura discursiva da teoria do valor de Marx, no campo da ciência social, Angermuller (2018b) argumenta que práticas discursivas também precisas ser vistas como *fonte de valor*. Segundo o autor, "sempre que alguém mobiliza texto e fala, este está envolvido em uma prática de valorização no mundo social" (Angermuller, 2018b, p. 3, tradução própria)[58]. Essa prática, em linguagem, faz com que os participantes do discurso negociem o valor das ideias que expressam e de suas posições subjetivas, isto é, "as identidades e papéis, os conjuntos de rótulos e categorias que permitem que as pessoas sejam reconhecidas como membros de uma comunidade" (Angermuller, 2018b, p. 3, tradução própria)[59]. Retomando a reflexão proposta por Corrêa (1997), na leitura que faz de Rossi-Landi (1985),

> [n]ão se pode, portanto – adverte Rossi-Landi –, assumir a corporeidade das mensagens verbais como '*produção e consumo de objetos*', mas apenas à medida que veiculam algo, isto é, apenas como '*produção e consumo de mensagens*'. Ainda segundo o autor, assimilar o material significante a 'objeto' seria '*uma forma* [...] *de naturalismo: uma porção do social seria considerada como natural, ou uma porção do apenas-social como social natural* (idem, p. 115). Exemplo de assunção do material signicante como *objeto* são as rasuras em textos manuscritos, normalmente desconsiderados pelo leitor. No entanto, as mesmas rasuras, se vistas do ângulo do procedimento de reformulação do discurso, serão produtivamente consideradas como veiculadoras de *mensagens* (Corrêa, 1997, p. 62).

Corrêa (1997) reformula a defesa que Rossi-Landi faz do material significante no acontecimento discursivo[60]. Desse ponto de vista, "o material gráfico só é relevante no estudo da escrita se considerado o seu modo de funcionamento, isto é, se considerado na negociação (em seu '*valor de troca*') que a enunciação [...] pressupõe" (Corrêa, 1997, p. 62). Essa reflexão

[58]Do original: "whenever one mobilizes text and talk, one engages in a practice of valuation in the social world" (Angermuller, 2018b, p. 3).
[59]Do original: "the identities and roles, the sets of labels and categories that allow people to be recognized as members of a discourse community" (Angermuller, 2018b, p. 3).
[60]Um acontecimento discursivo envolve a produção e a circulação de textos/discursos num determinado contexto social e histórico e não se reduz a um simples evento. Desenvolvo esse conceito na seção 2.1.5.

é produzida num contexto de argumentação em favor da observação da heterogeneidade da escrita: quando observada no acontecimento discursivo, a escrita faz intervir diferentes materiais semióticos na sua constituição, mesmo que essa apreensão não seja óbvia ou explícita; por essa razão, a escrita seria heterogênea mesmo na consideração (das diferenças ilusórias) de sua base semiótica[61].

Do exposto, de uma perspectiva etnográfico-discursiva, não compreendemos a fala e escrita como recursos semióticos da "língua" (Kress; van Leeuwen, 2001), mas como modos de enunciação da língua que, emergindo de práticas orais/faladas e letradas/escritas, permitem compreender produções linguísticas dos sujeitos na história. Ora, se a recorrência aos principais materiais significantes (fônico-acústicos, no caso da fala; gráfico-visuais, no caso da escrita) não são suficientes para demarcar uma diferença entre fala e escrita, assumo que os outros modos semióticos, no processo de textualização das agências de *fact-checking*, funcionam como "feixe de materiais significantes integrados ao modo pelo qual a escrita se processa" (Corrêa, 1997, p. 62). As relações existentes no estudo do *significado composicional* da multimodalidade (Kress, van Leeuwen, 2001) são de interesse deste trabalho, porque levam em conta as representações sociais de sociedades ocidentais no processo de produção de sentidos, em diferentes processos de ação do signo. Trata-se de observar o fenômeno multimodal – neste caso, dos textos das agências de *fact-checking* – sem perder de vista a particularização que a escrita projeta em sua realização como prática letrada/escrita e discursiva. Concebo, nesta tese, os textos como *produções textuais escritas de base multissemiótica* – no âmbito de uma reflexão sobre práticas de textualização multissemiótica, apenas para ressaltar o fenômeno multimodal dos enunciados[62] aqui analisados. Fica a ressalva, entretanto, de que não há produção textual – ou, ainda, prática de textualização – que não seja, em gênese, multissemiótica.

Encontro o argumento da compreensão dos textos como prática de textualização também em Corrêa (1997), para quem esse termo surge na tentativa de não estabilizar as produções textuais escritas em análise. De acordo com o autor, compreender o texto dessa forma permite abordar a prática de sua produção para além da consideração de que um autor cria um texto, sendo "fonte original" do discurso. Dessa perspectiva, o sujeito-escrevente e o (seu) texto

[61]Ainda dessa perspectiva, o trabalho defendido por Tenani (2016) demonstra que o modo de enunciação falado também seria fundamentalmente heterogêneo e vinculado, conforme Corrêa (1997), a práticas orais/faladas e letradas/escritas. Trata-se do reconhecimento de que a base fônico-acústica também seria insuficiente para observar o processo de produção de sentido envolvido na enunciação falada.

[62]Nos estudos do discurso, sobretudo os de Pêcheux (1969; 1997), é comum referir-se ao que está linguisticamente posto como "intradiscurso" – na relação indissociável com o "interdiscurso". Fundamento-me, conforme propõe Maingueneau (2008), numa concepção de discurso como prática intersemiótica, assumindo "enunciado" como unidade linguística "estrita" de observação das práticas de textualização, numa perspectiva, portanto, linguístico-discursiva, considerando as formas linguísticas sempre "atravessadas" por condições sócio-históricas de produção.

se desenvolvem e se moldam no processo da escrita. Nesse processo, como destacado por Maingueneau (1993), citado por Corrêa (1997), é sempre desafiador determinar a fronteira entre o texto e o "antes do texto". Corrêa (1997) ainda comenta que uma consequência prática dessa abordagem é que ela impede que o professor – de meu ponto de vista, o próprio pesquisador – se posicione fora do processo de criação de texto, o que poderia levar a outros critérios e abordagens na avaliação.

É na compreensão de uma escrita como heterogênea que é possível pensar um processo de textualização mais amplo – em perspectiva discursiva –, que não se restringe ao momento imediato de sua produção, mas implica o reconhecimento e a problematização da complexidade da constituição do texto e do sujeito na/da linguagem. Trata-se da consideração de um diálogo com condições sociais e históricas que sobredeterminam a (re)produção de sentidos. Essa é a perspectiva da compreensão do discurso em sua "alteridade em sentido forte"[63] (Corrêa, 2013). Para Corrêa (2013), a categoria-limite é o discurso; o texto é "uma conformação linguística resultante de determinações discursivas, e a língua, [...] um estado de cristalização de sentidos historicamente produzidos no discurso" (Corrêa, 2013, p. 501).

A ideia de que, nas práticas orais/faladas e letradas/escritas, haveria feixe de materiais significantes integrados à constituição da escrita é o que permite o estudo de relações multimodais na constituição dos textos ligados a interpretações discursivas de diferentes naturezas. Para o propósito dessa tese, essas interpretações discursivas encontram lugar numa reflexão sobre parâmetros éticos intrínsecos à atividade linguageira e são uma das vias – não a única – de apreensão de concepções de texto em práticas letradas de *fact-checking.*

2.1.5 Usuário (das tecnologias) *vs* sujeito (da linguagem)?

A questão do falante é cara às pesquisas em linguagem. De uma consideração empírica de correspondência entre ser e mundo à consideração teórica que o indefine no processo mesmo de simbolizar – "assujeitamento", no sentido de Pêcheux (1990) – não se trata de questão resolvida. Não tenho como objetivo trabalhar essa conceitualização nesta tese. É possível refletir, entretanto, no contexto de práticas letradas digitas em perspectiva discursiva, sobre uma

[63]Corrêa (2013) estabelece que uma alteridade no sentido fraco considera a interfência da fala na escrita como algo circunstancial. Em seu sentido forte, trata-se de reconhecer uma alteridade "que se distancie do estabelecimento de diferenças a partir de uma identidade que se autodefina isoladamente" (Corrêa, 2013, p. 503). Em outras palavras, trata-se de considerar que os fenômenos do campo do falado são constitutivos da produção escrita, entendida como modo de enunciação: tanto a fala, quanto a escrita comportam "a presença de práticas sociais de diferentes modos de expressão, o que permite dizer que, em cada uma delas, está presenta a alteridade constitutiva (gestos, por ex., na fala; gesto e prosódia, por ex., plasmados na escrita)" (Corrêa, 2013, p. 504).

operação metodológica que coloca em destaque a tensão de considerá-lo como "usuário (das tecnologias)" ou compreendê-lo, discursivamente, como "sujeito (da linguagem)".

A partir da ideia desenvolvida, na seção anterior, de uma concepção de língua enquanto conformação linguística de sentidos historicamente produzidos no discurso, explicito que o sistema da língua e sua gramática, numa perspectiva discursiva, são entendidos na relação indissociável com as condições de produção sócio-históricas de que são constituídos. O discurso, enquanto efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1990), refere-se ao fato de quando alguém "fala" ou "escreve", sempre fala/escreve em função de dadas *condições de produção*, que permitem a emergência desse falar/escrever e do próprio sujeito. Compreender que um discurso apenas "faz sentido" em dadas condições sócio-históricas de produção implica assumir que todo discurso é atravessado por outros discursos, sem os quais não haveria possibilidade de existência[64]. Numa reflexão sobre lacuna entre texto e contexto, de uma perspectiva discursiva, essa lacuna não existiria porque o texto apenas pode ser concebido em função das condições de sua emergência. Assim, os fatos linguísticos são derivados de fatos de outra ordem (sociais, históricos, políticos), para delinear *fatos discursivos*[65], que "estaria[m], portanto, situado[s] entre a língua e a história" (Corrêa, 2003, p. 62).

A análise do discurso, na relação com suas condições de produção, pressupõe um gesto de descrição que é, sempre e inevitavelmente, um gesto de interpretação. Essa indissociabilidade da interpretação da prática de descrição, na pesquisa linguística, toma contorno de uma proposição metodológica em Pêcheux (1990), destacando a necessidade de que (1) se descreva o *real da língua*, trabalhando nos limites contraditórios de alcance

[64]Por condições sócio-históricas de produção, filio-me à concepção de Haroche, Pêcheux e Henry (1971), segundo os quais "o elo que liga das 'significações' de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é absolutamente secundário, mas constitutivo das próprias significações: como se observou com pertinência, falar é coisa bem diferente de produzir um exemplo gramatical" (Haroche; Pêcheu; Henry, 1971, p. 141). Trata-se de compreender como as dimensões social, histórica e política são levadas em conta na estruturação dos discursos em termos, conforme os autores dizem, de sua *constituição*. Paveau (2015) propõe a noção de "ambiente", levando em conta tanto o social, o histórico e o político, quanto o cultural, o estético, o biológico e o ético. Para o que interessa a este trabalho, não desvinculo o cultural, o estético, o biológico, nem o ético das condições sociais, históricas e políticas nas quais a cultura, a estética, a biologia ou a ética são, inevitavelmente, inscritas. Por acreditar que o conceito de condições sócio-históricas de produção cumprirá seu papel somente se visto como *constuintes dos discursos,* poderemos levar em conta outras dimensões. É graças ao trabalho de Paveau (2015) que uma integração da dimensão *ética* nos discursos, longe de ser pacífica, pôde ser, de fato, demonstrada neste trabalho.

[65]Corrêa comenta, em entrevista (Fischer, 2009, p. 181), que os fatos discursivos não seriam restritos nem à linearidade linguística, retomando Saussure, nem a uma comunidade de repertório com o interlocutor, retomando Jakobson numa concepção comunicativo-estrutural da linguagem. Esses fatos discursivos seriam assim entendidos porque estariam "ligados aos modos de enunciação falado e escrito [que] cruzam-se com práticas sociais ligadas à oralidade e ao letramento, as quais, consideradas não dicotomicamente, marcam, verticalmente, pertencimentos a uma dada cultura e uma dada sociedade, cruzamento que reafirma a historicidade do discurso nos modos de enunciação falado e escrito".

representação lógica linguística, dado seu caráter desestabilizado pelos discursos; (2) se atente ao fato de que *toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua*, porque "toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis" (Pêcheux, 1990, p. 53) e (3) se conceba o discurso enquanto *estrutura e acontecimento*, já que "todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestrutuação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação" (Pêcheux, 1990, p. 56). O conceito de sujeito sofre um deslocamento, num quadro "não-subjetivista" da linguagem: quem produz o texto é uma forma-sujeito (Pêcheux, 1990), na perspectiva de uma divisão enunciativa que possibilita a emergência desse sujeito e do (seu) dizer. Essa concepção, consequentemente, não se restringe à pessoa física que enuncia, mas leva também em consideração a posição sócio-histórica que se ocupa (ou que se gostaria de ocupar) no dizer.

Na esteira de uma reflexão discursiva francesa, Komesu e Galli (2014; 2016) demonstram o caráter contraditório e clivado do sujeito quando produz textos – no caso desta tese, em práticas letradas digitais. Na análise de textos produzidos por universitários, que tiveram, como instrução, desenhar (seus) percursos de leitura, utilizando um buscador digital (Google) a partir da proposição do significante "maçã", as autoras constatam que a neutralidade da rede é frágil tanto do ponto de vista do *usuário de tecnologias* (técnica), quanto do *sujeito da linguagem* (discurso) – distinção feita pelas autoras –, pois "a memória discursiva que envolve, que constitui a rede [...] tem o poder de legitimar determinadas práticas de leitura e escrita [...], em geral, as privilegiadas por grupos sociais que detêm poder e autoridade políticos, culturais e econômicos" (Komesu; Galli, 2014, p. 90).

Essa distinção – em nível metodológico – foi feita em função da investigação sobre uma noção de autoria que, no caso do contexto da pesquisa em questão – de percursos de leitura feitos por escreventes em práticas letradas digitais em contexto acadêmico –, estaria vinculada à projeção da imagem de usuário das tecnologias, que saberia "acessar, criar, compartilhar, distribuir, consumir, compreender e selecionar 'informação'" (Komesu; Galli, 2016, p. 167). Essa projeção mostra-se, segundo as linguistas, pouco produtiva com base em duas constatações: (1) a de que a informação não é localizável fora do modo de constituição dos sujeitos e (2) a de que o sujeito não tem controle sobre produção e disseminação de informação – portanto, de disseminação dos sentidos. Komesu e Galli (2016) explicam que:

> O fato de o usuário, com acesso à rede, criar e compartilhar materiais, encontrar de maneira 'personalizada' informação, com base em 'ferramentas de expressão e comunicação', produz

> como efeito de sentido percepção generalizada de que haveria crescente (incessante) importância do 'conteúdo' gerado, compartilhado e selecionado por esse usuário, independentemente de (seu) posicionamento discursivo e de (sua) relação sócio-historicamente estabelecida com o outro, *como se toda e qualquer produção na web fosse visível para e localizável por aqueles que, segundo relações de força quase sempre dissemétricas (Pêcheux, 1997; Foucault, 2000; 2004), ocupam posicionamentos que permitem disseminação de determinados sentidos* (Komesu; Galli, 2016, p. 167, grifos próprios).

Trata-se de assumir que o *sujeito*, numa perspectiva etnográfica e discursiva, por ser fragmentado e atravessado por discursos outros, é constrangido, no momento em que lê/escreve, a ler/escrever segundo determinados modos de enunciação, segundo condições sócio-históricas de aparecimento do (seu) dizer. Numa concepção etnográfica, o usuário das tecnologias teria poder para acessar e armazenar "coisas informacionais" – a expressão é de Buckland (1991), citado pelas autoras –, com controle da produção e distribuição da informação; numa perspectiva discursiva, "esse poder não se mantém" (Komesu; Galli, 2016, p. 181). Assumo essa posição de Komesu e Galli (2014; 2016) a respeito dessa distinção, pois, neste trabalho,

> a informação 'não pode ser vista com base no paradigma físico, que considera o sujeito como mero receptor, nem no paradigma cognitivo, que concebe o sujeito como cognoscente; tomar a informação do ponto de vista discursivo é não perder de vista a inscrição do sujeito e a produção dos sentidos na história' (Galli, 2014, p. 157 *apud* Komesu; Galli, 2016, p. 181).

Neste trabalho, a noção de sujeito é cara na investigação de práticas letradas em contexto digital. As agências de *fact-checking* respondem, em nível institucional, por notícias publicadas em seus sites. Cada notícia, no entanto, é assinada por um membro da equipe editorial de determinada agência; há também casos em que a autoria de uma checagem, publicada em notícia, é assinada de maneira conjunta – considerando-se, portanto, o editorial da agência. O estudo de estilos linguístico-discursivos particulares a cada jornalista poderia ser feito. Da perspectiva teórica assumida, entretanto, a publicação dessas notícias não é feita de maneira aleatória, nem é livre de coerções discursivas a que os jornalistas estão sujeitos quando lidam com decisões editoriais mais amplas. Ter como horizonte o fato de que as agências assumem, na apuração dos objetos de checagem, que estariam diante de múltiplos "usuários" (das tecnologias) é útil, nesta pesquisa, uma vez que se irá contrapor essa concepção a um efeito da posição discursiva assumida (inconscientemente) pelos sujeitos da linguagem.

Numa perspectiva antropológica simétrica, na qual Paveau (2015) se baseia para propor os sujeitos do discurso como agentes e não-agentes, observo a tentativa de vincular essas posições, que não estariam restritas aos indivíduos – "usuários" da língua, na sua realidade empírica –, àquelas em que algoritmos, *bots* e *trolls* (cf. seção 2.1) assumiriam no contexto

digital, participando, assim, do processo comunicativo[66]. Não pretendo operar com essa conceitualização, porque o peso dos agentes ditos "não-humanos" não entra no escopo de estudo deste trabalho, visto que as verificações de fato feitas pelas agências, embora possam remeter a determinadas "falas" ou "escritas" públicas ou privadas de indivíduos específicos, centram-se, sempre, na *mensagem* – portanto, na leitura de um fato.

Do que precede, quero ressaltar que, seja numa perspectiva mais tradicional, seja uma perspectiva mais contemporânea dentro do campo, o sujeito da linguagem, quando investido de interpretação discursiva, não anula o "usuário das tecnologias", nem os "agentes não-humanos", nem mesmo aquele "indivíduo" cujas intenções comunicativas podem ser recuperadas – trato da consideração do sujeito na teoria comunicacional, mas também em algumas correntes funcionalistas –, mas, sim, busca lançar luz ao fato de que todos estão sujeitos *a posições no/do discurso*, conforme lembra Corrêa (2011), seja numa interação face a face mais imediata, seja no contexto sócio-histórico mais amplo.

2.1.6 Notas sobre gênero *notícia* no processo de textualização discursiva

Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) consideram que notícia é, ao mesmo tempo, produto do jornalismo – porque se compromete a produzir informação que seria independente, confiável, precisa e compreensiva – e resultado de uma construção social. Sobre esse último aspecto, os autores ressaltam que todo jornalista opera com julgamento subjetivo na escolha do que incluir na ou excluir da informação. Por essa razão, notícias são vulneráveis não apenas às preferências dos jornalistas (White, 1950), mas também a forças externas, tais como governo, público e anunciadores (Shoemaker; Reese, 2013). Não se trata somente de dizer que *notícia* veicula *informação* falsa ou verdadeira, mas de como pode ser considerada dessa forma com base na intenção de agentes – entendidos como sujeitos da linguagem – e na propagação de informação. Logo, notícia é condicionada por fatores sociais e históricos.

Do ponto de vista assumido, as produções textuais escritas de base multissemiótica são entendidas na relação indissociável com o processo de sua produção. Toda prática de textualização acontece por meio de enunciados relativamente estáveis que circulam em

[66]Numa tentativa de se distanciar da concepção de sujeito da retória, Paveau (2015) afirma que "o *ethos* da retórica está centrado na figura do falante, numa perspectiva 'emissora', portanto linear, da comunicação, sem verdadeira consideração do destinatário e da circulação social dos enunciados. Ora, na perspectiva de uma linguística simétrica do discurso, a produção verbal é um dispositivo com múltiplos parâmetros no qual não há grande possibilidade de isolar o falante, pois a atividade verbal é *colaborativa, implicando conjuntamente falante, interlocutor e parâmetros ambientais*" (Paveau, 2015, p. 120, grifos próprios).

diferentes esferas de atividade humana. Faço referência aos *gêneros do discurso* na perspectiva bakhtiana (Bakhtin, 1992). O conceito, como é sabido, diz respeito à relativa estabilidade de enunciados que seriam produzidos em diferentes esferas da vida social na história. Estou de acordo com Corrêa (2013) a respeito de uma diferenciação entre gênero textual e gênero discursivo, comum em pesquisas sobre linguagem, sobretudo as desenvolvidas no Brasil. "Gênero textual" retomaria uma ênfase no caráter organizacional e composicional do texto, desconsiderando, por vezes, o caráter processual (o que há de relativo na estabilidade de sua apreensão) que está na base de sua constituição e de cada uma de suas ocorrências. É por essa razão que o linguista propõe que "ao lado da relação entre *esfera de atividade humana* na sociedade e *gênero* como realidade de língua em discurso, acrescente-se o caráter histórico do gênero do discurso, o que permite pensar a íntima relação entre sociedade, história e língua/linguagem" (Corrêa, 2013, p. 485), preferindo a denominação "gênero do discurso". Destacamos que o interesse nessa discussão está no fato de que práticas de textualização emergem em atividades sociais dos gêneros do discurso – neste caso, o gênero notícia.

Medina (2001), no contexto de estudos brasileiros com orientação bakhtiniana, faz uma revisão teórica da classificação de gêneros jornalísticos e chega à conclusão de que muitos trabalhos convergem para a consideração de que, no jornalismo, na gama de seus trabalhos (investigativo, policial, etc.), o gênero de base é a notícia. Afastando-se da ideia de que uma classificação universal seja possível – posição com a qual concordo –, no campo do jornalismo, Melo (1985), citado por Medina (2001), propõe uma classificação a partir de dois critérios: (1) aquele que agrupa gêneros em categorias correspondentes à intencionalidade determinante dos relatos, nos quais duas vertentes seriam identificadas – (i) a *reprodução do real*, por meio da qual "o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo)" (Medina, 2001, p. 49), descrevendo esses fatos a partir dos parâmetros do "atual" (observação da realidade) e do "novo" (descrição do que é apreensível à instituição jornalística) e, por conseguinte, (ii) a *leitura do real* (jornalismo opinativo) que significa "identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma processos jornalísticos" (Medina, 2001, p. 50), ou seja, a versão dos fatos construída por meio de argumentações, em favor de determinadas ideias e valores – semelhante, portanto, ao procedimento de verificação de fatos das agências de *fact-checking*, ao menos aquelas com as quais trabalhamos. O critério (2) busca identificar gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos[67]. Trata-se de

[67]Em estudo anterior (Alexandre, 2021), busquei demonstrar, na investigação de manchetes de notícias falsas (portanto, estudo de uma parte estrutural do gênero notícia), como a recuperação de uma "memória discursiva do

ir além do texto, das imagens e dos sons, que representam e reproduzem a realidade, considerando "articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)" (Medina, 2001, p. 50). Por fim, o autor propõe uma organização desses gêneros jornalísticos bastante interessante no contexto brasileiro.

Sendo o gênero notícia o gênero do discurso de base do jornalismo, no qual intervém uma série de outros gêneros – algo previsto na teoria bakhtiniana –, é possível compreender as verificações de fatos, publicadas pelas agências de *fact-checking*, como notícias, por promoverem uma (re)leitura do real, na checagem, sob a forma estrutural de uma notícia, que oferece manchetes, apresentação de fontes de comprovação, na voz de um autor que assina o texto. Seria possível dizer que aparecem sob essa forma para concorrerem com outras notícias, nas suas mais diversas formas textuais, quando de sua circulação em mídias sociais.

Neste trabalho, em que focalizo as análises de objetos de checagem enviados por "usuários" às agências, a função de todas, nessa prática letrada digital, é a de desmentir notícias tomadas como falsas ou de reafirmar a veracidade delas. O texto por elas publicado também é uma notícia, mas diferente daquelas recorrentes em instituições jornalísticas – mais do que o traço de "relato puro dos acontecimentos", conforme Medina (2001) expõe, trata-se de interpretar o que foi, antes, considerado como "relato dos acontecimentos" numa dada condição de produção. Essa reavaliação do relato é resultante de um desajuste em relação à realidade, nos termos de Paveau (2015), sofrido por certos usuários que solicitaram a verificação da veracidade de determinado texto (escrito, falado, "multimodal")[68]. O que não é possível dizer é que o *fact-checking* em si seria um gênero de discurso: conforme argumentado, o *fact-checking* é uma prática letrada em que diferentes gêneros – um dos quais, a notícia –, estão presentes em distintas produções discursivas.

2.2 Verdade e mentira em linguagem

A questão da verdade (e da mentira) em linguagem é um problema filosófico que atravessa os séculos. O estabelecimento da verdade do enunciado nunca se resolveu de fato, e a avaliação de um enunciado verdadeiro ainda é alvo de críticas em diferentes campos,

desmentir" (Alexandre, 2021, p. 90) pode ter um papel importante na explicitação de perguntas implícitas que funcionam de modo argumentativo nas manchetes das notícias de agências de *fact-checking* em questão.

[68]Cabe lembrar que o "usuário" sempre está diante de e lidando com textos em (suas) práticas letradas digitais, cuja veracidade será questionada segundo desajustes discursivos em relação à realidade que, diante dele, se desestabiliza. O texto só é objeto de checagem das agências quando investido dessa condição.

notadamente Filosofia, Linguística e Sociologia. Num contexto teórico que trabalha na intersecção entre teoria do discurso, filosofia moral e conhecimento e cognição social, Paveau (2015) lança bases para integrar o parâmetro ético nas produções linguísticas. Nesta seção, comento como a verdade do enunciado pode ser compreendida e, em seguida, discuto as consequências de uma visão linguística que integra a valoração moral dos enunciados na análise discursiva – no caso deste trabalho, da prática de textualização das agências de *fact-checking*.

2.2.1 As (pós-)verdades e suas formas falseáveis

O problema da avaliação sobre a verdade – e da relação da linguagem com a verdade – de determinado enunciado remonta à filosofia antiga. Seleciono apenas aqueles trabalhos que tocam a relação entre linguagem e verdade. No campo da filosofia da linguagem, no que se refere à lógica, destaco os trabalhos de Frege (1978 [1892]) e de Wittgenstein (2022 [1994]) para pensar, num primeiro momento, como determinado enunciado – entendido, de maneira lógica, enquanto proposição[69] – pode tornar-se verdadeiro. Não pretendo dar conta da complexidade desses trabalhos, mas de mencioná-los a fim de avaliar o que será considerado como "verdade" numa produção linguístico-discursiva.

Frege (1978), numa perspectiva lógico-filosófica, considera que há questões difíceis de serem respondidas na avaliação da igualdade; propõe, assim, reflexões a respeito da relação entre significado da palavra e seu referente. O filósofo busca, na conceptualização de significado de uma sentença como dependente de seu *sentido* e de sua *referência*, responder à questão de como é possível que uma sentença de forma $a = a$ (relação do objeto consigo mesmo) seja diferente da *forma* $a = b$ (relação constituída entre dois sinais ou nomes diferentes que se referem a um mesmo objeto). Assim, o sentido de uma expressão (ou de uma sentença) não se confundiria com o objeto de referência, o que torna possível explicar como os valores de $a = a$ e $b = a$ se diferem. Por um lado, numa proposição como "a estrela da manhã é a estrela da manhã", teríamos, segundo Frege (1978), uma relação sentencial do tipo $a = a$, em que o verbo "ser" estabelece uma relação de *identidade* entre dois objetos. Por outro lado, numa proposição

[69]Na lógica aristotélica, proposição é aquilo que nega um predicado de um sujeito. Assim, trata-se de um conjunto de asserções, isto é, conteúdos que podem ser tomados como verdade. Em "O sol é uma estrela", "The sun is a star" e "O sol é um corpo celeste", por exemplo, temos a mesma proposição, sendo realizada em diferentes asserções e diferentes línguas. A verdade está na relação entre a estrutura e a adequação dessa estrutura ao referente. Logo, um conteúdo proposicional seria o aspecto lógico-semântico do enunciado. Há sempre um referente e argumentos a eles relacionados. Em "O sol está brilhando", por exemplo, temos o referente "sol" e argumentos "o, está brilhando" que se relacionam à proposição.

como “a estrela da manhã é a estrela da tarde”, teríamos uma relação do tipo *a* = *b*, cujo sentido dos dois objetos, embora diferentes, teriam a mesma referência, neste caso, o sol.

O filósofo adverte, contudo, que, mesmo admitindo que uma expressão sempre tenha um sentido – entendido como modo de apreensão de um objeto –, não é possível reconhecer uma referência a ele correspondente. Nas palavras de Frege (1978), a proposição “o corpo celeste mais distante da terra” tem um sentido, mas é duvidoso que tenha uma referência: esse corpo celeste distante pode não existir ou pode existir de acordo com o que a tecnologia de dado tempo pode ou não alcançar. Não há, portanto, uma referência inquestionável no mundo. Assim, “apreender um sentido nunca assegura a existência de sua referência” (Frege, 1978, p. 133) – para retomar o exemplo da “estrela da manhã” e “estrela da tarde”, alguém que não soubesse que essas duas asserções fossem idênticas (mesmo que na forma de *a* = *b*), “poderia sustentar um pensamento como verdadeiro e o outro como falso” (Frege, 1978, p. 137). O “valor de verdade”, entendido como a circunstância de esse valor ser verdadeiro ou falso, é sua referência, mesmo com exceções[70].

Dessa perspectiva lógica, determinar a validade – as condições de verdade – de uma certa afirmação é determinar se as referências “existem”. “Unicórnios andavam apressadamente” não pode ser uma proposição classificada como verdadeira ou falsa, uma vez que “unicórnios” não são entes do mundo real; é um nome que não se refere a nada no mundo. A verdade de uma sentença dependeria, então, de sua existência no mundo. A proposição em questão não poderia ser avaliada em termos de verdade ou falsidade, já que se trata de uma construção imaginária sem base empírica. Essa construção pertenceria ao campo da imaginação humana e, de acordo com Frege (1978), a presença ou a ausência de referente, nesse caso, seria irrelevante, porque é a busca da “verdade” – das palavras e das proposições – que possibilita o movimento do sentido para a referência. Ao se deparar, pois, com o problema da pressuposição em sentenças de representação, o filósofo decide rejeitá-la na construção da sua teoria lógica, já que partiu do princípio de que a linguagem natural apresenta ambiguidades que poderiam ser eliminadas numa linguagem artificial e objetiva – aproximando-se, enfim, da “linguagem da

[70]Frege (1978) considera que as sentenças subordinadas seriam essas exceções, pois, nelas, a referência é somente um pensamento e não o valor de verdade em si. É possível que as sentenças subordinadas tenham referência, mas não tenham sentido, nem valor de verdade, como no célebre exemplo “Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”. Para uma crítica aprofundada a respeito dessas exceções e seus desdobramentos para uma concepção de língua e de sujeito (com relação ao “ponto cego” de Frege a respeito da indução ilusória que a linguagem faria na construção do pensamento), ver Pêcheux (1997).

matemática". Pensar (n)um mundo só com nomes e sentenças é evitar a *representação*, responsável pela opacidade linguística[71].

Wittgenstein (2022), que refletiu a respeito das condições de verdade da proposição, ressalta a importância de considerar os "jogos de linguagem" na avaliação desses enunciados, uma vez que "uma marca do [...] conceito de proposição é *soar como proposição*" (Wittgenstein, 1994, p. 96, grifos próprios). Como é sabido, esse jogo refere-se a atividades de uso da linguagem, em contraposição à ideia de que linguagem teria uma única estrutura lógica subjacente, deslocando essa avaliação da proposição, agora, para o nível desse "jogo de linguagem". Wittgenstein (2022) argumenta que, na proposição dessa "atividade de linguagem", é como se houvesse "um conceito de verdadeiro e de falso, com cujo auxílio podemos agora determinar o que é uma proposição e o que não é. O que engrena no conceito de verdade [...] é uma proposição" (Wittgenstein, 2022, p. 98).

Enquanto, em Frege (1978), a condição da verdade é reservada à relação indiscutível entre objeto e mundo, em Wittgenstein (2022), é mais centrada nos problemas da relação entre linguagem e mundo, ainda que aquela relação entre objeto e mundo também possa ser recuperada. Esta inclinação à preocupação com a representação podia ser observada em Nietzsche (2007 [1873]), para quem a verdade é uma *ilusão* – a linguagem é aquilo que "se passa" por verdade –, porque emana dos fortes. O objetivo do filósofo, nesse ensaio, foi o de compreender como a linguagem exerce efeito dissimulador sobre aquilo que o homem sente e pensa sobre si mesmo. Por realizar-se, primeiramente, pela linguagem, Nietzsche (2007) propõe que

> as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. [...] O homem decerto se esquece que é assim que as coisas se lhe apresentam; ele mente, pois, da maneira indicada, inconscientemente e conforme hábitos seculares – e precisamente *por meio dessa insconciência*, justamente mediante esse esquecer-se, atinge o sentimento da verdade (Nietzsche, 2007, p. 37).

De acordo com Nietzsche (2007), só se poderia buscar[72] e compreender a verdade numa relação constitutiva com a mentira. É possível dizer que olhar para a verdade enquanto processo

[71]Quando a representação passa a ser integrada aos processos "reais" dos usos linguísticos, estamos lidando com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s), portanto, com o processo de opacidade de produção dos sentidos em linguagem, conforme trabalho de Authier-Revuz (1990) mencionado.

[72]Nessa obra, observamos que a busca da verdade é recursiva. De acordo com Nietzsche (2007), "Tal como os romanos e etruscos dissecavam o céu através de firmes linhas matemáticas e relegavam um deus num espaço assim demarcado, como num templo, assim cada povo tem sobre si um equivalente céu conceitual matematicamente dividido e, sob a exigência da verdade, agora entende que cada deus conceitual deve ser buscado apenas em *sua* esfera" (Nietzsche, 2007, p. 39). Trata-se de afirmação tautológica da necessidade de alcançar a verdade,

de *representação* que emana dos "fortes" – detentores, portanto, de poder –, e enquanto constituída pela *mentira*, é olhar para um conceito de poder, como discutido por Foucault (1988), nas investigações da verdade.

De acordo com o filósofo moderno, a verdade não existiria fora do ou sem o poder. Pertencente a este mundo, a verdade "é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder" (Foucault, 1988, p. 11). Argumenta o autor que cada sociedade teria sua própria concepção de verdade, em relação à qual criaria uma "política geral", consistindo em tipos de discurso que a sociedade aceita como verídicos, nos mecanismos e nas instâncias que permitem distinguir os enunciados "verdadeiros" dos "falsos", na forma como as pessoas são recompensadas ou punidas com base nessas afirmações, nos "melhores" métodos e nas "melhores" técnicas utilizadas na obtenção da verdade e, por fim, no estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona, de fato, como verdadeiro. Para Foucault (1988),

> Há um combate 'pela verdade' ou, ao menos, 'em torno da verdade' – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar', mas o '*conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder*'; entendendo-se também que não se trata de um combate 'em favor' da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (Foucault, 1988, p. 13, grifos próprios).

A verdade é jurídica, porque aparece em favor de certos grupos que detêm o poder. Percebo, com Foucault (1988), que a verdade (ou a "vontade de verdade") pertence à *autoridade das relações de poder*, mas ao mesmo tempo a ela é cedida um lugar de perigo. Além disso, somente na compreensão da verdade como mecanismo de controle dos dizeres – que seriam constrangidos, portanto, por regimes disciplinares – é que esse "perigo" pode ser considerado, visto que

> se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (Foucault, 2014 [1971], p. 14).

---

reconhecendo a linguagem como único modo de acesso. Essa afirmação tautológica encontra-se, também, em outra passagem: "Toda regularidade que tanto nos impressiona na trajetória dos planetas e no processo químico coincide, no fundo, com aquelas propriedades que nós mesmos introduzimos nas coisas, de sorte que, com isso, impressionamos a nós mesmos" (Nietzsche, 2007, p. 45).

Por essa separação – da vontade de verdade como mecanismo de exclusão dos discursos – ser historicamente constituída, haveria, segundo o autor, uma história da vontade de verdade, a saber, "história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento" (Foucault, 2014, p. 16). Não se trata, portanto, de qualquer verdade. É possível encontrar essa concepção de verdade em trabalhos atuais a respeito da relação entre linguagem e verdade, suscitada pelo contexto de pós-verdades, fomentada (ao menos em parte) pelo aumento da (des)informação *on-line*. No campo dos estudos do discurso, Possenti (2021) reafirma essa questão:

> Quando ele [Foucault] se refere às verdades, não se trata de qualquer verdade. Não se trata nem mesmo das verdades da filosofia, do direito, ou do jornalismo. [...] Trata-se das *verdades produzidas segundo regimes discursivos especiais*, os dos saberes ou os das ciências – que exigem delimitações, métodos, sujeitos de conhecimento 'treinados', etc. (Possenti, 2021, p. 62, grifos próprios).

Ainda no campo dos estudos do discurso, Chartier (2021) refere-se à apreensão da vontade de verdade nos discursos no sentido de ser essa um conhecimento (a ser) comprovado. Na relação entre retórica e verdade, numa interface entre estudos do discurso e estudos da história, Chartier (2021) argumenta que "a capacidade crítica da história não se limita a desvelar as falsificações e imposturas. Ela pode e deve também sujeitar suas construções interpretativas a critérios objetivos de validação ou rejeição" (Chartier, 2021, p. 25). Para esse autor, é urgente retomar a prática de refletir sobre as condições que permitem a emergência de discursos que podem ser considerados como representações e explicações adequadas para fazer compreender a realidade. Essa prática poderia ser desenvolvida por meio da recorrência às fontes, mas com a ressalva de que

> As fontes [para a história] não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos; no máximo, poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da *distorção específica* de qualquer fonte implica já um elemento constitutivo. Mas a construção não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos inflingidos pelo princípio da realidade. O conhecimento histórico é possível (Ginzburg, 2002, p. 44-45 *apud* Chartier, 2021, p. 26, grifos próprios).

A partir do estudo sistemático de documentos, comum aos estudos de história, Chartier (2021) recorre à literatura, na proposta de uma contraposição entre tempo singular e inalienável de cada vida humana e o tempo coletivo das instituições, dos destinos compartilhados e das

representações comuns. Conforme demonstra Chartier (2021), a literatura, criada pelo escritor ou encontrada em registros históricos, adquire uma notória capacidade de discenir a "verdade" da "ficção" quando são aplicados métodos que produzem uma "história verdadeira construída a partir de uma história fictícia" (Ginzburg, 2017 *apud* Chartier, 2021, p. 33). Não é equivalente a dizer que ficção e história revelam a mesma "verdade". Mas é possível identificar sob quais condições certas obras literárias podem oferecer um discurso "verdadeiro" sobre realidade ou passado. Portanto, na relação entre autoridade e verdade, as mutações políticas

> mostram os perigos que ameaçam tanto a memória como história: (i) a memória, porque aproveitam o desconhecimento do passado para impor as representações de uma realidade que nunca foi; (ii) a história, porque opõem, ao conhecimento verdadeiro, as falsificações e manipulações dos fatos. Em ambos os casos, é a *noção de verdade* que se encontra *desafiada, ameaçada, descartada* (Chartier, 2021, p. 38, grifos próprios).

Charaudeau (2022) assume posição semelhante, pois argumenta que, no que diz respeito à verdade, a questão é "menos de sua existência ontológica ou epistêmica do que a da possibilidade de construir categorias de conhecimento e de crenças que expliquem a maneira como o sujeito representa o mundo" (Charaudeau, 2022, p. 20). Acrescenta que a verdade não é um assunto moral – posição da qual discordo, como comento adiante. Na avaliação do autor, a verdade em linguagem "encontra-se na articulação entre a forma como os sujeitos representam para si o mundo por meio do seu saber, e o tipo de relação na qual interagem" (Charaudeau, 2022, p. 22). Assume, assim, uma posição relativista[73] sobre a verdade, uma vez que esta seria subjetiva e intersubjetiva: segundo o autor, quando o sujeito diz "eis o que é a verdade", estaria apenas dizendo "eis o que eu acredito que seja a verdade". O próprio estudioso assume um julgamento de valor – portanto, uma valoração moral/ética a respeito de uma asserção – da qual quis se distanciar.

Penso, contudo, que essa posição relativista não pode ser equiparada à de Foucault, Chartier ou mesmo de Paveau, conforme discuto adiante. Esses autores a assumem como método de observação de regimes de verdade, em torno do que é dito sobre o que é "verdade" em determinado momento histórico. Não se trata de negar que a verdade exista, mas de suspender temporariamente o que é aceito como verdade em determinado momento histórico, em dado campo científico, para que se possa estudar, histórica e linguisticamente, conforme

[73]Oliva (2012) cita Laudan (1990) para dizer que, numa primeira aproximação filosófica, o relativismo pode ser entendido como "a tese de que o mundo natural e a evidência que temos dele pouco ou nada fazem para restringir nossas crenças" (Oliva, 2012, p. 563).

mencionado, “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Foucault, 1988, p. 13).

Chartier (2021) volta-se aos estudos na contemporaneidade, em que as “verdades” vêm sendo alocadas como uma questão de adesão às crenças – em termos de *pós-verdades* – em detrimento da problematização do “fato” – entendido da perspectiva de Ginzburg, à qual Chartier adere. McIntyre (2018) aponta que o fenômeno da “pós-verdade” ganhou visibilidade pública em novembro de 2016, quando o Dicionário de Oxford a elegeu como palavra daquele ano. Sua importância é atestada num contexto em que houve “o obscurecimento dos fatos, o abandono dos padrões de evidência no raciocínio e as mentiras flagrantes que marcaram o voto do Brexit de 2016 e a eleição presidencial dos EUA [...]” (McIntyre, 2018, p. 1, tradução própria)[74].

McIntyre (2018) assume a definição dicionarizada de pós-verdade, apresentada no Oxford, compreendida como “circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência na construção da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (McIntyre, 2018, p. 5, tradução própria)[75]. O Dicionário de Oxford, segundo o filósofo, sublinha que o prefixo “pós” não tem relação com ideia de que passamos pela verdade num sentido temporal. Trata-se da ideia de que a “verdade” (sobretudo a científica) passa a ser irrelevante. McIntyre (2018) reconhece que, na era da pós-verdade, a novidade reside não apenas no questionamento da capacidade de compreender a realidade, como também na própria existência da realidade. O critério está relacionado a como as pessoas dão preferência às (suas) crenças preexistentes. Não implica, necessariamente, a rejeição dos fatos, mas uma distorção do processo de coleta confiável e do uso adequado dos fatos para moldar as crenças sobre o mundo real. Essa é a razão pela qual McIntyre (2018) argumenta que alguns fatos do mundo têm mais importância do que outros. Dito de outra forma, trata-se de dizer que negacionistas de fatos científicos acreditam em fatos que justificam o que já creem.

Em trabalho sobre discurso e verdade, Angermuller (2018a) propõe dois problemas: questiona (1) se todas as ideias são igualmente verdadeiras, se se considera que a verdade é produto de uma luta discursiva e (2) como pesquisadores do discurso defendem as alegações de verdade de suas próprias pesquisas em relação aos discursos que criticam. Citando críticos do discurso, para quem o questionamento da verdade feito por certas teorias do discurso

[74]Do original: “Given the obfuscation of facts, abandonment of evidential standards in reasoning and outright lying that marked 2016's Brexit vote and the US presidential election […]” (McIntyre, 2018, p. 1).
[75]Do original: “circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief” (McIntyre, 2018, p. 5).

(sobretudo, as francesas) poderia configurar uma "ameaça" à democracia ocidental, Angermuller (2018a) apresenta um resumo dessas críticas, de acordo com as quais o pós-modernismo – corrente da qual as referidas teorias fariam parte –, "apoia-se na ideia de que a verdade não passa de uma expressão de relações de poder e que uma ideia é verdadeira porque as pessoas querem que ela seja verdadeira [...] culp[ando] pós-modernistas por desacreditarem a ideia da verdade científica" (Angermuller, 2018a, p. 2, tradução própria)[76]. Nas palavras de Angermuller (2018a), há outra preocupação: hoje, diante de líderes populistas que rejeitam fatos cientificamente estabelecidos – como o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump –, pesquisadores devem mais uma vez defender abordagens construtivistas para o conhecimento científico. Segundo o autor, há o desafio de responderem a figuras políticas que expressam ceticismo em relação a especialistas, numa situação que permite a emergência do que Trump chamou de "fatos alternativos".

Para Angermuller (2018a), pesquisadores do discurso deveriam considerar que todas as alegações de verdade têm o mesmo valor, reconhecendo, evidentemente, que as representações sociais dessas alegações mudam em função do exercício de poder que lá pode ser apreendido. Reconhecendo os diferentes "valores da verdade", o autor argumenta que os pesquisadores do discurso poderiam concordar com a ideia de que

> há lutas discursivas pela verdade, mas nem todas as afirmações de verdade têm a mesma *qualidade normativa*. Há afirmações sobre realidades que podem se tornar verdadeiras pela força de grandes grupos sociais (pense na dinâmica do discurso da mídia de massa) nas trocas entre poucos especialistas selecionados (por exemplo, pequenas comunidades acadêmicas e profissionais). Algumas alegações de verdade são sobre realidades sociais, outras sobre realidades não sociais. E muitas vezes há um conflito entre diferentes tipos de afirmações de verdade que surgem em jogos que mobilizam diferentes recursos e seguem diferentes regras (Angermuller, 2018a, p. 2, tradução própria, grifos próprios)[77].

Ao ter em vista a "qualidade normativa" das afirmações sobre a verdade, os pesquisadores podem distinguir entre alegações de verdade com maior ou menor qualidade normativa, sem trair orientações construtivistas fundamentais, uma vez que são participantes ativos do processo da pesquisa discursiva – portanto, também atravessados por condições sócio-

[76]Do original: "supports the idea that anything goes in moral affairs, that truth is nothing but an expression of power relationships and that an idea is true because people want it to be true […] blam[ing] postmodernists for discrediting the idea of scientific truth (Angermuller, 2018a, p. 2).

[77]Do original: "there are discursive struggles over truth but not all truth claims have the same normative quality. There are claims about realities, which may become true through the force of large social groups (think of the dynamics of mass media discourse) in the exchanges between few select specialists (e.g., small academic and professional communities). Some truth claims are about social realities, others about non-social realities. And often there is a conflict between different types of truth claims emerging in games mobilising different resources and following different rules" (Angermuller, 2018a, p. 2).

históricas de produção nas quais desenvolvem a pesquisa. O autor propõe, na observação das verdades das alegações, que "as verdades socialmente estabelecidas [são consideradas] como um efeito das práticas discursivas" (Angermuller, 2018a, p. 6, tradução própria)[78]. Trata-se de uma possibilidade de pesquisa a partir do que considera um Programa Forte[79] nos estudos do discurso, que concentraria a pesquisa, entre outros aspectos, em práticas materiais, que não podem ser explicadas por atores intencionais ou estruturas determinantes.

Para lidar com essa "simetria" entre "enunciados" que convocam para si a verdade (e a mentira) de outros enunciados, sem cair numa perspectiva relativista *per se*, destaco o trabalho de Paveau (2015), para quem o problema da verdade do enunciado está inserido numa questão de ajuste dos discursos[80] aos agentes, à memória e, portanto, à realidade: a verdade conferiria uma *dimensão moral* à consideração da realidade. Para a linguista, dizer a verdade e/ou a mentira está no âmbito da valorização moral do discurso. A língua teria uma relação com o "sentimento" do que falantes consideram, para si, como "verdades". Paveau (2015) exemplifica essa ideia a partir do enunciado "o sol é uma estrela", argumentando que esse não é verdadeiro somente pelo fato de o sol ser efetivamente uma estrela – numa concepção fregeana de referência –, mas porque, ao dizer "o sol é uma estrela", estamos dizendo aquilo em que cremos. A crença em algo falso é quase impossível, pelo menos a sério. Nesse aspecto, Paveau (2015) se distancia de uma visão deontológica da linguagem: para a linguista, o estudioso da linguagem não deve definir "verdade" para a avaliação dos enunciados – aproximando-se, do meu ponto de vista, daquele também defendido por Angermuller (2018a) –, mas observar como a verdade *se instaura* nos enunciados. Essa observação é diferente de afirmar, conforme Charaudeau (2022) faz, que a verdade, em linguagem, é subjetiva e intersubjetiva. Reconhecendo os valores *a priori* de verdade, para então avaliar sua qualidade normativa (nos termos de Angermuller), estamos no âmbito de uma concepção foucaultiana de verdade, como venho discutindo, segundo a qual a avaliação do conjunto de regras com base nas quais se distingue o verdadeiro do falso estabelece o estatuto da verdade, bem como o papel que desempenha em determinado momento histórico. Segundo Paveau (2015):

---

[78]Do original: "socially established truths as an effect of discursive practices" (Angermuller, 2018a, p. 6).

[79]O Programa Forte – *Strong Program* – surge em contraposição ao que o autor considera como vertentes fracas das pesquisas em discurso, que recorrem a explicações analíticas que apenas podem explicar representações "falsas" da realidade social; o programa forte, por sua vez, investiga ideias "verdadeiras" e "falsas" por meio do mesmo conjunto de ferramentas teórico-metodológicas da pesquisa social. Trata-se da formulação de pesquisa em direção à sociologia simétrica (cf. Latour, 2006, no campo da sociologia e Paveau, 2015, no campo da linguística).

[80]A metáfora do "ajuste" é algo recorrente na obra de Paveau (2015). Leio os ajustes como a inevitável condição dialógica em que sujeitos da linguagem, no processo discursivo, lidam com antecipações e projeções de diferentes imagens do outro em interlocução, buscando, consciente ou inconsciente, adaptar-se a um regime discursivo vigente.

> quando falo de verdade, falo das diferentes *concepções* que os metadiscursos valorativos têm, e que – ao que me parece – o *linguista discursivista deve conhecer para levá-los em conta em sua inclusão do parâmetro moral na análise dos enunciados em situação* [...] isso não o impede de ter a sua [verdade], mas a linguística que defendo aqui é uma linguística, justamente, portanto, um corpo de descrições, e não uma axiologia, que seria um corpo de prescrições (Paveau, 2015, p. 275, grifos próprios).

Paveau (2015) propõe que dizer a verdade será sempre uma virtude ambígua[81]. Em termos, por exemplo, de valorações existentes da própria verdade, a autora afirma que oscilam entre dois pré-discursos[82]: (1) o de condição absolutamente necessária ao comportamento moral e (2) o de uso perigoso do discurso em sociedade. Na reflexão sobre a diferença entre verdade e veracidade, Paveau (2015) prefere tratar de *veracidade* – citando Williams (2006 [2002]) – a tratar de verdade, pois o que lhe interessa é o "valor da verdade"[83] em contraposição à sua natureza. Constatando que o imperativo de veracidade pode ser encontrado em todas as grandes culturas (por exemplo, asiáticas, cristãs, entre outras) e em grandes correntes de pensamento (como iluminismo, pragmatismo, entre outros), Paveau (2015) demonstra que, na tradição kantiana, por exemplo, a verdade é um valor moral e um princípio universal, sendo compreendida como um imperativo categórico reconhecido, inclusive, em confusões entre "falar" e "dizer a verdade"[84]. Nesse pré-discurso,

> seria possível dizer que o sistema da língua impele 'naturalmente' os agentes a dizerem a verdade, pois existe uma espécie de correspondência entre verdade e asserção. A questão da verdade aqui não é alçada da lógica, mas da relação que a língua parece ter com o sentimento de verdade dos falantes. Para retomar um exemplo famoso, o enunciado '*a neve é branca*' não é verdadeiro pelo fato de a neve ser efetivamente branca, mas porque, ao dizer '*a neve é branca*', estou dizendo aquilo em que creio e me é quase impossível crer em algo falso, pelo menos a sério (Paveau, 2015, p. 279).

---

[81]Na seção 2.2.3, explicito o parâmetro ético assumido por Paveau (2015) no estudo de virtudes discursivas.

[82]Paveau (2013) entende o pré-discurso como "um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso" (Paveau, 2013, p. 130). Para a linguista, trata-se de avançar em relação a uma perpectiva que considera "dados anteriores" aos discursos e que são mobilizados na sua produção para uma perspectiva de "anterioridades" do discurso, ou seja, enunciados recuperados na dialogia com o já-dito dos discursos.

[83]Não se pode confundir o "valor da verdade" de Williams com o "valor de verdade" de Frege: este quer avaliar esse valor de verdade em função da construção de uma teoria perfeita da linguagem, sem ambiguidades; aquele, trata das representações sociais que constroem certa noção de verdade, longe de sua natureza filosófica estrita.

[84]Paveau (2015) demonstra que, a partir do trabalho de Kerbrat-Orecchioni (1986), essa indistinção poderia ser provada por três razões: "(1) não existe antônimo para a palavra *mentiroso* em francês; (2) as frases assertivas banais significam 'creio que', pois, quando acompanhadas de seu contrário, são consideradas contraditórias: *Pedro está doente e saudável*; (3) a menção à verdade do enunciado produz um efeito estranho e até uma duvitação, como em 'estarei ausente esta semana *e além disso é verdade*'" (Paveau, 2015, p. 279).

Esse "sentimento de verdade dos falantes" seria apreendido a partir do estudo das morais atuantes nas práticas discursivas dos sujeitos em dadas condições sócio-históricas de produção. Com relação ao segundo pré-discurso, Paveau (2015) demonstra que os valores sociais da verdade são frequentemente negativos, pois a verdade nem sempre está ajustada aos valores vigentes do tempo em que é enunciada. No estudo de provérbios em diferentes línguas, Paveau (2015) constata que boa parte deles se apresenta como um "discurso perigoso, em condições de condenar à marginalidade, ao exílio e até à morte de quem o preferir" (Paveau, 2015, p. 280). Logo, um discurso será considerado como "virtuoso" – portanto, correspondente à expectativa de seu ajuste verdadeiro segundo morais vigentes de um tempo – se estiver ajustado à verdade. Essa consideração da veracidade nos discursos é a posição que assumo neste trabalho e que, acredito, ressoa a concepção de verdade apresentada por Foucault. Qual seria, enfim, essa "verdade"? De acordo com Paveau (2015), é nesse ponto que o analista do discurso "precisa pôr em jogo sua plasticidade epistemológica e identificar nos metadiscursos o tipo de verdade subjacente" (Paveau, 2015, p. 283).

Nas concepções de verdade nos metadiscursos estudados por Paveau (2015), a linguista identifica três:

(1) verdade como ajuste à *realidade*, entendida como poderoso mecanismo de avaliação. O que se convoca é certa virtude da exatidão, a objetividade, em conformidade com o mundo tal como é, o que tem como consequência o fato de que numerosos enunciados são considerados desonestos pelos "agentes" – sujeitos da linguagem – porque não lhes parecem descrever o mundo tal que lhes parece ser, sendo frequente a indagação à inadequação da palavra à coisa ou ao pensamento;

(2) verdade como ajuste à *aceitabilidade*, em termos de uma conformidade aceitável com a descrição do mundo, enquanto certa virtude da exatidão "aceitável". Valorações morais não incidem somente sobre um desajuste à realidade tal qual esta é, mas sobre um "desajuste à verdade definida como aquilo que é aceitável para um grupo ou mesmo [...] para uma pessoa" (Paveau, 2015, p. 294);

(3) verdade como ajuste à *credibilidade*, diante da qual se adota uma postura de confiança, num ajuste àquilo em que é possível acreditar quanto a fenômenos e à observação do mundo. A virtude do discurso de um agente passa por um efeito ambiental que pode ser "credibilidade como compromisso". Não é "sustentada apenas pelo agente e pela imagem que ele produz em seu discurso, mas está distribuída no ambiente" (Paveau, 2015, 298-299).

As verdades teriam, assim, formas "falseáveis", se um analista priorizasse na verdade do enunciado somente aquilo o que está linguisticamente posto ou explícito. É importante

entender que um discurso que se pretende como verdadeiro integra argumentos lidos como "plausíveis" na sua textualização. No caso desta pesquisa, práticas de textualização das agências de *fact-checking* só podem demonstrar os modos como chegam à verdade do texto se consideramos que cada agência assume, implicitamente, certa concepção de verdade, passível de investigação e discussão.

É possível concluir que a verdade (e a mentira) não é produto de um único "agente" – no caso desta pesquisa, da posição de um sujeito da linguagem que representa as agências de *fact-checking* –, mas de uma dinâmica do processo discursivo que envolve outros "agentes", humanos, não-humanos (algoritmos e *bots*, por exemplo), que constituem a construção de um verdadeiro nas relações sociais. Assumo a máxima de Paveau (2015), para quem toda produção linguageira pode ser avaliada junto a um parâmetro ético sócio-historicamente posto. A partir dessa consideração, apresento uma reflexão sobre como a checagem de covid-19 pode ser lida como um *acontecimento discursivo moral*.

2.2.2 Checagem sobre covid-19 como acontecimento discursivo moral

A noção de acontecimento é pertinente à análise do discurso de orientação francesa, porque permite uma reflexão sobre o processo de produção do sentido na sua relação com as condições sócio-históricas de produção dos discursos. De acordo com Pêcheux (1999), "um acontecimento histórico (um elemento histórico e descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória" (Pêcheux, 1999, p. 49-50). Na elaboração do conceito de memória discursiva – distanciando-se de uma noção de memória individual e aproximando-se de uma memória coletiva –, a inscrição na continuidade interna do acontecimento poderia ocorrer em favor "dos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador" (Pêcheux, 1999, p. 50).

Para Achard (1999), tratar de memória é tratar "do estatuto dos implícitos" (Achard, 1999, p. 11). Embora nem sempre seja recuperável, o autor afirma que o implícito, do ponto de vista discursivo, trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado. O discurso, ao pressupor o implícito, pode apelar para uma (re)construção sob a restrição "no vazio" – a expressão é do autor – nas formas que permitam sua inserção na paráfrase. Segundo Achard (1999), a explicitação de implícitos não é necessária, nem faz falta, pois a paráfrase de sua explicitação aparece "como um trabalho posterior sobre o explícito", antes mesmo "do que como pré-condição" (Achard, 1999, p. 13).

Logo, por ser a memória uma "estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização", a memória discursiva seria "aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (Pêcheux, 1999, p. 52). É considerando os implícitos "ausentes por sua presença" – a expressão é de Pêcheux – que observo, na repetição de estruturas linguísticas carregadas do parâmetro ético (inspirado pela proposta de Paveau [2015]), "a formação de um efeito de série pelo qual uma 'regularização' (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria" (Pêcheux, 1999, p. 52).

Corrêa (2006), na leitura que faz de Pêcheux (1999), destaca dessa conceituação de *acontecimento discursivo* o fato de que esse

> não se reduz à situação, nem dá nome à atividade do autor do texto nem à do seu leitor. Pelo contrário, só se materializa na relação que se estabelece entre as figuras do autor e do leitor. Quanto à sua materialidade, se às figuras textuais do autor e do leitor pode-se fazer corresponder um corpo, nenhum corpo se pode atribuir à relação entre elas. Nesse sentido, 'um texto como acontecimento a ler' não é nem a matéria gráfica ou sonora nem o suporte em que elas se inscrevem; não se reduz, portanto, a esses corpos. Cabe à memória discursiva o acesso à materialidade dos acontecimentos, que é a do sentido, guardada nos 'implícitos' de que sua leitura necessita (Corrêa, 2006, p. 284).

Argumenta Corrêa (2006) que, mais do que em novidade do acontecimento, deveríamos pensar em *experiência do acontecimento*: "momento em que, de seu mergulho no *interdiscurso*, o trabalho do sujeito com a linguagem ganha singularidade", construindo-se, assim, em "zonas de fronteira por meio da quais o interlocutor (leitor) pode reconhecer as práticas sociais e históricas determinadas de que provêm" (Corrêa, 2006, p. 285). Essa noção de acontecimento não se confunde com uma identificação do que haveria de contínuo na delimitação dos fatos históricos – os quais são, sempre, descontínuos, como já nos provou Foucault.

No quadro da relação entre linguagem e moral, Paveau (2015) define o *acontecimento discursivo moral* como "um conjunto de comentários e reações, em dado grupo ou sociedade, a propósito de dado enunciado" (Paveau, 2015, p. 25). Um acontecimento discursivo poderia desencadear um acontecimento moral. Se, de um ponto de vista fundamentado nos estudos de Foucault (2014), for possível compreender a pandemia de covid-19 como um acontecimento histórico – uma vez que vários temas passaram a se referir à doença causada pelo vírus, com modificações espaço-temporais relevantes –, penso ser possível compreender a checagem sobre covid-19 como um acontecimento discursivo, visto que essa relação já se materializa na relação entre esse tema e sujeitos: autor/falante e leitor/ouvinte; no caso desta tese, agências de *fact-checking* e usuários. Esse acontecimento gerou uma série de informações falsas e

desinformações – produzidas por jornais, em termos de notícias, ou por usuários comuns, em termos de outros gêneros, como memes, que circularam em mídias sociais, demandando verificação. O que está na base desse processo é o incômodo, percebido por "usuários", diante de informações derivadas desse acontecimento histórico da pandemia de covid-19. Não se trata de um incômodo que se criou a partir de um "vazio": a possibilidade de que as agências fariam checagens no contexto de mídias sociais deixou em aberto uma possibilidade de um (novo) acontecimento emergir.

Como modo de responder a essa necessidade de desmentir informações falsas ou desinformações, as agências apresentam seu trabalho de verificação para avaliar (o valor das) verdades das proposições. Portanto, a checagem sobre covid-19 feita por agências de *fact-checking* configura um acontecimento discursivo moral, pois a publicação de suas verificações pode ser lida como *reações* às demandas do que os "usuários" lhes apresentavam.

A natureza dessas reações teria a ver com uma apreciação – pautada em métodos jornalísticos, evidentemente – do objeto de checagem em análise pela agência para, em seguida, haver o "veredito" sobre o objeto ser verdadeiro ou falso (em diferentes gradações, entre pólos opostos). Essa leitura só é possível se se considerar que toda e qualquer produção linguística pode ser compreendida na relação com parâmetros éticos constitutivos, como comentado na seção anterior. Discorro a seguir sobre esses parâmetros em produções linguístico-discursivas.

2.2.3 O parâmetro ético nas produções linguístico-discursivas

Henriques (2018) propõe uma reflexão sobre dois modos distintos de realizar a investigação sobre um dos mais elementares valores da atividade jornalística e de suas consequências para a prática cotidiana de produção de informação: a *objetividade jornalística*. Na base dessa busca *virtuosa*, "bastaria estabelecer critérios para medir o grau de pureza das notícias, que funcionariam como uma espécie de parâmetro capaz de mensurar a quantidade de desvio presente no resultado final do trabalho" (Henriques, 2018, p. 3). O autor avalia que a objetividade é uma "virtude pretendida" – palavras do autor – pelos textos jornalísticos – portanto, por prática letrada dos jornalistas. Afirma, incluindo a si mesmo, que os jornalistas têm "crenças, valores, preconceitos, histórias familiares, formação escolar, afetos e desafetos, de modo que a objetividade ideal acaba sendo sempre confrontada com o seu contrário, isto é, com a subjetividade" (Henriques, 2018, p. 4). Ao criticar o trabalho de Gomes (2009) sobre a relação sujeito-objeto como forma de melhor compreender a noção de objetividade jornalística e suas consequências práticas para essa atividade, Henriques (2018) constata que

> Gomes explica que toda experiência de linguagem implica em construções de sentido, não existindo discursos neutros, ou livres de propósitos; mesmo que a intenção seja parecer não ter interesse algum, como é o caso do discurso científico. É claro que isso vale também para o discurso jornalístico, um outro *modo de enunciação*[85] que tem, como estratégia, *apagar as marcas da sua intencionalidade* (Henriques, 2018, p. 8, grifos próprios).

Assim, sujeito e objeto são previamente envolvidos, implicados um com o outro, num co-pertencimento. O homem, de acordo com Henriques (2018), quando vai ao real, já vê aquilo que vê porque se encontra em conexão com o mundo em que vive. Encaminha-se para a incontornável pertinência do perspectivismo – interpretação como única possibilidade de acesso ao real, observando com cuidado, evidentemente, o subjetivismo. De acordo com Henriques (2018), Gomes teria voltado à concepção realista, visto que "passa a defender a existência de um sentido próprio do fato e de uma realidade em si mesma" (Henriques, 2018, p. 10). Estaríamos diante, enfim, da *notícia verdadeira*. Assim, questionando essa possível constatação, Henriques (2018) argumenta que

> o interesse jornalístico não é anexado ao olhar do jornalista *a posteriori*, depois da experiência, mas constitui a sua própria condição de possibilidade. Isso quer dizer que negar a objetividade e afirmar o interesse como solo ontológico de existência não é de modo algum afirmar o arbítrio do sujeito, ou localizar na vontade do homem o parâmetro para a definição da verdade. Em última instância, não é o sujeito que possui uma interpretação ou interesse da realidade, mas é o interesse que tem o homem; perspectiva desde a qual e a partir da qual até mesmo o homem vem a ser o que é, como é, não se constituindo como uma substância anterior à experiência (Henriques, 2018, p. 11).

Nas palavras do sociólogo, esse horizonte de análise partiria da compreensão de sujeito e objeto como termos cuja constituição é resultante de uma mesma origem instauradora (não sendo, portanto, preexistentes à relação): a *perspectiva*. No âmbito dos estudos discursivos, essa perspectiva só seria possibilitada pela relação entre os discursos que se fundam na relação com o outro – logo, numa *alteridade* no sentido forte (Corrêa, 2013). Henriques (2018) afirma, ontologicamente, que "em vez de haver acontecimento como objeto em si mesmo, e jornalista como sujeito anterior a qualquer que seja a experiência, há uma *perspectiva* que torna os dois termos da relação possíveis de se realizar" (Henriques, 2018, p. 12, grifo próprio).

A relação indissociável entre prática jornalística e virtudes esperadas dessa prática e do jornalista profissional é o tema que Henriques (2018) discute no campo do jornalismo. No campo dos estudos do discurso, por tematizar a relação entre linguagem e virtudes a ela

[85]Essa concepção de modo de enunciação diz respeito à maneira como o sujeito se instaura no (seu) enunciado. No estudo em questão, não tem relação com o conceito apresentado na seção 2.1.2.

associadas, a reflexão de Paveau (2015) a respeito da relação entre linguagem e moral torna-se pertinente para o quadro teórico construído neste trabalho.

De acordo com Paveau (2015), de Aristóteles a Nietzsche, passando por filósofos atuais, existem muitos estudos sobre a diferença entre o termo *moral* e *ética*: enquanto a moral se aplicaria às práticas sociais e culturais, imediatamente vistas a partir das noções de "bem" e de "mal", sancionadas, portanto, como recompensas e punições num contexto normativo, a ética equivaleria a elementos filosóficos dessas práticas. Haveria, segundo a linguista, uma orientação desses estudos para a compreensão da moral como "prática" e a ética como "teórica". Paveau (2015) avalia que, em todas as discussões terminológicas e conceituais em torno do par moral/ética, prefere se posicionar no mesmo campo que Ogien (2007), para quem o uso sinonímico seria produtivo a fim de estudar essas relações. Ogien (2007), citado por Paveau (2015), propõe que, apesar do sentido etimológico comum ("ética" vem do grego *ethos*, e "moral" do latim *more*, ainda que ambos signifiquem "costumes"), o uso recente tende a distinguir fortemente esses termos:

> Há diferentes modos de justificar essa distinção. Segundo o modo mais próximo de minhas preocupações, 'ética' serviria mais para qualificar a relação do indivíduo consigo mesmo e 'moral', a relação do indivíduo com os outros ou dos outros entre si. Porém considero aqui que enfatizar a relação do indivíduo consigo mesmo mais do que a relação do indivíduo com os outros não significa discutir duas coisas diferentes que mereçam dois nomes diferentes, mas falar da mesma coisa adotando duas perspectivas teóricas opostas: maximalista e minimalista. Para falar dessa 'mesma coisa', desse tema comum, usarei, portanto, as palavras 'ética' e 'moral' indiferentemente, acompanhando nesse ponto os costumes dos filósofos morais analíticos (Ogien, 2007, p. 16-17, *apud* Paveau, 2015, p. 33).

Paveau (2015) posiciona-se em favor do uso de *moral*, uma vez que tinha como objetivo, em seu trabalho, mostrar como dados axiológicos considerados subjetivos e não mensuráveis poderiam ser integrados à análise linguística. Adiciona, ainda, que "o termo *ética*, aliás, está amplamente instalado nos debates atuais em torno das intervenções da vida humana, no âmbito da bioética. É uma de suas especializações lexicais" (Paveau, 2015, p. 33). Nesta tese, assumo essa inclinação à *moral*, quando esta estiver intrinsicamente relacionada aos modos de realização do enunciado em práticas de textualização em análise, mas opto por tratar de *ética* ou *parâmetro ético* quando de comentários sobre a relação contígua entre análise linguística e moral, conforme argumentei anteriormente.

Em busca de uma definição de moral, Paveau (2015) alerta para o fato de que se costuma pôr, sob o manto da moral, questões que não são de seu âmbito. Nas palavras da linguista, a felicidade em si, por exemplo, não é um problema moral – tal como a verdade em si, no caso

desta pesquisa –, mas, sim, filosófico ou psicológico, ou mesmo econômico. Em busca de uma definição sobre moral, Paveau (2015) cita três correntes atuais que tratam do assunto, a saber:
(1) deontologismo, de inspiração kantiana, segundo a qual o comportamento moral resultaria do respeito a certo número de injunções exteriores – os imperativos categóricos –, universais e transmissíveis, compreendendo a boa ação como ação vinculada a princípios morais normativos e intangíveis;
(2) consequencialismo, que consiste em defender como moral os comportamentos cujas consequências são boas e úteis ao bem comum ou individual; trata-se de uma forma de teleologismo, compreendendo que a mentira será aceitável se suas consequências forem boas ou se for útil ao bem do ser humano;
(3) ética das virtudes, corrente à qual Paveau (2015) se filia, proveninente da ética aristotélica, segundo a qual um comportamento será moral se estiver em conformidade com os valores adotados por um indivíduo ou um grupo. Assim,

> [o] respeito a esses valores já não é uma questão de injunções externas nem de consequências da ação, mas é *garantido pelas disposições e pelas motivações do agente*: a virtude está vinculada à pessoa do agente e não mais a suas ações ou às normas que ele deve respeitar. [...] Nessas condições, é moral aquilo que diga respeito à virtude dos agentes. É essa perspectiva que adoto para propor uma *teoria da virtude discursiva*, pois, como afirma Benveniste [...] 'muito antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver' (1974, p. 217). A faculdade da linguagem é, de fato, uma faculdade do ser e até mesmo sua condição de existência; por conseguinte, *minha concepção da moral implica o ser do 'homem que fala' (a expressão é de M. Pêcheux), e não apenas seu discurso ou os efeitos de seu discurso* (Paveau, 2015, p. 34, grifos próprios).

Dito de outra forma, é apenas pelo enfoque na disposição dos agentes – identificáveis na estrutura linguística somente enquanto réplica valorativa a um discurso outro, como veremos – que Paveau integrará o conceito de virtude à reflexão discursiva.

Demonstra Paveau (2015) que as avaliações metadiscursivas, a presença de categorias linguísticas éticas, a variabilidade semântica das palavras da língua e, por último, o componente axiológico das disciplinas em ciências humanas representam sinais – ou "indicadores" – revelantes a serem considerados na análise linguística sob perspectiva ética. Com efeito, adverte a linguista que a língua e os discursos não oferecem marcadores éticos dos enunciados – meios que a língua ou discurso teriam de indicar que um enunciado é eticamente correto, ou incorreto, moral ou imoral. Argumenta que a língua possibilita "avaliar moralmente os *referentes*, ou seja, os objetos do discurso, essencialmente pelo léxico; determinado individuo será 'desonesto', outro será 'leal', determinada maneira de agir será 'honesta' ou inconveninente'" (Paveau, 2015, p. 53). Mas nada de *linguístico* nos diz que é "correto" ou "decente" determinada

avaliação moral de um enunciado. Estou de acordo, conforme explorado na seção 2.2.1, que "não existem marcas linguísticas da verdade ou da mentira" (Paveau, 2015, p. 62). Os enunciados não são morais e a língua não conhece marcadores éticos, mas Paveau (2015) lembra que "a dimensão ética reside na articulação entre os enunciados e os comportamentos no mundo real, nesse *continuum* entre a língua e o mundo implicado numa concepção externalista da relação entre eles e numa versão simétrica da linguística" (Paveau, 2015, p. 113).

Para que se possa refletir sobre o parâmetro ético nas práticas de textualização que compõem o conjunto do material desta pesquisa, delineadas por acontecimento discursivo moral, considere-se os seguintes excertos de objetos de checagem, cada qual extraído de notícias de cada uma das três agências de *fact-checking* em questão.

(1) a. "1 - o vírus é fraco e não resiste ao calor. Temperaturas de 26 ou 27°C já matam o dito cujo" (L-T05.1 mar).[86]
b. "Por lo visto [o iboprofeno] hace q la infección se desarolle mucho más rápido" (C-T05.1-mar).
c. "Hair weave and lace fronts manufactured in China may contain the coronavirus" (P-T06.1-fev).

Aparentemente, os excertos dos objetos de checagem, retirados do *corpus*, não oferecem, *a priori*, uma demarcação de que seriam enunciados indicadores de moral. Mas, de certo modo, o são. A natureza da delimitação de um objeto de checagem reside numa espécie de incômodo percebido, antes, pelo "usuário" que o enviou à verificação; portanto, há algo que pode ser concebido como "incômodo" ou "perturbador" na cadeia sintática desses enunciados. Em (a), o qualificador "fraco" e a expressão "dito cujo" oferecem, de partida, uma avaliação por parte do sujeito escrevente – responsável pelo conteúdo desinformativo do objeto de checagem –, sobre a (sua) visão a respeito da eficácia do vírus e de sua resistência em relação a temperaturas altas. Esse qualificador e essa expressão, entretanto, são também avaliados pelo sujeito "usuário" – responsável por enviar o objeto para checagem – como "problemáticos", tendo em vista que, se enviado à verificação, há, pelo menos, duas contraposições desse usuário em relação ao texto primeiro: a de que, na realidade, o vírus *talvez não seja fraco* e a de que "dito cujo" demonstra uma relação de superioridade desse enunciador na identificação com essa expressão idiomática – ao marcar "dito cujo" e recriar uma relação assimétrica, o sujeito do

[86]Na codificação dos textos, utiliza-se uma referência alfanumérica, com apresentação da sigla específica de cada agência (C [Chequeado]; L [Lupa] e P [Politifact]), seguida da numeração do texto publicado (T), sendo o número correspondente ao conjunto de textos de cada agência, seguida do mês referido (-fev; -mar; -abr), como explicado adiante na seção de procedimentos metodológicos.

objeto de checagem prefere referir-se ao vírus somente *reformulando-o* através da negação do que anteriormente foi posto.

Em (b), é a subordinação "*q la infección se desarolle mucho más rápido*"[87] em questão que cria um efeito de avaliação pelo sujeito escrevente desse objeto em relação ao uso do medicamento "iboprofeno". Cientificamente, é sabido que esse medicamento não tem papel determinante para que a infecção se desenvolva mais rápido a partir de seu uso, e pode ser justamente essa avaliação sobre o remédio que tenha *incomodado* o sujeito "usuário" quando do envio desse objeto de checagem à agência. Em (c), a modalização "*may contain the coronavírus*"[88] também indica uma avaliação do sujeito escrevente na relação com o objeto de checagem, num movimento de desconfiança que pode indiciar o incômodo do sujeito usuário no momento do envio desse objeto para verificação da agência.

Percebe-se que a avaliação moral dos enunciados apenas faz sentido se esses forem tomados numa relação indissociável entre os sujeitos (escreventes ou leitores "usuários" do objeto de checagem) que circulam em práticas orais/faladas e letradas/escritas, as quais, por sua vez, podem ser recuperadas em pistas linguístico-discursivas. Trata-se de observar essas produções verbais "no conjunto do sistema que autoriza a produção delas, constituído por falantes e seus ambientes humanos e não humanos" (Paveau, 2015, p. 212). No caso dos três excertos, o que autoriza os sujeitos "usuários" – leitores – a enviarem esses objetos à checagem é a falta de confiança científica nos enunciados lidos, observável em marcas dos enunciados. As análises morais só podem ser avaliadas levando-se em conta essa relação. Paveau (2015) apresenta exemplos recorrentes de "marcadores linguísticos" que podem conduzir a uma interpretação, por exemplo, negativa dos enunciados. Apresento propositalmente enunciados aparentemente "neutros" em termos de julgamento social porque nada, neles, contém "intrinsecamente uma possibilidade de avaliação moral" (Paveau, 2015, p. 186). De acordo com Paveau (2015), a resposta está no contexto e também na língua. A analista avança na argumentação, com base no conceito de *virtude discursiva*.

A intepretação proposta neste trabalho é, pois, fundamentada na concepção de virtude discursiva proposta por Paveau (2015). De acordo com a linguista, a virtude discursiva incide sobre todos os enunciados e não apenas sobre os enunciados morais (os que constroem uma crença ou um conhecimento valorável em termos morais). É o que tentei demonstrar em (1), nos excertos de (a) a (c), um enunciado aparentemente "neutro" – portanto, sem marcadores visíveis de julgamento moral destinado – é passível de ser afetado por um valor moral e de ser

[87]Em português, "que a infecção de desenvolva muito mais rápido".
[88]Em português, "pode conter o coronavírus".

interrogado em termos de valor discursivo[89]. A possibilidade dessa leitura reside no contexto sócio-histórico em que esses enunciados, inscritos em práticas sociais letradas, se inscrevem: a de que o "julgamento de valor" – para retomar expressão de Volóchinov – é garantido pelo fato de que, antes, e em outro lugar, esse enunciado foi posto em questão pelo sujeito da linguagem.

É a noção de valores, entendidos como "maneiras de ser ou de se conduzir avaliados positivamente pelos agentes em contexto, constuindo de fato modelos de ser ou agir que fundamentam uma moral apta a orientar as condutas dos indivíduos numa sociedade" (Paveau, 2015, p. 198), que a linguista vai realocar como advinda da percepção e das emoções. Numa revisão da origem emocional dos valores, citando Tappolet (2000), Paveau argumenta que esse autor oferece razões para admissão de um realismo moral, pois

> em primeiro lugar, é a concepção naturalmente sugerida pela gramática dos termos axiológicos (ela explica que o enunciado 'Sofia é corajosa' é construído como 'Isto é quadrado', em que as duas proposições são avaliáveis como verdadeiro ou falso). Essa é a razão menos convincente, a meu ver, uma vez que os enunciados morais não assumem forçosamente essa forma, pois o discurso possibilita a paráfrase e a reformulação (há mil maneiras de dizer que Sofia é corajosa); além do mais, a avaliabilidade lógica dos enunciados não implica a existência dos objetos avaliados (Paveau, 2015, p. 202).

O que seria um bom ou mau enunciado? Para Paveau (2015), é um enunciado *percebido e avaliado* como bom/mau por "agentes" – no que concerne a este trabalho, sujeitos do discurso. Reforço, com base nas palavras da autora, que não é necessário que essa avaliação seja feita de forma explícita. Para evitar o problema na definição de como a disposição dos "agentes" será considerada, a linguista encontra na epistemologia das virtudes a maneira pela qual o "jogo" dessa disposição será proposto. Baseando-se em Greco (2000), esse tipo de epistemologia refere-se a

> um conjunto variado de abordagens da epistemologia unidas por duas hipóteses fundamentais: primeiramente, a epistemologia é uma disciplina normativa; em segundo lugar, os agentes cognitivos e as comunidades são a fonte primeira do valor epistêmico e a sede primeira da avaliação epistêmica (Paveau, 2015, p. 204).

Nas palavras da autora, quando se diz que alguém sabe de algo, formula-se, a partir desse ponto, um juízo de valor. Há uma relação de preferência – do "próprio juízo" ao "juízo

[89]Paveau (2015) argumenta que, se existem marcadores de eticidade, esses "estão distribuídos entre os agentes do ambiente e não se fixam obrigatoriamente nas materialidades linguageiras. Manifestam-se no essencial como *efeitos* dos discursos, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados" (Paveau, 2015, p. 223). Entendo os objetos de checagem como objetos de discurso que veiculam discursos metadiscursivos, os quais, por sua vez, recuperam uma avaliação moral primeira dos enunciados, aquela do sujeito "usuário" que envia o objeto à checagem.

alheio" (ou à opinião alheia). Por conseguinte, as propriedades do saber as coisas do mesmo tempo têm dimensão normativa. Paveau (2015, p. 211) lança elementos-base de apoio à noção da virtude discursiva, considerando que (1) a epistemologia é uma disciplina normativa que integra as noções de valor, percepção e moral; (2) as virtudes intelectuais estão ligadas às virtudes morais; (3) o conhecimento verdadeiro é um conhecimento virtuoso, *i.e.*, advindo de uma virtude intelectual e (4) o conhecimento, então, tem um estatuto normativo e não é da alçada da pura objetividade racional ou da pura atividade intelectual.

Paveau (2015), após estabelecer bases que fundamentam a necessidade da virtude discursiva, argumenta que esse conceito, manifesto num acontecimento discursivo moral, define-se como

> disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às interrelações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história (Paveau, 2015, p. 216).

Há, desse modo, três propriedades que caracterizam o conceito: (1) existência, comprovada pela reação moral aos discursos – no caso deste trabalho, a reação é identificável na disposição dos sujeitos usuários para que as agências desmintam informações falsas ou desinformações –, (2) disposição reflexiva, de acordo com a qual os ajustes são produtos de uma atividade reflexiva desse agente-falante e (3) plasticidade axiológica, em que acontece uma negociação de valores do sujeito enunciador. De acordo com Paveau (2015):

> Esse exercício da reflexidade é limitado àquilo que o agente *sabe* daquilo que ele diz, e não leva em conta o *não sabido* de suas falas, a admitirmos a hipótese de inconsciente. Em Télévision, J. Lacan dá esta famosa definição de verdade: 'Sempre digo a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é materialmente impossível: faltam-lhe palavras. É até mesmo por essa impossibilidade que a verdade se prende ao real' (Lacan, 1974, p. 9 *apud* Paveau, 2015, p. 217).

Essa constante renegociação dos sentidos morais na plasticidade axiológica pode ser vista, por exemplo, no fato de que qualquer palavra, via ressignifação, pode ser ofensiva. No que se refere ao discurso e ao agente virtuosos, referem-se, respectivamente, ao discurso ajustado e ao agente ajustado – numa assunção de que receberiam esse qualificador se estivessem ajustados aos valores vigentes na realidade social e histórica em que se inscrevem. O discurso virtuoso é aquele "discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes" (Paveau, 2015, p. 211). Esses ajustes podem ser feitos

de três maneiras: (1) entre agentes e suas relações; (2) entre esse discurso e o mundo e (3) ao conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades.

Desse modo, longe de estabilizar as marcas que um discurso virtuoso teria na avaliação do parâmetro ético em produções linguageiras, Paveau (2015) elenca algumas possíveis para a dimensão moral no discurso[90], como:

(1) *arbitrariedade do signo*: se a convenção indica a "boa conduta" em linguagem, então, seria a garantia da "boa" utilização dos signos;

(2) *evidencial*: como propriedade de certos enunciados que contêm a marca de sua fonte de informação, o evidencial tem dimensão ética e não incide no conteúdo dos enunciados, mas, na posição do enunciador, o evidencial "possibilitaria que o enunciador mostrasse suas disposições virtuosas, pois um agente que justificasse sua asserção apresentando a sua fonte mostraria sua 'honestidade'" (Paveau, 2015, p. 222-223);

(3) *deformação morfológica*: no caso do estudo de "blasfêmias" (*palsambleuy, jarnideu, nom de nom*), Paveau (2015) argumenta que a marca ética residiria na própria transformação morfológica para mascarar, neste caso, o nome de "deus";

(4) *redenominação*: no caso do politicamente correto e dos discursos sobre a perda de sentido ou sobre a desvalorização das palavras em geral, a redenominação, "avaliad[a] negativamente nos metadiscursos, seria, portanto, o lugar do não respeito à 'moral linguageira'" (Paveau, 2015, p. 223); enfim,

(5) *discurso epidíctico (elogio e reprovação)*: certas formas discursivas são "naturalmente", nas palavras de Paveau (2015), virtuosas (ou não), "porque elaboradas explicitamente com intenção moral e num ambiente moral" (Paveau, 2015, p. 223).

Um agente virtuoso é assim considerado "quando sua conduta discursiva se baseia em boas disposições e capacidades, de tal modo que produz enunciados ajustados aos agentes, ao mundo e à trama discursiva" (Paveau, 2015, p. 220). O agente virtuoso seria aquele que dintingue a virtude e aprende a praticá-la. Considerando-se as agências de *fact-checking* como sujeitos do discurso na posição de agentes virtuosos, pois colocam-se na posição de dizer a verdade – parresiastas contemporâneos[91] –, é possível observar parâmetros éticos nos

[90]De acordo com Paveau (2015) e conforme demonstrei em breve análise dos excertos de (a) a (c), essas marcas só mostram seu potencial ético nos ambientes em que aparecem. A virtude discursiva não é um discurso sobre a virtude; "os metadiscursos têm efeito naturalizador sobre os discursos, e certos enunciados, certas expressões ou certas palavras *tornam-se* de fato virtuosos ou não virtuosos. É o caso do politicamente correto [...]" (Paveau, 2015, p. 224).

[91]Paveau (2015) explicita, citando Foucault (2012), que a parrésia é "coragem de dizer a verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também coragem que aceita receber como verdadeira a verdade pungente que ele ouve" (Paveau, 2015, p. 302). Sobre a figura do parresiasta (que agiria como agente virtuoso), Foucault (2012) discute seu caráter desesperador: "as sociedades e instituições

movimentos analíticos dessas agências. Estabelecidos os conceitos que corroboram a inserção do parâmetro ético nas produções linguísticas, apresento, a seguir, o que se tem estudado a respeito do *fact-checking*. Tenciona-se observar concepções de texto que emergem do trabalho dessas agências.

2.3 *Fact-checking* como resposta à desordem dos fatos

Como *resposta* – no sentido amplo – à disseminação de notícias falsas no contexto digital – não apenas sobre covid-19, mas também outras –, surgem as agências de *fact-checking*, com o objetivo explícito de verificar fatos noticiosos na avaliação do que seria "falso" ou "verdadeiro" (e suas gradações) a respeito da (des)informação propagada. Concebida como "missão de trabalho" por diferentes jornalistas, há crescente demanda dessa prática, em contexto de pós-verdades – no sentido de McIntyre (2018). A seguir, apresento considerações sobre este ramo do jornalismo na contemporaneidade.

2.3.1 Cenário epistemológico da prática de *fact-checking* no mundo

Estudos que se dedicaram a analisar o fenômeno do *fact-checking* são os do campo das ciências sociais, principalmente, do jornalismo e comunicação. De acordo com Uscinski e Butler (2013), no contexto estadunidense, *fact checking* ("checagem de fatos") – respeitando-se a grafia dos autores – tornou-se uma face proeminente de cobertura jornalística de campanhas eleitorais, sobretudo, a partir das eleições norte-americanas de 2012, quando o democrata Barack Obama foi reeleito em disputa acirrada contra o republicano Mitt Romney. Criticando o fato de que checadores tentam verificar "declarações" que não são fatos e não podem ser verificados como verdadeiros ou falsos, além do fato de que as ferramentas típicas disponíveis do jornalismo não são adequadas para a investigação das declarações em questão, Uscinski e Butler (2013) argumentam que essa prática contradiz a própria premissa da qual o *fact-checking* parte: a de que "se pode comparar declarações sobre política, sociedade, economia, história e assim por diante – o assunto do debate político – com os 'fatos' para determinar se uma declaração sobre esses tópicos é uma mentira" (Uscinski; Butler, 2013, p. 163, tradução

democráticas – explica ele – não podem acolher nem suportar o discurso da verdade desse modo, pois então seria preciso defender a ideia de 'comunhão ética' ou 'diferenciação ética [...] [levando] a distinguir os agentes segundo seu o seu grau de proximidade com a verdade, [...] [estabelecendo] uma diferença 'entre aqueles que são bons e os que são maus, entre os melhores e os piores [...] o que contraria a própria ideia de democracia 'como político definido pela indiferença entre os sujeitos falantes'". Apesar de "virtuoso", esse agente é "condenado como não virtuoso, porque desajustado ao ambiente" (Paveau, 2015, p. 303).

própria)[92]. A razão dessa afirmação repousa sobre a complexidade do assunto "política", ambíguo e aberto a múltiplas interpretações conflituosas, mesmo quando alegações empíricas são feitas – o fato de um político discordar de um checador sobre fatos não faz do político mais mentiroso do que seria um checador. Essa dúvida é respaldada no argumento de que é improvável que políticos só apresentem mentiras. Na cobertura das declarações de 2012, feita pelo Washington Post, somente 7 de 267 declarações checadas foram avaliadas como totalmente verdadeiras, segundo os autores. Uscinski e Buttler (2013) não estão negando que "políticos muitas vezes distorcem a verdade [...]. Mas [eles] negam que isso seja tudo o que existe no debate político, de modo que cada declaração política sobre um fato possa ser classificada nas categorias de 'verdade' ou 'mentira'" (Uscinski; Buttler, 2013, p. 163, tradução própria)[93].

Sem a pretensão de serem exaustivos, elencam cinco críticas metodológicas do *fact-checking* contemporâneo que, embora careçam de melhor comprovação empírica (cf. Amazeen, 2015), são importantes de serem levadas em conta:

(1) *efeitos de seleção*, referente à necessidade de selecionar e escolher declarações – dada a impossibilidade de avaliar toda e qualquer declaração – com critério rigoroso, algo que as agências não teriam;

(2) *confusão de vários fatos ou análise do todo*, referente ao fato de que, nem sempre, numa determinada checagem, tudo o que é dito da notícia verificada configura falsidade dos fatos – no caso das etiquetas sobre verdade e mentira de uma notícia, é possível, segundo os autores, observar uma indução direcionada ao auditório, na generalização de dada declaração ao sujeito ou à organização que a fez, generalizando, por conseguinte, suas (passadas ou futuras) declarações;

(3) *alegações causais*, cujas relações nem sempre deveriam pressupor a causalidade entre um tema e outro, ou mesmo entre a declaração eleita como falsa, dentro da checagem de fatos;

(4) *previsão do futuro*, segundo as quais alegações sobre o futuro não podem ser verificadas e não deveriam ser checadas como fatos, porque o futuro não pode ser observado – ainda que, do meu ponto de vista, antecipado; por último,

[92]Do original: "one can compare statements about politics, policy, society, economics, history and so on–the subject matter of political debate–to 'the facts' so as to determine whether a statement about these topics is a lie" (Uscinski; Butler, 2013, p. 163).

[93]Do original: "politicians often shade the truth […]. But [they] do deny that this is all there is to political debate, so that each political statement about a fact can be sorted neatly into the categories of 'truth' or 'lie'" (Uscinski; Butler, 2013, p. 163).

(5) *critério de seleção não explícito*, uma vez que muitas afirmações são avaliadas com base em uma estimativa imperfeita da "verdade".

As críticas elencadas pelos autores têm uma dupla função, sobreposta no *fact-checking*: em primeiro lugar, o jornalista não poderia ver o mundo como ambíguo para escrever uma matéria; em segundo lugar, o checador de fatos – que também é jornalista – não poderia fazer uma leitura tão objetiva, sob pena de sofrer as consequências elencadas. Uscinski e Butler (2013) chegam a afirmar que um bom trabalho era feito quando assumidas as ambiguidades inerentes ao trabalho do jornalista e à acessibilidade ao fato jornalístico, o que coloca em questão a validade ou a eficiência do *fact-checking*.

Amazeen (2015), no mesmo campo, em contraposição ao trabalho de Uscinski e Butler (2013), argumenta que as premissas, com base nas quais esses autores contruíram sua argumentação, são imperfeitas, visto que baseadas em estudos de agências não dedicadas ao *fact-checking*. A autora se volta à existência de agências com princípios de checagem mais consolidados. Oferece exemplos concretos de que o *fact-checking* já atuou em questões de vida ou morte[94]. Assim, na avaliação de Amazeen (2015), além de Uscinski e Butler (2013) perpetuarem os efeitos de seleção que criticam, tendo a vista a utilização de somente uma agência dedicada em detrimento de outras não dedicadas, as cinco críticas sugeridas, embora importantes, sofrem de generalização excessiva e não oferecem base empírica de comprovação. Na direção contrária, Amazeen (2015) argumenta que "é precisamente porque fatos são complexos e, muitas vezes, não são evidentes, que é necessária mais verificação de fatos, e não menos" (Amazeen, 2015, p. 4)[95]. A autora, por conseguinte, parte de definição institucional da *American Press Institute* (Instituto Americano de Imprensa) para definir *fact-checking*:

> Os checadores e as organizações de *fact-checking* têm como objetivo aumentar o conhecimento, relatando e pesquisando os supostos fatos em declarações publicadas/gravadas feitas por políticos e por qualquer pessoa cujas palavras afetem a vida e o sustento de outras pessoas. Os checadores investigam fatos verificáveis, e seu trabalho é livre de partidarismo, defesa e retórica. O objetivo do *fact-checking* deve ser o de fornecer informações claras e rigorosamente verificadas aos consumidores para que eles possam usar os fatos a fim de fazer escolhas

[94]Amazeen (2015), entre vários exemplos, demonstra essa força decisiva que confere às agências de checagem um papel social significativo em sociedade. Em 18 de junho de 2014, a autora cita que, quando de um conflito ocorrido na Ucrânica naquela data, uma imagem de uma jovem garota morta foi postada na internet por um colunista de um jornal russo, incitando moradores do sudeste da Ucrânia a se vingarem da chamada "junta ucraniana" pela morte de crianças inocentes. Entretanto, uma organização ucraniana de *fact-checking* examinou a autenticidade da imagem e a expôs como falsa manobra de propaganda.

[95]Do original: "It is precisely because facts are complex and often not self-evident that more factchecking, rather than less, is necessary" (Amazeen, 2015, p. 4).

> totalmente conscientes na votação e em outras decisões essenciais (Elizabeth, 2014 *apud* Amazeen, 2015, p. 6, tradução própria)[96].

Observa-se, portanto, que estão estritamente preocupados com declarações que se baseiam em fatos verificáveis – não retritos ao debate político. Das críticas que Amazeen (2015) faz a Uscinski e Butler (2013), destacam-se as métricas de avaliação. Embora Uscinski e Butler (2013) afirmem que essas métricas serviriam a uma avaliação do mundo de forma binária, entre "verdade" e "mentira", os próprios autores, segundo Amazeen (2015), reconhecem que essa avaliação é uma *gradação*. Segundo Amazeen (2015), por cada agência ter um método diferente, mas orientado a partir dos mesmos princípios, a triangulação[97] é uma forma de assegurar possíveis convergências de checagem entre as agências e os checadores. Logo, como uma forma de jornalismo de responsabilidade, os checadores dedicados têm compromisso de divulgar erros ou falsidades, independentemente da fonte. Amazeen (2015) conclui que o *fact-checking* tem um papel importante a desempenhar nos Estados Unidos e em todo o planeta.

Uscinski (2015), em artigo intitulado *The Epistemology of Fact Checking (Is Still Naìve): Rejoinder to Amazeen* (em português, "A Epistemologia da Verificação de Fatos (É Ainda Ingênua): Réplica à Amazeen"), argumenta que inferir a precisão das verificações de fatos a partir da concordância entre os checadores – em termos de uma triangulação para chegar à "verdade" dos fatos – é falha, porque ignora os vieses políticos dos checadores na concordância ao acesso comum à "verdade objetiva". Além disso, Uscinski (2015) acusa Amazeen (2015) de ignorar a distinção entre fatos verificáveis e afirmações não verificáveis, problema importante, levantado em trabalho anterior, para que a discussão se volte mais a fatos verificáveis do que a disputas de narrativas.

Destaca-se o reconhecimento de que a prática de *fact-checking* tem um papel social significativo nas sociedades contemporâneas. É possível lidar não só com os avanços da prática na melhora do debate público, da disseminação de princípios jornalísticos e da criação de

---

[96]Do original: "Fact checkers and fact-checking organizations aim to increase knowledge by re-porting and researching the purported facts in published/recorded statements made by politicians and anyone whose words impact others' lives and livelihoods. Fact checkers investigate verifiable facts, and their work is free of partisanship, advocacy and rhetoric. The gogal of fact checking should be to provide clear and rigorously vetted information to consumers so that they may use facts do make fully cognizant choices in voting and other essential decisions" (Elizabeth, 2014 *apud* Amazeen, 2015, p. 6).

[97]Triangulação é um conceito das ciências sociais, que diz respeito à convergência de "evidência" a partir de diferentes métodos ou fontes. Segundo Amazeen (2015), a triangulação "pode compensar os pontos fracos aparentes de qualquer abordagem individual. Se todos esses métodos diferentes produzirem resultados semelhantes, nossa confiança na validade das descobertas aumenta" (Singleton e Straits, 2005 *apud* Amazeen, 2015, p. 11, tradução própria). Do original: "can compensate for the apparent weaknesses of any individual approach. If these differing methods all produce similar results, our confidence in the validity of findings increases" (Singleton and Straits, 2005 *apud* Amazeen, 2015).

"receios de mentira" no que se refere ao comportamento dos políticos (Graves, Nyhan, Reifler, 2015), mas também com as críticas epistemológicas e metodológicas sobre essas agências, sobretudo, no que concerne a critérios utilizados para seleção de "declarações" falsas, que indicariam, sem problemas, posições desses sujeitos em relação ao acesso de uma "verdade objetiva" (Uscinski, 2015). Do ponto de vista deste trabalho, seria possível reconhecer, na flutuação metodológica de conceitos-chave dessa prática, critérios específicos – ou "não explícitos" (portanto, presumidos), conforme discutido – que as agências utilizariam para alcançarem aquilo que seria "verdadeiro" na análise de um objeto de checagem (na forma, portanto, de um texto falado/escrito).

Apresentando um extenso trabalho de revisão teórica a respeito de pesquisas acadêmicas sobre o *fact-checking*, recobrindo o campo das ciências políticas, comunicação política, jornalismo e linguística, os pesquisadores finlandeses Nieminen e Rapeli (2019) afimam que uma das razões do surgimento do movimento de *fact-checking* nos Estados Unidos foi o desapontamento em relação à incapacidade de o jornalismo convencional desafiar afirmações políticas mentirosas. Identificam três grandes focos de estudo: (1) os efeitos do *fact-checking*, (2) *fact-checking* como profissão e (3) opinião pública sobre *fact-checking*. Destaco, de forma mais detalhada, o primeiro ponto, de interesse deste trabalho.

Uma questão importante para a pesquisa de *fact-checking* é considerar se pode corrigir o que os autores chamam de "crenças falsas". Citando estudo de Weeks e Garret (2014) a respeito de uma pesquisa telefônica, Nieminen e Rapeli (2019) descobriram que pessoas que ouviram um boato político falso e, em seguida, a correção desse boato, eram mais propensas a considerá-lo falso do que as pessoas que só o ouviram. Há pesquisas, no entanto, que demonstram que correções de alegações falsas podem ser efetivas no contexto de informações falsas, tornando pessoas menos propensas a histórias de *fake news* (Porter *et al.*, 2018 *apud* Nieminen; Rapeli, 2019). Os pesquisadores finlandeses argumentam que, ainda assim, a natureza contrastiva desses (e de outros) resultados de pesquisa sugerem que

> correções são ineficazes, sobretudo quando uma pessoa é politicamente motivada a acreditar na declaração falsa. *A ideologia pode aumentar a resistência às correções* (Nyhan e Reifler, 2010) e aqueles que compartilham uma afiliação política com o alvo de uma verificação de fatos *são menos afetados pela verificação de fatos do que outros* (Jarman, 2016) (Nieminen; Rapeli, 2019, p. 7, grifos próprios)[98].

[98]Do original: "corrections are ineffective, especially when a person is politically motivated to believe the untrue statement. Ideology may increase resistance to corrections (Nyhan and Reifler, 2010) and those who share a political affiliation with the target of a fact check are less affected by the fact check than others (Jarman, 2016)" (Nieminen; Rapeli, 2019, p. 7).

Essa constatação da natureza contraditória das correções pode ser observada em outras pesquisas (Thorson, 2016; Recuero *et al.,* 2021), uma vez que, às vezes, correções reforçam percepções errôneas entre determinados subgrupos ideológicos (Nyhan; Reifler, 2010 *apud* Nieminen; Rapeli, 2019). Há, ainda, segundo Nieminen e Rapeli (2019), resultados de pesquisa que indicam que vídeos de *fact-checking* podem ser mais efetivos na redução de percepções errôneas do que checagens somente textuais (Young *et al.*, 2017), o que já indica e reforça a importância da multimodalidade nessa prática letrada digital.

Por fim, destaco duas agendas de pesquisa que os pesquisadores propuseram para lidar com pontos de divergência entre os estudos da prática de *fact-checking* realizados até aquele momento. Em primeiro lugar, Nieminen e Rapeli (2019) pontuam que o impacto da "correção" no ramo é uma questão interessante no ambiente atual de diversas democracias ocidentais, nas quais a propagação de desinformação e *fake news* são um problema insistente; assim, essa agenda de pesquisa incluiria o estudo do *fact-checking* entre vários outros assuntos. Em segundo lugar, os autores indicam que há mais necessidade de análises comparativas em relação à prática jornalística do *fact-checking* – lacuna essa já sinalizada por Amazeen (2015), que indica que pesquisas futuras devem considerar as diferenças culturais que podem afetar essa prática. Este trabalho sobre concepções de texto em agências de *fact-checking* pode contribuir com essa agenda.

No contexto brasileiro, não há muitas pesquisas que contribuem para a definição epistemológica do *fact-checking*; em geral, apropriam-se do conceito já estabelecido pelos estadunidenses em busca de compreender a realidade em outros países. Destaco dois trabalhos recentes que se dedicam à compreensão do fenômeno (além do já mencionado de Recuero *et al.*, 2021), em que os resultados são bastante producentes. Spinelli e Santos (2018) consideram o aparecimento do *fact-checking* no que chamam de "jornalismo na era da pós-verdade". Por terem um papel relevante contra a disseminação de notícias falsas, argumentam que a checagem de dados ou fatos não é novidade no jornalismo e que, diante da disseminação dessas notícias, a tendência é a de que "os grandes veículos de comunicação, diante de suas redações cada vez mais enxutas, tenham que usar cada vez mais a mão-de-obra de agências de checagem para auxiliar nesse processo" (Spinelli; Santos, 2018, p. 13). Ainda segundo as estudiosas do campo do jornalismo, o que faz do *fact-checking* uma prática relevante ao jornalismo na era da pós-verdade é

> a preocupação com a *transparência* e *credibilidade*. Os métodos de checagem não mudam muito entre as agências [brasileiras], mas todas explicam como chegaram à conclusão sobre a veracidade das informações publicadas, destacando as fontes originais de informação com links e referências (Spinelli; Santos, 2018, p. 16, grifos próprios).

Não só do Brasil. Como veremos, a Chequeado, da Argentina, e a Politifact, dos Estados Unidos, também operam com essa característica descrita, evidenciando, como veremos, o diálogo com princípios da instituição à qual são filiadas – IFCN, International Fact-Checking Network. Dourado (2019), por sua vez, buscou investigar as checagens de três agências brasileiras, compreendendo o *fact-checking* como uma espécie de "experiência de fiscalização do discurso político". Ressalta que as controvérsias em torno das checagens poderiam ser reflexo de escolhas metodológicas e de batalhas de narrativas em larga escala, o que têm aberto, nas palavras de Dourado (2019), "espaço para a ascensão dos chamados *partisans fact-checkers*" (Shin; Thorson, 2017 *apud* Dourado, 2019, p. 8). Conclui, em seu estudo, como a checagem do discurso político é uma ferramenta, entre outras, capaz de fiscalizar e de confrontar a conduta duvidosa de um agente público diante da sociedade, mas que deve ser levada em consideração "com vistas a não servir de ferramenta de despolitização. [...] a busca obsessiva pela precisão do discurso de um político em dada entrevista ou debate [...] pode não ter significância do ponto de vista da qualidade informativa" (Dourado, 2019, p. 16).

A título de menção, há, na interface do campo da linguagem com a informática, alguns estudos recentes que se voltam à utilização de softwares para análise de marcadores linguísticos da desinformação, em busca do aprimoramento de uma "análise automática dos textos", na elaboração de programas que façam o *fact-checking* de forma automática (Rashkin *et al.*, 2017; Jiang; Wilson, 2018; Atanasova *et al.*, 2019). Um estudo sobre a eficácia desses marcadores na integração com tecnologias que utilizam inteligência artificial é, certamente, de interesse dos estudos discursivos. A seguir, delineio brevemente como a checagem é feita nos países eleitos nesta investigação.

2.3.2 Checagem de notícias na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos

Conhecida por ser uma iniciativa bem-sucedida de *fact-checking*, "Chequeado" foi a primeira agência especializada no ramo do *fact-checking* na América Latina (Alencar; Aquino, 2022). Iniciativa criada em 2010 por três acadêmicos (Julio Aranoivich, doutor em física; José Alberto Bekinschtein, economista e Roberto Lugo, doutor em química), com experiência em gerenciamento de dados e ciência, a agência surge num contexto marcado pela instabilidade política (Riera; Zommer, 2020, p. 600). De acordo com Riera e Zommer (2020), após viver um

regime ditatorial entre os anos 1970 e 1980, a Argentina passou pelo maior período democrático até os dias atuais. Entretanto, o país ainda tem um sistema partidário fragmentado com poucas diferenças políticas – com a maioria dos representantes alocando-se ao centro do espectro político –[99], criando certa "cultura política de confronto expressa em termos de uma lógica de 'amigo-inimigo' que exacerba os conflitos e torna o consenso de longo prazo bastante incomum" (Riera; Zommer, 2020, p. 600)[100].

Por essa razão, a agência explicita que pretende melhorar a qualidade do debate público, desenvolver "antídotos" – a expressão é da agência – contra a desinformação e promover o acesso à informação e à abertura de dados (Chequeado, 2023). Além disso, a agência descreve, como motivação, a promoção da participação cidadã para que o debate público possa se basear em dados e fatos, contrapondo-se a opiniões e preconceitos, com o objetivo de defender o direito à informação fidedigna (Chequeado, 2023). É possível conceber, portanto, a criação dessa agência como resposta às demandas sociais e históricas do próprio país, acentuando sua importância social. Conforme mencionado, a agência também apresenta o selo da IFCN, internacionalmente reconhecido.

No cenário brasileiro, Miguel (2019) atribui o crescente interesse pela criação de iniciativas de checagem de fatos como uma resposta "às críticas suscitadas pelo elevado alinhamento partidário das grandes empresas de mídia" (Miguel, 2019, p. 51). O autor argumenta que a militância explícita contra o Partido dos Trabalhadores (PT) – tradicionalmente vinculado à esquerda brasileira – tornou-se um obstáculo "à manutenção mesmo de uma fachada de observância aos valores profissionais canônicos de objetividade, imparcialidade e neutralidade[101]" (Miguel, 2019, p. 51). Segue dizendo que, no Brasil, o *fact-checking* apareceria menos como um "antídoto" às *fake news* – expressão, inclusive, utilizada como um dos objetivos da *Chequeado* – e mais como um atestado da "objetividade" da imprensa profissional, "em resposta à suspeita generalizada de que ela [estaria] a serviço da agitação política da direita" (Miguel, 2019, p. 52).

Nesse contexto, a Lupa – antiga "Agência Lupa" – surge, em 2015, fundada pela jornalista Cristina Tardáguila, como uma das pioneiras do *fact-checking* no Brasil. Segundo

[99]Em novembro de 2023, a Argentina elegeu o ultraliberal Javier Milei (La Libertad Avanza, LLA) como presidente da República, para um mandato de quatro anos, em meio a denúncias de disseminação de *fake news* na campanha eleitoral.

[100]No original, "there is a confrontational political culture expressed in terms of a 'friend-enemy' logic that exacerbates conflicts and makes long-term consensus quite unusual" (Riera; Zommer, 2020, p. 600).

[101]Esses valores são reconhecidos, na literatura jornalística, mas poucos explicitam que se tratam, antes, de valores, e que, portanto, são sujeitos à avaliação moral, como Henriques (2018) pontua, no campo mesmo do jornalismo, e como Paveau (2015) o reconhece no campo da linguagem.

Nóbrega (2021), a profissional explicitou que foi influenciada pela experiência argentina da *Chequeado*, levando-a a iniciar o blog "Preto no Branco", cuja versão melhor desenvolvida iria se tornar o que hoje é a Lupa. O site da agência está hospedado no portal da revista Piauí, que, por sua vez, está no domínio eletrônico do Universo Online (UOL), pertencente ao Grupo Folha (Damasceno; Patrício, 2020). Com duas frentes de atuação (jornalismo e educação), a agência também segue os preceitos da IFCN e tem como objetivo a expansão da discussão sobre consequências da desinformação na sociedade (Lupa, 2023).

Nas palavras de Sieminen e Sankari (2021), uma das mais famosas instituições de *fact-checking* é a agência *American Politifact*. Fundada em 2007, é considerada hoje como "um ator bem estabelecido no discurso político dos Estados Unidos" (Sieminen; Sankari, 2021, p. 359). De acordo com Graves (2018), o movimento de *fact-checking* nos Estados Unidos foi dominado por "jornalistas profissionais que viram o que eles fazem como um tipo de boletim de notícia" (Graves, 2016, p. 615)[102]. Ainda segundo o estudioso, a primeira organização de *fact-checking* dedicada e administrada por jornalistas profissionais foi a *FactCheck.org*, em 2003; *Politifact* e *Washington Post's Fact Checker* foram fundadas, em seguida, em 2007. Avalia que essas agências surgem como contraparte a organizações – como *Media Research Center*, grupo conservador de monitoração de mídia, e *Media Matters*, grupo alinhado ao Partido Democrata do país –, cujas checagem são feitas por elas próprias e ainda promovem ou criticam o trabalho de checadores profissionais nos Estados Unidos. Logo, à semelhança do que acontece no contexto brasileiro, parece haver uma disputa de narrativas – típicas, inclusive, do contexto de pós-verdades em que estamos inscritos – entre mídias tradicionalmente vinculadas à discussão/promoção de debates públicos relevantes e o movimento cada vez mais crescente da checagem de notícias independente.

Vinculada, também, à IFCN e ganhadora do prêmio Pullitzer – um dos mais importantes na área do jornalismo – em 2009, a agência Politifact surgiu de um projeto dedicado a desmentir declarações políticas do ano eleitoral do Tampa Bay Times (então chamado de St. Petersburg Times), o maior jornal diário da Flórida. Tornou-se dele independente e, hoje, tem o objetivo de oferecer, aos cidadãos, a informação de que precisam para se governarem em uma democracia (Politifact, 2023).

Essas agências de *fact-checking* estão inscritas num contexto sócio-histórico de pós-verdades, no qual problemas de desordem informacional têm de ser enfrentados. Estão em acordo com princípios metodológicos consolidados e estabelecidos por agência localizada nos

[102]No original, "is dominated by professional journalists who see what they do as a kind of news reporting" (Graves, 2016, p. 615).

Estados Unidos. Caberia questionar – e o pretendo fazer neste trabalho – como essa centralização de princípios estaria em conflito com outras práticas sociais, históricas, culturais, numa conjuntura de assimetria entre os países.

2.4 Síntese do quadro mobilizado

Investigo, de um ponto de vista da linguagem, a (des)informação em práticas letradas digitais de agências de *fact-checking*, compreendidas como práticas discursivas de leitura e escrita em que objetos de discurso[103] são (re)formulados em função de um desajuste de morais vigentes sobre verdade (realidade) e mentira (ficção), entre sujeitos da linguagem, numa dada conjuntura sócio-histórica. Nessas práticas de textualização, apenas é possível avaliar a desinformação em função do que "faz barulho" – para retomar expressão da agência brasileira Lupa –, ou seja, em função do que se apresenta como objeto de reformulação discursiva, segundo um "incômodo" percebido pelo sujeito da linguagem e assumido como tema, problema, alegação ou declaração pelas agências de *fact-checking*.

É uma prática que pode ser discutida no âmbito da heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990), pois "joga" com as fronteiras entre exterior e interior do discurso, quanto ao alcance linguístico de construção da realidade. Em vez de buscar marcas linguísticas da verdade dos enunciados no contexto da desinformação sobre covid-19, tenciono olhar para como os objetos de discurso – na sua forma jornalística de objetos de checagem – são (re)formulados em função dos efeitos de "real" e de "ficção" que se pretende alcançar nessa prática letrada digital. Essa reflexão apenas é possível se se considerar:

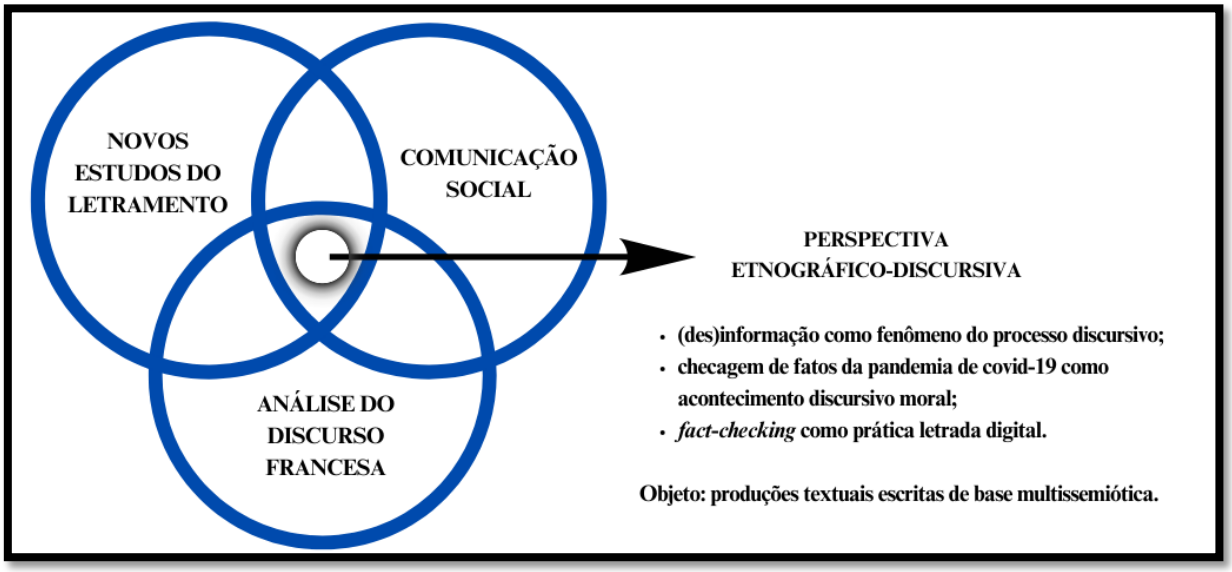
(1) a (des)informação como fenômeno do processo discursivo;

(2) uma linguística simétrica, que aceita o parâmetro ético como constitutivo das produções linguístico-discursivas, na checagem da pandemia de covid-19 como acontecimento discursivo moral; e

(3) o *fact-checking* como uma prática letrada digital, numa perspectiva etnográfico-discursiva (Corrêa, 2011; 2013), conforme Figura 3.

[103]"Objetos de discurso" são os referentes textuais produzidos na atividade de interação humana via textos. De acordo com Koch (2002), os objetos de discurso são dinâmicos e vão sendo transformados, desativados, reativados, rotulados, recategorizados no curso da progressão textual. Trata-se de uma perspectiva distinta daquela formalista de referência ou mesmo a da análise de conteúdo, cuja denominação por "unidade de análise" é frequente no quadro teórico-conceitual de disciplinas hermenêuticas.

Figura 3 – Conceitos pilares do quadro teórico-metodológico construído



Fonte: elaboração própria

Apresento, a seguir, os procedimentos metodológicos com base nos quais as análises foram realizadas, segundo esse quadro téorico de interfaces.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na seção anterior, apresentei as bases teóricas necessárias para um estudo discursivo da prática de *fact-checking* no contexto da pandemia de covid-19. A partir da perspectiva adotada, que trabalha na conjunção entre etnografia, estudos do discurso e de comunicação – inspirada na perspectiva etnográfico-discursiva –, as análises foram norteadas por três conceitos-pilares no trabalho: (1) *(des)informação como fenômeno do processo discursivo*, (2) *checagem de fatos da pandemia de covid-19 como acontecimento discursivo moral* e (3) *fact-checking como prática letrada digital*, que possibilitaram a compreensão das produções textuais escritas de base multissemiótica como veiculadoras de critérios éticos, produtivos para estudo de concepções de *texto* e modos de acesso ao verdadeiro/falso no/do texto.

Nesta seção, apresento os procedimentos de coleta de dados e de constituição do do *corpus*, bem como as categorias de análise – numa lógica empírico-indutiva de investigação – distribuídas em três conjuntos de procedimentos que chamo de discursivos, a saber, (1) oscilações, (2) flutuações e (3) mobilizações, eleitas, por conseguinte, com o objetivo de satisfazer cada um dos três eixos de reflexão propostos.

3.1 Apreensão do objeto: como lidar com três planos do texto?

A apreensão mais óbvia, de um ponto de vista estritamente empírico, é a de que, ao analisar notícias publicadas por agências de checagem, estamos lidando com um caráter estável ou "congelado" – para retomar a expressão de Lankshear e Knobel (2011) – de textos. A partir de uma concepção processual da produção do texto escrito – como prática de textualização –, essa estabilidade é assumida apenas em termos metodológicos, uma vez que, em termos teóricos, a dinamicidade e a heterogeneidade não permitem supor sua existência.

Um desafio se impõe, se se pretende trabalhar no limite entre a perspectiva etnográfica e a discursiva: como investigar o texto em seu aspecto processual, desde sua apreensão metodológica? No caso do conjunto de material desta tese, há, em primeiro lugar, a constatação de três planos do texto:

(1) o plano do texto que é publicado e veiculado pelas agências em seus respectivos sites (a "notícia" propriamente dita);

(2) o plano do objeto de checagem eleito pelas agências, que também está presente na divulgação do texto publicado (a menção ao objeto, retomado parcial ou integralmente na "notícia");

(3) o plano da mobilização de fontes, que aparecem no texto publicado (sob forma de hiperlinks, integrada à menção da palavra alheia).

Compreendendo texto enquanto produto linguístico-discursivo que emerge de práticas orais/faladas e letradas/escritas – neste caso, digitais –, proponho que a notícia e seu objeto de checagem fazem parte, ambos, do mesmo enunciado. Essa concepção permite que se considere o objeto de checagem enquanto objeto de discurso, com base no qual as notícias publicadas pelas agências de *fact-checking* irão integrá-lo nesse processo de produção de sentido.

Dito de outro modo, na análise discursiva que proponho para esse material, optei por considerar como produção textual escrita aquela que integra o primeiro e o segundo planos "empíricos" (notícia publicada pela agência e objeto de checagem que constitui a notícia). O terceiro plano – o da mobilização de fontes – é reservado ao estatuto de um material de consulta, que confere consistência às análises dessa prática letrada digital de *fact-checking*, uma vez que, diferentemente dos outros dois planos, não se faz uma análise dos documentos cuja recuperação é feita na mobilização das fontes. Entretanto, considero produtivo, para este estudo, tomar esse terceiro plano como mais um eixo de reflexão, pois pensar como a verdade é construída por meio da mobilização de "certas" fontes pode ser uma característica produtiva para pensar concepções de texto com a qual as agências trabalham.

Conforme mencionado na Introdução, o objetivo principal da tese é investigar concepções de *texto* que emergem do trabalho de checagem de agências de *fact-checking* de três países diferentes (Argentina, Brasil e Estados Unidos). Esse objetivo principal divide-se em outros, específicos:

(1) investigar quais aspectos desse processo de textualização são priorizados na análise do objeto de checagem, quando as agências definem o que é verdadeiro ou falso no texto publicado;
(2) investigar a relação entre o que as agências explicitam, metodologicamente, na análise do objeto de checagem, e o que efetivamente apresentam no texto publicado;
(3) investigar, do ponto de vista do processo de checagem da informação, como a "fonte" pelas agências eleita contribui para o estabelecimento de critérios para chegar ao verdadeiro ou falso no texto publicado.

Os três objetivos específicos são tomados como três eixos de reflexão da tese, na observação:

(1) da oscilação na escolha do que as agências analisam do objeto de checagem;
(2) da flutuação dos descompassos metodológicos no trabalho de checagem;
(3) da mobilização de fontes feita por meio de menção à palavra alheia, na investigação de indícios para a compreensão da concepção de texto de cada agência.

Busco defender a tese de que, *embora essas agências de fact-checking explicitem e publiquem em seus sites certos critérios metodológicos adotados e reconhecidos internacionalmente, há critérios outros – "não explícitos" – que podem ser assumidos e que orientam essas práticas de investigação. Orientam, portanto, um modo de definir (o conceito de) verdadeiro ou falso na notícia publicada.* Parte desses critérios teria, pois, relação com o "extralinguístico", entendido, na realidade, como um "centro exterior constitutivo" – a expressão é de Authier-Revuz (1990) – dos textos, que facultaria aos sujeitos da linguagem uma visão do que é tomado como falso (na relação constitutiva com um verdadeiro).

Do ponto de vista assumido neste trabalho, busco compreender, em outras palavras, não apenas como essas práticas de checagem permitem refletir sobre critérios metodológicos que levem em conta a problematização de procedimentos discursivos no reconhecimento do que é "verdadeiro" ou "falso" no/do texto, mas também como, na recuperação desses procedimentos, é possível identificar aspectos "presumidos" nessas práticas analíticas.

3.2 Coleta dos dados

Os recortes metodológicos realizados para a obtenção do conjunto do material da tese foram pensados em função dos objetivos e da hipótese de partida. Este trabalho lida com notícias publicadas por três agências de *fact-checking*, advindas de três países distintos: "Chequeado", da Argentina, "Lupa", do Brasil e "Politifact", dos Estados Unidos. Assim, os critérios que justificaram a escolha dessas agências foram: (1) relevância sócio-histórica, numa relação triangular particular e (2) intensa participação em mídias sociais, característica que destaca os países da América em detrimento de outros, de outros continentes.

O período de coleta dos dados foi de 27 de fevereiro de 2020 a 30 de abril de 2020. Esse intervalo de tempo foi estabelecido com base no cruzamento de datas do início de checagem sobre covid-19, feita pelas três agências em questão. Chequeado publicou, pela primeira vez, uma notícia de verificação da desinformação sobre covid-19 no dia 27 de fevereiro de 2020; a Lupa, no dia 24 de janeiro de 2020 e a Politifact, no dia 22 de janeiro de 2020. Identifiquei, então, que uma data de início comum entre as três agências seria 27 de fevereiro de 2020. É

válido reforçar que, a partir do mês de fevereiro, a grande maioria das notícias publicadas, nas três agências, tiveram relação com a covid-19, seja a respeito da doença em si, seja a respeito das consequências políticas dela advindas. Finalizei a coleta em 30 de abril de 2020, nas três agências, levando-se em conta o tempo disponível para exequibilidade do projeto.

Retomo, por conseguinte, que os critérios de seleção das notícias foram as notícias sobre "pandemia de covid-19", que tenham circulado em mídias sociais, em que o uso explícito de diferentes semioses fosse um dos aspectos da produção textual. A partir dessa disponibilidade, os textos foram baixados no formato de imagem (.png) pela ferramenta FireShot[104].

Nesse período, identifiquei o total de 395 notícias publicadas[105]. Quanto à seleção das notícias, excluímos desse conjunto de material (1) notícias de caráter apresentativo, que não checavam nenhuma informação, mas informavam mudanças, por exemplo, no site, ou novidades da agência; (2) notícias checadas, mas não relacionadas ao campo semântico da pandemia de covid-19[106]; (3) notícias publicadas, resultantes de convênio entre agências, como o Latam Chequea[107] e, por fim, (4) notícias cujo objeto de checagem pertencia à mídia digital, uma vez que entrevistas e declarações em canais públicos televisivos, por exemplo, seriam pertencentes à mídia tradicional, sobretudo pela diferença de suporte, descaracterizando uma aproximação dessas mídias às mídias sociais. Por fim, constituí o *corpus* da tese, perfazendo o total de 710 produções textuais escritas de base multissemiótica (290 notícias publicadas e 420 objetos de checagem). A ordem de menção às agências é feita por meio de um critério geográfico: do sul ao norte das Américas. É nessa ordem que sigo ao me referir às agências de checagem da Argentina (Chequeado), do Brasil (Lupa) e dos Estados Unidos (Politifact).

É importante, ainda, localizar de que seções foram retiradas as notícias de cada agência. Cada uma tinha, na organização de seu site, uma seção específica para análise de textos que

---

[104]O software gratuito FireShot consiste numa extensão de navegador web (*browser*), com a função de, automaticamente, realizar capturas de telas de páginas web de qualquer extensão. Disponível em: www.fireshot.com. Acesso em: 10 jan. 2024.

[105]Este número refere-se a todas as notícias publicadas nas três agências no período de observação proposto. Como é possível observar, a partir dos recortes metodológicos propostos, nem todas fizeram parte da constituição do corpus da pesquisa.

[106]É importante frisar que a observação desse campo semântico foi feita pelos sintagmas "pandemia de Covid", "pandemia de Covid-19", "pandemia", "Covid-19" e "coronavirus" nas três línguas, com variações de grafia ("Pandemia", "COVID-19", "covid-19", "covid 19", por exemplo). A identificação imediata desses sintagmas não garantiu, contudo, que as notícias fossem selecionadas, pois havia possibilidade de não se enquadrarem nos critérios eleitos para a pesquisa.

[107]O projeto colaborativo Latam Chequea reuniu editores e jornalistas de 17 meios de comunicação da América Latina e de países de outras regiões que se dedicaram à verificação de informações, buscando melhorar a qualidade do debate público, com o compartilhamento de experiências e ferramentas. Suas verificações foram excluídas do *corpus* porque não tratavam apenas de análises feitas pela Lupa, além de, eventualmente, serem publicadas em outras línguas diferentes daquela da agência (e das outras em estudo), em outros sites de agências de checagem também. Disponível em: https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/projeto-colaborativo-de-fact-checking-na-america-latina-faz-plataforma-sobre-coronavirus-para-ajudar-jornalistas/. Acesso em: 12 jan. 2024.

circularam em mídias sociais e suscitaram, por critérios de cada agência (ou convênios de instituições), alguma atenção[108]. Da Chequeado, com base no marcador "#FalsoEnLasRedes", foram selecionadas 168 produções textuais escritas (30 textos publicados e 138 objetos de checagem) que checavam desinformação sobre covid-19. Da agência Lupa, por sua vez, por meio do marcador "#VERIFICAMOS", foram selecionadas 248 produções textuais escritas (120 textos publicados e 128 objetos de checagem) voltados à análise de postagens de redes sociais sobre a temática em questão. Por fim, a Politifact tinha o guia Online Hoaxes ("Fraudes *on-line*"), seção dedicada à análise de *posts* oriundos do Facebook. Recentemente, no contexto da desinformação sobre a pandemia de covid-19, criou o guia "Coronavirus". Com base nele, foram selecionadas, no período indicado, 294 produções textuais escritas (140 textos publicados e 154 objetos de checagem).

Considerei as produções textuais escritas de base multissemiótica, sob a forma de notícias publicadas em páginas web e objetos de checagem que circularam em mídias sociais, retiradas, ambas, da internet, como dados escritos de pesquisas qualitativas (Lankshear; Knobel, 2008, p. 2019), sem excluir, no entanto, que esses dados escritos são concebidos numa perspectiva discursiva, que assume a heterogeneidade da escrita. Os dados escritos são entendidos, do ponto de vista etnográfico, como aqueles restritos a um modo semiótico (neste caso, a "língua", com a "fala" e a "escrita") ou a vários modos semióticos (vídeos, áudios, imagens, dentre outros). De um ponto de vista discursivo, escrita e leitura são tomados como modos de enunciação, produtos do encontro entre práticas orais/faladas e letradas/escritas. A natureza dos dados obtidos, então, é sempre multissemiótica (cf. seção 2 deste trabalho).

Neste trabalho, não se diferenciam fenômenos de "fora" ou de "dentro" do digital, como discutido na crítica de Hine (2015) e Lankshear e Knobel (2017) – numa posição que poderíamos chamar de "simétrica", para retomar trabalhos desenvolvidos por Latour (2006), na área da sociologia, e por Paveau (2015; 2021), na área da linguística. É por essa razão que penso que esses quadros podem ser aproximados. Hine (2015), com o objetivo de pensar as relações entre *off-line* e *on-line*, argumenta que a internet apresenta três características, em termos de tendências, importantes para uma pesquisa de cunho etnográfico. Trata-se da internet E3: "permeada", "incorporada" e "cotidiana"[109]. Segundo a etnógrafa, a internet permeada adquire seu significado por meio do conhecimento de conexões múltiplas (e até imprecisas) a respeito

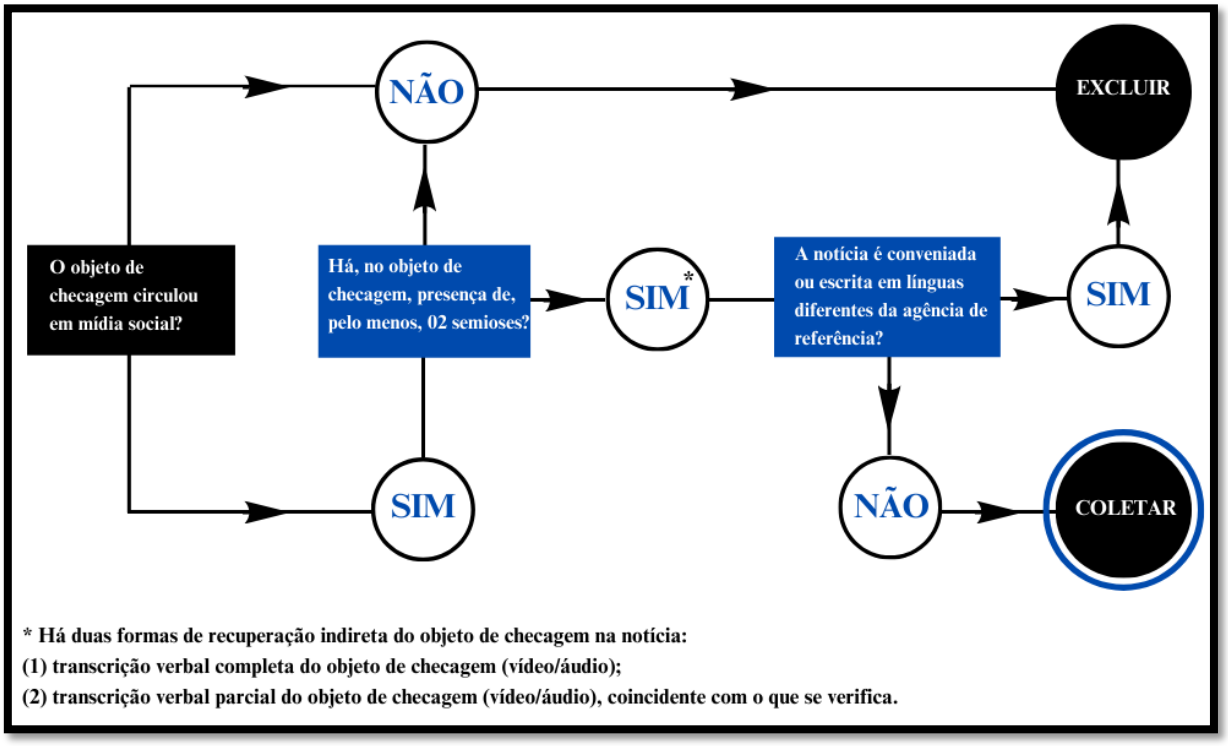
[108]A descrição dessas seções foi feita no mesmo ano em que a coleta foi realizada (portanto, em 2020). Atualmente, Chequeado ainda mantém o guia "Falso En Las Redes"; Lupa, agora, apresenta o guia "Nas redes"; por fim, Politifact ainda mantém, além do guia "Online Hoaxes", o "Coronavirus", dado o cenário de aumento da desinformação sobre o tema. Essas informações estão disponíveis nos respectivos sites das agências.
[109]No original: "The E3 Internet: Embedded, Embodied and Everyday Internet" (Hine, 2015, p. 19).

do que acontece na vida conectada e não conectada. A internet incorporada, por sua vez, enfatiza o fato de que somos seres socialmente situados e, portanto, sujeitos a reações diversas conforme práticas letradas *on-line*. A internet cotidiana faz alusão à presença do *on-line* na vida comum – por exemplo, a Internet das Coisas, cuja funcionalidade tem a ver com certa "melhoria" de atividades cotidianas, potencializadas pela vida conectada, pelo menos, em determinados grupos sociais.

É levando em conta, então, essas três características que indicam tendências do funcionamento da internet, que elaboramos os procedimentos metodológicos que guiam a análise de dados, numa tentativa de garantir interlocução com o que se quer "apagado" da vida em conectividade. Compreendendo a obsolescência programada, intrínseca ao cenário digital, as coletas realizadas foram documentadas no formato de texto (.pdf), com manutenção dos *links*, em formato de imagem (.png ou .jpeg), com melhor qualidade visual.

Com relação aos objetos de checagem, nem sempre foi possível recuperá-los, seja por sua evanescência na sua hospedagem na web (caráter instável de arquivos *on-line*), seja por um problema técnico vinculado à impossibilidade de uma reconexão com o servidor escolhido. Quando o objeto de checagem não pôde ser recuperado, considerei (1) casos em que havia a presença de transcrição verbal total do áudio/vídeo na notícia e (2) casos em que, ao mencionar presença de áudio/vídeio, a checagem se centrava no que verbalmente estava posto (legenda de vídeo, por exemplo). A Figura 4 apresenta um fluxograma da coleta de dados:

Figura 4 – Fluxograma da coleta de dados



Fonte: elaboração própria

Para a codificação dos textos, utilizo uma referência alfanumérica, como comentado, apresentando a sigla específica de cada agência (C [Chequeado]; L [Lupa] e P [Politifact]), seguida de texto publicado (T), com número correspondente ao conjunto de textos de cada agência, seguida do mês referido (-fev; -mar; -abr). Exemplo: P-T09-mar. Naqueles casos em que há mais de um objeto de checagem no texto publicado, acrescentei um ponto para indicar que há mais de um objeto de checagem recuperado. Exemplo: P-T09.1-mar e/ou P-T09.2-mar.

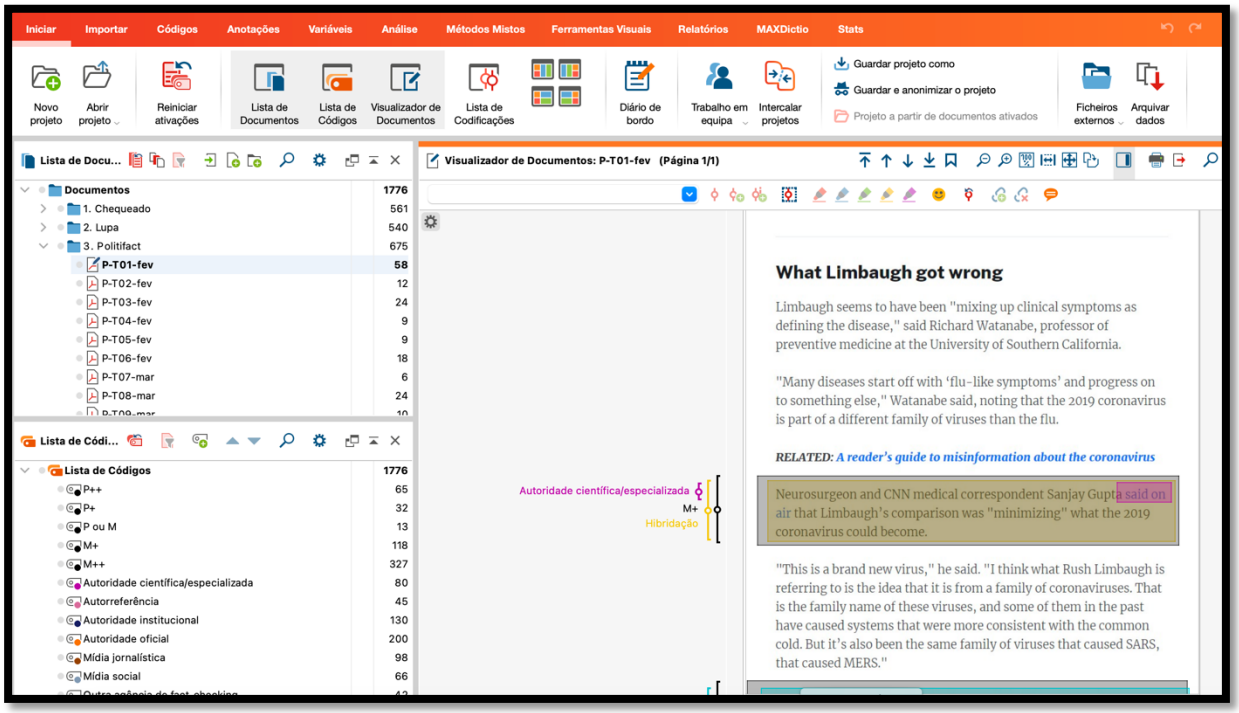
3.2.1 Processamento das produções textuais escritas no software MAXQDA

Wolski (2018) remonta historicamente o uso dos conhecidos *(Computer Assisted) Qualitative Data Analysis Sotfware* ([C]QDAS, em português, "Softwares de Análise de Dados Qualitativos [Auxiliados por Computador]") na pesquisa qualitativa baseada em textos. Antes dos anos 1960, de acordo com a autora, pesquisadores dedicados à pesquisa qualitativa costumavam depender de métodos manuais para analisar dados. Muitos deles, nas palavras de Wolski (2018), desenvolviam suas próprias técnicas, como usar canetas coloridas ou o comando de recortar e colar, típico de programas que ofereciam tratamento do texto, tidos como literais. Desse modo, citando Lee e Fielding (1993), estudiosos que trabalhavam com grande volume

de material textual, como em pesquisa bíblica, exploraram, desde àquela época, o uso de computadores para analisar dados não numéricos. Com a popularização do computador, pesquisadores dedicados à análise de conteúdo tradicional começaram a adotá-los.

A partir do estabelecimento desses primeiros softwares, uma variedade de programas foi lançada. No contexto desta pesquisa, utilizo o MAXQDA[110], programa da Verbi Software. Há mais de 30 anos no mercado, a empresa afirma que a maioria dos métodos de análise qualitativa trabalha com categorias, que podem ser derivadas dos dados em si ou baseadas em conhecimento prévio, teorias existentes ou resultados de pesquisas recentes. No funcionamento do *software*, essas categorias são referidas como códigos ou palavras-chave. Assim, independentemente do termo utilizado, todas têm a finalidade de estruturar e sistematizar os dados, muitas vezes, atuando como códigos analíticos, para posterior análises qualitativas, quantitativas ou com a utilização de métodos mistos. A Figura 5 exemplifica como um texto do *corpus* foi codificado.

Figura 5 – *Screenshot* da interface do MAXQDA



Fonte: elaboração própria

[110]O nome do produto "MAXQDA" começa com uma homenagem ao sociólogo alemão Max Weber e termina com a abreviação QDA – que significa *Qualitative Data Analysis* (Análise de Dados Qualitativos), conforme mencionado. Disponível em: www.maxqda.com. Acesso em: 10 jan. 2024.

Na figura em questão, demonstro como a análise do terceiro objetivo da tese foi realizada (cf. seção 3.3.3). É possível observar três principais elementos de interface:
(1) a "Lista de Documentos", localizada no canto superior esquerdo, em que o pesquisador organiza os documentos que deseja analisar;
(2) a "Lista de Códigos", localizada no canto inferior esquerdo (logo abaixo da lista de documento), em que o pesquisador organiza códigos – entendidos também como categorias –;
(3) o "Visualizador de Documentos", localizado na parte direita da figura, em que temos o texto do documento selecionado, com indicações das "partes textuais" destacadas e codificadas – ou categorizadas – segundo códigos já definidos pelo pesquisador.

Assim, utilizo esse software de análise para flagrar aspectos da organização geral dos textos e para organizar os dados, sem perder de vista que as categorias utilizadas foram elaboradas a partir da observação prévia do pesquisador em relação ao *corpus* de referência. Em outras palavras, todas as categorias apresentadas foram produto de uma observação prévia – em nível teórico e metodológico, com base no quadro proposto – das produções textuais escritas que compõem o *corpus*. Não penso que a reprodução dessas categorias possa, portanto, ser feita em quaisquer outros textos, mas também me distancio da ideia segundo a qual uma categoria jamais poderia ser aproveitada para pensar fenômenos do texto a partir de outras teorias. Qualquer teoria que reinvindique para si a explicação mais "completa" de certo fenômeno correrá o risco de ser generalista e de ter o seu potencial explicativo abalado.

3.3 Os três eixos de observação em direção às concepções de texto

Apresento, para cada eixo de observação do *corpus* em análise, categorias eleitas a partir da tendência observada no material. Conforme mencionado, o objetivo de flagrar concepções de texto que emergem da prática de *fact-checking* reside na necessidade de comprovar a hipótese proposta, observando o que efetivamente é possível compreender dos textos, tratados como produções textuais escritas de base multissemiótica. Logo, as categorias mobilizadas visam não somente a respeitar a leitura do material, mas também a oferecer oportunidades de leitura a partir de uma perspectiva que conjuga estudos etnográficos e discursivos.

3.3.1 Categorias do aspecto do processamento multissemiótico

Para analisar o que chamo de relações multimodais no significado composicional dos textos como índices da construção de um discurso virtuoso, preciso retomar pontos importantes

do quadro teórico-conceitual delineado. Observar, dessa forma, as *oscilações* na escolha do que as agências analisam do objeto de checagem é considerar qual aspecto semiótico é priorizado, a partir da produção textual escrita da agência, na análise do objeto de checagem – envolvido, por elas, enquanto objeto de discurso da notícia publicada – para que compreendamos essas mesmas oscilações como um primeiro procedimento discursivo da prática de *fact-checking* no contexto de checagens de desinformação sobre covid-19.

Em termos de análise multimodal, remonto aos já referidos trabalhos de Kress e van Leeuwen (2001; 2006 [1996]), porque se valem de categorias variadas para compreender a relação entre diferentes semioses no trabalho com a materialidade semiótica. De uma perspectiva etnográfico-discursiva, considero que a apropriação desses conceitos é produtiva porque não apaga – nem mesmo poderia fazê-lo – a complexidade de representações sociais envolvidas no trabalho multissemiótico de enunciados atestados. Baseado em pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, os semioticistas propuseram que as metafunções linguísticas de Halliday fossem aplicadas ao estudo das estruturas visuais, sem sugerir a existência de uma conexão direta entre o linguístico e o visual. Em outras palavras, todas as formas de comunicação semiótica – não somente a linguística – desempenhariam tais funções. As três metafunções são (1) *ideacional*: qualquer modo semiótico representa objetos e suas relações com o mundo fora do sistema representacional; (2) *interpessoal*: qualquer modo semiótico representa uma particular relação social entre o produtor, o observador e o objeto representado; e, por fim, (3) *textual*: qualquer modo semiótico pode formar textos, definidos como "complexo de signos que são coerentes internamente uns com os outros e externamente com o contexto em e para o qual foram produzidos" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 43, tradução própria)[111].

Da perspectiva assumida neste trabalho, distancio-me das metafunções ideacional e interpessoal, porque a representação dos objetos do mundo e suas relações, além da relação entre produtor, observador e objeto – para o que interessa, respectivamente, "falante", "mensagem" e "ouvinte", compreendidos como posições de sujeitos da/na linguagem – são indissociáveis do processo mesmo da estruturação da mensagem. Logo, o "textual", "metafunção" da qual me aproximo, não poderia ser entendida como função independente, reduzida a operações sistêmicas ou a um conjunto de signos com "falante" e com "contexto". Trata-se de considerar o textual como conformação linguística – sempre instável – de um processo mais amplo – o discursivo. Essa conformação seria, sempre, recursiva.

[111]Do original: "complexes of signs which cohere both internally with each other and externally with the context in and for which they were produced" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 43).

Desse modo, observar essa função textual isoladamente não significa dizer que as outras não estariam atuantes nesse processamento multissemiótico. Trata-se de compreendê-las como efeitos de posições de sujeito, inscritos em condições sócio-históricas de produção (Pêcheux, 1999), a respeito das quais seria possível flagrar relações de ajustes recíprocos (Paveau, 2015). Trata-se de enfocar o que, no aspecto dos interlocutores, é possível oferecer em termos de uma interpretação que vá menos "dentro da cabeça" dos sujeitos e mais na relação estabelecida entre os sujeitos diante do "complexo de signos". Essa aproximação justifica-se na medida em que, no material analisado, não haveria possibilidade de desconsiderar tais relações com outras, de caráter sócio-histórico, remontando "o que há de social no histórico e o que há de histórico no social, em sua conformação discursiva" (Corrêa, 2022).

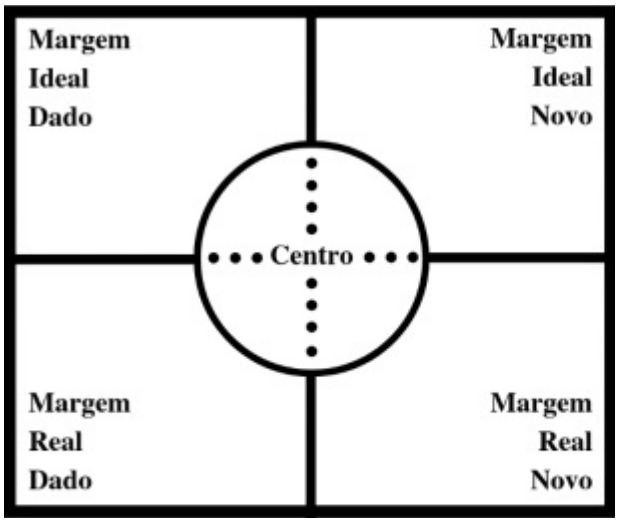
Para os propósitos de análise do processo de textualização em foco, exploro três princípios referentes ao significado composicional das produções textuais escritas de base multissemiótica: (1) *valor informacional* – a disposição dos elementos têm valores específicos anexados em várias "regiões" da imagem (esquerda e direita [dado e novo], superior e inferior [ideal e real], centro e marginal); (2) *saliência* – os elementos que atraem a atenção do "observador" em diferentes graus, realizados por fatores como disposição "primeiro plano" e "plano de fundo", tamanho relativo, etc.; e, por último, (3) *enquadramento* – a presença/ausência, na página, de dispositivos de enquadramento (elementos que criam linhas divisórias) ou "linhas de enquadre" (que conectam ou desconectam elementos da imagem e seu significado).

Nas palavras de Kress e van Leeuwen (2006), dado e novo são dois conceitos que correspondem ao valor informacional. Designam o arranjo de elementos nas disposições esquerda-direita no espaço da página. Considerando a orientação de leitura que acontece na cultura Ocidental – caso das três agências em estudo –, o elemento na esquerda seria *dado*, isto é, designaria aquilo que é conhecido pelo leitor, e o elemento na direita seria *novo*, em termos de uma "informação-chave", àquilo que o leitor deve dispor particular atenção. Os autores propõem, também, o arranjo superior-inferior no espaço da página; respectivamente, o *ideal* tenderia a ser a informação mais "idealizada" ou "generalizada", na sua forma mais saliente, e o *real* tenderia a ser o oporto, no sentido de apresentar uma informação mais concreta. Kress e van Leeuwen (2006) argumentam que "a oposição entre Ideal e Real pode, também, estrutrar relações imagem-texto" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 187, tradução própria)[112]. Por conseguinte, *centro* e *marginal* são conceitos que são relativamente incomuns na visualização

[112]Do original: "the opposition between Ideal and Real can also structure text-image relations" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 187).

Ocidental, mas se referem a, respectivamente, elementos nucleares e marginais que constroem informação na página. A Figura 6 ilustra esses valores espaciais.

Figura 6 – Valores espaciais do significado composicional



Fonte: Alexandre (2020), adaptado de Kress e van Leeuwen (2006)

Conforme mencionei, o significado composicional conta, ainda, com a saliência e o enquadramento: ambos concebem a saliência em termos de "peso" de um elemento numa complexa interação, levando-se em conta um número de fatores: tamanho, nitidez, contrastes de cores e de tons, perspectivas, dentre outros aspectos. Finalmente, enquadramento diz respeito ao grau em que um elemento chama a atenção para si próprio na composição espacial, em razão de seu tamanho, de seu lugar em "primeiro plano" ou, ainda, de sua sobreposição em outros elementos. A *conectividade* é um importante conceito do enquadramento, visto que os elementos podem ser "enfatizados por vetores, por elementos representados [...] ou por elementos gráficos abstratos, guiando o olhar de um elemento para outro" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 204, tradução própria)[113].

Argumentam os autores que a análise da composição de "textos multimodais" considera imagens como um modo "integrado" aos textos. Distingue-se, portanto, da ideia segundo a qual a imagem seria uma "ilustração" do "texto verbal"; vai de encontro com a ideia de que "texto verbal" teria prioridade e seria mais importante do que o "texto visual" (Kress; van Leeuwen, 2006). Os autores enfatizam os perigos de se considerar o "texto verbal" como instrumento tecnológico historicamente "mais elaborado" e "hierárquico". Entretanto, numa concepção que

[113]Do original: "emphasized by vectors, by depicted elements […] or by abstract graphic elements, leading the eye from one element to another" (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 204).

compreende fala e escrita como modos de enunciação em práticas orais/faladas e letradas/escritas (Corrêa, 1997), a heterogeneidade presente mesmo nas semioses desses dois modos de enunciação são mistas, compartilhadas e intervêm no material linguístico quando do encontro entre essas práticas.

Interpreto, portanto, essas categorias possibilitadoras de relações multimodais (Kress; van Leeuwuen, 2001) como índices de observação de *oscilações* enquanto ajustes discursivos entre sujeitos – logo, entre a agência de checagem analisada e o leitor modelo projetado[114]. De modo específico, analiso os três princípios de composição de textos multimodais (a saber, valor informacional, saliência e enquadramento) como índices da (tentativa de) construção de um discurso virtuoso, observando essa composição em função de ajustes (1) aos sujeitos e suas relações; (2) à relação com o mundo e (3) ao conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades.

Apresento, a seguir, na Figura 7, um dado do *corpus* (dado L-T01-mar); na Figura 8, o objeto de checagem enquanto objeto de discurso; na Figura 9, o objeto de checagem em si (L-T01.1-mar), numa ilustração de como, as categorias são operacionalizadas neste trabalho, na busca por flagrar o que chamo de *oscilações*.

[114]Trata-se, no caso desta pesquisa, de uma dupla projeção: a agência projeta em seu texto certos ajustes em relação a quem a elas envia o objeto de checagem e, posteriormente, em relação a quem poderia ler o trabalho analítico.

Figura 7 – Produção textual escrita da agência Lupa



Fonte: dado L-T01-mar

Nessa produção textual escrita de base multissemiótica, é importante ressaltar que toda a página web é constituída de relações multimodais, que veiculam informações relevantes para o leitor de mídias sociais, mas que podem oferecer outras a depender do dispositivo em que aparecem. No caso dos dados apresentados, trata-se de sua configuração para veiculação em navegador. Seja a tela pequena, seja a tela grande, a apresentação para navegador obedece a regras de enquadramento explícitas, visando a facilitar a leitura realizada. Portanto, todas as análises feitas não poderiam ser simplesmente transportadas para outros dispositivos – trata-se daquilo que Paveau (2015; 2021 [2017]) chama de *natureza compósita* entre discurso e ambiente[115]. No caso em questão, em termos de valor informacional, percebe-se que a orientação de leitura permanece como a da Ocidental, da esquerda para a direita, cujo conteúdo

[115]Menciono novamente que ambiente, para Paveau (2015), é tomado numa perspectiva sócio-cognitivista, maneira por meio da qual a linguista considera as condições de produção de um discurso, na integação de elementos biológicos, cognitivos e éticos – numa espécie de visão ecologista do discurso –, além do social e do histórico. A opção pelas condições sócio-históricas de produção dos discursos foi explicada na seção teórica.

é polarizado (tem-se, de um lado, as informações textuais do trabalho de checagem e, do outro, guias, propagandas e seções dispostos de forma horizontal) e, portanto, segundo Kress e van Leeuwen (2006), veicula informação de "dado" e "novo". Não se tratam, contudo, o dado e novo nesta produção enquanto investidos de valores informacionais de, respectivamente, informação dada e informação mais importante, uma vez que o que é mais importante, a notícia publicada, está à esquerda. Ainda que a semiótica social argumente que os valores informacionais não se prendem aos modos semióticos de "texto" e de "imagem" – assim, a notícia publicada seria a informação já dada e as propagandas, os guias e até o selo de filiação à IFCN seriam informações novas –, argumento que esse efeito social estruturante não acontece nas páginas web da Lupa de 2020, porque o leitor que acessa o trabalho de checagem se depara, em primeiro plano, com a imagem veiculada na notícia (neste caso, um homem branco não identificado, careca, com barbas brancas e óculos, usando uma camiseta vermelha-escura) e, a seguir, a manchete "#Verificamos: É falso que vinagre é mais eficiente que álcool gel na proteção contra o novo coronavírus"[116]. Por essa razão, a saliência, nesse texto escrito, reside no oferecimento do tamanho da imagem, que é o maior elemento entre outros, conectando-se, em termos de enquadramento, às sequências textuais da notícia. É possível dizer que essa informação é "idealizada", já que sua "concretude" só será garantida na leitura em sequência.

Cabe questionar se o objeto de checagem, utilizado como objeto de discurso na sequência textual, oferece relações multimodais que permitem a observação de oscilações. A partir da agência, nesse dado em questão, a análise do conteúdo desinformante seria pautada no recorte de que, *no vídeo*, o homem diz: "a forma mais eficaz de se proteger do vírus é substituir o álcool por vinagre" (L-T01-mar). Contudo, quando observamos o modo pelo qual esse objeto de checagem – vídeo que circulou no Facebook – torna-se objeto de discurso na produção textual, compreende-se que a transcrição feita pela agência, naquilo que considerou como passível de ser checado, era a "legenda"[117] desse mesmo vídeo, com o seguinte enunciado: "Melhor desinfetante é o VINAGRE!!! Não usem gel para se protegerem do coronavírus ... É um grande negócio !! Partilhem o mais possível ... o mundo precisa saber disto".

A Figura 8, a seguir, apresenta a parte em que o objeto se tornou integrado à sequência textual. Nele, é possível observar a transcrição feita pela agência daquilo que considerou como

[116]Em Alexandre (2020), observa-se, no caso de textos produzidos em práticas letradas acadêmicas a partir de atividades de gamificação, uma "orientação às avessas" da composição espacial dos textos que não correspondiam rigorosamente à teoria da semiótica social, mas que só puderam ser assim compreendidas graças às ferramentas analíticas dos semióticos.

[117]Esse é o modo pelo qual a agência designou o que, na verdade, é a descrição do vídeo postado no Facebook. A legenda é um texto escrito que acompanha o conteúdo visual do vídeo.

passível de ser checado: o fato de que vinagre desinfetaria mais do que álcool em gel, este que era (e ainda é) o produto recomendado por especialistas durante a pandemia de covid-19[118].

Figura 8 – Objeto de checagem enquanto objeto de discurso da agência Lupa



Fonte: L-T01-mar

Percebe-se uma *oscilação* na escolha de determinado modo semiótico, feita pela agência em busca daquilo que pretende analisar (nesse caso, nas palavras da agência, entre "vídeo" [visual] e "legenda" [verbal]). Se, do ponto de vista dos pressupostos metodológicos, a agência estaria de fato selecionando "a frase em que pretende trabalhar", seguindo critérios como "qual barulho a frase faz" (discutido de maneira circunstanciada a seguir, na seção 3.3.2), do ponto de vista assumido neste trabalho, trata-se de uma condição incontrolável do dizer, uma vez que o discurso da agência acaba ajustando-se como resposta (1) à solicitação dessa checagem, cujo pedido de sujeitos usuários das redes sociais chegou à agência e (2) à projeção de um leitor que se interessaria pela eficácia ou não de um saber aparentemente sem respaldo científico. Quando se recorre, de fato, ao objeto de checagem (apresentado pela agência na forma de um hiperlink), conforme a Figura 9, percebemos que essa oscilação de fato é comprovada, já que a legenda corresponde ao que a agência tornou como objeto de discurso.

[118]Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019. Acesso em: 10 jan. 2024.

Figura 9 – Objeto de checagem analisado pela agência Lupa



Fonte: L-T01.1-mar

Esse discurso se configuraria como "virtuoso"? Como a notícia publicada funciona como uma reação ao discurso desinformante do objeto de checagem, a etiquetagem de "falso", conforme mostrado na Figura 8, já aciona a posição da agência em relação ao conteúdo checado. Trata-se de um desajuste desse discurso ao sujeito e suas relações, visto que a agência qualifica o objeto de checagem e contra-argumenta com um sujeito produtor – a que não se tem acesso –, não alinhado ao que é cientificamente estabelecido: vinagre não tem ação desinfetante contra o vírus da covid-19. Essa produção verbal do objeto de checagem, parte de um conjunto de outros enunciados subordinados a um saber não científico, é também desajustada a partir do que a agência estabelece como verdade (em relação à mentira que lhe foi enviada).

Trata-se, em outras palavras, de uma disputa de narrativas entre um saber comum – representado na figura do homem desconhecido – e um saber científico – representado não pela ciência, mas pela agência, que aciona a ciência. Essa superposição pode até ser flagrada em termos do que não é explicitado. A escolha do rosto de um homem desconhecido no processo de desmascaramento dessa notícia e, no que se refere à legenda analisada, o fato de nada ter sido dito do enunciado "É um grande negócio !!" (cf. Figura 8) – esse que, integrado à textualização, poderia indicar uma posição subjetiva de quem estaria denunciando determinada prática –, pode ser um forte indício desse reforço àquilo que "interessa" para a agência, na

pressuposição desse tipo de necessidade do leitor. Pretendo mostrar, na seção 4, como essa textualização multissemiótica acontece nas outras agências.

3.3.2 Categorias do aspecto da metodologia herdada

Para analisar o que chamo de relações multimodais no significado composicional dos textos, como índices da construção de um agente virtuoso, mobilizo noção que pode ser produtiva na investigação de procedimentos discursivos. Se, anteriormente, a preocupação era com as *oscilações* – observáveis a partir de relações multimodais enquanto ajustes discursivos na construção de um discurso virtuoso –, para avaliar os desencontros metodológicos, aponto para *flutuações*, compreendidas como uma lógica de "não-coincidência" – em termos de um ponto de heterogeneidade mostrada, conforme Authier-Revuz (1990) – entre o que as agências explicitam fazer e o que efetivamente fazem no trabalho de desmascaramento (*debunking*).

Compreendo esse movimento para investigar a relação entre o que as agências explicitam, metodologicamente, na análise do objeto de checagem, e o que efetivamente apresentam no texto publicado, tendo em vista o contexto sócio-histórico em que se inscrevem, assinalando eventuais diferenças. As agências de *fact-checking* em análise são afiliadas aos princípios da IFCN, conforme já discutido.

De acordo com relatório da Poynter (2020), o código de princípios da IFCN foi lançado em setembro de 2016 e assinado logo em seguida por 35 organizações de 27 países. Desde então, foi atualizado e revisado para refletir as mudanças no cenário do *fact-checking* e para garantir sua relevância e eficácia. A versão mais recente do código foi ratificada em dezembro de 2019 e entrou em vigor em abril de 2020. Ainda segundo o relatório, o código foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer um conjunto de padrões e práticas recomendadas para checadores em todo o mundo. Os princípios visam a promover a transparência, a precisão e a justiça na verificação de fatos, além de fornecer uma estrutura para os verificadores de fatos seguirem em seu trabalho. Ao aderir ao código de princípios, os checadores devem demonstrar seu compromisso com esses valores e criar confiança com seu público. Portanto, o código também serve como guia para organizações interessadas em se tornar signatárias verificadas da IFCN, pois descreve os critérios que devem ser atendidos para filiarem-se.

Como estabelecido pela IFCN, a Poynter (2020) explicita que o código de princípios da instituição inclui cinco princípios principais aos quais os checadores devem aderir: (1) compromisso com apartidarismo e imparcialidade; (2) compromisso com a transparência das fontes; (3) compromisso com a transparência do financiamento e da organização; (4)

compromisso com a transparência da metodologia e (5) compromisso com correções abertas e honestas. Todas as agências atendem explicitamente a esses princípios em seus guias de metodologia. O que me interessa é analisar a notícia por elas publicada, segundo aquilo que efetivamente mostram em suas análises.

Como já sinalizei na Introdução, a agência Chequeado tem o objetivo explícito de melhorar o debate público, defender o direito à informação e colocar em circulação dados fidedignos. Atenta-se a agência para a seleção de uma "frase do âmbito público", avaliando a relevância dessa frase (ou "tema") em contexto, confrontando-a, quando possível, com dados oficiais e legitimados. A agência Lupa, por sua vez, tem o objetivo explícito de estimular o debate público, utilizando-se de dados e informações precisas baseadas em fontes oficiais que precisam ser checadas. Seleciona dada "frase em que pretende trabalhar", adotando critérios de relevância, nomeadamente "quem fala", "o que fala" e "que barulho faz". Por fim, a agência Politifact, que está no ramo há, pelo menos, 16 anos, tem o objetivo explícito de dar aos cidadãos a informação de que precisam para se governarem numa democracia. Parte, assim, da análise de "declarações", verificando, dentre outros aspectos, se "soam errado" ou "parecem ser enganosas", confrontando informações com dados oficiais.

Em primeiro lugar, observo a frequência do uso de etiquetas como modo de as agências situarem-se num espaço de discussão de autoridade, uma vez que as etiquetas são baseadas em graduação do que consideram como verdadeiro e falso. Em segundo lugar, as relações multimodais presentes na seleção do conteúdo analisado e na consulta à fonte "de origem" podem ser úteis na observação dessas flutuações. A explicitação dessa prática de desmascaramento será vinculada à discussão sobre construção do *agente virtuoso* – portanto, a respeito da imagem de si projetada por determinada agência de *fact-checking* no momento em que cumpre – ou tenta cumprir, em termos de ajustes – as exigências institucionais que lhes são impostas como signatárias da IFCN. Afinal, conforme argumenta Paveau (2015), um agente discursivo é virtuoso quando sua conduta discursiva se baseia em "boas" disposições e capacidades – atender aos princípios da IFCN seria a garantia dessas "boas" disposições, produzindo enunciados ajustados aos agentes – aos sujeitos usuários e à projeção de um leitor modelo –, ao mundo e à trama discursiva. Se argumento, com base no primeiro eixo de reflexão, que as agências constroem discursos virtuosos, é preciso explicitar como, a partir desses dicursos virtuosos, uma imagem de agente discursivo também emerge.

Não se trata de avaliar somente se as agências estão ou não engajadas com os princípios norteadores da IFCN, mas de descrever como, na pretensão de estarem atendendo a expectativas

institucionais – lidando como uma projeção de agente virtuoso –, as agências efetivamente realizam seus trabalhos.

Vejamos, na Figura 10, um excerto (C-T02-mar), seguido, na Figura 11, do objeto de checagem em si (C-T02.1-mar). Busco mostrar como as categorias podem ser operacionalizadas em busca de flagar o que chamo de *flutuações*.

Figura 10 – Produção textual escrita da agência Chequeado



Fonte: C-T02-mar

Em termos de relações multimodais, a agência Chequeado assemelha-se à agência Lupa: nesse significado composicional, o valor informacional dá saliência à imagem – objeto de checagem – a ser disposta em relação a outras do site. Em termos de seu valor informacional, observa-se o "novo" à esquerda e o "dado" à direita, numa espécie de orientação não prevista na teoria social. A diferença reside no fato de que, enquanto a Lupa somente apresenta o objeto de checagem, a Chequeado já investe o objeto com um selo de falso: nesse caso, construído como um carimbo vermelho, retomando a prática do carimbo, o que impossibilita, depois da decisão editorial, que aquele objeto seja considerado verdadeiro. Como veremos na análise dos

dados, essa prática é recorrente. Outro aspecto diferenciador é o fato de que a Chequeado costuma reproduzir o objeto de checagem na chamada da notícia publicada (algo nem sempre comum na agência Lupa). A Figura 11 demonstra esse espelhamento feito pela agência.

Figura 11 – Objeto de checagem analisado pela agência Chequeado



Fonte: C-T02.1-mar

Para o que interessa a este trabalho, trata-se de uma flutuação que pode ser flagrada: ao mesmo tempo em que defende a transparência do que é checado, a reprodução da desinformação não pode ser totalmente clara, pois configuraria uma divulgação da desinformação. Na literatura sobre o assunto, há pesquisadores que argumentam em favor de uma não reprodução da desinformação na íntegra, para evitar sua disseminação entre os sujeitos usuários (cf., entre outros, Lim, 2018). Essa tática pode, entretanto, distanciar os sujeitos leitores que buscam visualizar um objeto de checagem. Pode também colocar em questão o uso de uma autoridade por parte das agências, no que se refere à possibilidade participativa dos sujeitos usuários (Jenkins; Green, Ford, 2014). Da perspectiva da instituição, esse movimento pode comprometer o que a IFCN chama de compromisso com a transparência das fontes – nesse caso, a fonte principal, o objeto de checagem, com base na qual o desmascaramento pôde ser feito. Buscarei, nas análises, confrontar a metodologia eleita pela agência tanto com o código de princípios da IFCN, quanto com as relações multimodais que podem ser flagradas, na tentativa de construção de um agente virtuoso – posição do sujeito que não está imune a flutuações da linguagem.

3.3.3 Categorias do aspecto de menção à palavra alheia

Para analisar como as *modalidades enunciativas* funcionam nos textos como índices da construção de uma *virtude discursiva*, busco observar como fontes são citadas – na lógica do discurso citado – na notícia publicada, visando a flagrar certa disposição virtuosa no trabalho de checagem.

No caso da mobilização de fontes, observei não apenas referentes mobilizados (isto é, a natureza da fonte mobilizada), mas também modalidades de inserção do discurso do outro no texto (metáfrase e paráfrase). Essa decisão tenta responder ao terceiro objetivo específico da tese. Na consideração do trabalho de checar a veracidade de fatos, a escolha de certas fontes e o modo pelo qual são referenciadas no texto podem contribuir com a discussão de critérios subjacentes – ou aspectos "presumidos" – que estabelecem a verdade (ou a falsidade) no/do texto. Nesta subseção, volto-me a uma *dupla apreensão* das fontes, na observação de (1) como as agências mobilizam-nas, por meio da menção à palavra alheia na construção dos enunciados, (2) como se dão as modalidades de inserção do discurso do outro nos textos (metáfrase e paráfrase). Interesso-me, na observação dessas modalidades, em identificar se há ou não semelhanças nos procedimentos das três agências de *fact-checking*.

No campo da didática de línguas, Daunay (2020) e Daunay e Delcambre (2016; 2017), na continuidade dos trabalhos de Boch e Grossmann (2002), interessam-se pelo fenômeno das modalidades enunciativas, por considerar "modo de simultaneamente manter a *autonomia* enunciativa do discurso de outrem e *assimilá-lo*" (Daunay, 2020, p. 364). Avalio que o domínio das produções textuais escritas em práticas letradas de *fact-checking* também se caracteriza pela necessidade de inserir o discurso de outrem no discurso tomado como próprio, na medida em que é a menção a fontes que fundamenta o trabalho analítico das agências[119]. Na discussão sobre a distinção entre *dictum* (conteúdo representado no enunciado) *vs modus* (posicionamento do sujeito em relação a esse conteúdo), Daunay (2020) argumenta que as modalidades enunciativas são tipos específicos que dizem respeito ao posicionamento do sujeito escrevente no contexto da escrita acadêmica, no qual há inserção do discurso de outrem, segundo maneiras e graus da apropriação desse discurso.

Assim, na dupla obrigação de manter a autonomia enunciativa do discurso de outrem e assumilá-lo ao discurso novo (citando Volóchinov), Daunay (2020) pondera a existência de

[119]No caso da escrita acadêmico-científica, Daunay (2020) argumenta que a inserção da palavra do outro no discurso tem essa necessidade de existência porque "dessa atividade discursiva depende a construção de um conhecimento reconhecido em uma disciplina de pesquisa (Hyland, 1999)" (Daunay, 2020, p. 364).

dois pólos em que a maneira de inserir o discurso alheio no discurso novo pode favorecer mais a autonomia – *metáfrase* – ou mais a assimilação – *paráfrase*[120]. Portanto, metáfrase consiste no fato de que o discurso do escrevente rege a enunciação e a paráfrase, no discurso do outro que rege a enunciação. Essas modalidades são retomadas nos Quadros 1, 2 e 3, a seguir.

A observação do que considero outro procedimento discursivo da construção de uma virtude discursiva foi feita segundo uma lógica de dupla apreensão. Procedi (1) à observação de passagens explícitas de referência a um discurso alheio[121] e (2) à identificação de fontes explícitas acionadas pelas agências, na discussão do objeto checado[122]. Concebeu-se como dado a menção ao discurso do outro inscrita, sintaticamente, na referência a uma fonte com hiperlink. O documento com hiperlink deveria funcionar como *fonte de comprovação*[123].

Esse movimento metodológico foi importante para flagrar a relação entre referente ativado pela mobilização da fonte e modo de inserção desse referente no texto. A consideração simultânea desses dois momentos de análise pode oferecer resultados relevantes na discussão do alcance da verdade no texto publicado pelas agências[124]. O Quadro 1 busca sistematizar a seleção de sequências textuais que foram recortadas a partir dos critérios delineados, no que se refere à menção à palavra do outro na mobilização de fontes.

Quadro 1 – Passagens de referência a um discurso alheio com mobilização de fontes

Agência de referência	**Exemplos do *corpus***
(ARG) Chequeado	"Chequeado comprobó que la frase de la publicación de Facebook que se atribuye a *La peste* no aparece en la novela de Camus" (C-T27-abr).
(BRA) Lupa	"Segundo o Ministério da Saúde, o consumo de vitamina C não está entre as medidas de prevenção recomendadas para prevenir o Covid-19" (L-T03-mar).
(EUA) Politifact	"'The blood test for coronavirus costs $3,200,' says a Feb. 27 Facebook post" (P-T16-mar).

Fonte: elaboração própria

[120]Segundo Daunay (2020), essas modalidades de gestão enunciativa (metáfrase e paráfrase) não se confudem com suas formas de inserção (citação, evocação, reformulação, hibridação e empréstimo).
[121]Assumo, neste trabalho, a mesma lógica da observação de "heterogeneidade mostrada" (Authier-Revuz, 1982) comentada por Daunay (2020, p. 369); a decisão do autor, no campo da escrita acadêmica, foi a de observar segmentos correspondentes a frases entre dois pontos ou orações entre dois pontos-e-vírgulas.
[122]A mobilização de fontes apenas foi considerada se pudesse ser recuperada por meio de um hiperlink. No contexto hipermidiático, não é possível categorizar uma fonte somente com base em âncoras da página eletrônica. Nesse contexto, âncora refere-se ao enunciado clicável em um hiperlink, geralmente destacado, que direciona para outra página ou recurso na web.
[123]Fonte de comprovação é tomada como fundamento da argumentação de cada ponto do objeto de checagem, pelas agências de *fact*-checking desmentidas.
[124]Todos os hiperlinks estão marcados com sublinhado.

No excerto da agência Chequeado, o sintagma nominal "*novela*" (do espanhol, "romance") refere-se, ao mesmo tempo, à fonte mobilizada via hiperlink – cuja âncora vem destacada por alguma cor do restante do texto; neste caso, cor vermelha, presente no logotipo da agência – e à inserção da palavra do outro no discurso que, nesse caso, aparece na forma da evocação. No excerto da agência Lupa, o sintagma nominal "Ministério da Saúde" refere-se, simultaneamente, à fonte mobilizada por hiperlink – cuja âncora é marcada pela cor azul – e à inserção da palavra alheia na cadeia sintática, visto que está integrada à forma da reformulação "Segundo o Ministério da Saúde". Por último, no excerto da agência *Politifact*, o sintagma nominal "*a Feb.27 Facebook post*" refere-se não somente à fonte mobilizada por hiperlink, à semelhança dos dois outros excertos, mas também à inserção da palavra do outro integrada à forma da citação "*says a Feb.27 Facebook post*" (do inglês, "diz um post do Facebook em 27 de fevereiro"). Esses excertos podem indicar a dupla apreensão do fenômeno da mobilização de fontes feita pelas agências.

Apresento, a seguir, o Quadro 2, com a definição e o exemplo de cada forma de inserção do discurso de outrem nos textos de cada agência, uma vez que essas categorias foram observadas de modo semelhante nos textos do *corpus*. Baseio-me no trabalho de Daunay (2020), com adaptação pontual em função daquilo que encontrei no conjunto do material[125]:

Quadro 2 – Formas de inserção do discurso alheio com exemplos

Definição das formas de inserção	**Exemplos**
Citação: delimitação explícita, por meios tipográficos, da palavra alheia.	"El tuit publicado por TN indicaba: 'Coronavirus em la Argentina: aseguran que el 40% del personal del Hospital Italiano está contagiado'" (C-T24-abr). "'Anunciados os primeiros testes bem-sucedidos da vacina contra coronavírus na França', Título de texto publicado no site QuerVer que, até as 13h30 do dia 25 de março de 2020, tinha sido compartilhado por mais de 700 pessoas" (L-T30-mar). "But the University of California San Francisco says in a Feb. 13 post on its website that the new coronavirus 'isn't believed to be an airborne virus, like measles or smallpox, that can circulate through the air'" (P-13-mar).
Empréstimo: palavra ou sintagma utilizado como citação "curta".	"Por su parte, em el sitio INFOMED, 'red de salud de Cuba', tampoco se encuentra ninguna publicación que vincule al eucalipto con la prevención del coronavírus" (C-T21-mar).

[125]As formas e as modalidades enunciativas de inscrição do discurso de outrem foram amplamente discutidas em trabalhos como os de Daunay e Delcambre (2017) e Boch e Grossmann (2002).

	"Além disso, não foi anunciado nenhum medicamento, da Roche (que não se chama Roche Medical Company) ou de qualquer outra empresa, que cure pacientes com Covid-19 'dentro de 3 horas' – nem Donald Trump, nem por ninguém" (L-T27-mar). "COVID-19 'is a zoonotic virus' – that is, it was spread from animals to humans – according to a report from 25 international experts, including some from China and the U.S., convened by the World Health Organization" (P-T23-mar).
Evocação: alusão a trabalhos sem pretender resumir ou precisar seu conteúdo.	"En Chequeado ya publicamos diversas notas en las que un chiste era sacado de contexto y se utilizaba para desinformar (ver acá, acá, acá o acá)" (C-T28-abr). "O SARS-Cov-2 foi identificado como um novo vírus pela primeira vez em 7 de janeiro de 2020" (L-T16-mar). "Also on March 1, images of a letter Doctors Hospiral sent to patients and staff about the case started appearing on social media" (P-T08-mar).
Hibridação: citações (curtas ou não) que aparecem dentro de reformulações.	"Circula una imagen en WhatsApp y un posteo en Facebook que aseguran que 'hacer gárgaras con agua tibia y sal, elimina el virus', en referencia al Coronavirus" (C-T04-mar). "Em nota divulgada em seu site, a Universal afirma que os responsáveis pela montagem 'só desejam estimular o ódio contra a Igreja Universal do Reino de Deus, seus bispos, pastores e fiéis'" (L-T11-mar). "A CDC fact-sheet describing common human coronaviruses said most people contract some type of coronavirus during their lives and that the more common strains 'usually cause mild to moderate upper-respiratory tract illnesses, like the common cold'" (P-T01-fev).
Reformulação: apropriação do conteúdo da palavra alheia, sem marca tipográfica específica, com menções de atribuição das palavras a outras, exteriores ("segundo X", "para X", "X afirma que", etc.).	"El vírus tiene un tamaño de entre 100 y 160nm (nanómetro, que mide una milmillionésima parte de un metro), según Efecto Cocuyo, un sitio de verificación de datos de Venezuela em base a um informe técnico del Ministerio de Salud de España" (C-T02-mar). "O vírus é revestido com uma camada de gordura que dissolve em contato com sabão ou álcool, causando sua morte, como explica também o Hospital Alemão Oswaldo Cruz em seu site" (L-T01-mar). "Early on, many of the patients in Wuhan had some link to a large seafood and live animal market, suggestion animal-to-person spread, according to the U.S. Centers for Disease Control and Prevention" (P-T23-mar).

Fonte: elaboração própria

Segundo Daunay (2020), as formas de citação, empréstimo e hibridação são assim consideradas se tiverem a presença, ao mesmo tempo, de marcas tipográficas (como aspas) – podemos citar também as âncoras no *corpus* desta pesquisa – e uma referência explícita a um autor (ou a um campo); no caso deste trabalho, também a uma fonte. Em seguida, após as formas, identificamos as modalidades enunciativas. A pesquisa de Daunay (2020) foi conduzida no contexto de práticas letradas acadêmico-científicas. Observei, no contexto deste trabalho, o comportamento dessas modalidades com base no material, o que permite vislumbrar novas formas de captar o fenômeno. Apresento, no Quadro 3 seguinte, excertos prototípicos que permitiriam uma interpretação ora mais no polo da paráfrase, ora mais no polo da metáfrase. Oscilações entre os polos podem certamente existir. O trabalho interpretativo do pesquisador é de fundamental relevância nesse tipo de análise. O importante é delimitar quando a modalidade assume o papel de "assimilação" ou de "autonomia" – as expressões são de Daunay (2020) – e em relação à palavra alheia.

Quadro 3 – *Continuum* entre paráfrase e metáfrase, com excertos do *corpus*

***Continuum* das modalidades**	**Excertos**
P++ Paráfrase evidente (discurso do outro rege a enunciação)	"'Es improbable que surgiera el SARS-CoV-2 a través de la manipulación de laboratorio de un coronavirus similar al SARS-CoV', señala un estudio publicado en las últimas semanas por la revista especializada Nature Medicine" (C-T22-abr).
P+ Tendência à paráfrase	"O infectologista Paulo Santos, consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), informou à Lupa que não há 'evidência científica que contraindique a ingestão de líquidos gelados'" (L-T10-mar).
P ou M Indeterminável	"Uno de ellos sugere que 'la OMS y el Gobierno han destinado um BONO de dinero para todos los países por Motivo de CUARENTENA (CORONA VIRUS)' (sic) e invita a conseguir el bono en un enlace" (C-T13-mar).
M+ Tendência à metáfrase	"An image published March 9 claims to show a list of recommendations from UNICEF for preventing and treating the virus" (P-T30-mar).
M++ Metáfrase evidente (discurso do escritor rege a enunciação)	"If the government of a state with more than 20 million people decided to shutter schools and many, many businesses for two weeks – forcing business owners to give their employees paid leave during that time – it would draw wide media attention" (P-T19-mar).

Fonte: elaboração própria

Por último, o Quadro 4 exemplifica os referentes de fonte mobilizados, divididos em seis categorias mais recorrentes. Conforme mencionado no início desta seção, as categorias foram propostas segundo reformulações de trabalhos existentes na literatura sobre investigação

de fontes. Obsreva-se que essa análise não pode ser feita de maneira automática e que depende de como a fonte mencionada funciona no texto em análise.

Quadro 4 – Referentes de fonte mobilizados com exemplos

Definição dos referentes	**Excertos**
Autorreferência: pessoa, grupo ou documento que representa a própria agência de checagem.	"Este es uno de los sitios detectados em 2017 por Chequeado que se dedican a generar desinformaciones en la Argentina" (C-T01-fev). "Como a Lupa já informou anteriormente, o novo coronavírus é revestido com uma camada de gordura que se dissolve em contato com sabão ou álcool gel, causando a morte do vírus" (L-T10-mar). "You can read PolitiFact's guide to polling to better understand what to look for and what types of polls to stay away from" (P-T07-mar).
Autoridade científica/especializada: pessoa, grupo ou documento que apresenta produção intelectual a partir de determinado campo científico.	"El epidemiólogo británico Roy Anderson, del Imperial College de Londres, explica en la revista científica The Lancet que el control del COVID-19 al que llegó China se debe gracias a esto" (C-T03-mar). "Em 27 de fevereiro, o Instituto de Pesquisa da Galiléia Migal anunciou que está criando uma vacina contra o SARS-CoV-2, causador da pandemia de Covid-19" (L-T09-mar). "Several Studies indicate that alcohol-based sanitizers are effective against 'enveloped viruses,' which include human coronaviruses" (P-T10-mar).
Autoridade institucional: pessoa, grupo ou documento que representa instituições privadas, empresas ou organizações não governamentais.	"La Organización Mundial de la Salud (OMS), a su vez, explica que, de momento, 'no hay pruebas de que los medicamentos actuales puedan prevenir o curar la enfermedad'" (C-T06-mar). "Em seu site, a Uber listou cinco medidas que vêm adotando para prevenir a disseminação do vírus" (L-T15-mar). "American Airlines and Delta Air Lines are both halting flights to and from Milan, Italy, as well as several airports in or around China" (P-T20-mar).
Autoridade oficial: pessoa, grupo ou documento que representa exclusivamente ações/declarações governamentais de algum país.	"Tampoco se dice nada en el digesto com el resumen de decisiones legales publicado el 24 de marzo último" (C-T11-mar). "A doença avança pelo Brasil, que até a tarde desta quinta-feira (12), tinha 77 casos confirmados pelo Ministério da Saúde" (L-T06-mar). "According to the CDC's COVID-19 FAQ page, 'fear and anxiety can lead to social stigma, for example, towards Chinese or other Asian Americans" (P-T04-fev).
Mídia jornalística: pessoa, grupo ou documento que apresenta um produto de jornais impressos, digitais, de grande mídia, mídia independente ou mídia amadora.	"Esto también fue relatado en Twitter por el periodista de OPI Santa Cruz, Francisco Muñoz" (C-T12-mar). "Por fim, vale destacar que a foto que ilustra a publicação foi tirada no carnaval de 2017" (L-T12-mar). "The rare cancellations came as the coronavírus outbreak in Italy has infected more than 1,600 people, mostly in the northern region, and

	has people questioning whether the pope himself has contracted the virus" (P-T09-mar).
Mídia social: todo produto advindo de plataformas sociais, como ferramentas de manipulação de objetos, redes sociais ou páginas web pessoais.	"En Facebook, en tanto, se señala que 'Alberto Fernández miente y oculta lo que está passando realmente" (C-T17-abr). "'Assim, evitar passar as mãos em corrimãos é importantíssimo' Trecho de post no Facebook que, até as 14h de 12 de março de 2020, tinha 2019 compartilhamentos" (L-T05-mar). "Misinformation on social media,' the county's health and human services department tweeted on March 2" (P-T14-mar).
Outras agências: todo produto que faz referência a checagem feita em outras agências de checagem.	"Pero desde el sitio español de fact-checking, Newtral, aseguran que dejó ese cargo en 2017" (C-T09-mar). "Essa informação também foi verificada pelos sites de checagem Factly, da Índica, AFP Fact Check, em sua sucursal no Sri Lanka, e pelo Boatos.org" (L-T09-mar). "AFP Fact Check debunked virtually the same claim" (P-T25-mar).

Fonte: elaboração própria

Destacamos algumas não-coincidências – no sentido que Authier-Revuz (1990) confere ao termo – no que respeita à apreensão dessas categorias, para não se cometer o equívoco de focalizar o documento a que a fonte faz referência em detrimento do seu funcionamento no texto. A tentativa de contribuição deste trabalho é tanto olhar para a maneira pela qual uma fonte é mobilizada, quanto definir a mobilização de uma fonte no funcionamento textual. A título de exemplo dessas não-coincidências, comentamos dois dados apresentados no Quadro 4, a saber, C-T12-mar (em "Mídia jornalística") e L-T09-mar (em "Autoridade científica").

Em primeiro lugar, observando C-T12-mar, "Esto también fue relatado en Twitter por el periodista de OPI Santa Cruz, Francisco Muñoz", há, no sintagma verbal com hiperlink, referência a uma página web que trata de tuíte do jornalista em questão. Seria possível supor que se trata de um referente mobilizado do tipo "Mídia social", uma vez que o conteúdo veiculado está relacionado a texto de mídia social (Twitter/X). Entretanto, ao observar a menção dessa fonte no texto, percebe-se que o tuíte somente é citado em função daquele que o representa: o jornalista de OPI Santa Cruz, Francisco Muñoz. Categorizar de maneira automática essa fonte seria apagar o funcionamento textual, o que nos fez considerá-la, então, como referente mobilizado do tipo "Mídia jornalística".

Em seguida, em L-T09-mar. – "Em 27 de fevereiro, o Instituto de Pesquisa da Galiléia Migal anunciou que está criando uma vacina contra o SARS-CoV-2, causador da pandemia de Covid-19" –, o sintagma verbal com hiperlink faz uma aparente referência a um instituto – colocando-o, automaticamente, no referente mobilizado do tipo "Autoridade institucional". A

questão estaria resolvida se se desconsiderasse o funcionamento textual: a fonte, embora institucional, tem função de ser uma autoridade competente em termos de saúde, tendo anunciado a criação de uma vacina contra o novo coronavírus. Seria mais apropriado considerar a menção a essa fonte de comprovação como referente do tipo "Autoridade científica/especializada".

Para finalizar esta seção de procedimentos metodológicos, aponto para os critérios de exclusão de dados. Foram excluídas sequências textuais:

(1) em que os *hiperlinks* já não mais funcionavam, impossibilitando a investigação do referente mobilizado;

(2) que mobilizam fontes de caráter apresentativo, sem mobilizar a palavra alheia na cadeia sintática, ou nas quais nenhum hiperlink foi utilizado (*e.g.*, "En esta nota, reuniremos todas las desinformaciones que circulan em el país" [C-T10-mar]);

(3) que fazem indicações de convênios de combate às *fake news* (*e.g.*, "The story was flagged as part of Facebook's efforts to combat false news and misinformation on its News Feed (Read more about our partnership with Facebook.)" [P-T11-mar]).

Na seção seguinte, apresento resultados de pesquisa com base nos três eixos propostos.

4 OSCILAÇÕES EM DIREÇÃO À VERDADE DO TEXTO

Para discutir o primeiro objetivo específico da tese, a saber, quais aspectos multimodais são priorizados na investigação do objeto de checagem e qual sua relação com a definição do que é verdadeiro e falso na notícia publicada, pretendo apresentar os resultados em duas partes. Primeiramente, analiso quais são os aspectos priorizados para checar o objeto – enquanto objeto de discurso – nas três agências. Em seguida, analiso a relação que esses aspectos priorizados têm com o que é tomado como verdadeiro (ou falso) na produção textual escrita publicada pelas agências. Conforme argumentei na seção 3, a escolha do que considero um procedimento discursivo, a *oscilação*, será produtiva para observar como esses aspectos priorizados contribuem para a compreensão da construção de um *discurso virtuoso*.

4.1 Modos semióticos em disputa no processo de checagem sobre covid-19

A partir da análise das 290 produções textuais escritas de base multissemiótica (as notícias publicadas), identifiquei, de modo geral – isto é, de modo transversal às agências – que em 90% houve oscilação entre o que se assume metodologicamente e o que efetivamente é flagrado pela agência como relevante na checagem. A Tabela 1 ilustra essa oscilação nas três agências de checagem em estudo.

Tabela 1 – Oscilação de modos semióticos nas notícias publicadas

	Agências		
Modos semióticos	**Chequeado**	**Lupa**	**Politifact**
Com oscilação de checagem	25	82	104
Sem oscilação de checagem	05	38	64
Total		290	

Fonte: elaboração própria

A agência com mais oscilações de checagem é a agência Chequeado, da Argentina, seguida da agência Lupa, do Brasil e, por último, da agência Politifact, dos Estados Unidos. A ausência dessa oscilação – portanto, dessa priorização de um modo semiótico em detrimento de outro no trabalho de checagem – em certas produções textuais escritas do *corpus* não configura uma contradição com o fluxograma da coleta de dados (cf. seção 3.2), pois são casos em que, embora a agência tenha, no (seu) processo de textualização, considerado mais de um modo semiótico na construção da notícia, não há a pressuposição de que, nelas, haveria *oscilações* –

portanto, a atestada apreensão de um modo semiótico em detrimento de outro na construção discursiva. Vejamos alguns excertos representativos dessas oscilações.

Figura 12 – Oscilações de modos observadas na agência Chequeado



Fonte: C-T04-mar

Em C-T04-mar, é possível ver a coincidência entre o aparecimento do objeto de checagem, ocupando o espaço de destaque – no enquadramento central e na posição saliente em relação a outros elementos desse texto escrito – e a imagem "carimbada" de vermelho, escrito "falso" logo no início no texto publicado. Páginas de internet são de difícil visualização completa; por essa razão, foram recortadas partes em função do que se pretende discutir. Em termos de significado da composição, percebe-se que a página da agência tem um leiaute com muitos elementos, seja para mostrar propagandas ou novas publicações, seja para mostrar a importância da doação de recursos para a agência (região superior). Há, ainda, abaixo da

imagem, do lado direito, a seção "*El explicador*"[126]. Há, do ponto de vista da composição, uma saturação de informações que pode ser prejudicial para quem busca a leitura objetiva do conteúdo, mas que não é incomum em páginas web, sobretudo, no que se refere à publicidade e propaganda, essenciais para a manutenção do servidor da agência, esta que declaradamente não recebe doação por seus serviços.

O enunciado da manchete é o seguinte: "*Es falso que 'hacer gárgaras con agua tibia y sal elimina el virus*"[127]. Em seguida, há a referida imagem que mostra uma parte de texto escrito (não coincidente com o enunciado da manchete) ao lado de um busto humano de cor azul, cujo pescoço está orientado para cima, evidenciando a região da garganta, na qual os vírus causadores da covid-19 estariam atuando e se replicando, causando prejuízo – atestado, por exemplo, pela cor verde escolhida, associada a doenças contagiosas na sociedade Ocidental (Kress; van Leeuwen, 2006, p. 225). Ainda que a "frase/tema de interesse público" – nas palavras da Chequeado – esteja associada ao que aparece na manchete, a "frase" não passa de uma apreensão do checador a partir de outro texto de referência (o texto escrito de referência diz "*Si bebe mucha agua y hace gárgaras com agua tíbia y sal o vinagre, elimina el virus*"[128]). Além disso, a imagem do busto humano de cor azul foi aparentemente ignorada.

Figura 13 – Objeto de checagem do dado C-T04-mar



Fonte: C-T04.1-mar

Na Figura 13, a imagem é parte do objeto de checagem. Seria possível supor que os vírus se comportam da forma como eles, nessa imagem, aparecem: "presos" à região da

[126]Em português: "O Explicador".
[127]Em português: "gargarejos com água morna e sal elimina o vírus".
[128]Em português: "Se você bebe muita água e faz gargarejos com água morna e sal ou vinagre, elimina o vírus".

garganta, passíveis de reprodução e prontos para contaminar outras pessoas. Sabe-se que essa seria uma forma de representação equivocada do processo de reprodução de um vírus, mas esse aspecto da construção multimodal não é levado em conta no conjunto das análises. Não interessa a esta pesquisa questionar quais elementos devem ou não ser esclarecidos na análise da veracidade de uma informação. O que acontece, nesse excerto, é uma oscilação entre o que a agência diz analisar e para onde o olhar dessa prática é conduzido.

Essa dinâmica da oscilação é flagrada nas outras agências. Na Figura 14, é possível observar leiaute parecido com o da agência Chequeado: informações saturadas, organizadas em seções (“No epicentro”; “Quem somos”; “Lupaeducação”), mas com ausência de propagandas (nessa página em específico, uma vez que há em outras). Na sequência das seções, localizadas ao lado direito, há outras, que a agência quer explicitar.

Figura 14 – Oscilações de modos observadas na agência Lupa



Fonte: L-T06-mar

Não há uma coincidência entre objeto de checagem e imagem de apresentação. Nessa agência, é comum uma apresentação metonímica do objeto de checagem – como é o caso da Figura 12 – para, só então, ter-se acesso ao que é efetivamente checado. A enunciado da manchete diz: “#Verificamos: É falso que Cuba fabricou uma vacina contra o novo

coronavírus", seguido de elementos importantes de composição logo de início, como a presença de ícones de compartilhamento de fácil acesso. Diferentemente do excerto anterior, há uma assimilação completa da palavra alheia, uma vez que nenhuma aspa é atribuída ao conteúdo a ser verificado na manchete. O homem que aparece na imagem, vestindo terno e gravada, sentado, com uma bandeira eriçada às costas, é o ainda atual presidente de Cuba, Miguel Díaz Canel, cuja imagem reforça a impressão metonímica pretendida pela notícia.

O que se percebe é que a "frase que faz barulho" – critério assumido pela Lupa – foi extraída do texto escrito de uma publicação feita no Facebook, a qual diz "Cuba anuncia que já fabricou vacina contra o coronavírus". De modo semelhante ao que acontece na agência anterior, a "frase" analisada não deixa, seja na manchete, seja no olhar do checador, de passar por paráfrase. Essa paráfrase pode ser atestada pelo acréscimo da adjetivação "novo" ao "coronavírus", inexistente no objeto de checagem.

Figura 15 – Objeto de checagem do dado L-T06-mar



Fonte: L-T06.1-mar

Não há menção, entretanto, conforme pode ser visto na Figura 15, à imagem do presente de Cuba, que está presente na composição do objeto de checagem. O presidente seria responsável, na superposição de imagens, pelo anúncio ou até pelos esforços empenhados na fabricação de vacina contra a covid-19. Observa-se uma oscilação entre o que a agência diz analisar (neste caso, a parte "textual escrita" a respeito da inverdade de criação de vacina pelo

país) e para onde o olhar dessa prática é levado (nada é dito a respeito da imagem do presidente, nem em que medida essa imagem faz parte da informação falsa a ser desmascarada).

Por último, em busca de atestar as tendências observadas, apresento de que forma essa oscilação está presente no *corpus* constituído a partir da Politifact.

Figura 16 – Oscilações de modos observadas na agência Politifact



Fonte: P-T14-mar

No caso dos textos escritos publicados pela Politifact, temos uma distribuição de informações um pouco mais otimizadas – em termos de conectividade e de balanceamento entre o tamanho dos elementos dispostos. As propagandas sempre ficam na parte superior e, algumas vezes, ao lado direito da tela. Na maior parte das publicações da agência estadunidense, a notícia começa sempre com um ícone da seção em questão, com a indicação explícita do objeto de checagem (nesse caso, "*Viral image*"[129]). Em seguida, há a "declaração" – unidade de análise eleita pela metodologia da Politifact – sobre a qual versa um possível falseamento (ou não) do que está dito. É possível perceber a oscilação de modos semióticos, uma vez que, embora a imagem seja o objeto que se propagou de maneira rápida, é a declaração a respeito da notícia falsa que é levada em conta no que é trazido do texto alheio. A manchete vem em seguida: "*No,*

[129]Em português: "Imagem viral".

a Brownsville, Texas hospital isn't treating two coronavirus patients"[130]. Para que se possa compreender melhor essa oscilação, convém sempre trazer o objeto de checagem – já que a textualização em foco o leva em conta enquanto objeto de discurso – pois, ao contrário dos outros excertos (e de outros textos da agência), este não costuma aparecer logo de início.

Figura 17 – Objeto de checagem do dado P-T14-mar



Fonte: P-T14.1-mar

O objeto de checagem apresenta texto escrito no formato de "últimas notícias", tanto em língua inglesa, quanto em espanhola ("*NOTICIAS DE ULTIMO MOMENTO*"). É sabido que uma das características mais comuns de notícias falsas é a falta de normatividade no que diz respeito à escrita do texto, o que pode ser, nela, observado. Entretanto, uma imagem, indicando o local do centro médico "Valley Regional Medical Center", com uma faixa vermelha de "últimas notícias" ("*Breaking News*"), comumente associada à faixa apresentada por grandes empresas jornalísticas, não é levada em conta na análise da imagem viral – entendida pelos

[130]Em português: "Não, um hospital de Brownsville, Texas, não está tratando dois pacientes com coronavírus".

checadores como a publicação de Facebook em si. Novamente, não se trata de dizer se a imagem deveria ter sido ou não levada em conta pela checagem. Trata-se de entender que, longe de somente analisar "declarações" – uma vez que a checagem está centrada no fato de o hospital não tratar dois pacientes com coronavírus, uma paráfrase de partes do texto escrito –, a notícia publicada aparentemente ignora o que há de "visual" naquilo que entende como imagem, na recuperação de uma memória discursiva jornalística – a do "*Breaking News*". Há apenas uma associação pontual com a imagem do local físico do hospital.

A oscilação é um padrão recorrente nas produções textuais escritas das agências de *fact-checking*. Acontece porque as agências em análise dão enfoque a determinado modo semiótico no lugar de outro para definirem o que é, de fato, falso (ou do que permanece como verdadeiro) no texto. Na observação desse procedimento discursivo, é possível detectar um primeiro critério "presumido" (Corrêa, 2011) pelas agências, a saber, *num objeto de checagem, nada deveria escapar da análise, no atendimento às demandas dos sujeitos leitores*. As agências dizem assumir critérios de delimitação daquilo que analisam, em termos do que é recortado ou privilegiado para o desmascaramento. Mesmo que as agências se comprometam a assumir critérios de delimitação naquilo que analisam (em termos do que é recortado ou privilegiado para o desmascaramento), caso haja mais elementos (portanto, multimodais), estes deveriam ser levados em conta ou até privilegiados em detrimento da "frase/conteúdo" (critério primeiramente eleito); assim, em função de tentar dar conta desse objeto, acabam por inscrever-se em oscilações – consciente ou inconscientemente: efeito da heterogeneidade do(s) sujeito(s).

Esse critério "presumido" pode ser entendido como um primeiro ajuste dos discursos (Paveau, 2015) das agências (1) à relação entre sujeitos, uma vez que o sujeito leitor projetado e o sujeito usuário responsável pelo envio do objeto de checagem são levados em conta na textualização desses textos escritos; (2) à concepção do que consideram como verdade, no mundo e (3) ao conjunto de produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades – neste caso, as três agências, inscritas num contexto sócio-histórico em que a aproximação com uma transparência seria a única opção para combater as pós-verdades. Esses ajustes surgem a partir do acontecimento moral das checagens de pandemia de covid-19, que promoveu a emergência de produções textuais escritas de base multissemiótica no contexto de práticas letradas digitais de agências de *fact-checking*. As "frases" e "declarações", tratadas a partir dos traços pragmáticos de "fazer barulho" ou "serem contestáveis", não seriam suficientes, na observação dessas oscilações, para que a checagem se aproxime da "verdade".

4.2 Relevância temática e relações multimodais

Com base nos resultados apresentados na subseção anterior, aproximo-me da segunda parte do primeiro objetivo específico: avaliar qual a relação dessas oscilações para com o objeto de checagem, com a definição do que é verdadeiro e falso (e suas propostas gradações) no texto escrito publicado. O conteúdo temático das notícias acompanha acontecimentos sociais divulgados pela grande mídia e comentados por sujeitos usuários da internet. De acordo com a tabela a seguir, é possível mapear essa recorrência temática nas três agências.

Tabela 2 – Recorrência temática das notícias analisadas

	Agências		
Conteúdo temático	**Chequeado**	**Lupa**	**Politifact**
Cura do vírus	13	30	48
Infecção das pessoas	04	23	29
Hospitais dedicados	07	34	32
Período de isolamento	06	33	31
Total		290	

Fonte: elaboração própria

Há a predominância da temática a respeito de procedimentos de cura do vírus. O tema é o privilegiado desde o início, porque acompanhou o acontecimento de descoberta de que o vírus estava se espalhando de modo rápido e descontrolado – seria a proporção pandêmica a responsável por aumentar esse nível de receio da população de diferentes países. É sabido que a grande mídia não poupou esforços para que o conhecimento a respeito do vírus, de suas características de contágio e dos esforços políticos no recebimento de pacientes infectados com a covid-19 nos hospitais fossem a público[131].

Mas de que forma a oscilação entre os modos semióticos e a recorrência temática presente nas notícias em análise contribuiria para a definição do que é tomado como verdadeiro ou falso no texto escrito publicado? As âncoras dos temas tratados nas notícias, em acontecimentos publicados pela grande mídia, valorizam a checagem de informações não confiáveis, segundo um ajuste com uma moral vigente – a de que a verdade científica não deve ser ignorada em momentos de crise, como o de uma pandemia[132]. De acordo com Paveau (2015), o discurso é virtuoso se estiver ajustado à verdade vigente. As agências, ao priorizarem

[131]Entre os trabalhos que poderiam atestar essa afirmação, menciono o de Lerner, Cardoso e Clébicar (2021), para quem o aumento da produção jornalística foi proporcional ao consumo naquele período.
[132]Essa concepção de verdade perpassa as três agências e será melhor explorada na seção 6 deste trabalho.

determinado conteúdo temático, com base em determinadas fontes, acabam por "deixar à vista" procedimentos de que estão se adequando a uma moral vigente que se ocupa da verdade.

Seleciono, a título de exemplo, produção textual escrita publicada pela Agência Lupa, em março de 2020, cujo objeto de checagem é um post da plataforma social Facebook. O enunciado da manchete, intitulada "#Verificamos: É falso texto que indica vitamina C e água quente com limão como prevenção contra o novo coronavírus", é representativo da discussão.

Figura 18 – Construção de um discurso virtuoso na Lupa



Fonte: L-T03-mar

Com base nos princípios de significado da composição multimodal dos textos, o valor informacional (primeiro princípio de composição, que diz respeito aos valores estabelecidos pela posição na imagem) é disposto na orientação esquerda, no canto superior. Essa região é reservada para as informações novas de um texto, já que a leitura ocidental tem orientação espacial da esquerda-superior à direita-inferior. O modo enfocado, no entanto, não é o que verbalmente está posto, mas o que visualmente está salientado: a foto do aparente motivo de a notícia ter sido verificada. A saliência (segundo princípio de composição) é disposta de modo a orientar o leitor da notícia para o que a agência quer "desmascarar". Podemos interpretar essa

composição como uma suposição, por parte da agência, de que esse leitor em potencial está envolvido com práticas sociais de leitura mais frequentemente associadas ao modo "imagem" (em oposição ao que seria o texto verbal escrito) veiculado em mídias sociais. A aparente desconexão entre o verbal e o visual – do ponto de vista do enquadramento (terceiro princípio de composição, relacionado ao fato de o deslocamento do visual para o verbal e vice-versa produz significados específicos) – pode ser tomada como uma antecipação, feita pela agência, de práticas letradas digitais ditas "corriqueiras"[133].

O que é enfatizado pela agência dialogoa tanto com essas práticas quanto com a antecipação (ou ajuste) da construção do que é falso, com prioridade dada à imagem. Com base nessa imagem de pessoas paramentadas com equipamento de proteção individual (EPI), que higienizam as mãos com álcool gel, a recomendação de modo de prevenção "caseiro" contra o novo coronavírus (tomar vitamina C e água quente com limão) aparece como um contraponto do que é menos científico, não legitimado, falso. O "não dito" que "atravessa" o objeto de checagem é marcado pelo apelo à cientificidade (à verdade) no combate ao novo coronavírus, cuja relação com o tema da "cura" é constitutiva desse apelo.

Conforme antecipamos na Introdução, a dita "frase" escolhida pela Agência Lupa está relacionada a três critérios de relevância: "quem fala", "o que fala" e "que barulho faz". Do ponto de vista da checagem da agência, "o que fala" diz respeito a três informações específicas do objeto de checagem. Ao verificá-lo, contudo, observa-se, no post, imagem distinta daquela eleita pela agência para o texto publicado. A imagem é de autoria do fotógrafo Makoto Lin[134] e nela há taiwaneses com EPI, higienizando as mãos. Imagem parecida é observada no texto checado, com exceção de que se trata de enfermeiros diante de um quadro, ao lado do qual há a bandeira da China. Na ausência de referência a um país específico, a cena poderia se dar em qualquer um dos países afetados pela pandemia, em que pessoas com traços fisionômicos de orientais têm residência – caso do Brasil.

Numa primeira aproximação a uma concepção de texto, seria possível dizer que o texto escrito não tem relação explícita com o que é visualmente apresentado no texto checado. Da perspectiva dos estudos da linguagem, entretanto, esse "não dito" (a propósito da necessidade de cientificidade no combate à covid-19) é um dizer "presumido", um posicionamento da agência no trabalho de checagem de notícias. Segundo a agência, até às 18h20 do dia 04 de

[133]Como parte dessas práticas letradas ditas "corriqueiras", acrescenta-se a necessidade de explicitar, sob forma de ícones, as possíveis redes nas quais o texto publicado pode ser compartilhado (Facebook, Twitter, Youtube, Likedin e Instagram) e de demonstrar, de uma vez só, principais informações da agência (nas guias), dispensando particular atenção à possibilidade de *Newsletter* – espécie de boletim informativo via e-mail.
[134]Ver, a respeito, https://www.makotolin.art. Acesso em: 15 jan. 2024.

março de 2020, o texto tinha sido compartilhado por 1,5 mil pessoas – e outros textos semelhantes também tinham quantidade semelhante de compartilhamento.

Destaca-se a escolha de fontes para definir o que é falso nas notícias. A falta de recorrência a instituições legitimadas em notícias falsas ou enganosas é traço que, quase instantaneamente, faz com que tudo que tenha âncora seja considerado verdadeiro. Não há recorrência a nenhum outro tipo de fonte – aspecto que aparece de modo acentuado nas três agências de *fact-checking* – que não seja a de organismos credenciados e reconhecidos socialmente como capazes de solucionar determinada questão. São, nas palavras de Paveau (2015), instituições investidas de uma virtude discursiva que se ajusta a um tempo histórico. É também uma resposta ao negacionismo científico que emerge no contexto de pós-verdades. Resta discutir como discursos se configuram como virtuosos.

4.3 São esses discursos virtuosos?

Apresento a seguir alguns comentários na busca de elementos para comparação entre concepções de texto que emergem das agências. Retomarei essa discussão na seção 7. Por ora, é possível dizer que:

(1) Chequeado, a agência argentina, opera com oscilações entre modos semióticos quando da análise de "frases/temas" nas quais trabalha o desmascaramento da desinformação em contexto digital. Assume uma estruturação multimodal, com apresentação de manchetes negativas, com imagens parciais – com tendência a um efeito metonínimo – do objeto de checagem analisado. Propõe análises a partir de uma etiquetagem, nas quais oscilações também podem ser observadas;
(2) Lupa, a agência brasileira, também opera com oscilações entre modos semióticos quando da análise do que chamam de "frase", mas a estruturação multimodal é diferente, pois apresenta a imagem – com tendência a um efeito de literalidade – do objeto de checagem e, em seguida, manchetes negativas. Apenas então propõe análises com base em etiquetagem;
(3) Politifact, a agência estadunidense, traz consigo procedimentos das oscilações entre modos semióticos focalizados, oferecendo, de partida, a manchete negativa com etiquetagem – com tendência a um efeito de medição de verdade –, seguida de análises, segundo as quais os objetos de checagem, com as imagens correspondentes, são devidamente discutidos.

Se, conforme discutimos, as marcas do discurso virtuoso não se reduzem a categorias linguísticas em sentido restrito, é possível propor que essas oscilações, no processo de textualização multissemiótica, podem estar relacionadas a critério assumido pelas agências, não tão explícito. O princípio deveria ser o de que, num objeto de checagem, nada escapa à análise, no atendimento de expectativas dos sujeitos leitores. Esses discursos são virtuosos porque se ajustam, linguístico-discursivamente, à concepção de verdade com a qual essas agências trabalham e da qual são (e)feitas num momento sócio-histórico marcado pelo descrédito na ciência e pela relativização dos fatos científicos.

Na seção seguinte, discuto eixo em que é possível observar outro procedimento discursivo dessas práticas letradas digitais de agências de *fact-checking*: o modo como operam *flutuações* entre aquilo que dizem fazer e o que efetivamente fazem. Essas análises podem contribuir para que se compreenda, além da configuração de um discurso virtuoso, como as agências em foco constituem a si mesmas como agentes virtuosos.

5 FLUTUAÇÕES METODOLÓGICAS DO *FACT-CHECKING*

Na seção 4, busquei demonstrar como a observação do que considero um procedimento discursivo – as *oscilações* – poderia ser relacionada à construção de um discurso virtuoso das agências de *fact-checking* no enfrentamento da desinformação sobre a pandemia de covid-19. Da perspectiva assumida neste trabalho, as conclusões retiradas do primeiro eixo de reflexão podem oferecer bases importantes na definição de concepções de texto que emergem do trabalho de checagem das três agências em questão.

Nesta seção 5, em busca de responder ao segundo objetivo específico, proponho o estudo de *flutuações*, entendidas como pontos de não-coincidência entre o que as agências explicitamente dizem analisar e o que efetivamente analisam quando publicam seus textos escritos. Comento, inicialmente, o que as agências asseguram para, em seguida, discutir pontos em que as *flutuações* podem contribuir na construção de um agente virtuoso.

5.1 O que as agências asseguram

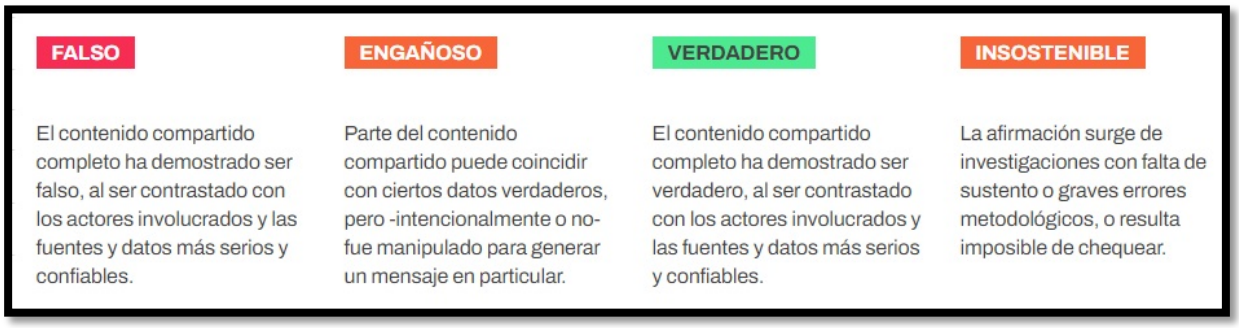
A agência argentina Chequeado, na seção "transparência"[135] afirma que seleciona informações de políticos, economistas, empresários, sindicalistas, jornalistas e pessoas públicas, meios de comunicação e outras instituições formadoras de opinião, sem "discrimi[ná-las] por sua orientação partidária ou ideológica" (Chequeado, 2023, tradução própria)[136]. Selecionam a informação, buscando fundamentá-la com fontes, e verificam o dado na relação com um contexto que ajude a compreendê-lo, afastando-se, assim, nas palavras da agência, de cotejo "literal" do fato, desprovido de contexto. São oito os passos para a checagem: (1) selecionar uma "frase" do âmbito público; (2) ponderar sua relevância; (3) consultar a fonte original; (4) consultar a fonte oficial; (5) consultar fontes alternativas; (6) alocá-la em contexto; (7) confirmar, relativizar ou desmentir a informação e (8) qualificar. A fase de qualificação, sistema reconhecido em agências de *fact-checking* (Graves, 2016), é reconhecida como "instável" e possibilitaria mais de uma qualificação. A qualificação, no discurso político, varia entre os polos de "não verificável" (*inchequeable)*, passando por verdadeiro e suas diferentes gradações até chegar ao falso.

Como as notícias estudadas nesta pesquisa foram aquelas que circularam em mídias sociais, é preciso levar em conta que a Chequeado elaborou um método de análise do que chama

[135]Mais informações: www.chequeado.com/transparencia. Acesso em: 10 jan. 2024.
[136]Do original: "discriminar por su orientación partidária o ideológica" (Chequeado, 2023).

de “desinformação viral” (*desinformación viral*). Observa-se uma diluição do objetivo de “selecionar uma ‘frase’ do âmbito público”, sem definir o que entende por “frase”, para o objetivo de, nesse contexto da desinformação viral, selecionar “artigos, áudios, imagens e vídeos de redes sociais que monitora”[137], como Facebook, Twitter e WhatsApp. Os critérios dessa seleção têm a ver com (1) a viralização do conteúdo e (2) relevância do tema e/ou gravidade das consequências dessa desinformação para os cidadãos. A Figura 19 apresenta as qualificações propostas pela agência.

Figura 19 – Etiquetas de qualificação sobre o objeto de checagem na Chequeado



Fonte: Chequeado (2023)

Nessa “etiquetagem”, a gradação entre verdadeiro e falso é mais sutil do que aquela utilizada para avaliar “frases” do âmbito público. O verdadeiro é definido segundo “atores envolvidos” e “dados mais sérios e confiáveis” a partir da checagem da desinformação a eles enviada ou por eles flagrada segundo os critérios explicitados. A agência argentina reafirma que, para a análise da veracidade de outras semioses, utiliza ferramentas que auxiliam nessa empreitada. Reconhece que as imagens consideradas falsas têm marcas d’água (conforme comentei na seção 4) para evitar sua ampla difusão, com outros propósitos. Há, pois, um complexo trabalho envolvido e explicitado pela agência.

A agência brasileira Lupa diz seguir metodologia “própria”, destacando que é baseada “em processos de sucesso implantados por plataformas de *fact-checking* como a argentina Chequeado e a americana Politifact” (Lupa, 2023). Ao selecionar a “frase” em que pretende trabalhar[138] – também não define o que entende por “frase”, à semelhança da Chequeado –, a equipe editorial diz adotar três critérios de relevância: (1) “quem fala”, (2) “o que fala” e (3)

[137]Do original: “artículos, áudios, imágenes y vídeos de las redes sociales que monitorea” (Chequeado, 2023).
[138]Em certos momentos, a Lupa ainda diz analisar “frase/conteúdo”, operando com uma distinção que também não é esclarecida no texto de metodologia. Disponível em: www.lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens. Acesso em: 10 jan. 2024.

"que barulho faz". Desde 2018, ampliou o trabalho com o discurso político para lidar, assim como a Chequeado, com o trabalho de desmascaramento (*debunking*) – verificação de conteúdo publicado por fontes não oficiais –, decisão tomada após a adesão ao projeto de verificação de notícias do Meta/Facebook, da qual Chequeado e Politifact também fazem parte (cf. seção 3). Ao contrário da Chequeado, a Lupa utiliza as etiquetas de qualificação do discurso político identificamente em notícias verificadas no contexto de mídias sociais. A Figura 20 apresenta uma compilação dessas etiquetas. Desde sua criação, houve poucas transformações[139].

Figura 20 – Etiquetas de qualificação do objeto de checagem na Lupa



Fonte: Lupa (2023)

Observa-se uma gradação mais acentuada do que aquela disposta pela Chequeado, entendendo como "verdadeira" a informação que estiver "comprovadamente correta" e como "falsa" a informação "comprovadamente incorreta"; enquanto a Chequeado evidencia a relação de "atores envolvidos" na comprovação de um fato, a Lupa não a explicita. Entretanto, Lupa leva em conta esses atores em sua metodologia. No processo de etiquetagem, Lupa opta por ser mais generalista. Quero destacar, da metodologia, que, segundo a Lupa (2023), uma vez

[139]Segundo a Lupa (2023), em novembro de 2017, a agência decidiu criar a etiqueta "de olho" nas publicações para avaliar a evolução de promessas analisadas; em dezembro de 2022, expandiu essa etiqueta e decidiu criar mais três novas, relacionadas ao mesmo assunto: "cumpriu", "não cumpriu" e "cumpriu parcialmente". Objetiva, com essas novas etiquetas, avaliar promessas feitas por candidatos eleitos democraticamente.

decidida a "frase" selecionada, o repórter da agência faz um levantamento de "tudo" – aspas da agência – que já foi publicado sobre o assunto para, então, avaliar fontes. Para concluir o trabalho, a Lupa recorre ainda a especialistas e a informações oficializadas.

Por fim, a agência estadunidense Politifact, a mais antiga entre as agências analisadas, pioneira ao lado da Fact Check e da Washington Post's Fact Checker, surge num contexto dominado por jornalistas profissionais que buscam promover movimentos de checagem independentes para se contraporem a mídias tradicionais dominantes (Graves, 2016). Com o objetivo explícito de dar aos cidadãos a informação de que precisam para se governarem numa democracia, tem como ponto de partida a análise de "declarações" (*statements*) – sem oferecer uma definição do termo, como as outras agências – enviadas por sujeitos usuários ou por ela flagradas. Em termos metodológicos, a Politifact (2023) afirma guiar a decisão de escolha dessas "declarações" a partir das seguintes perguntas: (1) a "declaração" está fundamentada em um fato verificável?[140]; (2) a "declaração" parece enganosa ou soa errada?; (3) a declaração é significativa?; (4) é provável que a declaração seja repassada e repetida por outras pessoas?; (5) uma pessoa comum ouviria ou leria a declaração e iria se perguntar: isso é verdade?

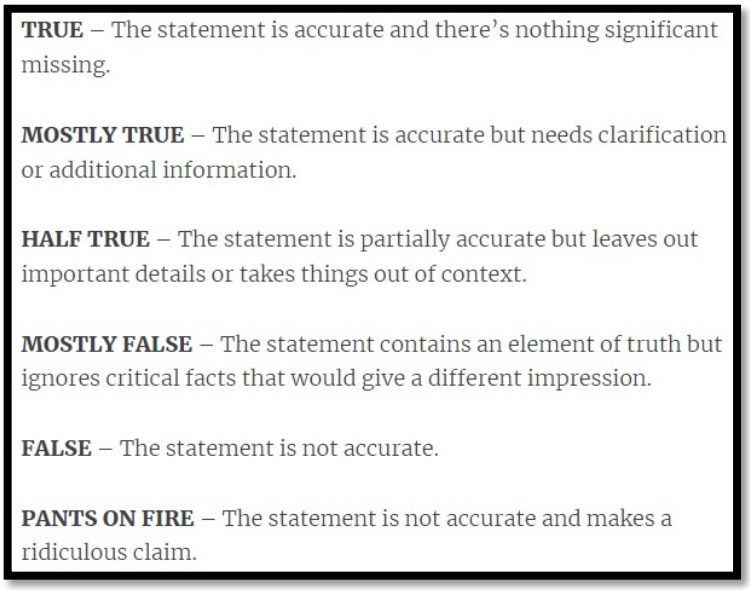
Seu sistema de etiquetagem é bastante estudado por diferentes pesquisadores (dentre os quais, destaco o trabalho de Graves, 2016). O chamado manual do Truth-O-Meter[141] oferece uma série de princípios rigorosos com base nos quais as novas empreitadas do *fact-checking* poderiam se estruturar ou, neles, se basear. Mas não se trata de um documento qualquer: de acordo com Graves (2016), esse "documento [...] é um recuso institucional importante quando o Politifact enfrenta controvérsias ou críticas. Oferece uma espécie de texto mestre para a resolução de debates internos e para a elaboração de declarações públicas do grupo" (Graves, 2016, p. 210, tradução própria)[142]. A Figura 21 apresenta, de forma sucinta, as etiquetas utilizadas pela agência estadunidense.

[140]De acordo com a Politifact (2023), não há verificação de opiniões, reconhecendo que "no mundo dos discursos e da retórica política, há permissão para a hipérbole" (Politifact, 2023). Do original: "in the world of speechmaking and political rethoric, there is license for hyperbole". Trata-se, do meu ponto de vista, de um diálogo com algumas críticas que os checadores andaram recebendo nos últimos anos (cf., por exemplo, Ucinski e Butler, 2013, citados na seção 2.3.1 desta tese).

[141]Do inglês, poderia ser traduzido como "medidor de verdade". O sufixo *-ometer*, em inglês, significa um instrumento utilizado para medir algo.

[142]Do original: "document is […] a key institutional resource when PolitiFact faces controversy or criticism. It offers a kind of master text for resolving internal debates and for crafting the public statements the group" (Graves, 2016, p. 210).

Figura 21 – Etiquetas de qualificação sobre o objeto de checagem na Politifact



Fonte: Politifact (2023)

De forma concisa, a Politifact operacionaliza com a gradação entre "verdade" (*true*) e "falso" (*false*), definidos, ambos, respectivamente, pela acurácia ou inacurácia da "declaração" analisada. Ao contrário das outras agências, a Politifact adiciona, para além daquilo considerado como "falso", a etiqueta "calça em chamas" (*pants-on-fire*)[143], reservando a qualificação de "ridícula alegação" no trabalho de desmentir informações falsas (*misinformation*).

Observo que as três agências têm em comum a busca de maior transparência na circulação e produção de notícias para melhorar o convívio dos cidadãos. Trata-se de um ideal democrático certamente relevante, mas que precisaria ser discutido em meio a condições sociais e históricas que facultam tanto sua emergência quanto dificultam sua execução. As agências explicitam objetivos e metodologias de checagem de informações por editoriais oficiais. Há uma preferência em atender notícias cuja solicitação foi feita por sujeitos usuários[144]. Além de "apartidárias", não são financiadas por nenhum tipo de fonte única: recebem doações de institutos, de editoras, de revistas e do grande público. A missão principal dessas agências é qualificar o debate público e defender o direito dos cidadãos à informação "verdadeira" – trata-se de uma tentativa explícita de alcançar o "verdadeiro" (ou "falso") no/do objeto de checagem,

[143]Alusão a uma expressão prosaica dita entre crianças nos Estados Unidos, a saber, "liar, liar, pants on fire!", designando alguém que foi "pego" no momento de proferir uma mentira.
[144]Em trabalhos futuros, seria de interesse explorar se há ou não envolvimento de *bots* na solicitação de checagem feita por esses usuários, a partir de quem os objetos de checagem são enviados às agências.

sem especificar o que entendem como “verdadeiro” ou como “frases” (cf. Chequeado e Lupa), “frases/conteúdo” (cf. Lupa) ou, ainda, “declarações” (cf. Politifact).

Por conseguinte, as três agências utilizam “unidades de análise” – ou, no que respeita a este trabalho, recortes textuais enquanto objetos de discurso – com base nas quais decidem analisar ou não dada informação falsa (o foco nas informações falsas é bem mais explícito na Politifact do que nas duas outras agências). Essas análises são pautadas por etiquetas, cujos polos vão, em geral, do “falso” ao “verdadeiro. Conforme se pôde observar, naquilo que pode ser tomado como “falta” na definição do conceito de “verdadeiro” ou de “unidade” com base na qual as agências, respectivamente, avaliariam ou selecionariam informações em meio ao complexo cenário da infoesfera, é possível avaliar que as agências têm pressupostas concepções de texto, que lhes permite selecionar, entre “declarações” e “frases”, quais elementos estariam sob checagem. Em termos de ajustes discursivos, entre o que as agências devem oferecer aos sujeitos usuários de redes sociais e o que os usuários esperam que as agências por eles façam – num embate de expectativas em que relações de poder e de autoridade podem intervir nessa prática letrada –, tais ajustes são marcados por *flutuações* não aleatórias, inscritas sob condições sócio-históricas de produção dos quais esses discursos são (e)feitos.

5.2 O que as agências efetivamente praticam

É produtivo pensar qual a frequência de determinadas etiquetas em cada uma das agências de *fact-checking* – ou seja, quando checam (des)informação a pedido de sujeitos usuários ou quando a flagram em termos de sua relevância – mesmo que os resultados não sejam tão impactantes. A razão pela qual, conforme será visto, há pouca diferença de estabelecimento do que é “verdadeiro” e “falso” no material analisado advém do fato de que, na origem da solicitação, um sujeito usuário envia a informação acreditando, de partida, que pode ser falsa ou enganosa. Já há, portanto, um indicativo de que o objeto tem potencial de desinformação. Do contrário, caso acreditasse em sua veracidade desde o início, provavelmente não se sentiria impelido a recorrer ao trabalho profissional de verificação. Trata-se de uma apreciação lógico-causal a respeito do funcionamento dessa dinâmica (por falta de pesquisas a respeito do assunto). O que me interessa é observar como flutuações, em nível metodológico, podem indiciar essas relações mais amplas na construção de um agente virtuoso, flagradas na

própria produção textual escrita de base multissemiótica. A Tabela 3 apresenta a frequência da etiquetagem[145] na agência argentina Chequeado.

Tabela 3 – Frequência da etiquetagem na Chequeado

Etiquetas	**Quantidade de informações**
Insustentável	3
Verdadeiro	0
Enganoso	2
Falso	28
Total	33

Fonte: elaboração própria

No caso da Chequeado, destaco que nenhuma notícia foi checada e considerada verdadeira – a partir do *corpus* composto – e que a maior parte foi considerada falsa, sendo somente três qualificadas como "insustentável" e, duas, como "enganoso".

A Tabela 4, por sua vez, apresenta a frequência de etiquetagem na agência brasileira Lupa.

Tabela 4 – Frequência da etiquetagem na Lupa

Etiquetas	**Quantidade de informações**
Verdadeiro	6
Verdadeiro, mas	7
Ainda é cedo	0
Exagerado	2
Subestimado	0
Insustentável	1
Falso	144
Total	160

Fonte: elaboração própria

Ainda que, na Lupa, haja informações verdadeiras e hesitativas ("verdadeiro, mas"; "exagerado" e "subestimado"), a maior parte também é de etiquetas de "falso".

[145]A ordem de apresentação das etiquetas vai do "verdadeiro" ao "falso", para seguir o que a Lupa e a Politifact apresentam. A Chequeado, embora apresente do "falso" ao "verdadeiro", foi disposta conforme as outras agências, para melhor visualização. Além disso, a quantidade de informações checadas não necessariamente coincide com a quantidade de notícias publicadas; numa mesma notícia, é possível que a agência apresente duas ou mais checagens, que podem receber etiquetas diferentes. Por essa razão, em alguns casos, optei por considerar as etiquetas em cada notícia em termos de sua predominância.

A seguir, apresento a etiquetagem da agência Politifact, que não se distancia muito daquilo que foi observado nas duas agências anteriores.

Tabela 5 – Frequência da etiquetagem na Politifact

Etiquetas	**Quantidade de informações**
Verdadeiro	9
Na maior parte, verdadeiro	7
Meio verdadeiro	9
Na maior parte, falso	14
Falso	76
Pants on fire!	25
Total	140

Fonte: elaboração própria

No caso da agência Chequeado, observou-se maior distribuição entre as etiquetas, ainda que, majoritariamente, as notícias fossem consideradas "falsas" seguidas da etiqueta "*Pants on fire!*", as quais, juntas, perfazem o total de 101 notícias consideradas no pólo da mentira. Há, ainda uma coincidência entre o que foi considerado como "verdadeiro" e "meio verdadeiro". Essa predominância de etiquetagem no pólo da mentira tem a ver com a grande quantidade de (des)informação que circulou na web durante o período analisado. Conforme argumentei, o estabelecimento da falsidade do fato é uma forma de ajuste das agências em direção não somente àquilo que poderia ter-lhes sido solicitado, como também à própria observação de desinformação feita pelas agências a partir dos critérios mencionados.

No que se refere às *flutuações* propriamente ditas – em termos de uma não-coincidência entre o que dizem assumir e o que efetivamente fazem – foi possível identificar dois movimentos generalizantes, que perpassam as três agências analisadas. Trata-se (1) da seleção do "conteúdo" analisado,[146] questionável a depender do que se pretende desmentir e (2) da consulta à "fonte original", que cria alguns problemas em casos nos quais as agências recebem o objeto de checagem. Para exemplificar esses dois movimentos, observo-os a partir de três produções textuais escritas extraídas do *corpus*.

[146]Quando observo a seleção do "conteúdo" analisado, estou trabalhando com o que as próprias agências definem como unidades mínimas, com base nas quais recortam as informações a serem checadas, a fim de flagrar essas flutuações do que as próprias agências definem metodologicamente, sem incorrer no erro de projetar "o melhor método" ou "método mais eficiente". Esse é um movimento próximo da abordagem êmica de um objeto de pesquisa, nos termos de Rosa e Orey (2012), que a distinguem de uma abordagem ética. O objetivo deste trabalho é o de aproximar as duas abordagens – tal como Paveau (2015) faz entre discurso e ética – para a compreensão da construção do agente virtuoso.

A Figura 22 ilustra um dado do *corpus*, pertencente à agência Chequeado. Antes da discussão da manchete ("*Es falso el posteo que compara la situación del coronavirus en España con la de Argentina*")[147], segundo a qual já se sabe que o objeto de checagem é falso, é possível observar a saliência da imagem, típica de uma relação multimodal problematizada em outros posts.

Figura 22 – Flutuações na agência Chequeado



Fonte: C-T07-mar

O objeto de checagem se encontra incorporado à sequência textual da notícia publicada, sendo coincidente com a imagem disposta na notícia. Flutuações metodológicas podem ser observadas no retângulo de enquadre. Quanto à seleção do "conteúdo" analisado, percebe-se,

[147]Em português: "É falsa a postagem que compara a situação do coronavírus na Espanha com a da Argentina".

no primeiro enquadramento, de cima para baixo, que a agência, na descrição do ocorrido (comparação entre a situação pandêmica em dois países distintos), parece ignorar uma "frase" que também contribuiria para o estabelecimento da natureza dessa comparação: o enunciado escrito, na imagem, "*QUEDATE EN CASA!*"[148], prejudicado pelo "carimbo" de "falso". Esse enunciado deveria ser levado em conta na análise, já que outras questões poderiam ser tratadas na avaliação da veracidade do contexto em que a comparação da situação dos dois países foi possível.

Esse enunciado pode retomar outro, o "fique em casa". Segundo Gibin e Ruiz (2020), esse enunciado evoca o sentido de proteção da vida, no diálogo crítico com aglomerações que promovem o contágio por covid-19. Para os estudiosos, inscreveu-se, no Brasil, num espaço de embate ideológico, entre aqueles que defendiam a proteção à vida e a mudança de hábitos de higiene (validada pela ciência) e os que se preocupavam com a questão econômica decorrente do isolamento social.

Em termos da consulta à chamada fonte original da notícia, aspecto metodológico marcado das agências, no caso da Chequeado observa-se, a partir do segundo enquadramento retangular, que esse movimento também pode se configurar como flutuação, visto que não há fonte original nos termos jornalísticos, mas uma apreensão por parte dos jornalistas, que decidiram fazer a checagem dessa informação, com base em critérios consolidados. Em "*Circula en Facebook y en WhatsApp un cuadro que compara la progresión de casos de personas infectadas con COVID-19 en España con la de la Argentina. Las publicaciones sugieren que si las personas no cumplen con el aislamiento social, preventivo y obligatorio, el avance de la Argentina será similar al del país europeo*"[149], além de o modo semiótico observado ser o quadro/tabela com informações numéricas – a unidade não é uma "frase", como estabelecido metodologicamente pela agência –, a fonte original mostra um hiperlink do Facebook, diluindo, por conseguinte, fontes provenientes de outras redes sociais. Há uma flutuação entre o que pretendem analisar e o que de fato analisam. Busco demonstrar essa dinâmica também no caso da Lupa, na Figura 23.

[148]Em português: "Fique em casa!".
[149]Em português: "Está circulando no Facebook e no WhatsApp um gráfico que compara a evolução dos casos de pessoas infectadas com a COVID-19 na Espanha com a da Argentina. As publicações sugerem que, se as pessoas não cumprirem o isolamento social preventivo e obrigatório, o progresso da Argentina será semelhante ao do país europeu".

Figura 23 – Flutuações na agência Lupa



Fonte: L-T08-mar

O enunciado da manchete "É falso que água fervida com alho cura o novo coronavírus" surge na sequência da imagem, que não remonta a um efeito de literaridalidade[150] entre objeto

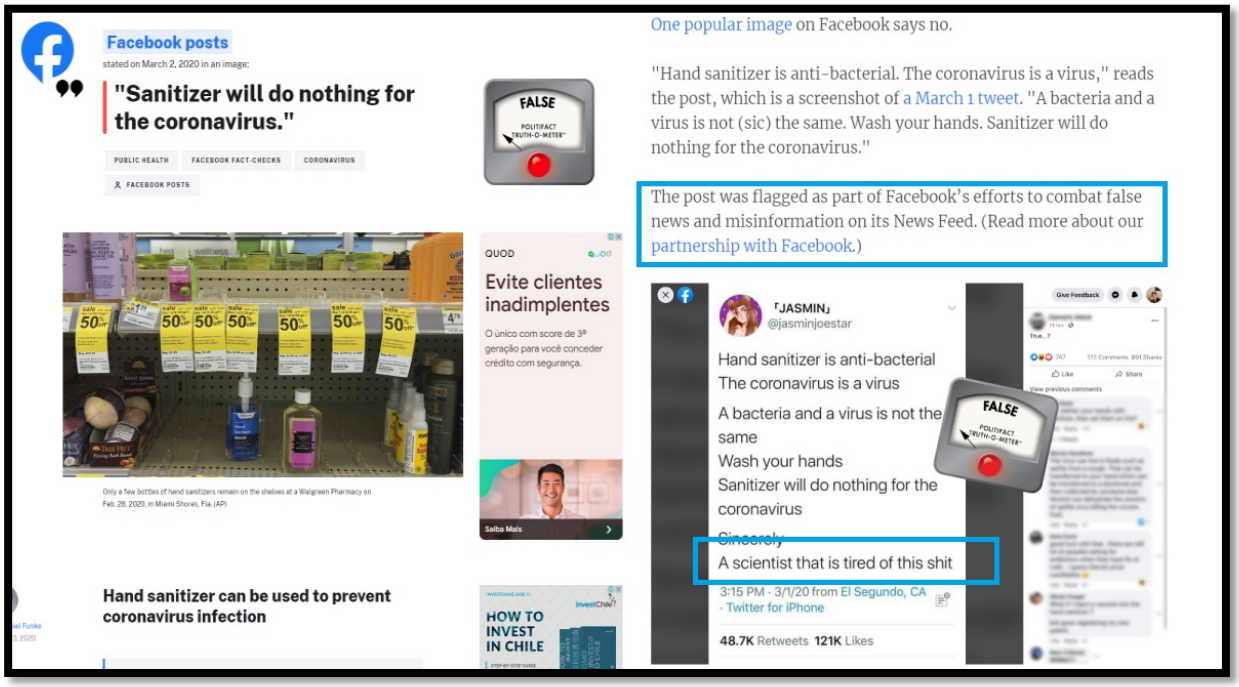
[150]É um típico exemplo do funcionamento das agências. Os efeitos produzidos por seu trabalho devem ser entendidos segundo uma "tendência", em busca de evitar concepções generalizantes das categorias. A observação de tendências, ao mesmo tempo em que permite investigar regularidades, não tem o propósito de apagar o que lhe é heterogeneamente marcado.

de checagem e o trabalho com esse objeto, mas a um efeito metonímico, uma vez que a planta "alho" seria, pelas agências, o objeto de destaque, a novidade da informação a ser analisada em contraposição ao elemento "água", conhecido em processos de cura. Em termos de seleção do "conteúdo" analisado, observa-se que a menção à possível autoridade do saber comum é ignorada: no texto escrito, destacado no segundo retângulo, de cima para baixo, observa-se "BOAS NOTÍCIAS!!! O vírus Corona de Wuhan pode curar-se por uma tigela de água de alho recém fervida. O velho médico chinês provou sua eficácia". O "velho médico chinês" não é considerado na notícia como participante do "conteúdo" selecionado; essa figura popular não é explorada nas análises. Se, de um ponto de vista da agência, o que se pretende avaliar em termos de informação falsa é o fato de que água fervida com alho não cura a covid-19, a partir de dados de pesquisa validados por uma comunidade científica, a autoridade mencionada no objeto de checagem não é levada em conta na fundamentação desse desmascaramento. A exemplo do verificado na Chequeado, a Lupa vê-se num contexto de ignorar "outras frases" ou "partes daquela frase" selecionadas para o trabalho.

Em termos de consulta à chamada fonte original, o primeiro enquadramento retangular, de cima para baixo, trata, à semelhança da Chequeado, de informação falsa flagrada pelas agências, em que a "origem" da fonte seria mais dedicada ao espaço virtual – plataformas virtuais – no qual aquela informação apareceu, do que dedicada a alguém (ou documento) que serviria de fonte para a seleção de uma informação problemática a ser checada. No enunciado "Circula pelas redes sociais um post com a firmação de que sete xícaras de água fervida com oito dentes de alho picados funcionam como um remédio contra o novo coronavírus (SARS-CoV-2)", percebe-se que a fonte original dá lugar a uma diluição dessa informação que "Circula pelas redes sociais", sem precisar quais são essas redes e sem precisar autoria do *post,* por exemplo. Reforço que não se trata de avaliar se essa é a estratégia mais válida no campo do jornalismo, mas de identificar que, a partir do que as próprias agências de checagem dizem fazer, é possível flagrar flutuações em seu processo de textualização multissemiótico.

A Figura 24 ilustra a dinâmica das flutuações na agência Politifact. À semelhança das outras duas ocorrências já apresentadas, escolho uma em que o objeto de checagem aparece quase de forma completa na sequência textual escrita da notícia publicada.

Figura 24 – Flutuações na agência Politifact



Fonte: P-T29-mar

O enunciado da manchete, a saber, "*Sanitizer will do nothing for the coronavírus*"[151], aparece em meio a um modo de composição multimodal da agência, conforme discutido. É possível observar que, em termos de seleção do "conteúdo", a "declaração" a partir da qual a agência analisa a informação falsa é parte integrante do objeto de checagem. Há, entretanto, outra importante constatação, destacada no segundo enquadramento retangular, de cima para baixo. Em "*Sincerely, A scientist that is tired of this shit*"[152], o autor da postagem no Twitter/X se identifica como cientista que veicula a informação. Essa fórmula de despedida com a assinatura do "autor", entretanto, não é levada em conta como "declaração". Esse perfil social deveria ter um peso no contexto da checagem, mas é desconsiderado, deixando de lado sua possível importância na discussão sobre relações de poder e de autoridade em jogo no contexto da checagem, como, por exemplo, a de não estimular uma crença "cega" em especialistas – ou naqueles que dizem ser especialistas – de determinada área de especialidade.

Em termos de consulta à fonte "original", embora a agência explicite, conforme o primeiro enquadramento retangular, de cima para baixo, que se trata de uma postagem flagrada pelos checadores no contexto da plataforma social Facebook e explique que essa postagem é uma captura de tela de outra, no Twitter/X, há, novamente, uma diluição dessa consulta, visto

[151]Em português: "Desinfetante não fará nada pelo coronavírus".
[152]Em português: "Atenciosamente, Uma cientista que está cansada dessa merda".

que o autor da postagem não é levado em conta na seleção do que é discutido. Essas duas flutuações acontecem de formas diferentes, mas funcionam conforme as análises demonstradas. Analiso, a seguir, como essas flutuações podem ser entendidas como índices da construção de um discurso virtuoso.

5.3 Fidedignidade e ajuste às condições sócio-históricas de produção

A partir do que foi exposto, é possível identificar, nas flutuações que as agências apresentam, outro critério "não dito" ou "presumido", a saber, o de que *na observação da tendência de as agências apresentarem flutuações nas decisões metodológicas, a falta de garantia de checagem completa do conteúdo acaba por projetar uma imagem contestável das agências, que se querem incontestes no cenário da desinformação*. Assim, do ponto de vista assumido, esse caráter de incontestabilidade assumida pelas agências, consciente ou não,[153] funciona junto a práticas letradas digitais no processo mesmo de elaboração metodológica em busca da "verdade" ou da "falsidade" de determinada informação.

Essa incontestabilidade, na conjuntura das checagens sobre a pandemia de covid-19, pode entrar numa disputa narrativa (McIntyre, 2018). Na projeção de uma figura que enseja uma "vontade de verdade" enquanto mecanismo de controle dos discursos, promovendo exercício de poder e impedindo a subjetivação do sujeito por meio do "dizer-verdadeiro" (Foucault, 2014), a construção do agente virtuoso, à qual as agências querem se filiar, é aquela que se (pre)ocupa incessantemente em responder ao interlocutor (difuso): a sujeitos usuários, sujeitos leitores, outros sujeitos institucionalizados, à própria "imagem" da agência no cenário profissional e, no limite, à sociedade.

É importante destacar, ainda, o acesso problemático aos fatos (Chatier, 2021), a fim de não relativizar esse acesso. Afinal, conforme lembra Paveau (2015), citando Foucault (2009, p. 12), "é preciso que o sujeito, ao dizer essa verdade por ele marcada como sua opinião, seu pensamento, sua crença, assuma certo risco, risco que se refere à própria relação que ele tem com aquele a quem ele se dirige" (Paveau, 2015, p. 301). Logo, percebe-se, em flutuações que corroboram a construção de uma figura de *agentes virtuosos*, que há dificuldade de definir

[153]Na perspectiva do discurso que defendo neste trabalho, a recuperação da intenção dos sujeitos na construção de discursos virtuosos ou na projeção de si como agentes virtuosos é inválida e dá lugar à reflexão de como esses discursos (e essas projeções) podem ser flagradas em seus dizeres (em suas práticas discursivas) enquanto posicionamentos em determinado campo.

critérios, em “frases” e “declarações”, que permitam levar a índices de verdade ou de mentira do objeto de checagem.

Se, conforme argumentou Paveau (2015), o agente é virtuoso quando sua conduta se baseia em boas disposições para garantir que os enunciados sejam ajustados, no contexto das agências de *fact-checking*, a operação dessas flutuações pode ser entendida como tentativas de negociação dos sujeitos com a heterogeneidade que lhes escapa constitutivamente. Quando as agências explicitamente reconhecem que estão alinhadas à IFCN – portanto, ao código de princípios de uma instituição respeitada –, é possível nelas reconhecer uma tentativa de ajuste de seus enunciados àquilo que acreditam ser boas práticas jornalísticas no domínio da verificação de informações. Trata-se de reconhecer o que Paveau (2015) propõe no domínio das produções linguageiras a partir dos parâmetros éticos: a constatação de que o agente virtuoso é aquele que distingue a virtude e aprende a praticá-la.

Em termos de ajustes às condições sócio-históricas de produção, ainda seria preciso discutir o que pertenceria à informação e o que pertenceria à crença – ou se seria possível o checador separar esses dois domínios em linguagem. Afinal, de um ponto de vista da linguagem, mesmo que uma informação seja construída por uma fonte socialmente legítima, isso não garante sua veracidade (Komesu; Daunay; Fluckiger, 2020).

A seguir, proponho uma análise de como fontes são trazidas ao texto, para discutir procedimento discursivo referente ao último eixo de investigação das concepções de texto: o da gestão de modalidades enunciativas em práticas letradas das agências de *fact-checking*.

6 CONSTRUÇÃO DA VERDADE POR MEIO DE FONTES

Nas seções anteriores, busquei mostrar como as relações multimodais podem ser producentes no processo de textualização, quando vinculadas a interpretações discursivas – na observação e na integração de parâmetro ético no processo de textualização –, considerando-se oscilações e flutuações apreendidas nos textos escritos em práticas letradas das agências de *fact-checking*.

Nesta seção, opero com um último eixo de reflexão em direção às concepções de texto que podem emergir das três agências de checagem em foco. A pergunta que fundamenta este objetivo é: com base em quais "fontes" as agências de *fact-checking* elegem critérios para chegar ao verdadeiro e o falso no texto? Para os propósitos desse trabalho, escolhi observar um procedimento discursivo – o das *modalidades enunciativas* – para entender como as formas e as apropriações do discurso do outro – trato da paráfrase e da metáfrase em fontes de comprovação – desempenham papel importante não somente na construção da verdade por meio de fontes, como forma de assegurar a "virtude" discursiva das agências, como também na atuação dessa mobilização de fontes nas concepções de texto.

6.1 Formas e modalidades de apropriação do discurso do outro

Conforme discutido na seção 3.3.3, o trabalho de checagem pressupõe a menção à palavra do outro – a fontes de comprovação – o que possibilita a observação de dois modos de gerir a palavra alheia – a paráfrase e a metáfrase – como modalidades enunciativas identificáveis em práticas letradas digitais de agências de *fact-checking.*

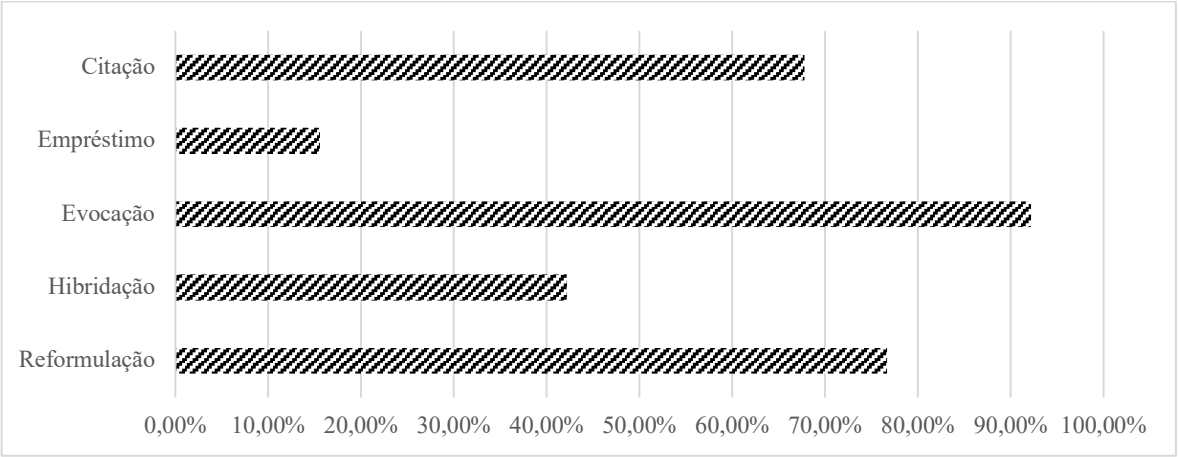
Como compreender a pertinência dessas modalidades enunciativas em foco quando estudadas no âmbito de uma reflexão sobre fontes? Essas modalidades são desenvolvidas em pesquisas sobre escrita acadêmico-científica. Entretanto, por perceber a relação intrínseca entre a prática de *fact-checking* e uso de fontes de comprovação, decidi investigar o uso dessas fontes como modos de menção ao discurso de outrem, naquilo que servirá de fundamento para as checagens feitas pelas agências.

Assim, proponho que (1) a apropriação dos modos de inserção dessas fontes no texto escrito das agências (compreendidas com modos de inscrever o outro no discurso), (2) a observação da gestão enunciativa, a partir da metáfrase e da paráfrase, a partir dessas inserções, e (3) os referentes mobilizados pelas agências como forma de comprovação (no estabelecimento de uma tipologia dos documentos utilizados como fonte jornalística) sejam tomados num

movimento metodológico, numa lógica de apreensão do fenômeno estudado, considerando-se as relações linguístico-discursivas em práticas de textualização.

Discuto, a seguir, alguns resultados da pesquisa, começando pelas formas de inserção dos discursos nas sequências textuais escritas das notícias.

Gráfico 1 – Taxa das formas em relação às apropriações totais



Fonte: elaboração própria

Quando observamos, na densidade textual,[154] conforme o Gráfico 1, a taxa das formas em relação às apropriações totais, é possível notar que as três agências marcam uma preferência pela evocação (92%), seguida da reformulação (76%). Em terceiro lugar, temos a citação (67%), hibridação (42%) e, por último, o empréstimo (15%). Os dados sugerem que a preferência da evocação como inserção da palavra alheia pode estar relacionada ao próprio processo de checagem de fatos. É sabido que, nessa prática, busca-se sempre oferecer uma possibilidade de consulta de fonte – via hiperlink, conforme mencionado – para comprovação da verdade (ou da mentira) qualificada pelas agências e publicada aos sujeitos leitores. Como a evocação é uma forma que tende à interpretação metafrástica de trazer a palavra alheia ao texto, não é surpresa que, em segundo lugar, observemos uma preferência pela utilização da reformulação. Evoca-se para mostrar que o discurso não se constrói no vazio argumentativo, e reformula-se para reforçar que o trabalho não é distante de quem faz a checagem.

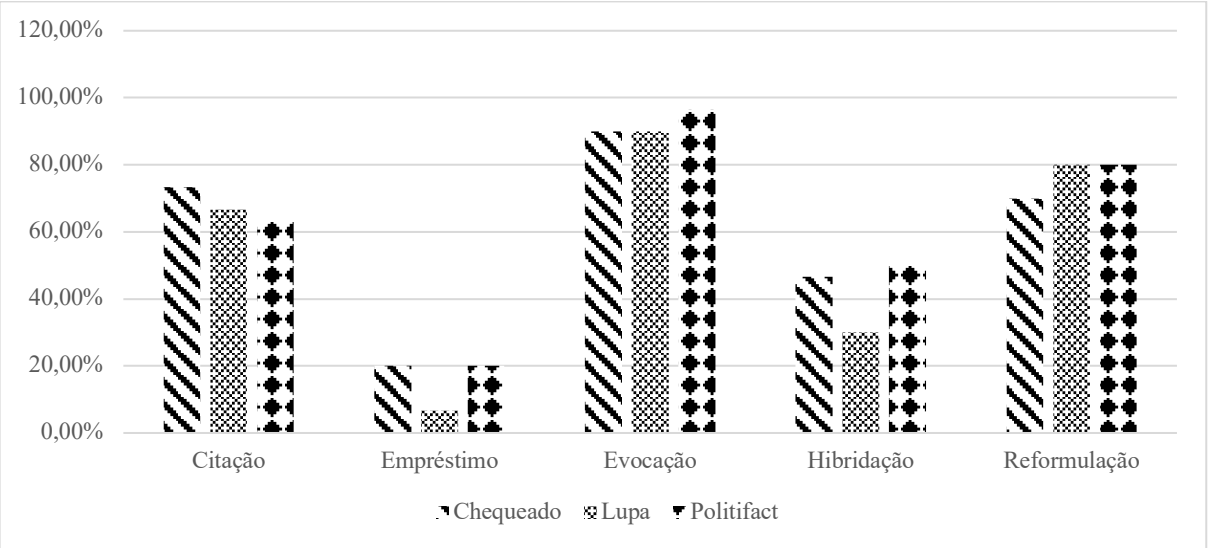
Num cenário em que colocaríamos a citação como forma mais apropriada para garantir que a palavra alheia seja transmitida do modo mais fidedigno possível (supondo-se que o sentido permaneça na forma), essa forma aparece em terceiro lugar na relação com as demais.

[154]Avaliação da densidade permite observar, em termos percentuais, a recorrência das categorias, sem ter de atingir o limite máximo de porcentagem.

A frequência também é expressiva. Por fim, no caso da hibridação e do empréstimo, é possível atribuir a baixa escolha por essas formas a um ideal de objetividade na apresentação do que é falso no texto, pois talvez não seja interessante "mesclar" o discurso do escrevente ao discurso do opositor – cujo objeto de checagem é, na origem, falso. No entanto, o que podemos depreender dessas ocorrências nas sequências textuais em que precisamente as hibridações e os empréstimos foram mobilizados? Houve, no material, uma maior mescla entre vozes quando a voz eleita para fundamentar a notícia checada era vinculada, na maioria das vezes, a *autoridades oficiais*.

Em seguida, comento como as modalidades de apropriação têm um papel importante no modo como as agências trazem o discurso do outro para seu texto. Esses papéis serão decisivos para propor certos procedimentos metodológicos que não necessariamente foram explicitados pelas agências, mas que igualmente funcionam em todos os seus movimentos analíticos. O Gráfico 2 ilustra a taxa das formas preferidas em cada agência de checagem.

Gráfico 2 – Taxa das formas entre as agências de *fact-checking*



Fonte: elaboração própria

De modo geral, esses dados acompanham as apropriações totais. É possível observar, em (2), excertos de cada uma das agências para cada uma das formas de apropriação enfocadas[155]:

[155]Para retomar o que foi explicitado na seção metodológica, mantenho o sublinhado na indicação de hiperlinks. A ideia é compreender a aparição desses hiperlinks junto à forma/modalidade enunciativa evocada nos excertos.

(2) Citação

a. “Incluso, según la revista científica The Lancet, ‘cientificos de múltiples países han analizado genomas del agente causal y los resultados concluyen, de forma abrumadora, que el origen está en la vida silvestre” (C-T19-abr).

b. “‘A principal mucosa onde se instala o vírus é a nasofaringea e essa não é uma zona acessada pela água que bebemos’, afirmou Gabriela Abelenda, do Serviço de Doenças infecciosas do Hospital Universitário de Bellvitge, à plataforma de fact-checking Newtral.es” (L-T07-mar).

c. “In a March 2 interview with Fox News host Laura Ingraham, McCarthy claimed Pelosi ‘withheld the bill last week. You know why? So the DCCC could run ads gainst seven Republicans’” (P-T27-mar).

Empréstimo

a. “La web, que figura en listado de sítios dedicados a generar contenidos falsos elaborado por Chequeado, le permite al público fabricar noticias inventadas para hacer ‘bromas’” (C-T11-mar).

b. “A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública de Goiás classificou o texto que circula pelo WhatsApp como ‘fake news’” (L-T22-mar).

c. “The person who tweeted the made-up quote, Dan Lyons, describes himself on this Twitter account as an ‘inventor of fake news’” (P-T27-mar).

Evocação

a. “El video también fue verificado por el sitio de fact-checking español Maldito Bulo y por AFP Factual, el área de la agencia de noticias francesa dedicada al fact checking” (C-T01-fev).

b. “Em vídeo divulgado no Youtube, um representante do órgão fez uma demonstração utilizando dois equipamentos de fato utilizados pela PRF” (L-T04-mar).

c. “In May 2018, the top White House official in charge of the U.S. response to pandemics left the administration” (P-T03-fev).

Hibridação

a. “Respecto a los cuidados con las comidas, la Organización Mundial de la Salud (OMS) sólo recomienda manipular con cuidado ‘la carne, la leche o los órganos de animales crudos para evitar la contaminación de alimentos no cocinados’ y evitar el consumo de productos animales crudos o poco cocinados” (C-T03-mar).

b. “O infectologista Paulo Santos, da Sociedade Brasileira de Infectologia, confirma que o vírus sobrevive ‘várias horas, às vezes dias, em qualquer tipo de superfície’, embora não seja possível estabelecer o tempo exato da vida desse vírus fora do corpo” (L-T10-mar).

c. “A CDC fact-sheet describing common human coronaviruses said most people contract some type of coronavirus during their lives and that the more common strains ‘usually cause mild to moderate upper-respiratory tract illnesses, like the common cold’” (P-T01-fev).

Reformulação

a. “De acuerdo con los Centros para el Control y Prevención de Enfermedades (CDC, por sus siglas en inglés) de los Estados Unidos, tomar suplementos de vitamina C regularmente reduce el riesgo de contraer un resfriado entre las

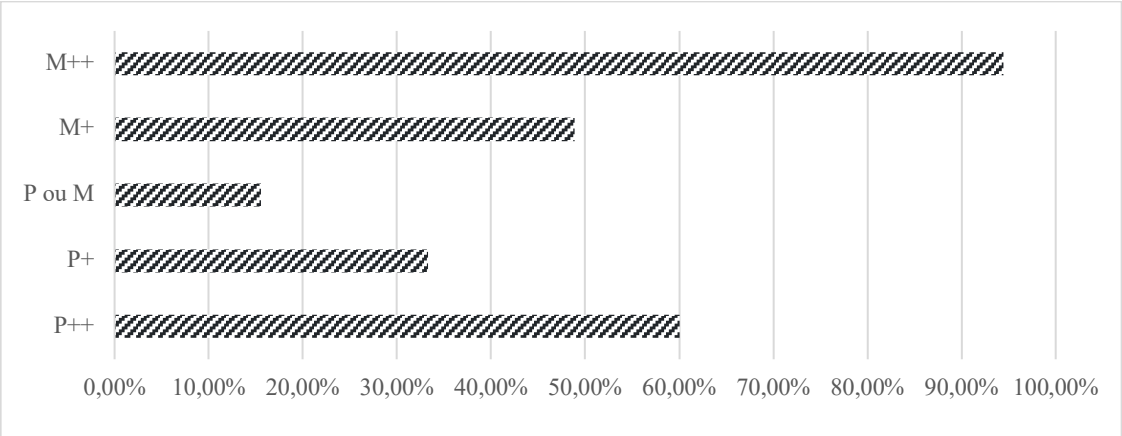
> personas que realizan ejercicio físico intenso, pero no en la población general" (C-T03-mar).
>
> b. "A série de imagens comparava a paisagem da praia de Copacabana, na altura do Posto 5, antes e depois de uma ressaca que reduziu significativamente a faixa de areia" (L-T29-mar).
>
> c. "But some health experts have cast doubt on that prediction, saying there's no guarantee the virus will cease infecting people in the summer" (P-T30-mar).

Comento, assim, como essas formas se comportaram entre as agências. No que diz respeito à forma mais frequente, evocação, Chequeado (90%) e Lupa (90%) obtiveram quase a mesma frequência de ocorrências; no caso da Politifact (96,67%), há ligeiro aumento em relação às outras duas. Essa diferença não é expressiva e reforça a suspeita de que as agências operariam, textualmente, da mesma forma, com efeitos parecidos, uma vez que aderem, as três, às recomendações metodológicas da IFCN. Em seguida, temos a reformulação, mas a proporção, desta vez, foi inversa em relação à outra categoria: é a Chequeado (70%) que apresenta menos frequência dessa forma, em relação à Lupa (80%) e Politifact (80%).

No que se refere à citação, é possível afirmar que Chequeado (73%) apresenta a maior frequência, seguida da Lupa (66%) e da Politifact (63%). É possível ainda observar maior destaque da hibridação mobilizada pela Politifact (50%), seguida da Chequeado (46%) e da Lupa (30%). Enfim, mesmo que o empréstimo seja o menos frequente, com Chequeado (20%) e Politifact (20%), percebemos que Lupa obteve o menor número (6%). Essa frequência pode ser explicada na qualidade de estilo preterido, uma vez que a junção das formas citação, evocação e reformulação são quase proporcionais, quando se olha somente para Lupa.

A descrição das formas é útil para compreender, de um ponto de vista linguístico, indícios, nos textos, do estilo de preferência na retomada da palavra do outro; o que fará a análise ser mais refinada será sua relação não somente com as modalidades de inserção do discurso, mas também como essas modalidades aparecem quando as agências escolhem determinado referente em busca de provar sequências textuais problemáticas. O Gráfico 3 apresenta a taxa das modalidades em relação às apropriações totais.

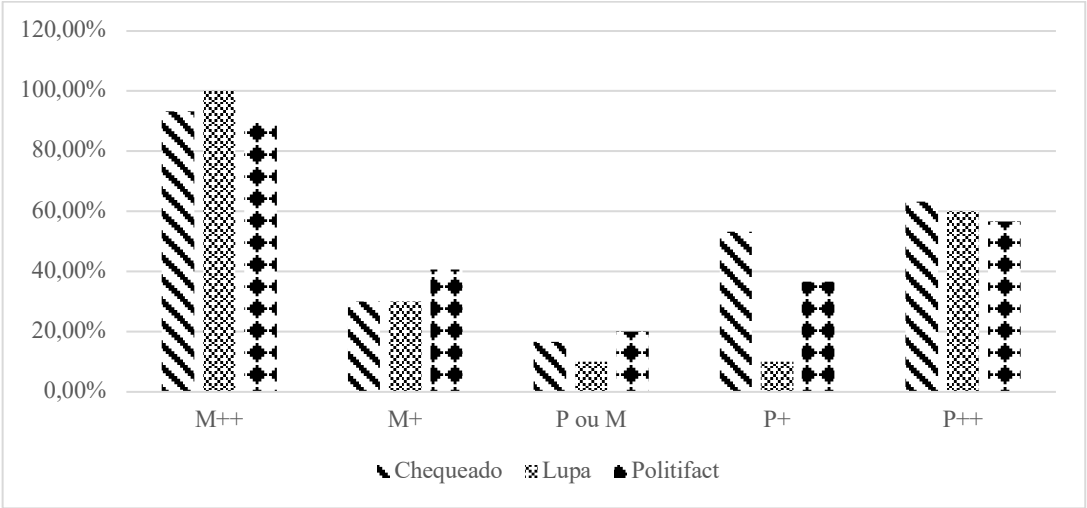
Gráfico 3 – Taxa das modalidades em relação às apropriações totais



Fonte: elaboração própria

É possível identificar que a metáfrase evidente (M++) é a mais utilizada no *corpus* analisado (94%). Contudo, ainda que com menos expressividade, quem aparece em segundo lugar é a paráfrase evidente (P++), com 60%. Essa polarização permite uma reflexão interessante sobre como as duas modalidades são utilizadas na publicação do processo de checagem das agências (cf. seção 6.2). Há também grande número de ocorrências de M+ (48%), seguida de P+ (33%). As sequências em que não foi possível identificar à qual modalidade elas correspondiam (P ou M) foi de somente 15%. Houve, notadamente, uma preferência à metáfrase – portanto, à apropriação do discurso alheio em termos do discurso da agência reger esse discurso outro, observando-se, também, o lugar expressivo da paráfrase nesse processo. A seguir, o Gráfico 4 oferece a taxa das modalidades entre as agências de *fact-checking*.

Gráfico 4 – Taxa das modalidades entre as agências de *fact-checking*



Fonte: elaboração própria

É possível observar, no conjunto de enunciados (3), a seguir, excertos dessas modalidades enunciativas em cada agência estudada.

(3)

M++ (metáfrase evidente)

a. “Al mismo tiempo, Jasarevic aseguró a AFP que tampoco hay evidencia de que esas recomendaciones sean efectivas” (C-T02-mar).

b. “A base do projeto é uma outra vacina que acaba de ser desenvolvida pelos seus pesquisadores, capaz de combater um tipo de coronavírus responsável pela bronquite infecciosa das galinhas - doença que, como o próprio nome sugere, afeta somente aves” (L-T09-mar).

c. “Other manufacturing sectors have been similarly affected” (P-T06-fev).

M+ (metáfrase)

a. “Lo mismo señalaron las 3 principales empresas de telefonía en una verificación publicada por Chequeado sobre otra cadena viral en WhatsApp que también alarma sobre ‘sistemas colapsados en otros países’” (C-T08-mar).

b. “Ela ilustra uma reportagem do site Guarulhos Hoje, publicada em 30 de setembro de 2019 com o título ‘Moradora reclama de baile funk no jarfim Okuyama’” (L-T25-mar).

c. “Health officials say one of the best ways Americans can prevent the spread of the 2019 coronavirus is to clean their hands” (P-T10-mar).

P ou M (paráfrase ou metáfrase)

a. “La Organización Mundial de la Salud (OMS) señala que ‘hasta la fecha se desconoce la fuente del SARS-CoV-2’, aunque todos los datos disponibles sugieren que ‘tiene un origen animal y no es un virus creado en laboratorio’” (C-T22-abr).

b. “Em entrevista à Rádio Bandeirantes na segunda-feira (16), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que o Brasil é um país ‘sem fronteiras’ e que não há ‘espaço na lei’ para que isso ocorra” (L-T13-mar).

c. “Sen. Ted Cruz, R-Tex., said in a statement on March 8, 2020, that he ‘briefly interacted’ with the infected person while at CPAC and would self-quarantine at his Texas home ‘out of an abundance of caution’” (P-T26-mar).

P+ (paráfrase)

a. “De hecho, la OMS señala que el virus que produce la enfermedad COVID-19 ‘puede transmitirse en cualquier zona, incluídas las de clima cálido y húmero’” (C-T09-mar).

b. “A Polícia Civil do estado também relatou que ‘nenhum fato semelhante foi reportado aos superiores’” (L-T95-abr).

c. “Vatican spokesman Matteo Bruni dismissed the coronavirus speculation, telling journalists that there’s no ‘evidence that would lead to diagnosing anything but a mild indisposition’” (P-T45-mar).

P++ (paráfrase evidente)

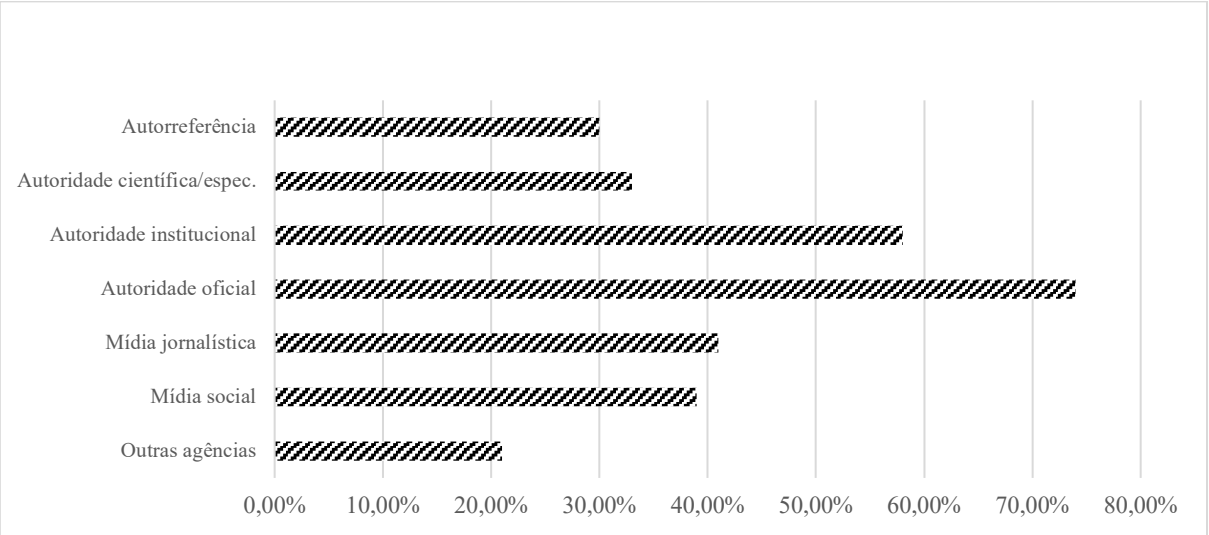
a. “Este medio se comunicó con Walter Romero, doctor en Letras y docente de la cátedra de Literatura Francesa de la Universidad de Buenos Aires (UBA), quien aseguró: ‘He dictado varios cursos de Camus y yo no reconozco esa

> frase. Además, la estructura del enunciado no parece proveniente de Camus'" (C-T27-abr).
>
> b. "No Twitter, Leite se pronunciou sobre essa informação falsa: 'Estão espalhando fotos minhas de muito antes da pandemia dizendo que estou fazendo turismo'" (L-T101-abr).
>
> c. "'Yes, there are quite a few papers on UBI and related methods. But most of them are in-vitro studies, while robust clinical trials are missing completely,' Ernst wrote in an April 25 blog post" (P-T135-abr).

À semelhança do movimento anterior – com as formas de inserção –, não há uma significativa discrepância de frequência entre as agências nas modalidades M++ (Chequeado, com 87%, Lupa com 100% e Politifact com 90%), P++ (Chequeado com 63%, Lupa com 60% e Politifact com 57%), P ou M (Chequeado com 16%, Lupa com 10% e Politifact com 20%) ou M+ (Chequeado com 30%, Lupa com 30% e Politifact com 41%). A oscilação acontece somente com P+, em que, embora Chequeado apresente 53% e Politifact, 37%, Lupa apresentou somente 10%. Não são dados significativos, uma vez que essa oscilação está prevista no contínuo, isto é, trata-se de paráfrases que não foram tão evidentes quando às outras, deixando ao analista uma interpretação mais metafrástica à suposição evidente de que os seguimentos em questão fossem, de fato, parafrásticos.

Observemos, agora, no Gráfico 5, a taxa de referentes mobilizados pelas agências. É preciso reforçar que essa identificação não foi feita de modo automático, somente clicando no hiperlink que foi oferecido pela agência. Essas categorias já levam em conta a apreensão da fonte no funcionamento textual: resta ao analista categorizar determinada sequência textual, sabendo que essa categorização passou por outra análise, a de verificar como a mobilização dessa fonte é feita (em termos de fonte de comprovação) no texto para, só então, considerá-la a partri de uma categoria.

Gráfico 5 – Taxa de referentes mobilizados pelas agências de *fact-checking*



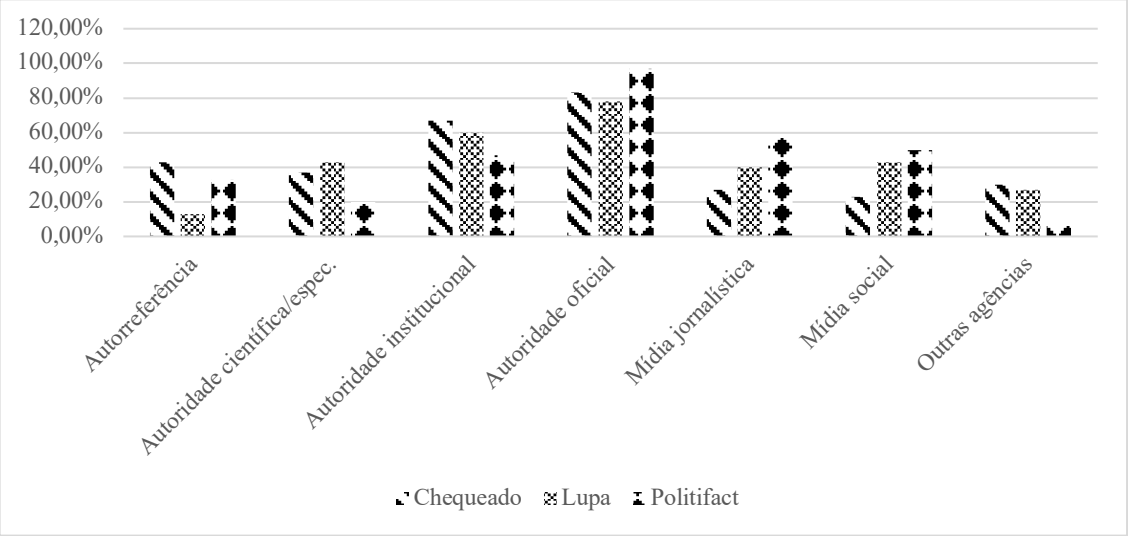
Fonte: elaboração própria

Há predominância da autoridade oficial (74%), seguida de autoridade institucional (58%) dentre os principais referentes de que se valem as agências. As agências estabelecem o verdadeiro ou o falso do texto a partir de dados oficializados por governos (em pastas de saúde) e instituições (também dedicadas, em sua maior parte, à saúde). Em seguida, tem-se a mídia jornalística (41%) e a mídia social (41%) à frente das autoridades científica/especializada (33%) e autorreferência (33%); outras agências aparecem com 21% de relevância de menção.

Há um caráter metajornalístico com a qual as agências trabalham, superando, até mesmo, em tempos de pandemia, as autoridades científicas/especializadas, a quem atribuiríamos maior confiança quando o assunto é fonte de comprovação de um problema sanitário em nível pandêmico. O sujeito leitor poderia pressupor que, nessa mídia jornalística, poderiam haver fontes de autoridade científica – entretanto, a metodologia evitou esse equívoco e, de fato, mídias jornalísticas são utilizadas seja para reforçarem alguma checagem – ou mesmo reforçarem checadas feitas por si próprias, como vemos na autorreferência –, seja para desmentirem o que outra mídia publicou. Observa-se, assim, uma complexidade enunciativa do acionamento de fontes no *fact-checking*.

Não é objetivo deste estudo avaliar as intenções – que poderiam ser diversas e nem sempre recuperáveis – dos modos de posicionamento no enfrentamento à desinformação. Trata-se de descrever e interpretar como as agências mobilizam o referente no funcionamento do texto publicado. Vejamos o Gráfico 6:

Gráfico 6 – Taxa de referentes mobilizados entre as agências de *fact-checking*



Fonte: elaboração própria

Observemos excertos dessas categorias em funcionamento no texto, conforme o conjunto de enunciados (4):

(4) Autor-referência

a. “Como se explicó en esta nota, muchas veces la línea que separa el humor y la desinformación en las redes sociais es delgada” (C-T28-abr).

b. “Como a Lupa noticiou na última sexta-feira, o resultado foi positivo, mas o estudo é bastante preliminar: a amostra é pequena, a seleção de pacientes não foi randomizada e ainda não houve revisão de outros cientistas” (L-T35-mar).

c. “PolitiFact has fact-checked a variety of false cures and ways to prevent coronavirus infection” (P-T30-mar).

Autoridade científica ou especializada

a. “Consultado por el portal peruano de fact-checking Ojo Público, el médico infectólogo Luis Pampa, asesor del Colegio Médico del Perú, explicó que ‘no hay suficiente rigor científico para concluir que el ibuprofeno se asocie a la mortalidad. Y para estudiar ello, se necesita hacer un efecto causal, un estudio de casos y controles. Y eso no hay hasta el momento, sólo son observaciones individuales’” (C-T05-mar).

b. “Na semana pasada, um grupo de pesquisadores da Universidade de Aix-Marseille, no sul da França, divulgou um estudo clínico sobre o uso de hidroxicoloquina e azitromicina no tratamento da Covid-19” (L-T63-abr).

c. “Influenza, for example, thrives in dry, cold weather, which is one reason the lu season typically spans from fall to spring” (P-T80-abr).

Autoridade institucional

a. “En tanto, la OMS agrega, en un documento reciente, que se debe ‘asegurar que el personal mortuorio y el equipo funerario apliquen precauciones estándares en todo momento (es decir, realizar la higiene de las manos, la limpieza ambiental) incluído el uso adecuado de EPP, como delantal de manga larga, guantes y protección facial” (C-T17-abr).

	b. “A assessoria de imprensa do Atacadão informou, por e-mail, que a empresa não fará esse tipo de doação” (L-T23-mar).
	c. “But more srious strains have emerged over the last two decades, such as severe acute respiratory syndrome, or SARS, which spread across the globe in 2003” (P-T45-abr).
Autoridade oficial	a. “Sin embargo, ‘esa entrega de caja alimentos’ en esos establecimientos fue desmentida por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación en las redes oficiales y en la cuenta del ministro Daniel Arroyo” (C-T16-mar).
	b. “Lavar as mãos com agua e sabão ou com álcool em gel 70% é suficiente para eliminar o vírus, segundo o Ministério da Saúde” (L-T05-mar).
	c. “According to the Centers for Disease Control and Prevention, the best ways to prevent the 2019 coronavirus are yo wash your hans with soap and wáter, avoid touching your face, avoid close contact with sick people, cover your coughs and sneezes, and disinfect surfaces in your home daily” (P-T65-abr).
Mídia jornalística	a. “Esto también fue relatado en Twitter por el periodista de OPI Santa Cruz, Francisco Muñoz” (C-T12-mar).
	b. “Embora Lima seja eleitor de Bolsonaro e, recentemente, tenha aparecido em fotos com o filho mais novo do presidente, Jair Renan, ele raramente fala sobre política no Twitter” (L-T32-mar).
	c. “In the United States, there have been 938 confirmed cases and 31 deaths” (P-T56-mar).
Mídia social	a. “El mismo Pesaresi reconoció em um segundo video que había dejado esos cargos en 2002 y 2017” (C-T09-mar).
	b. “Por se tratar de um conteúdo antigo, o Twitter decidiu, na segunda feita (23), apagar a postagem do ministro, uma vez que viola as regras de uso da rede social e pode colocar pessoas em risco” (L-T54-abr).
	c. “The Twitter account, @BBCNewsTonight, is not affiliated with the British Broadcasting Co. and appears to have been suspended (P-T29-mar).
Outras agências	a. “El uso de barbijos y mascarillas médicas está sólo recomendado para las personas que trabajan en clínicas y hospitales, en aquellas que tengan síntomas respiratorios o si se cuida de alguien que pueda llegar a tener el virus, como se explicó en esta nota” (C-T01-mar).
	b. “Uma versão semelhante dessa checagem foi feita pelo Boatos.org” (L-T78-abr).
	c. “The fact-checking organization Snopes aldo knocked down a similar claim about black people being genetically resistant to the coronavírus” (P-T25-mar).

Diferentemente do que se viu nas proporções entre modos de inserção e modalidades enunciativas, ao olhar de forma detalhada os referentes mobilizados pelas agências, dados

interessantes podem ser discutidos. Pouca diferença é dispensada às autoridades oficiais (Chequeado com 83%, Lupa com 78% e Politifact com 97%) e às autoridades institucionais (Chequeado com 67%, Lupa com 60% e Politifact com 47%). Contudo, no que se refere, por exemplo, à autorreferência, a Lupa é agência que menos se autorreferencia (13%). Quanto à autoridade científica/especializada, é a Politifact (20%) que não parece dispensar atenção em consultar fontes diretas a respeito de problemas cuja demanda seria feita por esse tipo de autoridade. Além disso, a mídia social parece ter menos peso na Chequeado (23%). Por fim, a mídia jornalística é bem mais utilizada pela Politifact (57%) e, na remissão a outras agências, a mesma agência faz esse movimento em somente 7%, frente à proporcionalidade entre Chequeado (30%) e Lupa (27%).

6.2 Fontes e construção da verdade

De um ponto de vista que considera as práticas discursivas de leitura e escrita em contexto digital, o estudo da mobilização de fontes apenas pode ser produtivo se se compreender a maneira pela qual essa mobilização é feita para acionar a palavra alheia, em busca de fundamentar a checagem (verdadeira ou falsa). De que forma as remissões às palavras alheias (às fontes alheias) poderiam evidenciar, pois, outras práticas de checagem dessas agências em estudo?

Chartier (2021) argumenta que as condições de produção da verdade são, ao mesmo tempo, epistemológicas, discursivas e materiais. De acordo com o autor:

> As fontes [para história] não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos; no máximo, poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da *distorção específica* de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento histórico é possível (Ginzburg, 2002, p. 44-45)" (Chartier, 2021, p. 26, grifo próprio).

Assim, para garantir "transparências" das informações, as agências recorrem a essas fontes sem levar em conta uma "distorção" que lhes é específica. As autoridades oficiais e institucionais – referentes mais frequentes feitas por elas no *corpus* em análise – são fontes que ainda pertenceriam ao que Lecheler e Kruikemeier (2015) definem como "fontes elite", que seriam fontes pertences à mídia tradicional (controlada ou não por poderes estaduais ou financeiros), com métodos ditos tradicionais. Naquele contexto, a pesquisa sugeriu que, quando

se trata de fontes *on-line* – caso da maioria das fontes de agências de *fact-checking* –, jornalistas tendem a se inclinar para fontes de elite, mantendo técnicas tradicionais de obtenção de notícias.

Nessa pretensão de transparência e de recorrência a fontes elitizadas, tais fontes podem ser ignoradas por potenciais leitores, tendo em vista, inclusive, o contexto de cada uma das agências em estudo. Wahnich (2022), numa análise dos discursos de autoridade na pandemia em 2020, argumenta que Donald Trump (então presidente dos Estados Unidos) assumiu tom hiperbólico e tentou integrar o discurso científico da época para minimizar os efeitos da pandemia; Jair Bolsonaro (então presidente do Brasil) assumiu o mesmo tom, filiando-se à ciência "alternativa" não comprovada – vide, por exemplo, a defesa, realizada diversas vezes, dos usos alternativos para curar o vírus da covid-19. Por fim, Wahnich (2022) ainda pontua que Alberto Fernández (então presidente da Argentina) assumiu, à época, um discurso mais alinhado à necessidade de transparência de medidas sanitárias como resposta à má-fé política, resultante, dentre outros aspectos, conforme mencionado por Riera e Zommer (2020), de acontecimentos políticos de desconfiança entre opositores, que foram recorrentes nas últimas décadas naquele país.

Portanto, considerando o tom assumido pelas autoridades da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos, nos discursos proferidos à medida que a pandemia avançava, a recorrência predominante a fontes mais "institucionalizadas" ou "elitizadas" pode ser entendida da mesma forma como se entende o contexto da pós-verdade, uma vez que a existência do que seria uma espécie de supremacia ideológica pressuporia que "seus praticantes estão tentando obrigar alguém a acreditar em algo, havendo ou não boas evidências para isso" (McIntyre, 2018, p. 12), argumento que pode se voltar contra os defensores da prova (jornalistas de *fact-checking*). A mobilização dessas fontes em estudo (1) ofereceria uma solução aos ajustes morais de quem na ciência acredita, ao mesmo tempo em que (2) imporia um problema a quem sempre irá rejeitá-las, conforme o "ecumenismo solipsista do sujeito" (cf. Corrêa 2020).

Apresento uma reflexão sobre esse segundo ponto. Esse sujeito que irá rejeitar a mobilização dessas fontes está, de algum modo, previsto na reflexão sobre leitura em contexto digital, feita por Corrêa (2020), para quem a leitura solipsista seria aquela cujo autocentramento máximo na interpretação de um texto caracterizaria "uma prática de não afetação pelo que se lê e pelo que se ouve, generalizada nas redes sociais, mas também atestada já na leitura praticada na escola" (Corrêa, 2020, p. 78). O linguista afirma que a observação da distribuição desse tipo

de leitura levou-o a cunhar a expressão "ecumenismo solipsista"[156] para referir-se a uma prática em que um indivíduo, concebido discursivamente enquanto consumidor de certezas, "dessemiotiza a partilha dos signos, deixando escapar a polêmica, para reinvesti-los do mesmo que ele atribui só a si, ficando a diferença e a alteridade como sobras descartadas" (Corrêa, 2020, p. 78). Esse posicionamento discursivo poderia, do meu ponto de vista, explicar constantes rejeições de alguns sujeitos a fatos (científicos ou não) que desafiam as (suas) próprias crenças.

Se a virtude discursiva é a disposição do agente-falante – entendido como sujeito da linguagem – para produzir enunciados ajustados a valores, a maneira de dizer o estado de coisas (como observado pelo jogo entre paráfrase e metáfrase e pela preferência desta àquela) e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade (como comentado, na projeção de uma figura "dona" das palavras, que oferece à sociedade o papel de salvadora das mentiras), sua existência pode ser atestada com base na mobilização de fontes de comprovação, visto que a não negociação de seus valores institucionais, reforçados nessa e nos outros procedimentos discursivos, opera segundo um movimento de recusa de plasticidade axiológica, possibilitando a constatação, em negativo, da existência mesma dessa plasticidade.

Retomando, portanto, a hipótese de que, considerando o trabalho de checar a veracidade de fatos, a escolha de certas fontes (em detrimento de outras) e o modo pelo qual são mobilizadas e referenciadas no texto podem revelar critérios subjacentes que estabelecem a verdade (ou a falsidade) no texto, pode-se dizer que está comprovada nesta pesquisa, o que permite compreender outro "não-dito", o de que *a verdade somente poderia ser avaliada se houver predominância de fontes legitimadas por camadas "elitizadas" de produção de notícia.* É importante ressaltar o *acesso problemático ao fato*, para não se relativizar a "verdade" a menos que essa possa ser superada por método científico: o que é assumido como "verdadeiro" será sempre produto de uma disputa discursiva.

Na análise dos dados, não trabalhei o modo como as agências integram, argumentativamente, as fontes. Sabe-se que uma autoridade oficial pode ser utilizada como reforço de uma informação já comprovada por meio de outra fonte, ou ainda como uma autoridade especializada; sabe-se, também, que a autorreferência feita pelas agências ora teria

[156]Nas palavras do autor, "ecumênico" porque filosoficamente considerado como distribuído e generalizado, e "solipsista" porque "é o próprio sujeito que considera que a única realidade é aquela reconhecida pelo seu eu" (Corrêa, 2020, p. 75).

função de evocar o trabalho feito, ora a de reforçar uma fonte encontrada em outro lugar, por exemplo, numa autoridade oficial.

Por fim, avaliar a mobilização de fontes de comprovação em notícias publicadas por agências de *fact-checking* é lidar com a complexidade enunciativa (Authier-Revuz, 1990), na observação de um conjunto de não-coincidências entre categoria proposta para apreensão da fonte e modo por meio do qual a remissão à fonte é realizada. Se, por um lado, a observação dessas fontes para o pesquisador nem sempre é coincidente com o que o hiperlink sugere, por outro lado, essa não-coincidência pode provocar efeitos importantes para o leitor, quanto à projeção visada, quanto ao(s) outro(s) levado(s) em conta em sua recepção (sempre ativa) do texto escrito. Assim, tais critérios "presumidos" atuantes na produção de sentidos também podem ser úteis para a compreensão de concepções de texto das agências em estudo.

7 CONCEPÇÕES DE TEXTO DAS AGÊNCIAS DE *FACT-CHECKING*

Neste estudo transversal, a hipótese de pesquisa não implicava a constatação inequívoca de que existiriam diferenças no modo de textualização multissemiótica das agências em destaque. Essa constatação está na própria definição do terceiro objetivo, em que, considerando o contexto sócio-histórico no qual as agências são inscritas, assinalaria-se eventuais diferenças entre elas. O que foi observado, entretanto, é que todas as categorias analíticas propostas – observação de *oscilações*, de *flutuações* e de *modalidades enunciativas* – puderam ser flagradas semelhantemente nas três agências. No plano da chamada superfície textual, as maneiras por meio das quais as agências textualizam suas práticas são diferentes, mas não suficientemente distintas, quando se observam condições sócio-históricas de sua produção.

Reafirmo as nuances percebidas em termos de estruturação multimodal: a agência argentina Chequeado tem tendência à utilização de um efeito metonímico na consideração do objeto de checagem enquanto objeto de discurso. Segue o padrão manchete > imagem > análise. A agência brasileira Lupa, por sua vez, tem tendência à utilização de um efeito de literalidade na consideração do objeto de checagem em seu texto escrito, além de ter o padrão imagem > manchete > análise. A agência estadunidense Politifact, por fim, assume o padrão manchete > análise > imagem, oferecendo, na apropriação do objeto de checagem como objeto de discurso, uma medição qualitativa – em termos de etiquetas – para situar o sujeito leitor da notícia publicada. Estruturalmente, portanto, operam com diferenças.

Entretanto, em termos dos critérios "não explícitos" ou "presumidos" (Corrêa, 2011), em todas, foi possível observar (1) no primeiro eixo de reflexão, o fato de que nada, num objeto de checagem, deveria escapar da análise empreendida como forma de resposta a demandas de uma projeção de leitor; (2) no segundo eixo de reflexão, o fato de que há uma tendência de flutuação metodológica nas agências, que projetam uma figura inconteste no cenário da desinformação e (3) no terceiro eixo de reflexão, o fato de que a verdade apenas poderia ser socialmente validada quando da menção a fontes estabilizadas.

Nas três agências em estudo – Chequeado, Lupa e Politifact – a concepção que emerge de práticas letradas digitais é aquela em que o texto, enquanto produto, não se confunde com o contexto, enquanto aspectos "extralinguísticos" em função dos quais o texto não estaria, *a priori*, relacionado. Trata-se de uma constatação que ainda merece aprofundamento, na investigação das diferentes culturas dos países em estudo. Essa concepção é semelhante àquelas identificáveis no que Koch (1997), a partir dos estudos da linguagem, definiu como "primeiro e segundo momentos" de desenvolvimento de estudos sobre o texto: propostas que teorizaram

o objeto texto ora como cirscuncrito a uma teoria de frase ampliada, ora como restrito a certas regras de produção de falantes, visando à generalização de fenômenos, estabelecendo que tais regras seriam capazes de descrever todos os textos possíveis de uma língua natural.

Para o que interessa a este trabalho, seria forçoso dizer que há uma concepção estritamente estrutural de texto nas agências. Mesmo que explicitamente as agências afirmem selecionar "frases" ou "declarações", sempre levam em consideração outros aspectos – que poderiam ser tomados como "extralinguísticos" – em suas práticas letradas digitais. Na Chequeado, por exemplo, ao assumir que ponderam a "relevância" para "alocar a frase em contexto", a agência está levando em conta aquilo que a Lupa chama de "que barulho faz" ou aquilo que a Politifact chama de "parecer" ou "soar" errado. Trata-se do reconhecimento das três agências a respeito das "influências" – em termos de perspectivas, antecipações, até um jogo de expectativas entre sujeitos – do "contexto" na avaliação da "frase".

Busquei argumentar, de uma perspectiva etnográfico-discursiva, que as agências, além de operarem com oscilações de análises de modos semióticos, com flutuações metodológicas e com posicionamentos enunciativos apreendidos na gestão enunciativa das modalidades que utilizam para trazer as fontes alheias a seu trabalho, não trabalham com uma concepção consistente de texto escrito, com consequências. Logo, enquanto, nos estudos que se dedicam ao texto e ao discurso, a lacuna entre "texto" e "contexto" (conforme aponta Lillis, 2008) parece se dirigir à superação ou à crítica, as agências ainda operam com concepções em desuso, que não consideram o contexto sócio-histórico de produção como *estruturante* de seu *acontecimento* – nos termos de Pêcheux (1990). Trata-se de considerar, ainda, a heterogeneidade de seus dizeres e de sua própria constituição como sujeitos da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, busquei investigar concepções de texto que emergem do trabalho de checagem de três agências de *fact-checking* de três países diferentes: Chequeado, da Argentina, Lupa, do Brasil, e Politifact, dos Estados Unidos. Considerando-se que, no combate à (des)informação em mídias sociais, as agências buscam analisar se uma informação é falsa a partir de um texto outro – objeto de checagem –, procurei defender a tese de que *embora tais agências explicitem e publiquem e seus sites certos critérios metodológicos adotados e reconhecidos internacionalmente, há critérios outros – "não explícitos" – que podem ser assumidos e que orientam essas práticas de investigação. Orientam, portanto, um modo de definir (o conceito de) verdadeiro ou falso na notícia publicada*. Assim, procurei refletir sobre critérios metodológicos que levassem em conta a problematização de procedimentos discursivos no reconhecimento do que é "verdadeiro" ou "falso" no/do texto e como, na recuperação desses procedimentos, seria possível identificar aspectos "presumidos" nas práticas analíticas de *fact-checking*.

Para lidar com um fenômeno multidimensional – o tratamento da (des)informação por agências de *fact-checking* –, propus o trabalho com uma perspectiva de interface, inspirada na proposta etnográfico-discursiva de Corrêa (1997), que conjuga pressupostos teóricos e metodológicos de três grandes áreas do conhecimento: os estudos de letramentos (*New Literacy Studies*) e a análise do discurso de linha francesa, articulandoo, ainda, teorias do campo das ciências sociais (comunicação social), que tratam do jornalismo, da prática de *fact-checking* e da compreensão social e histórica dos países em estudo.

Em primeiro lugar, no que se refere ao fenômeno da (des)informação, revisei alguns dos principais estudos da área da comunicação social e da linguagem, observando, do ponto de vista discursivo, ressalvas. Por exemplo, a crítica de que o fenômeno da desinformação está centrado no leitor pode ser produtiva para a área da linguagem, quando se trabalha com uma concepção dialógica das produções discursivas. Dessa perspectiva, não haveria "desinformação" *per se*, mas uma (des)informação como um processo discursivo, contrário ao mito da transparência de sentidos; processo de informar e desinformar que traria à tona a opacidade desse processo.

Em segundo lugar, no que se refere à compreensão da verdade em linguagem, revisitei filósofos que se dedicaram à compreensão da "verdade" dos enunciados, chegando à compreensão foucaultiana de verdade – enquanto conjunto de regras a serem descritas em busca de avaliar o que "conta" como verdade (ou mentira) num dado momento histórico –, identificando-a em estudos discursivos. Esses estudiosos, como Foucault, Chartier e Paveau,

preferem avaliar a veracidade das asserções, conforme também o fiz nesta tese, sem abandonar concepções de verdade que um pesquisador de determinada área – como a linguística – possa vir a assumir, sob pena de desconsiderar outros "discursos sobre a verdade" quando estes estivessem mais distantes daqueles com os quais um pesquisador teria mais afinidade. Nesse jogo valorativo, em que, nos termos de Angermuller (2019b), seria possível avaliar "qualidade normativa" desses discursos sobre a verdade, propus integrar, com base em Paveau (2015), o parâmetro ético na investigação linguístico-discursiva em busca de responder as questões de pesquisa. Foi possível compreender a checagem de fatos da pandemia de covid-19 como um acontecimento discursivo moral, uma vez que as notícias publicadas pelas agências em foco surgem como resposta a demandas de verificação de usuários inscritos em condições sócio-históricas similares entre esses países.

Em terceiro lugar, no que se refere aos estudos de letramentos e aos estudos discursivos, busquei compreender o *fact-checking* como uma prática letrada digital, com base, principalmente, em Lankshear e Knobel (2007; 2011), para quem a questão das diferentes formas de escrita advindas da constante atualização de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) tem papel importante na compreensão de formas textuais que funcionam na interface entre um espaço "digital" e um espaço "físico", na crítica a dicotomias idealistas. Busquei relacionar essa prática letrada digital às práticas orais/faladas e letradas/escritas (Corrêa, 1997), na indissociabilidade entre fatos linguísticos e práticas sociais. Essa aproximação possibilitou, também, enfrentar o problema das bases semióticas envolvidas em produções textuais escritas – neste caso, sob a forma de notícias publicadas pelas agências em estudo (da perspectiva de Kress; van Leeuwen, 2001), compreendendo-as, do ponto de vista de uma constituição heterogênea da escrita (Corrêa, 1997), como essencialmente multissemióticas. Não só a relação entre diferentes semioses foi levada em conta para a compreensão dessas produções textuais escritas, mas também a produtividade do conceito de "presumidos sociais" (Corrêa, 2011), que permite a apreensão de critérios "não explícitos" nessas práticas sociais letradas, atuantes no processo de produção de sentidos.

Acredito ter identificado esses aspectos "presumidos" a partir da problematização de três procedimentos discursivos, reconhecíveis com base no quadro teórico-metodológico proposto: *oscilações*, *flutuações* e *modalidades enunciativas*. Cada um desses procedimentos foi vinculado à construção de conceitos éticos – *discurso virtuoso*, *agente virtuoso* e *virtude discursiva*, respectivamente – em busca de compreender plasticidades axiológicas indissociáveis dos sujeitos e dos discursos, face ao acontecimento discursivo moral da checagem sobre a pandemia de covid-19. A possibilidade dessas relações só pode ser autorizada

com base na reflexão que considera uma linguística simétrica entre discurso e ambiente. Paveau (2015), fundamentada em filósofos da virtude e em outros pesquisadores, advoga em favor de categorias mistas, baseando-se na ideia de que "a própria realidade é mista e compósita e de que a sua descrição mais rigorosa possível não implica obrigatoriamente a discriminação categorial", argumentando que "as produções linguageiras, que são fatos, também estão impregnadas de valores, e é o conjunto assim formado que constitui as redes de nossos intercâmbios significantes" (Paveau, 2015, p. 358).

Com relação ao primeiro eixo de reflexão, observou-se que, na análise que fazem do objeto de checagem, transformando-se em objeto de discurso nessa prática de textualização, há *oscilações* entre o enfoque dado a diferentes modos semióticos na composição desses textos escritos. Essas oscilações podem ser lidas como índices da construção de um discurso virtuoso pelas agências de *fact-checking*. Portanto, o discurso é virtuoso se estiver ajustado à verdade vigente. As agências, ao priorizarem (1) certos conteúdos temáticos, que acompanham acontecimentos da realidade relacionados ao problema pandêmico e (2) certa oscilação entre modos semióticos na avaliação dos objetos de checagem, acabam por "deixar à vista" procedimentos de que estão se adequando, discursivamente, a uma moral vigente – a da valorização inconteste da ciência em tempos de crise pandêmica. Assim, de um ponto de vista etnográfico-discursivo, um primeiro critério "presumido" poderia ser o de que *nada, num objeto de checagem, deveria escapar da análise em busca de atender às demandas dos sujeitos leitores*. Face à heterogeneidade dos textos escritos, de natureza multissemiótica, esses sujeitos da linguagem – agências e usuários da tecnologia – têm de lidar com oscilações, na falta (constitutiva) de uma concepção consistente de texto.

Com relação ao segundo eixo de reflexão, observou-se que, na análise metodológica das agências, há *flutuações* entendidas como ponto de não-coincidência – nos termos de Authier-Revuz (1990) – entre o que as agências explicitamente dizem analisar e o que efetivamente analisam quando publicam seus textos escritos. Considerando-se que, numa avaliação metodológica termo a termo, a especialidade do *fact-checking* demandaria um olhar "de dentro" do jornalismo profissional, busquei observar, de um ponto de vista da linguagem, uma seleção de "conteúdo" e de fonte "original". Essas flutuações puderam ser compreendidas como uma tentativa de as agências construírem uma imagem de si enquanto agentes discursivos virtuosos, visto que, quando as agências reconhecem que estão alinhadas à IFCN – assim, ao código de princípios de uma instituição consolidada –, é possível nelas reconhecer uma tentativa de ajuste dos enunciados àquilo que acreditam ser boas práticas jornalísticas no domínio da verificação de informações. As flutuações seriam um procedimento discursivo produtivo para pensar esses

enunciados ajustados. Por essa razão, foi possível refletir sobre outro critério "presumido": o de que *na observação da tendência de as agências apresentarem flutuações nas decisões metodológicas, a falta de garantia de checagem completa do conteúdo acaba por projetar uma imagem contestável das agências, que se querem incontestes no cenário da desinformação*.

O terceiro eixo de reflexão dizia respeito à mobilização de fontes de comprovação, via gestão de modalidades enunciativas (paráfrase e metáfrase), no que se refere ao processo de produção de sentido em suas práticas letradas digitais. Ao observar as *modalidades enunciativas* enquanto procedimentos discursivos que permitem flagrar formas e apropriações do discurso alheio, observou-se como esses procedimentos desempenham papel importante na construção da verdade por meio de fontes, assegurando a virtude discursiva das agências, recuperada no movimento de recusa da (sua) plasticidade axiológica, que coloca em destaque, em negativo, a existência mesma dessa plasticidade. Dessa análise, obtive como resultado a constatação de outro critério "presumido": o de que *na mobilização de fontes, a verdade somente poderia ser avaliada em termos de predominância de fontes legitimadas por camadas elitizadas da produção de notícias*. Esse critério é responsável por garantir, pelos enunciados, sua virtude discursiva.

Assim, argumento que é possível validar a tese de que, no contexto das agências de *fact-checking*, há critérios "não explícitos" – "presumidos" – que atuam na produção de sentidos dessa prática letrada digital. Essa afirmação pode extrapolar para outra, mais ampla: a de que cada eixo proposto funciona como um modo de alcance da verdade no texto. O modo de alcance dessa verdade acontece quando as agências

(1) frequentemente negociam a verdade de suas verificações, não somente com o público visado, mas também com aquilo que as constitui – o heterogêneo da língua/linguagem e
(2) inevitavelmente negociam a verdade das metodologias, não somente com o que esperam que elas mesmas façam, mas também com o que espera que os outros façam, não permitindo a si mesmas uma plasticidade axiológica – em termos de uma suspensão temporária das próprias concepções sobre o alcance da "verdade" nos/dos textos – em busca do ajuste de seus discursos àqueles que as encontram (ou as encontrariam) incessantemente.

Dessa maneira, uma concepção de texto pode ser observada nas três agências: aquela em que *o texto, enquanto produto, não se confunde com o contexto, com aspectos "extralinguísticos", em função dos quais o texto não estaria, a priori, relacionado.* Conforme retomei na seção 7 deste trabalho, essa concepção seria semelhante àquelas identificáveis, nos

estudos da linguagem, em propostas que teorizaram o objeto texto ora como cirscuncrito a uma teoria de frase ampliada, ora como restrito a certas regras de produção de falantes, visando à generalização de fenômenos, estabelecendo que tais regras seriam capazes de descrever todos os textos possíveis de uma língua natural. De uma perspectiva etnográfico-discursiva, entretanto, pensar o texto como separado de seu contexto pode produzir consequências teórico-metodológicas na avaliação de objetos de checagem no contexto da pandemia de covid-19. Não se trata de consequências "boas" ou "ruins": são consequências que acontecem efetivamente nos textos escritos se o pesquisador "ajustar" seu olhar para o objeto estudado – compreendendo esse objeto como produto, ao mesmo tempo, estruturante e estruturado segundo condições sociais e históricas de produção; portanto, de sua emergência.

Considerando a finalização desta pesquisa, avalio que duas questões poderiam ser melhor desenvolvidas. A primeira é a exploração mais circunstanciada, nos dados, das condições sócio-históricas de produção nas quais as agências de *fact-checking* selecionadas se encontram. Ainda que eu tenha sinalizado eventuais diferenças, a compreensão dessa configuração triangular particular está por fazer em pesquisas futuras. A segunda tem a ver com um enfoque mais argumentativo no que se refere ao estudo das fontes: embora tenha conseguido operar as categorias de modo transversal no material de análise, um estudo mais aprofundado a respeito do papel argumentativo dessas escolhas de fontes pode ser realizado.

Penso que essas "faltas" podem ser também compreendidas como possibilidade de continuidade de investigação, em termos de agenda de pesquisa. É possível pensar os efeitos da pesquisa realizada em três domínios do conhecimento:

(1) no âmbito da comunicação social, a pesquisa seria útil a jornalistas e etnógrafos na reflexão sobre o caráter constitutivamente heterogêneo da língua/linguagem e dos sujeitos;

(2) no âmbito da educação, campo no qual as práticas de letramentos são quase sempre evocadas, a pesquisa pode oferecer bases para elaboração de procedimentos pedagógicos que lidem com a heterogeneidade de práticas analíticas das agências de *fact-checking* de diferentes países, em diferentes línguas;

(3) no âmbito dos estudos da linguagem, esta pesquisa buscou contribuir para a investigação de práticas letradas digitais, na compreensão da veracidade dos enunciados, deixando de lado um relativismo reducionista dos discursos.

Penso que este estudo pode evidenciar a importância do esforço de uma "distância enunciativa" quanto à análise dos discursos, sob pena de tomar-se imediatamente como fato o discurso alheio. É possível citar, como ilustração, a passagem em que Fiódor Karamázov (cf. epígrafe) reconhece ser o "pai da mentira" quando narra uma história cuja veracidade ele não

tem certeza e pede auxílio às autoridades eclesiásticas em cena: se se leva em conta o contexto do diálogo do romance, sabe-se que Fiódor Karamázov conhece de antemão a farsa das próprias asserções. Ele busca, na realidade, rebaixar um de seus colegas presentes, responsabilizando-o, pela "veracidade" do relato, passando, a esse colega, o estatuto definitivo de "pai da mentira".

Portanto, apenas a reflexão sobre a complexidade enunciativa permite adentrar o campo de uma formação efetivamente cidadã dos sujeitos, na aproximação entre uma reflexão científica e uma reflexão cotidiana, na participação, por debate público, dos modos de constituição da "verdade" e "mentira" na/da língua/linguagem.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e Produção Discursiva do Sentido. *In:* ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.

ALENCAR, M.; AQUINO, M. C. Algoritmos e desinformação: automação da checagem na América Latina. **Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [*s. l.*], v. 21, n. 47, p. 207-2021, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2175497772211. Acesso em: 10 fev. 2024.

ALEXANDRE, G. G. **Práticas letradas de gamificação:** estudo do processo de textualização no Ensino Superior. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2020.

ALEXANDRE, G. G. O papel da memória discursiva em manchetes que desmentem notícias sobre Covid-19. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 68-95, 30 nov. 2021.

AMAZEEN, M. A. Revisiting the Epistemology of Fact-Checking. **Critical Review** [*s. l.*], v. 27, n. 1, p. 1-22, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08913811.2014.993890. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANGERMULLER, J. Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies. **Palgrave Communications**, [*s. l.*], v. 4, n. 1, p. 1-8, 2018a. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41599-018-0080-1. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANGERMULLER, J. Accumulating discursive capital, valuating subject positions. From Marx to Foucault. **Critical Discourse Studies**, [*s. l.*], v. 15, n. 4, p. 414-425, 2018b. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17405904.2018.1457551. Acesso em: 28 out. 2023.

ATANASOVA, P. *et al.* **Overview of the CLEF-2018 CheckThat ! Lab on Automatic Identification and Verification of Political Claims**. **Task 1: Check-Worthiness**. [*s. l.: s. n.*], p. 1-13, 2018. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1808.05542.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

AUFDERHEIDE, P. Cable Television and the Public Interest. **Journal of Communication**, v. 42, n. 1, p. 52-65, 1992. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.1992.tb00768.x. Acesso em: 10 fev. 2024.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, [*s. l.*], v. 19, p. 25-42, 1990. Disponível em: https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636824. Acesso em: 10 fev. 2024.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, [*s. l.*], v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211. Acesso em: 10 fev. 2024.

ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; POLLET, M.-C. A formação do leitor no contexto da desinformação e das fake news: desafios para os estudos de letramentos na pandemia da

covid-19 e além. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 9-38, 2021. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/27640. Acesso em: 10 fev. 2024.

BAKHTIN, M. O problema dos gêneros do discurso. *In:* BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 275-326.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. Digital (Onlife) Literacies. *In:* BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to Information Science**. 2ª ed. Londres: Facet Publishing, 2022. p. 331-349.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005 [1976].

BHATT, I. **Assignments as Controversies:** Digital Literacy and Writing in Classroom Practice. Nova Iorque: Routledge, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781315644509. Acesso em: 10 fev. 2024.

BLOMMAERT, J. On scope and depth in linguistic etnography. **Journal of Sociolinguistics**, v. 11, p. 682-688, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-9841.2007.00346.x. Acesso em: 10 fev. 2024.

BOCH, F.; GROSSMANN, F. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, v. 6, n. 11, p. 97-108, 2002. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12452. Acesso em: 10 fev. 2024.

BOVET, A.; MAKSE, H. A. Influence of fake news in Twitter during the 2016 US presidential election. **Nature Communications**, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30602729/. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHAKRABORTY, A. *et al.* **Stop Clickbait:** Detecting and Preventing Clickbaits in Online News Media. [*s.l.: s.n.]*. Disponível em: https://arxiv.org/pdf/1610.09786.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHARAUDEAU, P. **A manipulação da verdade:** do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARTIER, R. Verdade e prova: retórica, literatura, memória e história. *In:* CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 19-40.

CHEQUEADO – LA VERIFICACIÓN DEL DISCURSO PÚBLICO. Disponível em: https://chequeado.com. Acesso em: 10 fev. 2024.

COOK, J.; LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H. Neutralizing misinformation through inoculation: Exposing misleading argumentation techniques reduces their influence. **PLOS ONE**, v. 12, n. 5, p. 1-21, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0175799. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORACINI, M. J. R. F. Leitura: decodificação, processo discursivo...? In.: CORACINI, M. J. R. F. (org.). **O jogo discursivo na aula de leitura:** língua materna e língua estrangeira. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2002, p.13-20.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CORRÊA, M. L. G. **Linguagem e comunicação social:** visões da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2003.

CORRÊA, M. L. G. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [*s. l.*], n. 8, p. 269-286, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59756. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORRÊA, M. L. G. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. **Revista da ABRALIN**, *[s. l.]*, v. 10, n. 4, p. 333-356, 2011. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1115. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 13, n. 3, p. 481–513, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-76322013000300003. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORRÊA, M. L. G. 2020. A inter-incompreensão polêmica e sua versão solipsista em práticas de leitura emergentes. **Revista ComHumanitas**, v. 11, n. 1, p. 68-81, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.31207/rch.v11i1.225. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORRÊA, M. L. G. Letramentos em perspectiva histórica: do império da escrita aos sonhos do pós-pandemia. **Muiraquitã:** Revista de Letras e Humanidades, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5829. Acesso em: 10 fev. 2024.

COSTA VAL, M. G. Texto e textualidade. *In:* COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 1-5.

COSTA e SILVA, K. M. F. da; PRESSER, N. H. Contribuições da Teoria da Inoculação e o papel didático da gamificação como ferramenta de combate à desinformação política. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-26, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245.29.124379. Acesso em: 10 fev. 2024.

CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DAMASCENO, D. de R.; PATRÍCIO, E. JOURNALISM AND FACT-CHECKING: typification of sources used for checking and criteria for selecting fact-checked material – an analysis by Agência Lupa and Aos Fatos. **Brazilian journalism research**, [*s. l.*], v. 16, n. 2, p. 368-393, 2020. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1212. Acesso em: 10 fev. 2024.

DAUNAY, B. Metáfrase e paráfrase: modalidades da apropriação do discurso de outrem na escrita acadêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 363-380, 2020.

DAUNAY, B.; DELCAMBRE, I. Les modalités énonciatives de la reformulation. Comparaison entre écriture d'enseignement et de recherche, Langues, cultures et sociétés, **Rabat**, n. 2, v. 1, p. 23-37, 2016. Disponível em: https://revues.imist.ma/index.php?journal=LCS&page=article&op=view&path%5B%5D=5783. Acesso em: 10 fev. 2024.

DAUNAY, B.; DELCAMBRE, I. Les modalités énonciatives de la reprise du discours d'autrui dans les écrits de recherche et les écrits didactiques. **Scripta**, Belo Horizonte, n. 21, v. 43, p. 37-64, 2017. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/14232/12818. Acesso em: 10 fev. 2024.

DOSTOIÉVSKI, F. **Os irmãos Karamázov** – volume 1. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2008 [1880].

DOURADO, T. Fact-checking como possibilidade de media accountability sobre o discurso político? **Compolítica**, v. 9, n. 2, p. 93-112, 2019. Disponível em: http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/143. Acesso em: 10 fev. 2024.

DOYLE, C. S. **Information Literacy in an Information Society:** A Concept for the Information Age. Nova Iorque: Information Resources Publications, Syracuse University, 1994.

DUMOULIN, H. **Les théorisations du discours de Michel Pêcheux et Michel Foucault à la lumière du concept d'énonciation**. 2022. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université de Nanterre, Paris X, Paris, 2022.

FACT-CHECKING U.S. POLITICS – POLITIFACT. Disponível em: https://www.politifact.com. Acesso em: 10 fev. 2024.

FISCHER, A. Entrevista com o Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa: a escrita na formação do professor e pesquisador. **Scripta**, v. 23, n. 48, p. 177-185, 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/21591. Acesso em: 10 fev. 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1969].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1971].

FREGE, F. L. G. Sobre o sentido e a referência (texto de 1892). *In:* ALCOFORADO, P. (org. e trad.). **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

GEE, J. P. **How to do Discourse Analysis:** A Tollkit. Nova Iorque: Routledge, 2011.

GIBIN, F. C.; RUIZ, M. A. A. Fique em casa. **InformaSUS UFSCAR**, 2020. Disponível em: https://informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/. Acesso em: 10 fev. 2024.

GILSTER, P. **Digital literacy**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1997.

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33. Acesso em: 10 fev. 2024.

GRAVES, L. **Deciding what's true:** the rise of political fact-checking in american journalism. Nova Iorque: Columbia University Press, 2016.

GRAVES, L.; NYHAN, B.; REIFLER, J. The diffusion of factchecking – Understanding the growth of a journalistic innovation. **American Press Institute** [*s. l.: s. n.*], p. 1-26, 2015. Disponível em: http://www.americanpressinstitute.org/wp-content/uploads/2015/04/The-Growth-of-Fact-Checking.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução: Roberto L. Baronas e Fábio C. Montanheiro. **Linguasagem**, São Carlos, [*s. v.*], n. 3, 2008 [1971].

HARRIS, K. R. Liars and Trolls and Bots Online: The Problem of Fake Persons. **Philos. Technol**, v. 36, n. 35, [*s. p.*], 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s13347-023-00640-9. Acesso em: 10 fev. 2024.

HEATH, S. What no bedtime story means: Narrative skills at home and school. **Language in Society**, v. 11, n. 1, p. 49-76, 1982. Disponível em: https://doi:10.1017/S0047404500009039. Acesso em: 10 fev. 2024.

HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot:** Revista de Filosofia, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 256-268, 2018. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/796. Acesso em: 10 fev. 2024.

DE COCK BUNING, M. **A multi-dimensional approach to disinformation:** report of the independent High Level Group on fake news and online disinformation. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: https://hdl.handle.net/1814/70297. Acesso em: 10 fev. 2024.

HINE, C. **Ethnography for the Internet**: Embedded, Embodied and Everyday Internet. Huntingdon: Bloonsbury Publishing, 2015.

JASYN, L.; WAGGLE, J.; FISHER, D. R. An empirical examination of echo chambers in US climate policy networks. **Nature Climate Change** – Advance Online Publication, Estados

Unidos, [*s. n.*], p. 782-785, 2015. Disponível em: www.nature.com/natureclimatechange. Acesso em 10 fev. 2024.

JENKINS, H. **Textual poachers:** television fans and participatory culture. Nova Iorque: Routledge, 1992.

JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão:** criando valor e significado por meio da mídia propagável. Tradução: Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

JIANG, S.; WILSON, C. Linguistic Signals under Misinformation and Fact-Checking: Evidence from User Comments on Social Media. **Proc. ACM Hum.-Comput. Interact. 2**, [*s. l.*], p. 1-23, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1145/3274351. Acesso em: 10 fev. 2024.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. G. V. A construção de objetos-de-discurso. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 7-20, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/37730. Acesso em: 10 fev. 2024.

KOLTAY, T. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

KOMESU, F. C.; GALLI, F. C. S. Práticas de leitura e escrita em contexto acadêmico: relações (hiper)textuais singulares. **Raído** (UFGD), v. 8, p. 79-93, 2014.

KOMESU, F.; GALLI, F. C. S. Práticas de leitura e escrita em contexto digital: autoria e(m) novos mídiuns. **Revista da ABRALIN**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 165-185, 2016. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1289. Acesso em: 10 fev. 2024.

KOMESU, F.; ALEXANDRE, G. G.; SILVA, L. S. A cura da infodemia? O tratamento da desinformação em práticas sociais letradas de checagem de fatos em tempos de Covid-19. *In:* RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. (org.). **Estudos aplicados à prática de escrita acadêmica:** colocando a mão na massa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. p. 185-229.

KRESS, G. What is a mode? *In:* JEWITT, C. (org.) **The Routledge Handbook of Multimodal Analysis**. Londres: Routledge, 2009. p. 54-67.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. van. **Multimodal discourse:** the modes and media of contemporary communication. Inglaterra: Hodder Arnold Publication, 2001.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. van. **Reading Images:** the grammar of visual design. Londres: Routledge, 2006 [1996].

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Sampling the "New" in New Literacies. *In:* KNOBEL, M. **A New Literacies Sampler**. Nova Iorque: Peter Lang Publishing, 2007.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New literacies:** everyday practices and social learning. 3ª ed. Inglaterra: Open University Press, 2011.

LANKSHEAR, C. KNOBEL, M. (org.). **Researching New Literacies:** Design, Theory, and Data in Sociocultural Investigation. Nova Iorque: Peter Lang Publishing, 2017.

LATOUR, B. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? **Configurações**, [*s. v.*], n. 2, p. 11-27, 2006.

LEA, M.; STREET, B. O modelo de "letramentos acadêmicos": teoria e aplicações. Tradução: Fabiana Komesu; Adriana Fischer. **Filologia e Linguística portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407. Acesso em: 10 fev. 2024.

LECHELER, S.; KRUIKEMEIER, S. Re-evaluating journalistic routines in a digital age: A review of research on the use of online sources. **New Media & Society**, v. 18, n. 1, p. 156-171, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1461444815600412. Acesso em: 10 fev. 2024.

LERNER, K.; CARDOSO, J. M.; CLÉBICAR, T. Covid-19 nas mídias: medo e confiança em tempos de pandemia. *In:* MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. p. 221-231.

LILLIS, T. Ethnography as Method, Methodology, and "Deep Theorizing". Closing the Gap Between Text and Context in Academic Writing Research. **Written Communication**, [*s. l.*], v. 25, p. 353-388, 2008.

LIM, C. Checking how fact-checkers check. **Research & Politics**, [*s. l.*], v. 5, n. 3, p. 1-7, 2018.

LUPA. Disponível em: https://lupa.uol.com.br. Acesso em: 10 fev. 2024.

LYON, T. P.; MAXWELL, J.W. Astroturf: Interest Group Lobbying and Corporate Strategy. **Journal of Economics & Management Strategy**, [*s. l.*], v. 13, [*s. n.*], p. 561-597, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1430-9134.2004.00023.x. Acesso em: 10 fev. 2024.

MACHADO, T. H. S.; CAPRISTANO, C. C.; JUNG, N. M. Letramento acadêmico: dimensões mostradas e escondidas em rasuras em contexto digital. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 22, n. 3, p. 933-956, 2019.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1995].

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010 [1995].

MARTENS, B. *et al.* The digital transformation of news media and the rise of disinformation and fake news. **JRC Digital Economy Working Paper**, 2018. Disponível em: https://ideas.repec.org/s/ipt/decwpa.html. Acesso: 10 fev. 2024.

McINTYRE, L. **Post-Truth**. Massachussets: MIT Press, 2018.

MEDINA, J. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Simposim**, Pernambuco, ano 5, n. 1, p. 45-55, 2001. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF. Acesso em: 10 fev. 2024.

MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-56, 2019. Disponível em: https://doi:10.5007/1984-6924.2019v16n2p4. Acesso em: 10 fev. 2024.

MONNERAT, A. A aposta no fact checking: jornalistas criam mais iniciativas para verificar o discurso público e revelar notícias falsas. **Knight Center for Journalism in the Americas**, [*s. l.*], [*s. n.*], [*s. p.*], 2017. Disponível em: https://goo.gl/dwhdSz. Acesso em: 10 fev. 2024.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NIEMINEN, S.; RAPELLI, L. Fighting Misperceptions and Doubting Journalists' Objectivity: A Review of Fact-checking Literature. **Political Studies Review**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, p. 296-309, 2019.

NIETZSCHE, F. W. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral**. Organização e Tradução: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007 [1873].

NÓBREGA, L. B. da. **O fact-checking no combate à desinformação:** um estudo de caso da Agência Lupa e suas estratégias para a retomada da verdade factual. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OLIVA, A. O relativismo de Kuhn é derivado da história da ciência ou é uma filosofia aplicada à ciência? **Scientiae Studia**, v. 10, n. 3, p. 561–592, 2012.

OMENA, J. J.; RABELLO, E. T.; MINTZ, A. G. **Digital Methods for Hashtag Engagement Research. Social Media + Society**, [*s. l.*], v. 6, n. 3, [s. p.], 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2056305120940697. Acesso em: 10 fev. 2024.

PANGRAZIO, L.; SELWYN, N. "It's Not Like It's Life or Death or Whatever": Young People's Understandings of Social Media Data. **Social Media + Society**, [*s. l.*], v. 4, n. 3, p. 1-9, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2056305118787808. Acesso em: 10 fev. 2024.

PANGRAZIO, L. What's new about "fake news"? Critical digital literacies in an era of fake news, post-truth and clikbait. **Revista Páginas de Educación**, [*s. l.*], v. 11, n. 1, p. 6-22, 2018.

PARISER, E. **O filtro bolha – o que a Internet está escondendo de você**. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAVEAU, M.- A. **Os pré-discursos:** sentido, memória, cognição. Tradução: Graciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, M.- A. **Análise do discurso digital:** dicionário das formas e das práticas. Organização: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes Editores, 2021 [2017].

PAVEAU, M.- A. **Linguagem e moral:** uma ética das virtudes discursivas. Tradução: Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015 [2013].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p. 61-87.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes,1997.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-58.

PERICÁS, L. B. Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul - Da Tríplice Aliança ao Mercosul. **História**, Franca, v. 22, n. 2, p. 251-253, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/h9g5grFYVC7BZF9fRQVjvBy/?lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2024.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a COVID-19. **Unesco Digital Library,** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por. Acesso em: 10 fev. 2024.

POSSENTI, S. Jogos de verdade: uma questão para a análise do discurso. *In:* CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 59-72.

POYNTER – 2020 Archives. Disponível em: https://www.poynter.org/member-group/2020/. Acesso em: 10 fev. 2024.

RAJAGOPALAN, K. **Nova Pragmática:** fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RASHKIN, H. *et al.* Truth of Varying Shades: Analyzing Language in Fake News and Political Fact-Checking. **Association for Computational Linguistics**, [s.l.], p. 2931-2937, 2017. Disponível em: https://aclanthology.org/D17-1317.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

RECUERO, R. *et al.* **Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil:** relatório, resultados e estratégias de combate. Pelotas: MIDIARS – Grupo de Pesquisa em Mídia, discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.

RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **Misinformation Review**, The Harvard Kennedy School (HKS), v. 1, n. 2, [*s. p.*], 2020.

RIERA, A.; ZOMMER, L. Using fact checking to improve information systems in Argentina. **The political quarterly**, v. 91, n. 3, p. 600-604, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1467-923X.12895. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola, 2019.

ROSA, M.; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educação e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 38, n. 4, p. 865-879, 2012.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 107-148, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/WYvjDPhyC9npd4NCZ5qJV6m/. Acesso em: 10 fev. 2024.

SALGADO, T.; MATTOS, M. A. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. *In:* ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (org.). **Sociedade da informação e infodemia**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. p. 39-62.

SANTOS, C. R. P. dos; MAURER, C. Potencialidades e limites do fact-checking no combate à desinformação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 23, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/57839. Acesso em: 10 fev. 2024.

SCRIBNER, S.; COLE, M. **The psycology of literacy.** Cambridge: Harvard University Press, 1981.

SIAROVA, H.; STERNADEL, D.; SZŐNYI, E. **Research for CULT Committee:** Science and Scientific Literacy as an Educational Challenge. Bruxelas: European Parliament, 2019. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629188/IPOL_STU(2019)629188_EN.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

SIEMINEN, S.; SANKARI, V. Checking PolitiFact's Fact-Checks. **Journalism Studies**, [*s. l.*], v. 22, n. 3, p. 358-378, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.1873818. Acesso em: 10 fev. 2024.

SIMON, F. M.; CAMARGO, C. Q. Autopsy of a metaphor: The origins, use and blind spots of the 'infodemic'. **New Media & Society**, v. 25, n. 8, p. 2219-2240, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/14614448211031908. Acesso em: 10 fev. 2024.

SOARES, F. *et al.* Covid-19, disinformation and Facebook: circulation of URLs about hydroxychloroquine on public pages and groups. **SciELO Preprints**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/. Acesso em: 10 fev. 2024.

SOARES, F. B.; RECUERO, R. (2021a). Hashtag Wars: Political Disinformation and Discursive Struggles on Twitter Conversations During the 2018 Brazilian Presidential Campaign. **Social Media + Society**, [*s. l.*], 2021a. Disponível em: https://doi.org/10.1177/20563051211009073. Acesso em: 10 fev. 2024.

SPINELLI, E. M.; SANTOS, J. de A. Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 759-782, 2018.

STREET, B.V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. "Hidden" features of academic paper writing. **Working Papers in Educational Linguistics**, [*s. l.*], v. 24, n. 1, 2009, p. 1-17.

STREET, B. V. **Letramentos sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014 [1995].

SUBTIL, F. A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey. **Intercom:** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, [*s. l.*], v. 37, n. 1, p. 19-44, 2014.

TANDOC Jr., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining "Fake News". **Digital Journalism**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

TENANI, L. **Prosódia e escrita: uma análise a partir de (hiper) segmentações de palavra.** 2016. Tese (Livre-docência em Fonologia) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2016.

THE NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **The Harvard educational review**, [*s. l.*], v. 1, n. 66, p. 60-92, 1996.

USCINSKI, J. E.; BUTLER, R. W. The Epistemology of Fact Checking. **Critical Review**, [*s. l.*], v. 25, n. 2, p. 162-180, 2013. Disponível em: https://10.1080/08913811.2013.843872. Acesso em: 10 fev. 2024.

USCINSKI, J. E. The Epistemology of Fact Checking (Is Still Naïve): Rejoinder to Amazeen. **Critical Review**, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 243-252, 2015. Disponível em: https://10.1080/08913811.2015.1055892. Acesso em: 10 fev. 2024.

VERBI Software. MAXQDA 2022 [computer software]. Berlim: VERBI Software. Disponível em: www.maxqda.com. Acesso em: 10 fev. 2024.

WAHNICH, S. Introduction. La construction de la légitimité et de l'autorité : les démocraties face à la Covid-19. **Argumentation et Analyse du Discours** [*on-line*], n. 28, p. 1-14, 2022. Disponível em: http://journals.openedition.org/aad/6390. Acesso em: 10 fev. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder:** toward an interdisciplinar framework for research and policy making. Council of Europe Report, DGI, 2017.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Desordem Informacional:** para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Tradução: Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues. Council of Europe Report, DGI, 2023 [2017].

DIGITAL 2022: ANOTHER YEAR OF BUMPER GROWTH. We Are Social. Disponível em: https://wearesocial.com/uk/blog/2022/01/digital-2022-another-year-of-bumper-growth-2. Acesso em: 10 fev. 2024.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas – Philosophische Untersuchungen**. Tradução: João José L. de Almeida. Curitiba: Horle Books, 2022 [1994].

WOLSKI, U. The History of the Development and Propagation of QDA Software. **The Qualitative Report**, v. 23, n. 13, p. 6-20, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.46743/2160-3715/2018.2984. Acesso em: 10 fev. 2024.